

REVISTA DE HISTORIA

[illegible]



Ano IX - Volume XII - Nº 12 – dez. - 2021

Equipe de Redação:

Editores:

Prof. Ms. Fernando Gralha

Prof^a. Jessica Corais

Pesquisa:

Prof. Dr. Adílio Jorge Marques (UFVJM)

Grad. Álvaro Almeida Rios Ramos (FIS)

Prof. Germano Vieira (UGF/FIS)

Prof. Ms. Renato Lopes (UNIRIO)

Prof. Ms. Rafael Eiras (UCAM/UNIGRANRIO)

Conselho Consultivo:

Prof. Dr. Adílio Jorge Marques (UFVJM)

Prof. Dr. Bruno Alvaro (UFS)

Prof.^a. Ms. Daniele Crespo (FIS/UCAM)

Prof. Dr. Marcus Cruz (UFMT)

Prof^a. Martha Souza (MEC)

Prof. Ms. Renato Lopes (UNIRIO)

Prof. Dr. Sérgio Chahon (FIS)

Revista Eletrônica Acadêmica/Gnarus Revista de História.

Vol.12, n.12 (Dez 2021). Rio de Janeiro, 2021 [on-line].

Gnarus Revista de História

Disponível em: www.gnarus.org

ISSN 2317-2002



<https://www.facebook.com/gnarusrevistadehistoria/>

Sumário

AO LEITOR	4
Fernando Gralha	
ARTIGOS:	
EXTINÇÃO DA VIDA FÍSICA OU DESDOURO SOCIAL? As Penas de Morte Natural e Morte Civil nos Livros V das Ordenações Manuelinas e Filipinas.....	6
Bárbara Alves Benevides	
A "CÓPULA DA NAÇÃO": Jorge Amado como um demarcador cultural para o cinema brasileiro (1970-1977).....	16
Romário de Moura Rocha	
A HISTÓRIA EM TOM MENOR.....	26
Felipe Sanches Santos Barbosa	
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A LUTA ARMADA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL.....	32
Felipe Castanho Ribeiro	
COELHO RODRIGUES E O CÓDIGO CIVIL: A normatização da sociedade brasileira na transição da monarquia à república.....	40
Ítalo Bruno Araújo Damasceno	
ENTRE A RELIGIÃO E O PROGRESSO: AS REPRESENTAÇÕES DO FUTURO NA IMPRENSA DE JUIZ DE FORA E SÃO JOÃO DEL-REI NA VIRADA DO SÉCULO XIX PARA O XX (1895-1905).....	48
Flávio Raimundo Giarola, Izabela Aparecida Gontijo, Bernardo Victor Silva de Andrade	
HISTÓRIA ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO POR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO.....	58
Leonardo Mello Silva	
FOUNDATION HAZELDEN BETTY FORD: Tratamento de adictos no âmbito do cristianismo evangélico numa perspectiva da análise crítica do discurso.....	67
João Paulo Carneiro	
"COLLEÇÃO DE INSTRUÇÕES SOBRE A AGRICULTURA, ARTES E INDÚSTRIA": o "saber fazer" em Alexandre Antônio Vandelli.....	77
Adílio Jorge Marques	
E AGORA, HISTÓRIA? ONDE ESTÁ A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO HISTÓRICO DEPOIS DO GIRO LINGUÍSTICO?.....	84
José Wilton Santos Fraga	
A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO REINO PORTUGUÊS AO TEMPO DE D. DINIS (1279-1325).....	93
Láisson Menezes Luiz	
O ENSINO DE NOVOS TEMAS COM NOVAS TECNOLOGIAS E O DESAFIO DO ENSINO DE HISTÓRIA EM TEMPOS DE PANDEMIA.....	101
Eduardo de Almeida Vieira	
PEDAGOGICA: A capoeira como ferramenta educacional no Ensino de História.....	111
Hugo Sbano Freire	
A COMPANHIA DE JESUS E SUA RELAÇÃO COM A COROA PORTUGUESA: Leituras historiográficas.....	119
Felipe Augusto Fernandes Borges	
CONFLITOS ENTRE MORADORES E JESUÍTAS PELA POSSE DE TERRAS NA CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE NO SÉCULO XVIII.....	129
Ana Lunara da Silva Moraes	
COLUNA: NO ESCURO DO CINEMA	
BESOURO, DO REGISTO POLICIAL À EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA. Qual a importância do filme para educação básica?.....	137
Djalma Barros e Silva Vasconcelos e Maria Emilia Vasconcelos dos Santos	
THE WALKING DEAD: a morte do progresso em alerta.....	146
Rafael Garcia Madalen Eiras	
COLUNA: FOTOGRAFIAS DA HISTÓRIA	
YEVGENY KHALDEI e A BANDEIRA VERMELHA SOBRE O REICHSTAG (Berlim/1945).....	155
Fernando Gralha	
COLUNA: EDUCAÇÃO	
PROPOSTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DISCIPLINAR NO CONTEXTO EDUCACIONAL. Por uma educação justa e transformadora.....	162
Adílio Jorge Marques e Miriam de Souza Oliveira Machado	
FILOSOFIA: "O amor à sabedoria" a partir do ensino fundamental II (6º AO 9º ANO).....	168
Flávio Henrique Santos de Souza	
INTERDISCIPLINAR	
ABORDAGEM MONTESSORIANA NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO.....	180
Elizabete Otero Mendes	
RESENHA	
UM CONVITE À LEITURA DE "Da Pedra do Sal Até Coelho da Rocha - Ilé Ase Ópó Afónjá Rio de Janeiro".....	187
Álvaro de Almeida Rios Ramos	



AO LEITOR

"Este é um momento histórico, senhoras e senhores". É complexo não pensar nesta frase perante o acontecimento da pandemia de Covid-19. O evento, afinal, descontinuou o mundo e marcou a virada do século 20 para o 21, como propôs a historiadora Lilia Schwarcz, em recente entrevista.¹ A pandemia global, em um mundo mais interligado do que nunca, nos proporciona um momento histórico. É, seguramente, um momento ruim, mas mesmo assim é "nosso". Sabemos que nossas experiências cotidianas, artefatos e memórias se transformarão em fontes primárias para futuras gerações compreenderem o que foi esse momento.

A pergunta que nos habituamos fazer sobre o papel da história na esfera pública é muito conexo à conjuntura atual. Vimos como ressurgiu o interesse nas épocas passadas, em que eventos análogos aconteceram, como a denominada "gripe espanhola" de 1918. Notas na mídia, reedição ou publicação de livros sobre o tema, entrevistas com estudiosos do assunto. Apesar disso, precisamos lidar com o fato de que o papel da história como

"mestra da vida" perdeu força em uma sociedade na qual se privilegia aquilo que é imediato, sensacionalista e banal.

É manifesto que a influência pública dos historiadores diminuiu sua importância ante os representantes de outros ofícios, como jornalistas, economistas ou os próprios políticos (isso para não falar dos "famosos" do mundo do espetáculo e do show business). Contudo, achamos que a história como ofício deve exercer um papel importante nos debates públicos e na preparação de políticas.

Realizar um trabalho histórico adequado demanda tempo devido à pesquisa e preparação dos resultados na forma de livros ou artigos, que são a principal maneira de materialização do nosso trabalho. E isso vai de encontro com a velocidade em que as notícias e os efeitos (muitas vezes incapacitantes ou distorcidos das mídias sociais - ou antissociais) se movem atualmente, o que atrapalha a análise detalhada dos acontecimentos. Diante da onda de superficialidade, temos a impressão de que historiadoras e historiadores procuraram incidir mais nessas redes. Exatamente

¹ Veja mais em <https://tab.uol.com.br/noticias/redacao/2020/05/12/covid-19-como-historiadores-vao-contar-o-que-foi-a-pandemia.htm>

o contexto da atual pandemia pode colaborar para a transição entre os meios acadêmicos tradicionais e a divulgação do que fazemos por outras vias. Um efeito positivo pode ser um compromisso renovado para conectar nossos temas de pesquisa com a atualidade.

Dentre as questões que gostaríamos de ver mais pensadas em debates acadêmicos, estão a desigualdade e as vias para sua redução, como o "rendimento básico", bem como as disparidades entre países ricos e países pobres. Essa conjuntura, certamente, nos faz lembrar que o imperialismo existe. Como historiadores não podemos que governos (o nosso especialmente) se aproveitaram da pandemia para reforçar ainda mais o prejuízo econômico e social às Ciências Humanas, aos profissionais da Educação, e ao vilipêndio dos Direitos Humanos, por isso acreditamos que dos efeitos dessa política somados à crise da COVID-19. Apesar do mundo virtual exacerbado pelo vírus, a vivência pessoal permanece relevante para nossa profissão como historiadores.

E é nessa condição que nós da Gnarus, apesar de toda a maré contrária, dizemos: ainda estamos aqui, falando de tudo e todos, e principalmente, para todos.

Boa leitura e vamos para 2022.

Fernando Gralha

Artigo

EXTINÇÃO DA VIDA FÍSICA OU DESDOURO SOCIAL? – *As Penas de Morte Natural e Morte Civil nos Livros V das Ordenações Manuelinas e Filipinas*

Por Bárbara Alves Benevides

RESUMO: o presente artigo faz parte da pesquisa de mestrado que teve como resultado a dissertação “‘E que morra morte natural’: A normatização da pena última na América portuguesa (1530-1731)”. O objetivo nesse momento é realizar uma exposição e propor uma reflexão sobre os significados e sentidos das chamadas morte natural e morte civil tomando como partido as determinações em relação a pena de morte presentes nos Livros V das Ordenações Manuelinas e Filipinas, principal legislação responsável pela regulação da pena última na América de colonização portuguesa durante o período colonial.

Palavras-chave: morte natural; morte civil; pena de morte; Ordenações; Livro V.

Stuart Schwartz explica que a expedição de Martim Afonso de Sousa ao Brasil, patrocinada por D. João III no ano de 1530, teve como objetivo assegurar a posse da América para Portugal, posto que se via ameaçada pela investida de rivais estrangeiros. Marcando, dessa maneira, a transição entre o que o brasilianista chama de frouxa administração da justiça imposta pela necessidade militar para uma administração mais concreta, baseada no estabelecimento da posse permanente e na regularização da sociedade.¹ Nesse contexto, a pena última chegou

à América portuguesa através da carta de poderes passada a Martim Afonso, que lhe concedeu a capacidade de julgar os casos cíveis e crimes com alçada até a morte.²

Deste momento em diante a pena capital esteve marcadamente presente na legislação que vigorou no Brasil até 1830. Evidentemente, nesses 300 anos observamos algumas mudanças a respeito dos crimes aos quais ela era indica e das formas de aplicação. Por exemplo, de 1530 a 1824, as medidas

¹ SCHWARTZ, Stuart. Burocracia e Sociedade no Brasil Colonial: O Tribunal Superior da Bahia e seus desembargadores, 1609-

1751. São Paulo: Companhia das Letras, 2011, p.42.

² SALGADO, Graça. (coord.). Fiscais e Meirinhos: a administração no Brasil colonial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985, p. 49; 73.

punitivas foram reguladas principalmente e respectivamente pelas Ordenações Manuelinas (1521) e Filipinas (1603), que eram indicadas para todo o Império Ultramarino Luso. Em ambas, a pena de morte era estabelecida para cerca de uma centena de crimes.

No ano de 1824, a partir da Constituição do Império, foram abolidos os açoites, a tortura, a marca de ferro quente e todas as penas cruéis que poderiam ser acopladas a pena capital. Além disso, foi proibido que a pena fosse estendida do condenado aos seus familiares através da confiscação de bens e da infâmia, penas adicionais que também poderiam ser combinadas a pena última.³ No ano de 1830, com a criação do Código Criminal do Império do Brasil, a pena última foi restrita a três situações: insurreição escrava, homicídio e latrocínio e a partir desse momento ela só poderia ser aplicada pela força.⁴ Posteriormente, em 1835 foi criada uma lei específica para a execução de escravos que atentassem contra a vida de seus senhores ou de seus familiares.⁵ Ainda que esta punição permaneça presente na nossa atual Constituição – reservada apenas para contexto de guerra⁶ – no âmbito da historiografia temos

poucos estudos sobre ela.⁷

No que diz respeito a sua vigência durante o período colonial, a jurisdição da pena de morte passou por alterações e adaptações concernentes à legislação que a regulava, a quem detinha sua jurisdição, em qual espaço e a quem ela poderia ser aplicada. Todas essas alterações acompanharam as mudanças administrativas da América de colonização portuguesa e corresponderam a diferentes demandas oriundas dos estágios de ocupação do território.⁸ Como mencionado anteriormente, neste contexto a pena de morte foi regulada principalmente pelas Ordenações Manuelinas e posteriormente, a partir de 1603, pelas Ordenações Filipinas.⁹ Apesar de terem sido promulgadas durante a União Ibérica, esta compilação legal manteve as fórmulas e costumes portugueses, e a mesma estrutura da compilação anterior.

1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf?sequence=1 Acesso em 16 de junho de 2021.

7 Para além das mudanças assinaladas no período de 1530-1830, outras ocorrem da criação do Código Criminal do Império de 1830, até a criação da atual Constituição de 1988. No entanto, por conta dos diferentes contextos e acontecimentos históricos que servem de fundo para essas modificações e que fogem da proposta e do recorte dessa pesquisa não irei me ater a eles. Mas, a título de curiosidade assinalo os documentos onde podem ser encontradas mais informações: Lei de 10 de junho de 1835; Constituição de 1891; ATO INSTITUCIONAL Nº 14 DE 5 SETEMBRO DE 1969.

8 Para mais informações: BENEVIDES, Bárbara. “E que morra morte natural”: A normatização da pena última na América portuguesa (1530-1731). Dissertação (Mestrado em História Social) - Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Rio de Janeiro, 2019, 228.

9 Ressalta-se que, para além das Ordenações, na América portuguesa existiram documentos legais que apresentaram determinações referentes a pena de morte como regimentos conferidos a ofícios de justiça, cartas régias e alvarás.

3 NOGUEIRA, Octaciano. Constituições brasileiras Volume I – 1824. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2012. Disponível em: < http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137569/Constituicoes_Brasileiras_v1_1824.pdf > Acesso em: 15 mai. 2017

4 Código Criminal do Império do Brasil. In: Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos, Rio de Janeiro, Lei de 16 de Dezembro de 1830. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM-16-12-1830.htm Acesso em 15 maio 2017.

5 RIBEIRO, João Luiz. No Meio das Galinhas as Baratas não têm Razão: A Lei de 10 de junho de 1835: Os escravos e a pena de morte no Império do Brasil 1822-1889. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.

6 “não haverá penas: a) de morte, salvo em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX”. In: Constituição da República Federativa do Brasil : texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos

As Ordenações Portuguesas eram compostas por cinco volumes. O Livro V era o que continha as penalidades, em suas determinações era marcante a correlação entre as concepções de crime e pecado, e a influência do prestígio social na determinação das penas. As punições previstas incluíam penas pecuniária, penas infamantes, açoites, amputação, degredo e a pena capital que se destacava pela quantidade de delitos aos quais era destinada. O jurista Guilherme Braga da Cruz aponta que, excetuadas as ocasiões que evidenciavam o dispositivo utilizado para a execução, os textos legais enunciavam em diversos momentos que a pena poderia ser executada ao arbítrio do juiz, o que abre possibilidades para as diferentes ferramentas que poderiam ser empregadas para dar fim a vida do réu condenado à morte. Entretanto, expõe que os meios adotados para a aplicação desta pena costumavam ser à força, veneno, instrumento de ferro ou fogo. Ainda afirma que, dentre as formas apresentadas, o enforcamento era a mais utilizada. No entanto, as pessoas de “mor qualidade” estavam escusas da força, visto que era considerada uma pena vil. Nesses casos, a execução costumava ser realizada pela degola utilizando instrumento de ferro.¹⁰

Independente da aplicação efetiva das penas previstas por lei¹¹ é possível afirmar que a legislação

cumpriu muito bem o seu papel intimidador. Nesse caso, indico aqui especificamente as Ordenações Filipinas. O conteúdo do seu Livro V chamou a atenção tanto na época em que vigorou quanto chama nos dias de hoje. Cronistas indicam que a quantidade de infrações estabelecidas era tão extensa que um rei africano teria estranhado não haver pena estabelecida para quem andasse descalço.¹² Antonio Manuel Hespanha menciona que ao tomar conhecimento sobre o conteúdo do Livro V, em meados do século XVIII, Frederico II, rei da Prússia teria indagado se ainda haveria alguém vivo em Portugal, por conta da grande quantidade de casos para os quais eram indicados a pena de morte.¹³ A celebridade desta legislação se manteve com o passar do tempo. Suas regulamentações consideradas no mínimo como rigorosas são apontadas em estudos sobre Portugal na Idade Moderna, o Brasil no período colonial e sobre o Direito penal de um modo geral.

Através da análise das compilações é possível constatar que o Livro V das Ordenações Manuelinas era composto por 113 Títulos, nestes são indicadas 85 ações criminosas que deveriam ser punidas com a pena última. O seu suplente, o Livro V das Ordenações Filipinas, dispunha de 143

10 CRUZ, Guilherme Braga da. O Movimento Abolicionista e a Abolição da Pena de Morte em Portugal. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1967, p.430-32. Silvia Lara atenta que a isenção de penas vis era proibida quando se tratasse de crimes de: lesa-majestade; sodomia; testemunho falso; indução de falsas testemunhas; moeda falsa; crimes de falsidade; furto; feitiçaria; alcovitaria. LARA, Silvia Hunold. (org.). Ordenações Filipinas Livro V. São Paulo: Companhia Das Letras, 1999, p.490.

11 A quantidade de crimes prescritos e a atribuição de penas corporais, inclusive a de morte, são abundantes. Todavia, António Manuel Hespanha buscou demonstrar que nesta conjuntura o Direito Penal Português se caracterizava mais pela intimidação do que pela efetiva aplicação das penas. Segundo Hespanha, apesar da severidade da legislação, “o segredo da eficácia do sistema penal do Antigo Regime

estava justamente na ‘inconsequência’ de ameaçar sem cumprir. De se fazer temer, ameaçando; de se fazer amar, não cumprindo”. A estratégia do monarca não estava voltada para uma intervenção punitiva cotidiana e efetiva, mas sim pela adoção de uma lógica simbólica mais relacionada à imagem de dispensador da justiça do que aquele que intervinha de forma disciplinar. HESPANHA, António Manuel. Justiça e Litigiosidade: História e Prospectiva. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993, p. 292, 297, 311, 314.

12 DOTTI, Ariel René. Casos criminais célebres. 3. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003, p. 281 Apud. ROSA, Jéssica Maiure Nunes da. Sistema Penitenciário Brasileiro: A Falibilidade da Pena Privativa de Liberdade no tocante ao seu caráter ressocializador. 2016. 59 f. Trabalho de Conclusão de Curso; (Graduação em Direito) - Universidade de Santa Cruz do Sul. 2016, p. 20.

13 HESPANHA, António Manuel de. Justiça e Litigiosidade... Op. Cit., p. 299.

Títulos e continha 92 atos ilícitos que demandavam a mesma pena.¹⁴ A despeito de se indicar como punição a morte, isso não significa dizer que todas estas ações demandavam especificamente a extinção da vida do transgressor. Apesar de esta afirmação parecer um pouco contraditória, existiam determinações que indicavam que o criminoso poderia ser punido até a morte, mas não a determinavam especificamente. E ainda mais curioso do que isso, eram os casos em que se condenava ao que se entendia por morte civil, que não consistia na extinção física do réu, mas em uma pena que determinava uma “morte social”.

É a esta situação em especial que pretendo me debruçar. Este artigo faz parte da pesquisa desenvolvida durante o curso de Mestrado em História Social que deu origem a dissertação intitulada “ ‘E que morra morte natural’ – A normatização da pena última na América portuguesa(1530-1751)”. O objetivo neste momento é apresentar o se entendia por morte natural e morte civil a partir da análise das determinações referentes a pena de morte presentes nos Livros V das Ordenações Manuelinas e Filipinas. Me proponho a realizar e lançar uma reflexão sobre os diferentes significados das condenações a morte presentes nestas Ordenações, demonstrando que apesar da grande quantidade de ações indicadas como merecedoras desta pena, nem todas determinavam especificamente o fim da vida do condenado.

Cabe destacar que ao longo da pesquisa desenvolvida foi estabelecida uma análise conjunta

dos Livros V das duas Ordenações. Tinha-se como intenção comparar as determinações presentes em ambos os Livros com o intuito de observar se a substituição das Ordenações Manuelinas pelas Filipinas teria ocasionado grandes modificações no que diz respeito a pena de morte. Além disso, busquei também levantar a quantidade de ações criminosas presentes nas duas Ordenações que estipulavam de fato o fim da vida do réu.

Ao realizar a análise da legislação constatei que a condenação à morte poderia ser efetuada por diferentes expressões. Em alguns casos, estas eram mais genéricas, indicando que aquele que cometesse determinada ilicitude deveria morrer, sem apresentar grandes especificidades. Em outras ocasiões, as expressões utilizadas para indicar a condenação assinalavam o instrumento que deveria ser utilizado para realizar a execução (o fogo ou a força), ou ainda a forma de proceder com a aplicação da pena última (cruelmente ou para sempre).¹⁵ Percebi que às distintas formas de execução eram determinadas em muitos casos de acordo com a natureza dos atos criminosos e/ou sua gravidade. De todo modo, na investigação realizada no Livro V das Ordenações Manuelinas identifiquei 13 expressões diferentes utilizadas para indicar a condenação à morte, já no mesmo volume das Ordenações Filipinas me deparei com 12 expressões que designavam a condenação a mesma pena. Podemos observar cada uma delas a seguir no Quadro 1.

14 ORDENAÇÕES Manuelinas On-line Fac-Símile, Instituto de História e Teoria das Ideias da Universidade de Coimbra – Portugal. Livro V. Disponível em: <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/manuelinas/l5ind.htm>. Acesso em: 16 de junho de 2021; ORDENAÇÕES Filipinas. On-line Fac-Símile, Instituto de História e Teoria das Ideias da Universidade de Coimbra – Portugal. Livro V. Disponível em: <http://www.ci.uc.pt/ihti/proj/filipinas/l5ind.htm>. Acesso em: 16 de junho de 2021.

15 A morte naturalmente cruel, elegia a utilização de outros suplícios antes da execução. Por exemplo que os delinquentes condenados a morrer cruelmente poderiam ter suas carnes apertadas por tenazes ardentes. A morte natural na força para sempre apresentava como característica singular a exposição do corpo do padecente que não poderia ser sepultado imediatamente após a execução. O sepultamento do enforcado era proibido, seu corpo deveria permanecer pendurado na força para servir de exemplo e escarmento. Para mais informações: BENEVIDES, Bárbara. Op. Cit., p.86.

QUADRO 1: Expressões que condenavam à morte identificadas nas Ordenações Manuelinas e nas Ordenações Filipinas

EXPRESSÕES QUE CONDENAVAM À MORTE	ORD. MANUELINAS	ORD. FILIPINAS
Moura por <u>ello</u>	X	-
Moura por <u>ello</u> Morte Natural	X	-
Morra por isso	-	X
Morra por isso Morte Natural	-	X
Deve Morrer	X	-
Até a Morte	X	-
Pena de Morte	-	X
Inclusive Pena de Morte	X	-
Pena de Morte Natural	X	X
Morte Natural	X	X
Até a Morte Natural	X	X
Morra Morte Natural	X	X
Morra Morte Natural na Força	-	X
Morra Morte Natural na Força Para Sempre	X	X
Morrerá Naturalmente Morte Cruel	X	X
Morra Morte Natural de Fogo	X	X
Seja Queimado e feito por Fogo Pó	X	X

FONTES: ORDENAÇÕES Manuelinas, Livro V; ORDENAÇÕES Filipinas, Livro V.

A primeira expressão apresentada pelo Quadro 1, “Moura por ello”, é característica das Ordenações Manuelinas, com a reelaboração das Ordenações esta expressão foi atualizada, aparecendo nas Ordenações Filipinas como “Morra por isso”.¹⁶ De acordo com Braga da Cruz, as respectivas frases, “Moura por ello” e “Morra por isso”, normalmente se referiam a condenação à morte com execução na força. De forma contrária Hespanha indica que essas expressões eram entendidas pelos juristas como condenação à morte “civil” e não a morte “física”. Para o autor, alguns juristas entendiam que a “morte civil” corresponderia à condenação a mais de dez anos de degredo ou ao exílio perpétuo. De todo modo, ressalta que dentre estes estudiosos do direito, ainda no século XVIII, se tinha o entendimento de que quando a legislação mencionasse pena capital, pena de morte (sem outro qualificativo) ou “moura por ello” e “morra por isso” a penalidade indicada era a morte civil. A morte física era designada

unicamente pela expressão “morte natural”.¹⁷

Silvia Lara também discorreu sobre esse assunto, de forma semelhante a Hespanha afirma que as expressões “moura por ello” e “morra por isso” corresponderiam à condenação à morte civil. O que segundo Lara consistia na perda de bens e qualquer grau social, o criminoso se tornava infame pelo delito cometido, e segundo alguns estudiosos poderia ainda equivaler a pena de degredo. A autora considera que seriam as expressões “morrer por ello/por isso morte natural” que condenariam à morte física, compartilhando assim do mesmo entendimento do historiador português de que a extinção da vida corpórea do delinquente era designada pelo termo “natural”.¹⁸

Contrastando os significados de “moura por ello” / “morra por isso” defendidos por Braga da Cruz

¹⁶ CRUZ, Guilherme Braga da. Op. Cit., p.430-431.

¹⁷ HESPANHA, António Manuel. Caleidoscópio do Antigo Regime. São Paulo: Alameda, 2012., p. 150.

¹⁸ LARA, Silvia Hunold. (org.). Op. Cit., p.23.

(morte na força) e por Hespanha e Lara (morte civil) busquei investigar ambas as possibilidades na análise das Ordenações. Em primeiro lugar, não identifiquei condenações com a expressão “morte civil” na legislação, assim entendo que a condenação a este tipo de morte não era feita a partir dessa expressão nos Livro V de nenhuma das duas Ordenações. Além disso, em um primeiro momento recorrer as determinações analisadas não me esclareceu o significado das expressões “moura por ello”/“morra por isso”.

Com o desenvolvimento da pesquisa, tomar um posicionamento a respeito deste assunto se mostrou uma tarefa bastante complicada e ao mesmo tempo fundamental, na medida em que a discussão a respeito do significado da expressão “moura por ello/morra por isso” trouxe a constatação de que nem todas as expressões que indicavam a morte de fato exigiam a extinção da vida física do réu. Complementarmente, se considerarmos que a condenação à morte civil era feita a partir das expressões “moura por ello”/“morra por isso” e todas as outras expressões que não apresentavam o termo “natural” teríamos uma mudança significativa que implicaria diretamente no quantitativo de ações criminosas que demandaria a morte corpórea do transgressor.

Ao aprofundar meus estudos sobre as Ordenações, encontrei algumas indicações realizadas por Cândido Mendes no Livro V da edição comentada das Ordenações Filipinas¹⁹ que, além de ressaltar a complexidade deste debate, me trouxe um certo esclarecimento. Ao longo das inúmeras notas encontradas nos diferentes Títulos do Livro V, Cândido Mendes afirma que

apesar de a maioria dos juristas compreender que o “morra por isso” indicava um outro tipo de morte que não a física, isso não era um consenso ou uma regra estabelecida. Ao esmiuçar seus comentários, fica nítido que para Mendes, para elucidar se a condenação remetia a extinção física do criminoso ou não, era preciso além de atentar para a expressão condenatória presente, observar outros detalhes como: a graduação das penalidades de ações criminosas mais graves ou mais brandas; a utilização da expressão “não se fará execução se antes/ou primeiro no-lo fizerem saber”,²⁰ que só era demarcada em casos de punição com a morte física. Tarefa que exige um cuidado especial na análise de cada informação presente nos Títulos. Foi a partir desta lógica que desenvolvi a categorização deste estudo.

Não obstante, essa indicação não respondeu todas as minhas perguntas. Também era preciso entender em que consistia a dita “morte civil” anunciada pelos autores anteriores, que da mesma forma que o “morra por isso”, não foi muito bem explicada. Para tal, me apoiei no estudo de Maristela Toma, *Imagens do Degredo – História, Legislação e Imaginário*.²¹ Toma utilizou a perspectiva que há pouco indiquei ter observado nos comentários de Cândido Mendes. No entanto, precisou ir além do que foi assinalado pelo autor para conseguir estabelecer um entendimento do que seria a tão afamada “morte civil”. Deste modo, a autora se pautou nas diferentes interpretações que indiquei acima em

¹⁹ Ordenações Filipinas: Livro V. Reprodução fac-símile da 14ª edição, feita por Cândido Mendes de Almeida [1870]. Lisboa, Calouste Gulbenkian, 1985.

²⁰ Estas advertências foram detectadas nas determinações dos Livros V e significavam que antes que a pena fosse aplicada, o caso deveria ser remetido para a Coroa que confirmaria ou não a adequação da pena.

²¹ TOMA, Maristela. *Imagens do degredo: história, legislação e imaginário* (a pena de degredo nas Ordenações Filipinas). 2002. 207p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas, SP. Disponível em: <http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279178> Acesso em: 16 jun. 2021.

conjunto com as perspectivas de Timothy Coates e Janaína Amado. Assim estabeleceu que morte civil e degredo não consistiam em termos que se remetiam mutuamente. Para Toma, a morte civil consistia em um tipo de degredo, aquele que era combinado com o confisco de bens. Não obstante, não determinou o quanto duraria o degredo estabelecido pela morte civil.²²

Acredito que uma análise combinada entre as determinações presentes nas Ordenações e os processos condenatórios da pena de morte, ou seja, o discurso legal e a prática da pena capital, seria um caminho viável para auxiliar a elucidação de que tipo de morte seria indicado pelas expressões “moura por ello/morra por isso” e em que consistia a “morte civil”. No entanto, neste momento me reduzo aos objetivos práticos dessa pesquisa, realizar uma investigação das determinações legais referentes a pena de morte presentes nestas Ordenações.

Refletindo acerca da utilização do termo “natural” para designar a morte física, Cândido Mendes explica que a adoção desta nomenclatura surgiu justamente pela necessidade de distinguir os dois tipos de condenação à morte que indiquei, a morte física do corpo do criminoso e a morte civil do delinquente.²³ No entanto, é difícil precisar o motivo da utilização do termo natural para a morte física, compreendo que esta denominação causa um certo estranhamento visto que estamos habituados a relacionar a ideia de morte natural a uma morte ocasionada por problemas de saúde ou decorrente de um estado avançado da idade. Ao buscar por ambas as expressões nos dicionários de época, encontrei que segundo Bluteau, a

“morte civil” privava o indivíduo do seu direito de cidadão, ou da sua liberdade.²⁴ Apesar de não ter encontrado definição de “morte natural” no mesmo dicionário, ao averiguar a definição de natural me deparei com uma indicação bastante interessante.

Dentre os exemplos da utilização da palavra “natural”, Bluteau apresentou os “humores naturais”. Segundo o autor, no campo da medicina, os humores naturais se relacionam com as “doenças que estão no sangue”, enfermidades que de alguma forma se manifestam no corpo, fisicamente.²⁵ Com intuito desvendar os possíveis significados da “morte natural” busquei fazer uma analogia com o sentido de “natural” atribuído em “humores naturais”. Com isso, entendi que da mesma forma que em “humores” o natural presente em “morte natural” estaria ligado ao sangue, ao que é físico, por conseguinte a extinção da vida. Já no dicionário de Antonio de Moraes Silva encontrei as duas expressões presentes na definição de “Morte”, indicadas da seguinte forma:

MORTE – O fim da vida animal, ou vegetal, a separação da alma do corpo, por doença, ou a ferro, fogo, veneno, e se diz natural. § A Morte Civil padece o que fica infame, por algum delito e perde os bens, e toda a graduação, que tinha como cidadão, como nobre, “morte civil, que seria degredo para o Brasil, para sempre”.²⁶

²² TOMA, Maristela. Op. Cit., p.113-114.

²³ MENDES DE ALMEIDA, C. Código Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal. Quinto Livro. 14ª Edição. Brasília: Senado Federal, 2004. (Edições do Senado Federal – Vol. 38-D), p. 1175.

²⁴ BLUTEAU, Raphael. Vocabulario portuguez & latino: áulico, anatômico, architectonico...Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8v. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/1> Acesso em: 5 de agosto de 2017, p. 332.

²⁵ Ibidem, p. 685.

²⁶ SILVA, Antonio Moraes. Dicionario da lingua portugueza - recompilado dos vocabularios impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por Antonio de Moraes Silva. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <http://dicionarios.bbm.usp.br/pt-br/dicionario/edicao/2> Acessado em 5 de agosto de 2017, p. 320.

Isto posto, considerando todas as definições e interpretações de morte natural expostas até agora, conclui que inalteradamente ela se remetia a extinção da vida corpórea do criminoso. Enquanto percebi que apesar de não haver um consenso em relação ao significado de morte civil, ela esteve relacionada atribuição de infâmia ao delinquente, perda de seus bens e prestígio social e/ou degredo.

Um outro caminho que encontrei para tentar compreender a adoção do vocábulo “natural” na condenação da morte física foi através dos estudos de Michel Foucault. Nos guiando pelo pensamento do filósofo podemos considerar que a nomenclatura de “morte natural” se justificaria pelo direito natural de vida e morte que o rei tinha sobre seus súditos. Foucault identifica este aspecto como um dos atributos da teoria da monarquia que determinava o rei como fonte de justiça, lei e poder. Assim, o filósofo aponta o direito de vida e morte que o soberano tinha sobre seus súditos, de um modo geral significando a sua capacidade de “fazer morrer e deixar viver”.²⁷

Perspectiva assaz interessante, mas que deve ser considerada com bastante cuidado na medida em que o entendimento de poder monárquico no Antigo Regime luso adotado aqui é distinto do que Foucault compreendia a respeito da natureza do poder real na modernidade. Enquanto sigo a concepção de um poder real central que dependia de poderes periféricos, Foucault trabalhou com a compreensão de um poder absoluto do rei. No entanto, acredito que esta reflexão possa ser relacionada com a construção simbólica da versão

mais severa da imagem do rei português que se equilibrava na dualidade daquele que ameaça e perdoa, conforme indicado por Hespanha. Considerando estas ressalvas, entendo que a explicação sobre o conceito de “morte natural” desenvolvida à luz dos estudos de Foucault também tem espaço neste trabalho.

Por fim, buscando finalizar as minhas tentativas de estabelecer o significado do termo “natural” presente nas condenações a morte física, me remeto agora à Tomás Y Valiente. O autor estabelece que o entendimento de Direito Natural estaria relacionado à Ordem Natural estabelecida por Deus, conjecturo então que possivelmente a morte física seria denominada natural por consistir em uma punição baseada na vontade divina que penalizava aquele que rompeu a sua ordem previamente estabelecida.²⁸ Ressalto que, apesar de não conseguir identificar especificamente o sentido do termo “natural” presente nas expressões condenatórias que denotam a perda da vida física, busquei aqui realizar um exercício e lançar algumas especulações que possam nos fazer refletir a respeito do significado deste termo atrelado a pena de morte.

Destarte, realizei o seguinte exercício, as expressões indicadas no Quadro 1 foram divididas em dois grupos, organizados de acordo com a forma de condenação à morte que elas remetiam – condenação direta à morte física, por apresentar o termo “natural” ou condenação genéricas, que demandavam a análise de todas as prescrições para que fosse determinado se a referência era à morte civil ou a morte física.²⁹ A partir destas

27 FOUCAULT, Michel. *Microfísica do Poder*. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979. p. 122; FOUCAULT, Michel. *Os Anormais: Curso no Collège de France (1974 – 1975)*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. p. 23; 30; FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade – Curso no Collège de France (1975-1976)*. 2ª Ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010, p. 202; 208.

28 TOMÁS Y VALIENTE, Francisco. “El derecho penal como instrumento de gobierno”. *Estudis: Revista de Historia Moderna*, nº250, Universidade de Valencia, 1996, p. 252-253; 261.

29 Ainda que a expressão “Seja queimado e feito por fogo pó” não contenha o termo “natural”, entendi que ela exaltava seu caráter de punição corporal, por conta disso a

QUADRO 2: Identificação e quantitativo de formas de condenação à morte e modo de execução presentes nas Ordenações Manuais e nas Ordenações Filipinas

FORMAS DE CONDENÇÃO E MODO DE EXECUÇÃO	ORD. MANUELINAS	ORD. FILIPINAS	EM COMUM
Morte natural	61	68	61
Morte naturalmente cruel	7	7	7
Morte natural de fogo	5	5	5
Morte natural na forca	-	1	-
Morte natural na forca para sempre	1	1	1
Até morte natural	4	4	4
Pena de morte civil	5	5	5
Até pena de morte (civil ou natural)	1	1	1

FONTES: ORDENAÇÕES Manuais, Livro V; ORDENAÇÕES Filipinas, Livro V.

considerações apresento a reorganização das expressões no quadro acima e a quantidade de ações criminosas atribuídas à cada forma e modo de execução identificadas nas Ordenações Manuais, nas Ordenações Filipinas e as ocasiões em que as duas Ordenações elegeram a mesma forma ou modo de execução para a mesma violação da lei.

A partir deste quadro notamos que a indicação do modo e da forma de execução da pena de morte pelas Ordenações Manuais e Filipinas se deu de forma muito semelhante. As indicações de condenação à morte natural, simplesmente, sem grandes detalhes sobre como ela deveria ser aplicada foi a maioria nas duas Ordenações. Além disso, é perceptível que as indicações de extinção da vida física do criminoso são a maioria.

Com o objetivo de deixar isto ainda mais claro, apresento o Quadro 3 (abaixo) que contém a quantidade de ações criminosas identificadas nos Livros V de ambas as Ordenações como merecedoras de condenações à morte (de um

modo geral) e depois aquelas que consegui identificar como sendo condenações a morte física, a partir das considerações que indiquei previamente. O que não quer dizer necessariamente que a diferença entre esses números é igual a quantidade de condenações a morte civil, porque, como vimos, dentre eles existe também algumas ocasiões em que a pena ficaria ao arbítrio do juiz e a morte física seria uma de suas possibilidades de punição. Além de casos em que não fica claro qual o tipo de morte que está sendo indicada. Como o foco deste trabalho é analisar a morte física, ela foi a priorizada nesta tabela.

No Quadro 3 é possível observar que nas Ordenações Manuais temos 85 ações criminosas puníveis com a morte, dentre estas ações, 74 demandavam especificamente a execução física do réu. Ao atentar para as Ordenações Filipinas, temos 92 ações criminosas que demandavam a pena de morte. No entanto, dentre estas ações, apenas 82 atos ilícitos que deveriam condenar a extinção física do criminoso. Ao observar neste momento a quantidade total de ações criminosas, 85 nas Ordenações Manuais

incluí no grupo das expressões que condenam diretamente à morte física.

QUADRO 3: Total de ações criminosas presentes nas Ordenações Manuêlinas, nas Ordenações Filipinas, e em comum nas duas ordenações, que preveem a morte e a morte física como punição

ORDENAÇÕES	TOTAL DE AÇÕES CRIMINOSAS	
	MORTE	MORTE FÍSICA
Manuêlinas	85	74
Filipinas	92	82
Em comum	84	73

FONTES: ORDENAÇÕES Manuêlinas, Livro V; ORDENAÇÕES Filipinas, Livro V.

e 92 nas Ordenações Filipinas, nos deparamos com o quantitativo de 84 ações criminosas em comum, isto é, 84 atos ilícitos previstos pelas Ordenações Manuêlinas como merecedores da pena de morte que se mantiveram nas Ordenações Filipinas dignos das mesmas penas. Todavia, destas apenas 73 solicitavam especificamente a morte física.

Nota-se que houve pouca variação no quantitativo de ações criminosas que eram passíveis da pena de morte física ou civil, com a mudança das Ordenações. Com isso, é possível assinalar que apesar de a historiografia ressaltar a severidade do Livro V das Ordenações Filipinas – como o fez Silvia Lara, por exemplo, ao indicar que foi “chamado por muitos de ‘monstruoso’ ou ‘bárbaro’ ”³⁰ –, pouco se falou do mesmo volume das Ordenações Manuêlinas. Tal quantitativo nos mostra que o código penal promulgado em 1521 era tão rigoroso quanto o seu sucessor. A substituição das Ordenações Manuêlinas pelas Ordenações Filipinas consistiu mais numa reorganização da legislação vigente com atualização da linguagem do que em uma real mudança nas leis, pelo menos no que diz respeito às determinações referentes a pena última.

Bárbara Alves Benevides é Mestre em História Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).

³⁰ LARA, Silvia Hunold. (org.). Op. Cit., p. 40.

Artigo

A “CÓPULA DA NAÇÃO” : Jorge Amado como um demarcador cultural para o cinema brasileiro (1970-1977)

Por Romário de Moura Rocha

RESUMO: O presente artigo tem por pretensão traçar uma análise histórica da influência que intelectuais como Jorge Amado e Gilberto Freyre desempenharam na elaboração da ideia da identidade nacional miscigenada, partilhada por setores culturais a exemplo do cinema feito na década de 1970. Especificamente, centramos nossa análise na figura do romancista, nos seus diálogos culturais, sobretudo a herança freyriana em sua obra, buscando em suas narrativas os lócus desejáveis de compreensão da nação mestiça almejados por alguns cineastas brasileiros, em meio a política cultural do regime ditatorial. Para tanto, nos aportaremos nas discussões em torno das obras literárias, fílmicas e autobiográficas. Entre as principais referências estão Roger Chartier, Michel Foucault, Antônio Sérgio Alfregio Guimarães.

Palavras-chave: Nação. Cinema. Literatura. História. Jorge Amado

Introdução

O olhar amadiano que juntamente com Gilberto Freyre ajudou a fundar o Brasil moderno, sempre esteve presente, desde os anos 30, nos filmes brasileiros e, mais recentemente, em novelas e seriados de TV. (Nelson Pereira dos Santos, 1997)¹

Quando em 1931, o jovem romancista baiano, Jorge Leal Amado de Faria, lançou seu romance de estreia, intitulado de O País do Carnaval, o Brasil era palco

de profundas transformações políticas e culturais, e pairava sob um cenário de indefinições. Foi justamente esse aspecto que mais transpareceu no enredo daquele livro.² Naquelas condições históricas, muitos nomes da intelligentsia brasileira moveram-se frente a esse quadro numa direção convergente: perscrutar as raízes constitutivas da identidade nacional.

O anseio de propor uma interpretação para o Brasil ganhava novos rumos, contudo resgatando antigos tópicos já presentes desde o século XIX,

¹ SANTOS, Nelson Pereira dos. In: FRANCESCHI, Antônio Fernando (Org.). Cadernos de Literatura Brasileira n.3: Jorge Amado. São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1997. p. 29

² BUENO, Luís. Os três tempos do romance de 30. Teresa revista de literatura brasileira, n.3, 2002, p.254-283. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/teresa/article/view/121151/118116>>. Acesso em: <10/07/2018>. pp. 254-283.

revisitados por outros parâmetros, na busca por traduzir interna e externamente uma ideia de Brasil. O sociólogo Gilberto Freyre, que viria a se tornar um dos principais nomes canonizados nesse esforço de compreensão da formação social brasileira, logo elencava em seu *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal* (1933), que o seu sentimento era de “como se tudo dependesse de mim e de minha geração”, e se punha frente ao que para o intelectual era a principal problemática de seu estudo: a “miscigenação.”³ Por isso esse período histórico ser compreendido, em vista ao que Carlos Guilherme Mota nomeia de “Redescobrimento do Brasil.”⁴

A princípio, tomamos essa fase histórica da década de 1930 como referência à recorrência nos meios artísticos e intelectuais em colocar no horizonte de seus ofícios o fazer ver o Brasil, pensado como detentor de uma série de elementos que, “descobertos”, revelariam a verdadeira face da nação. Ou seja, visamos descortinar os engendramentos que tomavam a nação como um dado natural, carecido apenas de ser capturado em sua essência, quando em verdade fazem parte de uma operação discursiva que fomenta uma imagem legitimada pelos agentes de poder em ação.⁵ Nessa guinada, sujeitos foram erigidos sob a forma de cânones

culturais, e formataram um pensar sobre o Brasil a partir de uma *linha evolutiva*,⁶ da qual apenas uns poucos a integraram e compuseram as noções mais delimitadas de nosso reconhecimento enquanto povo.

Foi nesse amálgama que o escritor Jorge Amado, já somando uma trajetória de atuação política e cultural notáveis, foi forjado sob o signo de um demarcador cultural para seus contemporâneos. A miscigenação, e a Bahia como a geografia onde espelharia melhor essa característica por sua democracia racial,⁷ funcionou como um dos principais temas pelo qual passou a ser identificada a sua literatura, sobretudo a partir dos anos 1960 se estendendo pelas décadas posteriores a 1970.

Olhando para o contexto que medeia os anos 1970-1980, o cinema nacional passava por longos debates acerca do conteúdo e estética dos filmes. Como elenca o historiador Santiago Júnior, os antigos arautos do chamado Cinema Novo, foram desafiados a conviver com a interferência direta do Estado ditatorial no setor, além do desenvolvimento da indústria cultural, e serem capazes de não abandonarem por completo seus antigos ideais de escamotear a realidade brasileira, e não se apartarem das aspirações de um cinema engajado na participação e promoção da identidade nacional. Foi a partir das noções de nacional e popular, apostando em temas como a miscigenação brasileira, e o universo amadiano, que muitos deles construíram seus filmes sob a égide de signos capazes de tornar as produções mais identificáveis com seu público, sem supostamente abandonar o ideal nacionalista de

3 FREYRE, Gilberto. *Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal*. Ed. 50ª. São Paulo: Global Editora, 2006. p. 15.

4 MOTA, Carlos Guilherme. *Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica*. São Paulo: Editora 34, 2008.

5 As contribuições de Foucault permitem deslocar o sentido da naturalização do objeto histórico, problematizando-o, e questionando os fatores que tenderam a supostamente apresentá-lo como algo dado e acabado. BRANCO, Edwar de Alencar Castelo. *Fazer ver o que vemos: Michel Foucault – por uma História diagnóstica do presente*. História Unisinos, São Leopoldo, v. 11, n. 3, set.-dez. 2007. p. 321-329.

6 BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco. Op. cit.

7 Para um aprofundamento no debate sobre “democracia racial”: GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, Raças e Democracia*. São Paulo: editora 34, 2002.

levar às telas *imagens brasileiras*.⁸

Por tal proceder, buscaremos justamente compreender o processo de elaboração de um dado referente cultural – no caso específico de Jorge Amado – através do lugar social de artista e intelectual, do qual se teria as bases mais acabadas e formuladas sobre os signos postos enquanto identificação dessa almejada nação. Ademais, pretendemos analisar o modo pelo qual a cinematografia nacional se inseriu pesadamente nesses debates, concorrendo decisivamente para a construção da ideia de nação aportada em signos como a dita miscigenação racial brasileira.

A invenção da nação: o mito das três raças

Inventar a nação. Eis um dos principais esforços pelos quais a intelectualidade brasileira mais se deteve nos dois últimos séculos.⁹ Com o intuito de propor uma interpretação do Brasil, ou melhor, conhecer a realidade e a identidade cultural do país, figuras como Jorge Amado teceram em seus escritos signos que historicamente foram marcando o pensamento social brasileiro. Homens de letras, pintores, cientistas sociais, intelectuais em geral, integraram durante muito tempo esse grupo de desbravadores desse paraíso inconcluso; e não tardaria para que em meados do século XX, cineastas engajados buscassem em seus postos esse empreendimento, reivindicando para o seu métier o título de arautos das imagens genuinamente brasileiras.

8 SANTIAGO JR, Francisco das Chagas Fernandes. *Imagens do candomblé e da umbanda: etnicidade e religião no cinema brasileiro nos anos 1970*. Niterói/ Teresina, 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História.

9 BRESCIANI, Stella. *Identities Inconclusas no Brasil do século XX – Fundamentos de um lugar-comum*. IN: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. pp. 403-429

Historicamente, data do século XIX, em meio aos esforços de definição de um Estado-Nação para as configurações sociopolíticas do Brasil, a imagem do país como um lugar miscigenado, dado o cerne de seu processo de formação social identificado pela mescla das “três raças”. Instituições como o IHGB, tiveram papel central nesse processo,¹⁰ e é de suas fileiras que sai, por exemplo, o principal modelo que fortaleceu a interpretação do Brasil sobre a mistura entre as três matrizes, que seria a monografia de Karl Friedrich Phillip Von Martius, de título sugestivo, “*Como se deve escrever a história do Brasil*”.¹¹

Essa constatação, segundo Lília Mortiz Schwarcz, aos poucos assumia, nos institutos científicos fundados em fins do século, aspecto negativo pelo olhar do racismo científico que classificava as gentes como degeneradas.¹² Em contra partida, o processo de positivação, tal qual se faria presente em Jorge Amado, sobre a miscigenação, se originaria em contextos posteriores, em que o sinal apenas se invertia, mas os termos racialistas permaneciam. Ou seja, biologicamente e culturalmente éramos definidos como mestiços de sangue enriquecido, e por isso física e mentalmente fortalecidos.

A partir da década de 1930, a obra do pernambucano Gilberto Freyre passou a desempenhar parcela fundamental nesse novo olhar positivo sobre a composição racial da nação. Lançado em 1933, *Casa-Grande & Senzala*, foi

10 GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico brasileiro e o projeto de uma história nacional*. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, n. 1, 1988, p. 8

11 MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. *Como se deve escrever a história do Brasil*. *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro 6 (24): 389-411. 1845.

12 SCHWARCZ, Lília Mortiz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições, e questão racial no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

responsável por compor um quadro de análise histórica e sociológica em que essa assimilação da miscigenação influenciaria muitos intelectuais e artistas ao longo do tempo. Notadamente, entre esses estaria Amado, identificado por Schwarcz como “O artista da mestiçagem”, colocando o sociólogo como o “pai da ideia” e o romancista como seu “grande artista e divulgador”.¹³

Indubitavelmente, temos em Jorge Amado a influência direta da análise sociológica de Freyre em diversos pontos. Como assevera o historiador Ronaldo Vainfas, um de seus aspectos mais inovadores daquela obra foi ir na contramão das teorias racistas que dominavam a época, pensando “a mestiçagem no Brasil em termos histórico-antropológicos, e não somente raciais”, de forma que pensou a cultura e biologia “valorizando em pé de igualdade as contribuições do negro, do português e – em menor escala – do índio”.¹⁴

Desse modo, identificamos em boa parte da literatura de Amado a forte presença da miscigenação compreendida enquanto o imbricamento tanto biológico e, sobretudo dos valores culturais que aqui se mesclaram. Tanto na obra do sociólogo quanto na do romancista, o mosaico de cores, sabores, religiosidade, crenças, a “mulata”, o português e o africano, e demais tópicos do imaginário social, aparecem enquanto constituintes diretos do atravessamento histórico que conferiu, nas suas visões, um “caráter” único ao brasileiro, e assim, o quadro denominado de “Brasil”.

Isso nos faz retornar ao pensamento inicial da epígrafe desse trabalho, quando o cineasta Nelson Pereira dos Santos apontava para o caráter eminente da influência que Amado e Freyre imprimiram sobre as artes audiovisuais. Disso podemos considerar que a legitimação dessa visão concorreu para o fato de que a maneira como aqueles que se posicionavam no intento de compreensão do nacional, no que diz respeito aos representantes do cinema, tomaram por referência de seu pensamento as figuras antes postas por nomes já consolidados no imaginário brasileiro, e disso produziram suas visões de mundo e a veicularam por outras matizes, sem contudo se apartarem das antigas referências.

De Freyre a Amado, a “cultura brasileira” nos anos 70

Os transcurso para a década de 1970 foram notadamente marcados por uma série de transformações no âmbito da cultura, que veio se somando ao longo de fins de 1960, e que magnetizaram a ação do Estado ditatorial na área da política cultural como um todo. Questões relacionadas à defesa de uma política nacional para a cultura angariaram a noção de “identidade nacional”, e quais os elementos comporiam essa identificação, na delimitação de um conceito de cultura homogeneizante, e, sobretudo pensada a partir de enunciados proposto por intelectuais já consagrados em âmbito nacional. O campo cinematográfico seria um dos que veriam uma intervenção desse mote, seja no quesito de investimentos ou no plano ideológico e temático.

Nesse âmbito, a atuação do Conselho Federal de Cultura – CFC funcionou como um verdadeiro centro autorizado, enquanto instituição, a conferir legitimidade e autenticidade ao que era produzido em termos de substrato

13 SCHWARCZ, Lilia Mortiz. O artista da mestiçagem. In: _____. (Org.). O universo de Jorge Amado: orientações para o trabalho em sala de aula. 1 Ed. São Paulo: Companhia das Letras, V. 2., 2009. p. 39.

14 VAINFAS, Ronaldo. Casa-grande erótica: a sexualidade na obra prima de Gilberto Freyre. In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do; VAINFAS, Ronaldo (Org.). História e Historiografia. Recife: Bagaço, 2006. p. 29-30

artístico.¹⁵ Fundado em 1966, faria veicular as ideias de um de seus mais notórios integrantes, o sociólogo Gilberto Freyre, bem como uma política cultural, sistematizada no documento de 1975, a Política Nacional de Cultura – PNC,¹⁶ que pregava por base a homogeneização social, para o “fortalecimento da nacionalidade”, valorizando os aspectos regionais, e portanto, “resultante da aculturação partilhada e difundida pela comunidade nacional”.¹⁷ As discussões em torno do nacional, ou a série de elementos capazes de conformar uma visão de “cultura nacional”, movimentaram os componentes do conselho na direção de gestar, em verdade, um projeto conservador.

Desse modo, a leitura de Gilberto Freyre, elaborada nos anos trinta, e retomada naquele contexto da década de 70, ganhava cada vez mais espaço, principalmente porque em sua linguagem “Seriam os brasileiros, pois, donos de uma identidade mestiça que se expressava no calor dos trópicos, e essa tropicalidade lusa se tornaria, nesse sentido, sua teoria interpretativa do Brasil.”¹⁸ Naqueles anos, ao ingressar nos dispositivos oficiais da cultura, principalmente o CFC, Freyre levaria o discurso da região Nordeste como lugar da cultura,¹⁹ e se irradiaria com “uma autoridade que lhe permitia legitimar ou descredenciar

outros discursos.”²⁰ Além disso, suas ideias foram decisivas para o fundamento das políticas culturais oficiais ancoradas nas “possibilidades de leitura do Brasil organizadas sob a celebração de sua sociedade que, pretensamente, festejava sua mistura étnica.”²¹

Nesse interim, a miscigenação é constantemente positivada, e compreendida sob o aspecto de nossa melhor característica, além de comungar da ideia de que “não vê solução mais satisfatória para os problemas de conflito entre grupos étnicos que a miscigenação: a solução brasileira”²² – concepção muito difundida que sustentou no imaginário estrangeiro o mito do Brasil enquanto um país livre do racismo.

Essa perspectiva era amplamente defendida também por Jorge Amado ao longo de sua carreira. Em *Tenda dos Milagres* (1969), por exemplo, o autor conceituou essa dimensão enquanto cerne do nosso “humanismo”: a “contribuição brasileira à solução do problema de raças”.²³ Na visão do artista, o Brasil dava ao mundo um verdadeiro exemplo por ser a sociedade gestada a partir de transcursores históricos os quais permitiram o enriquecimento racial e cultural de suas gentes ao sincretizar as diferenças e delas fazer surgir algo novo, enriquecido através de diversos elementos que conformaram a nossa originalidade.

Claramente, tal maneira de observar a sociedade brasileira difunde-se e é recepcionada

15 Sobre o lugar institucional que legitima os discursos ver: FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2014. Ver também: CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

16 BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. (1975). *Política Nacional de Cultura*. Brasília: Departamento de Documentação e Divulgação.

17 AZEVEDO, Sônia Cristina Santos de. Ditadura Militar Brasileira e Política Nacional de Cultura (PNC): algumas reflexões acerca das políticas culturais. *Revista Brasileira de Sociologia*. Vol. 04, N. 07, Jan. Jun, 2016. p. 323, 324.

18 BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco. Op. cit. p.40

19 BHABHA, Homi K. *O local da cultura*. Ed. 2. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

20 BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco. *Visionários de um Brasil profundo: invenções da cultura brasileira em Jomard Muniz de Britto e seus contemporâneos*. Teresina: EDUFPI, 2018. p. 35

21 BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco. Op. cit. p. 62

22 FREYRE, Gilberto. O Brasileiro como Tipo Nacional de Homem Situado no Trópico e, na sua maioria, moreno: Comentários em Torno de um Tema Complexo. *Revista Brasileira de Cultura*, ano II, n. 6, out.-dez. 1970, pp. 4-57. p.43

23 AMADO, Jorge. *Tenda dos Milagres*. Ed. 25°. Rio de Janeiro: Record, 1981. p. 328

por outros setores culturais vinculados diretamente ao clima cultural vivenciado por aquelas circunstâncias históricas. Nessa, a visão canônica, portanto legitimadora, de Freyre sobre o dizer a brasilidade teria profundos lastros no substrato artístico. A literatura amadiana, inserida cada vez mais nesse debate étnico, passou a representar as imagens da aquarela brasileira, percorrendo o mundo na divulgação do Brasil como esse país ideal que convive na diferença, e tem em seu caráter miscigenado o exemplo para outras partes do globo.

Atmosfera literária: opções e estratégias para o cinema brasileiro

(Bahia, 1974 – nudismo)

Em 1974 deu-se a casualidade de se encontrarem ao mesmo tempo na Bahia três equipes de cinema, uma francesa, duas brasileiras, filmando adaptações de livros meus, boa parte das filmagens aconteceu na área do Pelourinho, cenários de vários romances de minha autoria. Ali Nelson Pereira dos Santos, assistido pelo filho Ney e pela sobrinha Tizuka montou o escritório da produção de Tenda dos Milagres, enquanto Bruno Barreto o fazia no largo da Palma, para Dona Flor e seus dois maridos. Marcel Camus, os bolsos repletos de francos franceses para produzir *Os pastores da noite*, alugara o antigo terreiro do Caboclo Pedra Preta, casa de santo onde fui, em tempos idos, levantado ogan de Yansã por Joãozinho da Gomeia.²⁴

A narrativa memorialística de Jorge Amado, em *Navegação de Cabotagem*, representa bem o que o mesmo chamou de “casualidade”, o encontro, em 1974, de três cineastas que transformaram o Largo do Pelourinho num verdadeiro set de filmagens. Uma primeira coisa a se pensar a esse

fato é levantarmos o questionamento acerca do por que três diretores, diferentes em carreira – entre eles um estrangeiro –, se reuniram no mesmo lugar para adaptar três romances do escritor baiano; ou seja, existia um alinhamento temático nessas escolhas de filmagem? De fato, devemos considerar que a atmosfera literária, recriada nos romances do escritor, afetou os produtores, uma vez que seus livros transportavam, pelo imaginário, aos sabores, sons, climas e o movimento das gentes da cidade da Bahia de Todos os Santos que se faziam presentes nas sensações dos leitores/cineastas.²⁵

Por um lado, as histórias que emergem de sua literatura transposta às lentes das câmeras é esse agente temático; e por outro, o escritor se colocou no lugar daquele que se envolve no campo cinematográfico, tomando seus problemas, e assumindo papel decisivo nas soluções mais urgentes, além de oferecer a cidade baiana enquanto palco dos melhores enredos sobre a condição brasileira. De fato, Amado possui um histórico de ligação com diversos nomes do cinema tanto nacional como internacional, todavia são os temas de sua literatura catalizador da aproximação com a sétima arte. E nesse contexto, estão relacionados processos históricos que influíram nas opções e estratégias políticas e estéticas dos filmes do e sobre o Brasil.

Sendo assim, a “casualidade”, em verdade é uma convergência orientada por uma série de signos que concebem a cidade da Bahia de Todos os

²⁴ AMADO, Jorge. *Navegação de Cabotagem*: apontamentos para um livro de memórias que jamais escreverei. Rio de Janeiro: Record, 1992. p. 360

²⁵ Atmosfera literária, como empregada aqui, recobra as análises literárias de Hans Ulrich Gumbrecht sobre o conceito de *Stimmung* – atmosfera – ao demonstrar como a literatura, mas também as artes visuais, são imbuídas de “estados de espíritos” que transportam nossa imaginação até as dimensões dos sentidos físicos que nos fazem lembrar ou experimentar sensações próprias de um dado lugar ou contexto. Ver em: GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Atmosfera, ambiência, Stimmung*: sobre um potencial oculto da literatura. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2014.

Santos sob o reflexo de polo que melhor exprime a face da nação, e a aproximação da busca pelo “caráter brasileiro”. Os filmes – homônimos aos romances – têm em comum a marca de abordar a miscigenação baiana, o carnavalesco, o sensual, o popular, entre outros tópicos da literatura amadiana, num contexto de época em que era essa a noção mais difundida da assim concebida “cultura brasileira” e identidade nacional.

Os debates e ações que vinham pairando naquele decênio incidiram fortemente sobre tais vieses. Os embates em torno dos rumos do cinema brasileiro estiveram ligados a esses novos parâmetros em que a ação da política cultural do Estado, como vimos anteriormente, influenciou consideravelmente nas produções e consequentemente na crítica cinematográfica.

Fundada em 1969, a Empresa Brasileira de Filmes S.A – Embrafilme, se tornou um dos mais importantes investimentos estatais para a área, que oficializou e ao mesmo tempo conseguiu trazer muitos adeptos do cinema artesanal, para o mercado dos longas-metragens, através do financiamento destinado à várias produções e distribuição de filmes em escala internacional. Logo a empresa se mostraria como um poderoso instrumento para a ação estratégica do regime militar, influenciando decisivamente nas escolhas temáticas voltadas para o caráter nacional e popular dos filmes, tais como o “filme histórico e literário”.²⁶

O direcionamento conteudístico, que conciliava os tópicos mais aceitos pelo regime, e que de certa forma fazia parte da formação cultural dos cineastas, angariavam um provável diálogo – tendo em vista que eram artistas da esquerda

– com aqueles que “defendiam os valores nacionais”.²⁷ Um dos nomes que mais saíra na defesa de um cinema popular e comercial, nesses moldes, foi Nelson Pereira dos Santos. Este partia da ideia de um cinema popular no sentido de que revelar o povo nas telas, com temas igualmente populares, consequentemente traria o grande público às salas dos cinemas.²⁸

O cinema daquele decênio, trazia como ideal temático do cinema popular, representar o negro e sua cultura sob o signo da religiosidade, e ancestralidade, ainda mais num âmbito em que o Estado procurava assumir a “questão nacional” pela via dos temas populares, e das raízes de nossa formação, influenciando decididamente nas produções.²⁹ Esse fator não foi impasse aos cineastas ligados a uma tradição de pensar o Brasil a partir de sua formação étnica mestiça, influenciados por artistas e intelectuais como Jorge Amado e Gilberto Freyre. Pelo contrário, representou na verdade, oportunidade para fazer cinema em tempos difíceis, com apoio estatal, uma vez que seus projetos aparentemente se alinhavam no tocante a identidade.

No caso de Tenda dos Milagres, Pereira dos Santos lançou em meio ao debate sobre etnicidade a característica fundante do filme - e também do romance amadiano – que foi o fato de apresentar e defender a democracia racial, sendo a película apontada como representante da condição nacional e superação para o problema do racismo pela consciência de nossa “mulatice”. E reafirmaria a ótica de “defesa da mestiçagem

²⁶ AMANCIO, Tunico. Pacto cinema-Estado: os anos Embrafilme. ALCEU, v.8, n.15, Jul./Dez. 2007, pp. 173-184. p. 173.

²⁷ JORGE, Marina Soler. Industrialização Cinematográfica e Cinema Nacional-Popular no Brasil dos Anos 70 e 80. História: Questões & Debates, Curitiba, n. 38, p. 161-182, 2003. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2718/2255>>. Acesso em: <17/04/2020>. p. 172.

²⁸ Idem. p. 173, 175

²⁹ SANTIAGO JR, Francisco das Chagas Fernandes. Op. cit p. 71.

e da democracia racial” e consequentemente a “retomada de Gilberto Freyre.”³⁰

Cabe salientar que o terreno das representações não acontece de forma a convergir mimeticamente o referente e a(s) sua(s) representação(s). Como pondera Roger Chartier, as maneiras pelas quais os sujeitos, ou grupos sociais, produzem significados e compreensões sobre o mundo, são plurais e partem sempre de uma relação de forças. Além disso, as imagens cinematográficas, especificamente, ao proporem o retrato de uma realidade podem ser questionadas pelos seus receptores quanto ao valor representativo empregado a um determinado referencial.³¹

Isso fica notório no momento da recepção desses filmes nas circunstâncias históricas da década de 1970, uma vez que as fitas exaltadas pelos seus proponentes, ao resgatarem a democracia racial, e supostamente se direcionarem ao “povo” brasileiro, sobretudo representando a cultura negra, viriam as imagens de suas películas serem questionadas e rejeitadas justamente por aqueles as quais se destinavam. O processo de reafirmação étnica do movimento negro, que rejeitava a tese interpretativa do Brasil ancorada no mito do convívio racial,³² iria ver nos filmes a permanência de uma concepção que deveria em verdade ser negada.

O fato é que, tanto Amado como Freyre, são

30 SANTIAGO JR, Francisco das Chagas Fernandes. Op. cit. p. 82-83. Ver também: _____. Imagem, raça e humilhação no espelho negro da nação: cultura visual, política e “pensamento negro” brasileiro durante a ditadura militar. Topoi, v. 13, n. 24, jan.-jun. 2012, p. 94-110.

31 CHARTIER, Roger. A beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

32 PEREIRA, Amílcar Araújo. “O mundo negro”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995). Niterói, 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História.

marca intrínseca das imagens às quais aqueles artistas se debruçavam, num entrelaçar de referências que mesclam a diegese ficcional dos romances do baiano a se confundir com a análise sociológica do pernambucano, e assim definirem a existência desse “Brasil” miscigenado, com jeito próprio, original, e por assim dizer, nacional.

Considerações finais

Existe na maneira de projetar esse telos explicativo para a formação sociocultural do Brasil, o sentido de forjar no seu âmago os caracteres de uma Nação. Identidade, nacional; cultura, nacional; literatura, nacional; cinema, nacional. Ou seja, um conjunto de entrelaçamentos que se digladiam em vistas a conformarem todo um lastro sedimentado de identificação. E nesse complexo, duas dimensões rondaram a intelligentsia brasileira: que sujeitos estariam aptos a melhor descobrir nossa realidade identitária? E de qual lugar, espaços, traduziriam melhor essa fórmula? São questões que por si só levantaram verdadeiros cânones culturais.

Quando pensamos em abordar o sentido de um demarcador cultural, tínhamos por propósito estabelecer uma teia histórica da qual fosse possível visualizar condições de existência em que as visões de mundo, de utopias, partilhadas por um ator social como Jorge Amado emergiram com mais intensidade. Nesse âmbito, é possível percebermos que para além do cenário literário, suas obras transpuseram barreiras artísticas num sinal de elevar sua arte enquanto signo de questões entrelaçadas de um teor sociológico, e mesmo antropológico, nos intuitos de harmonizar arte e pensamento social dentro do fazer cinema.

Por fim, cabe elencar que historicamente a

intervenção estatal influenciou decisivamente nos meandros do que seja a “cultura brasileira” e seus autênticos formuladores. Numa pretensão de erudição, defendia-se a existência de uma cultura genuinamente brasileira, tributária de condições que permitiram conformar uma homogeneidade nacional. Para tanto, a identificação direta com todo aspecto a essa máxima ia sendo abarcada nas relações de troca entre Estado e setores culturais. Todo um referencial de época, e de nomes consagrados nacionalmente, como Amado e Freyre, funcionara enquanto opções e estratégias a um cinema carecido de fomento, e que se aportava em ideais estéticos e temáticos próximos, nem sempre concordantes, às condições daquele contexto histórico.

Romário de Moura Rocha é Mestrando pelo PPGHB/Universidade Federal do Piauí - UFPI

Referências

AMADO, Jorge. **Tenda dos Milagres**. Ed. 25ª. Rio de Janeiro: Record, 1981.

_____. **Navegação de Cabotagem: apontamentos para um livro de memórias que jamais escreverei**. Rio de Janeiro: Record, 1992.

ALBULQUERQUE JR, **Durval Muniz de**. **Territórios da revolta**. IN: A invenção do nordeste e outras artes. Ed. 3ª. São Paulo: Cortez, 2006.

AMANCIO, Tunico. **Pacto cinema-Estado: os anos Embrafilme**. ALCEU, v.8, n.15, Jul./Dez. 2007, pp. 173-184.

AZEVEDO, Sônia Cristina Santos de. **Ditadura Militar Brasileira e Política Nacional de Cultura (PNC): algumas reflexões acerca das políticas culturais**. Revista Brasileira de

Sociologia. Vol. 04, N. 07, Jan. Jun, 2016.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Ed. 2. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013.

BRESCIANI, Stella. **Identidades Inconclusas no Brasil do século XX – Fundamentos de um lugar-comum**. IN: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia (Org.). **Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível**. Campinas: Editora da Unicamp, 2001. pp. 403-429

BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco. **Visionários de um Brasil profundo: invenções da cultura brasileira em Jomard Muniz de Britto e seus contemporâneos**. Teresina: EDUFPI, 2018.

BUENO, Luís. **Os três tempos do romance de 30**. Teresa revista de literatura brasileira, n.3, 2002, p.254-283.

CALABRE, Lia. **Intelectuais e política cultural: o Conselho Federal de Cultura. Atas do Colóquio Intelectuais, Cultura e Política no Mundo Ibero-Americano**. Rio de Janeiro: Intellèctus, ano 05, v. II, 17-18 maio 2006.

CALIXTO, Carolina Fernandes. **Jorge Amado e a identidade nacional: diálogos político-culturais**. Rio de Janeiro, 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia.

CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

CHARTIER, Roger. **A beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes**. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

FOUCALT, Michel. **Microfísica do poder**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal**. Ed. 50ª.

São Paulo: Global Editora, 2006. p. 15

_____. **O Brasileiro como Tipo Nacional de Homem Situado no Trópico e, na sua maioria, moreno: Comentários em Torno de um Tema Complexo.** Revista Brasileira de Cultura, ano II, n. 6, out.-dez. 1970, pp. 4-57.

GOLDESTEIN, Ilana Seltzer. **O Brasil best seller de Jorge Amado: literatura e identidade.** São Paulo: Editora Senac, 2003.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Classes, Raças e Democracia.** São Paulo: editora 34, 2002.

GUIMARÃES, Manoel Luís Salgado. **Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico brasileiro e o projeto de uma história nacional.** Estudos Históricos, Rio de Janeiro, n. 1, 1988

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Atmosfera, ambiência, Stimmung: sobre um potencial oculto da literatura.** Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2014.

JORGE, Marina Soler. **Industrialização Cinematográfica e Cinema Nacional-Popular no Brasil dos Anos 70 E 80.** História: Questões & Debates, Curitiba, n. 38, p. 161-182, 2003.

MARTIUS, Karl Friedrich Philipp Von. **Como se deve escrever a história do Brasil.** Revista do IHGB. Rio de Janeiro 6 (24): 389-411. 1845.

MOTA, Carlos Guilherme. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974): pontos de partida para uma revisão histórica.** São Paulo: Editora 34, 2008.

PAZ, Vanessa Carneiro da. **Encontros em defesa da cultura nacional: o Conselho Federal de Cultura e a regionalização da cultura na ditadura civil-militar (1966-1976).** 2011. 140 p. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói.

PEREIRA, Amílcar Araújo. **“O mundo negro”: a constituição do movimento negro contemporâneo no Brasil (1970-1995).** Niterói, 2010. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História.

RAILLARD, Alice. **Conversando com Jorge Amado.** Trad. Annie Dymetman. São Paulo: Record, 1992.

SANTIAGO JR, Francisco das Chagas Fernandes. **Imagens do candomblé e da umbanda: etnicidade e religião no cinema brasileiro nos anos 1970.** Niterói/ Teresina, 2009. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História.

_____. **Imagem, raça e humilhação no espelho negro da nação: cultura visual, política e “pensamento negro” brasileiro durante a ditadura militar.** Topoi, v. 13, n. 24, jan.-jun. 2012, p. 94-110.

SANTOS, Nelson Pereira dos. In: FRANCESCHI, Antônio Fernando (Org.). **Cadernos de Literatura Brasileira n.3: Jorge Amado.** São Paulo: Instituto Moreira Salles, 1997.

SCHWARCZ, Lília Mortiz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições, e questão racial no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. **O artista da mestiçagem.** In: _____ (Org.). **O universo de Jorge Amado: orientações para o trabalho em sala de aula.** 1 Ed. São Paulo: Companhia das Letras, V. 2., 2009.

VAINFAS, Ronaldo. **Casa-grande erótica: a sexualidade na obra prima de Gilberto Freyre.** In: NASCIMENTO, Francisco Alcides do; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **História e Historiografia.** Recife: Bagaço, 2006.

Artigo

A HISTÓRIA EM TOM MENOR

Por Felipe Sanches Santos Barbosa

RESUMO: Em nosso artigo, pretendemos relacionar as premissas da Micro-história com os principais aspectos do gênero textual da Crônica. Reconhecendo os textos literários como documento e apreendendo estes como testemunhas expressivas de determinadas estruturas sociais. Nossa intenção é perceber as potencialidades das Crônicas como base documental para uma investigação de caráter microanalítico.

Palavras-chave: Micro-História, Crônica, História e Literatura

História e Literatura

Antes de falarmos exatamente sobre a relação entre a Crônica e a Micro-história, é preciso relacionar o saber histórico com o mundo literário, tal diálogo emergiu no contexto das grandes transformações observadas no campo historiográfico ao longo do século XX. Com o advento da Nova História Cultural, a ciência histórica passou por mudanças significativas, adveio uma renovação nos métodos e técnicas historiográficas, a mudança não ficou, apenas, no campo conceitual da história e no seu olhar temático, a ideia de tempo também foi modificada, as ferramentas de trabalho foram ampliadas e os assuntos foram diversificados. Em síntese,

tais desenvolvimento no campo historiográfico decorreram do debate interdisciplinar, que ocasionou trocas e diálogos enriquecedores, foram criados pontos de contato, muitas vezes conflitantes, com outras ciências como a Sociologia, a Antropologia, a Geografia e outros campos do saber. Nesse contexto, conforme indica Peter Burke, o diálogo entre História e Literatura se desenvolveu principalmente a partir dos anos 1970.¹ Já no Brasil, Sandra Pesavento analisou que este diálogo ganhou força a partir dos anos 1990 e hoje se trata de uma temática relevante em relação às pesquisas e trabalhos publicados.²

¹ Cf. BURKE, Peter. O que é História Cultural? Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

² PESAVENTO, Sandra Jatahy. História & história cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2004. P.2.

Considerando o campo da interdisciplinaridade, Michel de Certeau argumentou que a historiografia é sempre um tipo de fabricação, tirando assim, a linguagem do lugar neutro, de simples ferramenta de comunicação, suporte de pensamento e a colocando no lugar de discurso, o que ele chama de “Operação Historiográfica”.³ Portanto, tanto a Literatura como História são narrativas, mas apesar delas se estreitarem nesse sentido, existe uma diferença fundamental entre elas: a História tem caráter epistemológico, que é formado pelas metodologias e paradigmas teóricos que o historiador utiliza como ferramentas para construir sua narrativa, ou seja, um historiador que deseja realizar um trabalho historiográfico não pode inventar personagens ou situações, por mais que elas sejam passíveis de ter acontecido em determinado contexto, já a escrita literária tem caráter anedótico, o escritor pode se apropriar do contexto e criar as situações que desejar dentro disto para atrair seu público.

Em “A Ordem dos Livros”, Roger Chartier, utiliza-se das ideias de Michel de Certeau para comentar sobre a existência de duas dimensões distintas: o escrito e as leituras. O escrito não seria apenas constituído de um significado primeiro, verdadeiro, que foi construído pelo autor e que cabe apenas ao leitor desvendar, o escrito é sempre um lugar de discurso, portanto um lugar de conflito que não pode ser analisado fora da sociedade, as leituras seriam produções de significados que este leitor elabora a partir dos códigos culturais de que dispõe, portanto também não pode ser deslocado do contexto social.⁴

Partindo dessas premissas, ao optar por utilizar a Literatura enquanto fonte, o historiador deve tomar os mesmos cuidados que segue ao lidar com qualquer outra categoria de fonte, como também entender que uma obra literária é a expressão tanto de um autor quanto de sua época e também de seus leitores, não se pode imaginar a Literatura sem levar em conta sua recepção.

A Crônica e a Micro-história

Entre o final da década de 1970 e início da década de 1980, em um projeto desenvolvido por um grupo de historiadores italianos na coleção Quaderni Storici dirigida por Carlo Ginzburg, Giovanni Levi, Carlo Poni e Edoardo Grendi, a Micro-história ganhou maior notoriedade no campo da produção historiográfica.⁵

Jacques Revel conta que a Micro-história não constitui absolutamente uma técnica, tão pouco uma disciplina:

(...) ao contrário do que por vezes tentou-se fazer dela: uma opinião historiográfica ávida ao mesmo tempo de novidades e de certezas. Deve na verdade ser compreendida como um sintoma: como uma reação a um momento específico da história social, da qual propõe reformular certas exigências e procedimentos.⁶

Assim, para Revel, a análise micro-histórica permitiu aos historiadores restituir uma parte

3 Cf. CERTEAU, Michel de. A Escrita da História. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.

4 Cf. CHARTIER, Roger. A Ordem dos Livros: Leitores, Autores e Bibliotecas na Europa Entre os Séculos XIV e XVIII. 2 ed., 1998.

5 Cf. LIMA FILHO, Henrique Espada R. A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

6 REVEL, Jacques. A história ao rés-do-chão. In: Levi, Giovanni. A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII / Giovanni Levi; prefácio de Jacques Revel. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. p.8.

ignorada ou escondida da existência social por outros tipos de historiografia como, por exemplo, a História Social a modelo dos Annales, o Marxismo e o Estruturalismo. Nesse sentido, a Micro-história emergiu em meio a uma crise de paradigmas na historiografia, como um novo terreno de possibilidades.⁷

Sem considerar o fragmento por ele mesmo, a perspectiva microanalítica revisita o passado através da análise de sinais aparentemente banais, detectando desvios ou continuidades nas normalidades, tornando-as excepcionais. Com uma abordagem heterogênea, a micro-história proporciona análises múltiplas intercalando as estruturas vigentes e as práticas dos indivíduos, a mudança na escala tornou as variáveis da observação mais móveis, numerosas e complexas, permitindo considerar aspectos mais diversificados da experiência social. Observados na escala reduzida, o estudo de indivíduos ou grupos excluídos da historiografia tradicional, desdobra da noção de tempo e a renova o tratamento de fontes documentais, reconhecendo as especificidades dos indícios históricos.⁸ Dessas especificidades emerge a relação entre a Micro-história e a Crônica.

Observando a historicidade da crítica brasileira, pode-se verificar que o conceito sobre a Crônica, do modo como a entendemos como gênero literário, atinge sua maturidade na metade do século XX. Esse conceito deu-se principalmente com a cisão com o seu passado de “crítica de rodapé”, que era feita com o propósito específico

de defender ou digladiar com a produção cultural de sua época. Como indica José Marques de Melo:

Do ponto de vista histórico, crônica efetivamente significa narração de fatos, de forma cronológica, como documento para a posteridade. A produção dos cronistas foi legitimada pela literatura que a acolheu como representativa da expressão de uma determinada época. [...] Foi nesse sentido de relato histórico que a crônica chegou ao jornalismo.⁹

A crônica, assim, evoluiu e foi se afastando da tradição analítica, e aproximando-se do formato do ensaio, a partir dessa aproximação surge uma das suas principais características, a sua relação com a oralidade:

A essência do ensaio reside em sua relação com a palavra falada e com a elocução oral [...]. É uma composição em prosa (há exemplos em verso), breve, que tenta ('ensaia') ou experimenta interpretar a realidade à custa de uma exposição das reações pessoais do artista em face de um ou vários assuntos de sua experiência ou recordações.¹⁰

A crônica, portanto, não nasceu propriamente para o jornal, mas se tornou quotidiana ao longo do tempo, ganhando uma certa gratuidade, “certo ar de quem escreve à toa”¹¹ e com um tempo também ganhou um ar humorístico, uma linguagem que tinha a intenção de divertir. Para

7 Cf. REVEL, Jacques. A história ao rés-do-chão. In: Levi, Giovanni. A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII / Giovanni Levi; prefácio de Jacques Revel. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

8 GINZBURG, Carlo. Sinais: raízes de um paradigma indiciário. In: _____. Mitos, Emblemas e Sinais. Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. p.143-180.

9 MELO, José Marques de. A Crônica. In: _____. Jornalismo Opinativo – gêneros opinativos no jornalismo brasileiro. 3ª ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003, p. 148-162.

10 COUTINHO, Afrânio. Ensaio e Crônica. In: _____. A Literatura no Brasil. V. 6, 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói: EDUFF, 1986. P.16.

11 CANDIDO, Antonio. A vida ao Rés do chão. In: Para gostar de ler: Crônicas. Volume 5. São Paulo: ÁTICA. 2003. pp.89.

Antônio Candido a importância e a peculiaridade da crônica são dadas pelo ar de coisa sem necessidade, de gênero menos importante que ela possui, a Crônica se ajusta à sensibilidade da vida, principalmente, porque ela tem uma linguagem em tom menor que “fala de perto ao nosso modo de ser mais natural”,¹² na despretensão acaba por humanizar e dar profundidade de significado.

Essa crônica quotidiana, normalmente, não tem a pretensão de durar, é produzida para publicações efêmeras como jornais, mas quando passada dos jornais para o livro verificamos que sua durabilidade pode ser maior do que os próprios autores pudessem imaginar. Antônio Candido completa que essa “durabilidade” da crônica se dá muito pela forma como ela é escrita, ele argumenta que escrever crônicas obriga uma certa comunhão do autor, produz uma familiarização que aproxima os autores das idiossincrasias, singularidades e diferenças, também conclui que a crônica brasileira é amparada por um diálogo rápido e certo, um tipo de monólogo comunicativo.¹³

O cronista descreve o seu tempo, relatando as práticas cotidianas de indivíduos anônimos ou célebres, são vestígios de uma mentalidade coletiva, de acontecimentos e ações de tramas sociais. Comentando sobre festas, peças teatrais, carnaval, monumentos, avenidas, brigas, a mendicância, enfim, sobre qualquer aspecto da vida e do microcosmo. Assim, a crônica se torna, testemunho de um período, um documento significativo e eficaz para o historiador, trazendo à luz, o que muitas vezes, os textos oficiais escondem ou silenciam. Mesmo que o cronista esteja escrevendo para um jornal e para um

determinado público alvo, o que exige certo controle e domínio da escrita, sua liberdade se apresenta em maior grau, uma vez que a narrativa da literatura traz consigo a subjetividade e a ficção. Além disso, faz parte desse tipo de escrita literária a livre opinião do autor, a exemplo de tomada de posição política e artística.¹⁴

O campo da historiografia, nos últimos anos, vem estabelecendo relações entre a Micro-História e a Crônica, como é o caso do livro “De Copacabana à Boca do Mato: o Rio de Janeiro de Sérgio Porto e Stanislaw Ponte Peta”, escrito pela historiadora Cláudia Mesquita. Nesta obra, a autora recorre às crônicas de Sérgio Porto (1923-1968), e de seu heterônimo “Stanislaw Ponte Peta”, para construir uma narrativa cronológica em que demonstra como os aspectos biográficos vão se apresentando e moldando a obra do cronista, igualmente, a autora também se utiliza das crônicas para contar a história recente do Rio de Janeiro, principalmente, relatando a chamada decadência de Copacabana e de como o bairro foi perdendo seu status de “princesinha do mar” para Ipanema.

As crônicas assinadas por Stanislaw Ponte Peta (O lado Zona Norte de Sérgio), se passam no morro dos Pretos Forros, entre os bairros do Meier e Vila Isabel, que perdera o charme dos tempos de Noel Rosa. Para caracterizar a Boca do Mato, onde Stanislaw escolheu alocar sua família, Mesquita recupera a história desse lugar e a importância dos bondes no imaginário e na vida daquela região. A autora, por fim, argumenta que:

Sérgio Porto faz uma radiografia de seu tempo. A composição plural, de perfis bem definidos e antagônicos, de

¹² Idem.

¹³ Cf. CANDIDO, Antonio. A vida ao Réis do chão. In: Para gostar de ler: Crônicas. Volume 5. São Paulo: ÁTICA. 2003. pp.89-99.

¹⁴ Cf. SANTOS, Poliana. O Historiador e o Cronista: Um diálogo sobre o tempo e cotidiano. In: Anais do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH. Natal, RN. 2013.

seus personagens é representativa dos paradoxos desses tempos modernos. Retrutando uma variedade de tipos urbanos, o criador de Stanislaw questiona a pretensa coerência de um carioca típico, pois com tantas diferenças e contradições, não pode ser tomado como um ser uno e imutável.¹⁵

Em sua tese intitulada: “O Paraíso dos Ladrões”: Crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa (Rio de Janeiro, 1900-1920), Ana Vasconcelos Ottoni, estudou as representações sobre o crime e os criminosos no Rio de Janeiro, entre 1900-1920, produzidas por reportagens e crônicas policiais. Sua abordagem teve como foco os crimes cometidos por ladrões e cabos eleitorais/capangas de políticos divulgadas pelos três maiores jornais cariocas da época – Jornal do Brasil, Correio da Manhã e Gazeta de Notícias. A autora enfocou as justificativas para os crimes e ações de criminosos, produzindo um retrato da criminalidade e da imprensa carioca no início do século XX. Demonstrando como eram produzidas diferentes e divergentes representações sobre o crime e os criminosos, que giravam em torno das questões relativas à pobreza, ao avanço da civilização, imigração estrangeira, raça, eleições e deficiências no policiamento. Outra hipótese levantada pela autora indica que os jornalistas daquele período tinham a preocupação de construir uma “ética do silêncio” da cor no pós-Abolição, como também, um silenciamento sobre as mazelas do passado escravista. Produzindo, em parte, uma espécie de “apagamento” das tensões entre defensores de uma cultura dita civilizada e europeia e uma numerosa população de origem africana. A própria ausência de cor dos ladrões, verificada em grande parte das notícias e crônicas

15 MESQUITA, Cláudia. De Copacabana à Boca do Mato: o Rio de Janeiro de Sérgio Porto e Stanislaw Ponte Peta. – Rio de Janeiro: Edições Casa Rui Barbosa, 2008. P.271.

consultadas, pode ser vista como um indício dessa tendência.

Percebemos, então, que os cronistas podem ser considerados como narradores do tempo vivido por eles e por seus leitores, descrevendo transformações, momentos de continuidades e rupturas. Pode-se desenvolver, a partir desses relatos, uma análise sobre aspectos sociais, econômicos, políticos e até reflexões acerca do imaginário coletivo. Sendo assim, a Crônica pode ser utilizada como um documento, por constituírem um discurso polifacético que expressa, por vezes de forma contraditória, um “tempo social” vivido por seus contemporâneos. É documento, pois, se apresenta como um dos elementos que além de representar, tece e influi nas transformações de seu respectivo tempo vivido.¹⁶

Neste sentido, podemos sintetizar os seguintes pontos de contato e de afastamento entre a Micro-história e a Crônica:

Pontos de Contato:

- Se ajustam a sensibilidade da vida.
- Se relacionam e respondem a questões sociais amplas.
- Olhar para os excluídos da história.
- Detalhamento nas suas abordagens.

Pontos de Afastamento

- A Crônica pertence a literatura (Ficção), tem caráter anedótico.
- A Micro-história tem caráter epistemológico.
- Presença da oralidade na escrita da crônica.

Considerações Finais

16 Cf. NEVES, Margarida de Souza. Uma Escrita do Tempo: Memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas. In: CANDIDO, Antonio. A Crônica, Gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1992.

A Micro-história e a Crônica têm muitos pontos de contato e aspectos em comum, entretanto, deve-se tomar certos cuidados para a utilização da crônica como documento histórico, é preciso atentar para certos perigos para não cometer deslizes. A Crônica, assim como qualquer outra fonte literária, é uma produção autoral e anedótica, carrega consigo estigmas, as influências de sua época e da formação mental do autor, conseqüentemente, não é uma fotografia fiel da realidade. Entretanto, se esses aspectos podem levar um pesquisador ao engano, eles também são fatores que enriquecem e aprofundam a compreensão das relações sociais, pois revelam os conflitos, as tradições e as contradições que constituem a sociedade.

A Crônica pode-se constituir como um documento para uma análise no campo da Micro-história permitindo um diálogo bastante abrangente sobre as pessoas e suas temporalidades, esse diálogo se faz tomando como base a crítica ao cotidiano, ao detalhe. Esse ajustamento ao dia-a-dia, traz as especificidades e os excluídos à tona, a Crônica, portanto, pode ser uma fonte valiosa aos historiadores na construção de uma abordagem microanalítica, de uma História vista de baixo para cima, uma História em tom menor. É um debate tenso e múltiplo, medindo os fenômenos sociais a partir de indicadores simples ou simplificados, mas que é capaz de revelar representações e as ações coletivas.

Felipe Sanches Santos Barbosa é graduado em História pelas Faculdades Integradas Simonsen e Mestrando em História pela Universidade Salgado de Oliveira

Bibliografia

- BURKE, Peter. **O que é História Cultural?** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- CANDIDO, Antonio. **A vida ao Rés do chão**. In: Para gostar de ler: Crônicas. Volume 5. São Paulo: ÁTICA. 2003. pp.89-99.
- CERTEAU, Michel de. **A Escrita da História**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2011.
- CHARTIER, Roger. **A Ordem dos Livros: Leitores, Autores e Bibliotecas na Europa Entre os Séculos XIV e XVIII**. 2 ed., 1998.
- GINZBURG, Carlo. **Sinais: raízes de um paradigma indiciário**. In: _____. Mitos, Emblemas e Sinais. Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1889. p.143-180.
- LIMA FILHO, Henrique Espada R. **A micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.
- MELO, José Marques de. **A Crônica**. In: _____. Jornalismo Opinativo – gêneros **opinativos no jornalismo brasileiro**. 3ª ed. Campos do Jordão: Mantiqueira, 2003, p.148-162.
- MESQUITA, Cláudia. **De Copacabana à Boca do Mato: o Rio de Janeiro de Sérgio Porto e Stanislaw Ponte Preta**. – Rio de Janeiro: Edições Casa Rui Barbosa, 2008.
- NEVES, Margarida de Souza. **Uma Escrita do Tempo: Memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas**. In: CANDIDO, Antonio. A Crônica, Gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. Campinas, SP: Editora da Unicamp. 1992.
- OTTONI, Ana Vasconcelos. **O Paraíso dos Ladrões: Crime e criminosos nas reportagens policiais da imprensa (Rio de Janeiro, 190-1920)**. Universidade Federal Fluminense, 2012.
- PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- REVEL, Jacques. **A história ao rés-do-chão**. In: Levi, Giovanni. A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII / Giovanni Levi; prefácio de Jacques Revel. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- SANTOS, Poliana. **O Historiador e o Cronista: Um diálogo sobre o tempo e cotidiano**. In: Anais do XXVII Simpósio Nacional de História da ANPUH. Natal, RN. 2013.

Artigo

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A LUTA ARMADA DURANTE A DITADURA CIVIL-MILITAR NO BRASIL

Por Felipe Castanho Ribeiro

RESUMO: Este texto surgiu como requisito de aprovação para uma disciplina do programa de Pós-Graduação da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas e intitulada Tópicos em Ditadura e Democracia no Brasil. Nesse sentido, trata-se de algumas reflexões que foram amadurecidas ao longo do curso a respeito da luta armada no Brasil que ocorreu no final da década de 1960 e início da de 1970 durante a ditadura civil-militar. Nossas considerações priorizam o movimento da esquerda armada, mais especificamente o debate em torno das condições históricas que levaram a guerra de guerrilha por diferentes grupos que lutavam contra a ditadura e pela revolução.

Palavras-chave: Ditadura Civil-Militar; Esquerda Armada; Luta Armada; Repressão.

Introdução

Na produção bibliográfica sobre a ditadura militar no Brasil, a luta armada é um dos temas que mais recebeu, e recebe, atenção por parte dos estudiosos do período.¹ Historiadores, cientistas políticos e sociais, jornalistas e os próprios envolvidos na luta ajudaram a produzir uma quantidade considerável de textos sobre os diferentes movimentos armados de final da década de 1960 e início da de 1970. Em alguns casos, foram os próprios militantes que escreveram sobre a luta

armada, tanto em relatos memorialísticos quanto em análises históricas.² Apenas para ressaltar esse aspecto, o levantamento bibliográfico publicado por Marcelo Ridenti em 2001 e intitulado *As esquerdas em armas contra a ditadura (1964-1974)*: uma bibliografia, pontuou a existência de mais de 200 obras sobre o tema.³

Como não poderia deixar de ser, uma produção

² Sobre as obras memorialísticas, podemos mencionar o livro de Fernando Gabeira intitulado *O Que é isso, companheiro?*. Já no segundo exemplo, podemos encontrar inúmeros textos dos militantes e historiadores Daniel Aarão Reis Filho e Jacob Gorender, alguns deles presentes neste texto.

³ Ainda assim, Marcelo Ridenti reconheceu que a lista não estava completa. RIDENTI, 2010a.

¹ ANGELO, 2014, p 62.

bibliográfica tão extensa sobre a luta armada acabou construindo diferentes interpretações sobre diferentes questões. Nesse sentido, os distintos posicionamentos sobre o tema levaram a debates acalorados no meio acadêmico. Essas discussões, por sua vez, não devem ser consideradas como algo negativo, pelo contrário, acreditamos que os debates acerca da luta armada ajudam a enriquecer e amadurecer uma visão histórica sobre um tema delicado que envolve não apenas a história em si, mas também questões relacionadas as memórias dos envolvidos.

Sendo assim, o presente trabalho pretende apresentar e analisar diferentes posicionamentos sobre diferentes questões envolvendo a luta armada no Brasil. Nesse sentido, a inspiração para essa proposta foi oriunda da aula Dilemas: resistência, luta armada e exílio do curso de Ditadura e Democracia no Brasil. Dessa forma, dada a natureza desse texto e a sua proposta, não é o nosso intento apresentar reflexões “acabadas”, antes disso, trata-se de apontarmos algumas considerações acerca do debate existente na área.

A luta armada no Brasil

No dia primeiro de abril de 1964, um golpe civil-militar destituiu o então presidente do Brasil João Goulart. A princípio, o governo instaurado em 64 e intitulado pelos golpistas como “revolução”, não deveria durar muito. A crença era de que após o golpe, o perigo comunista fosse afastado e a democracia reestabelecida. Segundo Marcos Napolitano, a articulação contra o governo de Goulart não foi o fruto apenas de uma rebelião militar, mas envolveu:

... um conjunto heterogêneo de novos e velhos conspiradores contra Jango e contra o trabalhismo: civis e militares, liberais e autoritários, empresários e políticos, classe média e burguesia. Todos unidos pelo anticomunismo, a doença infantil do antirreformismo dos conservadores.⁴

No entanto, após o golpe, o governo do general Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967) acabou institucionalizando o regime militar no Brasil que acabou durando longos 21 anos. Sobre esse momento, Marcos Napolitano afirmou que o:

... governo Castelo Branco foi o verdadeiro construtor institucional do regime autoritário. Nele foram editados 4 atos institucionais, a Lei de Imprensa e a Nova Constituição, que selava o princípio de segurança nacional e que, doravante, deveria nortear a vida brasileira.⁵

Com o regime de exceção institucionalizado, se esgotaram as possibilidades dos civis que apoiaram o golpe para chegarem ao poder. Além disso, a oposição passou a ter um campo de atuação limitado, sobretudo a partir do Ato Institucional número 2 de 1965, que implantou o sistema bipartidário criando a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). Diante desse quadro, os diferentes grupos opositores do regime militar resistiram ao regime de exceção adotando duas estratégias principais: legalmente, através do MDB, mas com as inúmeras limitações oriundas do sistema político criado pelos militares; ou através da luta armada. Concentraremos as nossas análises nesse segundo grupo.

⁴ NAPOLITANO, 2014, pp. 43-44.

⁵ Ibidem, p. 73.

No senso comum, predomina a ideia de que a luta armada foi obra exclusiva da esquerda brasileira. No entanto, apesar do papel central assumido por esse grupo no processo, os comunistas não foram os primeiros a combaterem a ditadura através das armas. Em 1966, uma bomba foi instalada no aeroporto de Guararapes, em Recife, com o intuito de atingir o candidato linha dura a Presidência da República, Marechal Costa e Silva. O ataque - que não atingiu o seu objetivo, matou duas pessoas e feriu mais de dez - havia sido atribuído ao Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), mas foi obra da Ação Popular (AP). Segundo Marcos Napolitano, coube aos militares nacionalistas, que foram expurgados das forças armadas após o golpe, as primeiras reações armadas. Segundo o autor:

Fieis ao imaginário e às táticas da Revolução Cubana, foram em busca da sua sierra: o Pico de Caparaó, na fronteira de Minas Gerais e do Espírito Santo. Entre março e abril de 1967, a guerrilha termina sem dar um tiro, com seus oito membros presos por uma patrulha policial mineira.⁶

Apesar da frustrada tentativa de guerrilha no Pico de Caparaó, a participação dos militares nacionalistas na luta armada não havia terminado. Em 1967, por exemplo, formaram a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), segundo Marcos Napolitano um dos grupos mais atuantes na guerrilha contra a ditadura militar.

Não obstante a participação dos militares nacionalistas, a esquerda de fato teve predominância nos movimentos armados contra a ditadura militar. Nesse sentido, doravante, iremos analisar especificamente a esquerda armada e alguns dos principais debates sobre esse processo

histórico.

No que diz respeito a luta armada realizada pela esquerda, Vitor Amorim de Angelo afirmou que ela deve ser compreendida como um projeto pré-1964. Nessa perspectiva, o projeto de uma revolução armada já estava posto por alguns grupos da esquerda. Nas palavras do autor:

O que os projetos guerrilheiros anteriores a 1964 indicam é que a luta armada desencadeada posteriormente não foi uma resposta à ditadura e um caminho seguido pela oposição radicalizada diante da falta de opções institucionais de luta política, mas, sim, uma proposta incorporada à linha política de alguns grupos e considerada viável para a tomada do poder antes do próprio golpe de 1964, período em que o Brasil ainda vivia sob um regime democrático.⁷

Ainda segundo esse autor, a luta armada desenvolvida pela esquerda durante a ditadura militar tinha estreitas relações com a tomada do poder pelos militares, entretanto, não foi causada por esse evento. A própria história republicana brasileira comprova a afirmação de Angelo de que já existiam grupos de esquerda que pensavam em soluções armadas para a tomada do poder. Assim comprova a participação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no fracassado levante militar de 1935.⁸

Contudo, acreditamos que seja problemática a assertiva de Vitor Amorim de Angelo de que não

⁷ ANGELO, 2014, pp. 54 e 67.

⁸ Segundo Marly de Almeida Gomes Vianna, vários grupos participaram da sua formação, entre eles o próprio Partido Comunista. Contudo, para a autora, foram os tenentes “dissidentes da Revolução de 1930 os que tiveram maior destaque na organização da ANL, o que deu a organização uma projeção política e uma articulação nacional derivadas de suas experiências de luta”. VIANNA, 2011, pp. 140-141.

⁶ NAPOLITANO, 2014, p. 123.

há uma relação do surgimento da guerrilha com a tomada do poder pelos militares. Nesse sentido, na lógica do autor, devemos considerar também que a esquerda armada iria ocorrer com ou sem o regime militar. Dessa forma, sob o prisma da cientificidade da História, não é possível prevermos o que aconteceria com a esquerda mais radical caso o governo de João Goulart tivesse chegado ao fim e a democracia tivesse sido mantida. Ainda que existissem projetos que propunham a luta armada, inúmeras variáveis poderiam alterar esse panorama. Em outras palavras:

A guerrilha no Brasil nasceu dos impasses e dissensos causados pelo golpe militar no campo da esquerda. Não que esta opção estivesse completamente fora das estratégias de alguns grupos antes mesmo do golpe, mas efetivamente não constituía uma opção política imediata ou consistente, capaz de arregimentar quadros expressivos e seduzir a grande dos militantes.⁹

O sociólogo Marcelo Ridenti, no livro *O fantasma da revolução brasileira*, também identificou que já havia um projeto de tomada do poder através das armas antes de 1964. Além disso, Ridenti entende que compreender a esquerda armada como uma simples reação aos militares “mistifica o todo social e a própria luta de classes no período”. Segundo o autor, a ideia de que a esquerda pegou em armas apenas porque havia um bloqueio institucional é insuficiente e “os grupos armados não pretenderam opor, só e fundamentalmente, uma resistência a ditadura. O projeto de guerra de guerrilhas no Brasil era anterior ao golpe de 1964 ...”.¹⁰

Apesar de afirmar que a relação entre os

militares no poder e a opção pela luta armada na esquerda é insuficiente para explicar o início do projeto de guerrilha por alguns grupos, Marcelo Ridenti conseguiu construir uma narrativa interessante e que aprofundou a discussão ao contextualizar o movimento no cenário histórico que o Brasil vivia. Nesse sentido, o autor afirmou que a luta foi:

Uma resistência armada contra aqueles que impunham uma ordem que recusava um lugar para a expressão libertária dos movimentos sociais; resistência não necessariamente enquadrável pelo sistema, ou cabível nos mecanismos tradicionais de contestação à ordem, como o próprio PCB. Tratava-se de uma resistência marcada, sim, pela herança politizadora anterior ao golpe, como também pela agitação social e pela efervescência cultural mundial de 1968 ...¹¹

Se por um lado a teoria do bloqueio institucional não é suficiente para explicar o engajamento dos militantes de esquerda na luta armada, tampouco a ideia de que eles pegaram em armas porque já havia planos estabelecidos nos parece uma explicação razoável. No entanto, ao contextualizar historicamente a luta armada pela esquerda, explicando o que fez com que ela fosse intensificada durante o regime militar, Marcelo Ridenti optou por uma metodologia mais consistente do ponto de vista da História enquanto ciência.

Partindo da premissa de que a opção pelo combate através das armas era anterior ao ano de 1964, Vitor Amorim de Angelo também observou que a luta desencadeada pela esquerda não era pela democracia e sim pela revolução. Nesse sentido, o autor compreende que a ideia de que a esquerda armada lutou pela democracia foi

⁹ NAPOLITANO, 2014, p. 122.

¹⁰ RIDENTI, 2010b, p. 65.

¹¹ Ibidem, pp. 66-67.

construída posteriormente pela memória social. Segundo Angelo, nessa interpretação a memória constituída passou a:

... ver os ex-guerrilheiros como militantes corajosos e destemidos que haviam lutado não pela ditadura do proletariado, mas pela democracia, tendo ao seu lado o conjunto da sociedade brasileira, num movimento de resistência democrática à ditadura. Nesse movimento, a esquerda armada teria desempenhado um decisivo papel para o fim do regime autoritário, e não para seu aprofundamento.¹²

Sobre esse aspecto, a esquerda revolucionária se enxergava como uma vanguarda que transformaria profundamente a sociedade brasileira. Nesse sentido, os relatos dos militantes acerca da luta armada corroboram essa afirmação de que a luta era revolucionária e não pela democracia.¹³ O clássico livro de Jacob Gorender sobre o tema, intitulado Combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada, também endossou a imagem de uma luta pela revolução marxista. Mesmo levando em consideração que Gorender tenha participado do PCB e posteriormente do PCBR, e que, portanto, carregue um pouco da subjetividade do autor, a obra analisou consistentemente os diferentes esforços revolucionários da esquerda antes de 1964 e durante a ditadura militar.¹⁴

A repressão à luta armada

A guerrilha no Brasil enquanto principal movimento de contestação ao regime militar

instaurado em 1964 teve uma curta duração. Nos centros urbanos, a guerrilha durou de fins de 1967 a inícios de 1972. Em contrapartida, nas regiões rurais, sua existência foi ainda mais curta e foi de abril de 1972 a dezembro de 1973.¹⁵ Em parte, a sua curta duração deveu-se ao êxito do sofisticado aparato repressivo montado pelo governo militar.¹⁶ Nesse contexto, a organização da Operação Bandeirantes (OBAN), assim como a sua institucionalização e reprodução a partir da constituição do Sistema de Segurança Interna (Sissegint) e da instituição do Destacamento de Operações e Informações (DOI) e do Centro de Operação de Defesa Interna (DOI), evidenciam o aperfeiçoamento do aparato repressivo do Estado.¹⁷

A repressão aos guerrilheiros também foi facilitada pela concentração da luta armada nos meios urbanos. Segundo Marcelo Ridenti, com base nas memórias dos combatentes, o foco era a guerrilha no campo, mas a falta de estrutura e de capital levaram as lutas para as cidades. Na teoria, os militantes desejavam captar recursos financeiros e recrutar guerrilheiros para a luta no campo, na prática, essa opção apenas facilitou o trabalho dos órgãos de repressão do governo. No ano de 1968, os primeiros ataques realizados na cidade sequer foram divulgados pela esquerda armada e a polícia só veio descobrir do que se

¹⁵ ANGELO, 2014, p. 57.

¹⁶ Cabe aqui salientarmos que a repressão durante a ditadura civil-militar foi ampla e não ficou circunscrita a luta armada. Mesmo aqueles que optaram por uma oposição dentro da “legalidade” sofreram com o sistema repressivo do governo. A consulta a dados quantitativos sobre o número de presos políticos, políticos cassados e indivíduos exilados nos ajudam a compreender a dimensão da repressão no período. Nesse sentido, ver: MEZAROBBA, 2010, pp. 8-10.

¹⁷ O texto da historiadora Mariana Joffily é referência nesse assunto e demonstra como a OBAN inspirou a formulação do DOI-CODI que posteriormente foi disseminado por todo os estados do país. Vide: JOFFILY, 2013.

¹² ANGELO, 2014, pp. 57-58.

¹³ RIDENTI, 2010b, pp. 27-71.

¹⁴ GORENDER, 1987, pp. 20-24.

tratava no final daquele ano.¹⁸

Ainda a respeito da luta clandestina na cidade, Henri Acselrad observou que os guerrilheiros com medo de serem delatados se distanciavam da população. Esta última, em contrapartida, se afastava dos guerrilheiros com o receio de serem envolvidos. Segundo Acselrad:

Numa primeira abordagem, salta de fato aos olhos a disposição recíproca ao isolamento: os clandestinos evitando maiores contatos com a população urbana, deslocados como estavam de seus meios de origem — “autoexilados” e em estado de permanente vigilância e suspeição — enquanto a população parecia preferir não ver para não ser envolvida numa trama de perigos.¹⁹

Já segundo Marcelo Ridenti, a tendência ao isolamento social do guerrilheiro não apenas tornou a luta mais difícil como também não gerou a simpatia da população e impediu o apoio das massas para a causa. Em resumo, numa boa parte da população, os problemas da vida cotidiana imperavam e o sentimento para com os militantes era de indiferença.

Mesmo com a atitude cautelosa dos guerrilheiros para não serem delatados e consequentemente capturados, o sofisticado aparato de repressão do governo militar foi capaz de derrotar a luta armada. Inúmeras técnicas rebuscadas de inteligência foram acionadas para combater o inimigo interno.²⁰ Contudo, foi na

tortura que a ditadura militar encontrou a sua principal arma contra os seus opositores. Segundo Marcelo Ridenti, a maioria dos guerrilheiros presos foram capturados em pontos de encontro, revelados por amigos presos que haviam sido torturados.

Durante o regime civil-militar brasileiro, a tortura não foi prática pontual e a sua utilização se deu de forma indiscriminada. Tratou-se então de um sistema que fez parte do *modus operandi* dos diferentes órgãos de repressão. Nesse sentido, cabe ressaltar que a tortura não foi o fruto de um eventual descontrole por parte de alguns militares. Conforme apontou Marcos Napolitano, na tortura:

Como sistema, não é o torturado que faz a tortura, mas exatamente o contrário. Sem o sistema de tortura, organizado, burocratizado e abrigado no aparelho civil e militar do Estado, o indivíduo torturador é apenas um sádico errante à procura de vítimas. Dentro do sistema, ele é um funcionário público padrão. Obviamente, a tortura nunca foi assumida pelo alto escalão militar que comandava o regime como política de Estado.²¹

Sendo assim, o aparato repressivo militar brasileiro e a falta de apoio da população – elemento fundamental na guerra de guerrilha – foram os principais responsáveis pela curta duração da experiência guerrilheira no Brasil que durou do final de 1967 ao início de 1973. Nesse sentido, a inteligência dos órgãos repressivos em conjunto com a prática sistematizada de tortura, levaram ao esgotamento dos movimentos de luta armada. Para além disso, ao mesmo tempo, o inimigo dos guerrilheiros passou a ser o aparelho repressivo do Estado e cada vez menos o sistema

¹⁸ RIDENTI, 2010b, p. 50.

¹⁹ ACSELRAD, 2012, p. 13.

²⁰ A narrativa da captura do militante Carlos Marighella por Jacob Gorender é um exemplo de como as metodologias utilizadas pelos militares e pela polícia para capturar os inimigos da ditadura militar eram sofisticadas - nesse caso específico, Marighella foi morto durante a ação. Ver: GORENDER, 1987, pp. 171-178.

²¹ NAPOLITANO, 2014, p. 137.

político e econômico do país. A luta armada havia perdido o seu sentido original.

A luta que foi possível, quando foi possível

O último apontamento que desejamos fazer no presente trabalho diz respeito a crítica de Jacob Gorender sobre o timing dos guerrilheiros marxistas que empunharam armas contra a ditadura militar. Segundo esse autor:

A esquerda brasileira de inspiração marxista só não pegou em armas quando as condições históricas determinavam que o fizesse.²²

Dessa forma, ao analisar a postura da esquerda brasileira e os seus movimentos entre a Era Vargas e a ditadura civil-militar no Brasil, Jacob Gorender afirmou que os momentos escolhidos pelos marxistas para empunharem armas contra o status quo estabelecido não eram favoráveis e, por isso, teriam fracassado. Nesse sentido, o autor afirmou que a luta armada realizada pela esquerda a partir do final de 1967 havia sido um erro e que ela deveria ter acontecido ainda em 1964, quando as massas se encontravam mobilizadas e predispostas a apoiar a revolução. Para Gorender, a luta armada pós-64:

... teve a significação de violência retardada. Não travada em março-abril de 1964 contra o golpe militar direitista, a luta armada começou a ser tentada pela esquerda em 1965 e desfechada em definitivo a partir de 1968, quando o adversário dominava o poder do Estado, dispunha de pleno apoio nas fileiras das Forças Armadas e destroçara os principais movimentos de massa organizados.²³

A obra publicada por Jacob Gorender em 1987, não pode aproveitar de análises históricas que hoje evidenciam que o golpe sofrido por João Goulart tinha um significativo apoio civil e militar dentro e fora do Brasil. Para além disso, o autor parece não ter considerado também a participação e apoio dos Estados Unidos da América na conspiração que colocou os militares no poder. Diante dessa conjuntura, acreditamos que o advento de uma luta armada em 1964 teria o seu destino tão incerto quanto a guerrilha que foi iniciada em 1967.

Sendo assim, ainda que em 1964 as massas estivessem mobilizadas e a esquerda pudesse contar com a organização das ligas camponesas e dos sindicatos, havia uma ampla estrutura nacional e internacional que apoiou o golpe de 1964 e deu início a um dos capítulos mais tristes da história do Brasil republicano. O que restou para a esquerda brasileira foi se organizar e lutar contra a opressão desencadeada pelo regime civil-militar. No entanto, a luta ocorreu dentro das limitações e no seu tempo, o que foi ditado pelo contexto histórico. Se assim não tivesse sido, provavelmente, hoje estaríamos nos questionando o porquê de ninguém ter lutado contra a ditadura militar.

Felipe Castanho Ribeiro é Mestre em História pela Universidade Salgado de Oliveira, doutorando no Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil da Fundação Getúlio Vargas (atual Escola de Ciências Sociais – FGV/CPDOC) e Professor na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.

²² GORENDER, 1987, p. 250.

²³ Ibidem, p. 249.

Referências

ACSELRAD, Henri. **Entre a lua e a rua: uma topologia social da clandestinidade política na cidade do Rio de Janeiro, 1969-1973**. Mana, Rio de Janeiro, v. 18, n. 1, p. 7-35, Apr. 2012. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93132012000100001&lng=en&nrm=iso>. access on 10 June 2019.

ANGELO, Vitor Amorim de. **Esquerda armada no Brasil: um balanço da história e da produção acadêmica recente**. Dimensões - Revista de História da Ufes. Vol. 32, 2014, p. 52-78. Disponível em <<http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/article/view/8318/5901>>. Acesso em 08/06/2019.

FERREIRA, Jorge e GOMES, Angela de Castro. **1964: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2014.

FICO, C. **Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas**. Revista Tempo e Argumento, [S. l.], v. 9, n. 20, p. 05 - 74, 2017. DOI: 10.5965/2175180309202017005. Disponível em: <<https://revistas.udesc.br/index.php/tempo/article/view/2175180309202017005>>. Acesso em: 03/05/2021.

GABEIRA, F. **O que é isso, companheiro?**. Rio de Janeiro: Codecri, 1981.

GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas – A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada**. 1ª ed., São Paulo: Editora Ática, 1987.

JOFFILY, Mariana. **No centro da engrenagem: os interrogatórios na Operação Bandeirante e no DOI de São Paulo (1969-1975)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional; São Paulo: Edusp, 2013.

MEZAROBBA, Glenda. **Entre reparações, meias verdades e impunidade: o difícil rompimento com o legado da ditadura no Brasil**. Revista Internacional de Direitos Humanos, v. 7, n. 13, p. 7-26, dez. 2010. Disponível em: <<https://egov.ufsc.br/portal/conteudo/entre-repara%C3%A7%C3%B5es-meias-verdades-e-impunidade-o-dif%C3%ADcil-rompimento-com-o-legado-da-ditadura>>. Acesso em: 02/05/2021.

NAPOLITANO, Marcos. **1964: história do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

REIS, Daniel Aarão; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (organizadores). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RIDENTI, Marcelo. **As esquerdas em armas contra a ditadura (1964-1974): uma bibliografia**. Cadernos AEL, v. 8, n. 14/15, 7 out. 2010a. Disponível em <<https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ael/article/view/2497>>. Acesso em: 02/05/2021.

_____. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora UNESP, 2010b.

VIANNA, MarlydeAlmeidaGomes. **Revolucionários de 1935: sonho e realidade**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

Artigo

COELHO RODRIGUES E O CÓDIGO CIVIL: A normatização da sociedade brasileira na transição da monarquia à república

Por Ítalo Bruno Araújo Damasceno

RESUMO: O presente artigo analisa a maneira como Coelho Rodrigues – político e jurisconsulto brasileiro – concebeu, em seu projeto de código civil, as relações contratuais dos trabalhadores domésticos como extensão artificial da família. O texto destaca o período no qual a sociedade brasileira transita de uma sociedade assentada na escravidão para uma sociedade livre e republicana, demandando historicamente a necessidade de normatização das relações jurídicas privadas.

Palavras-chave: Brasil; Coelho Rodrigues; Codificação Civil; Cidadania.

Introdução

Antônio Coelho Rodrigues, o sujeito histórico que lastreia empiricamente este trabalho, nasceu na província do Piauí, em 1846, sendo membro de uma típica família nordestina. Seu pai, Manoel Rodrigues Coelho Filho, era capitão, proprietário de terras e comerciante de gado. A trajetória pessoal de Coelho Rodrigues representa um desvio em relação à média dos jovens piauienses de então: fez as primeiras letras na fazenda do seu bisavô até o ano de 1859 e em seguida migrou para o Recife,

capital da então província de Pernambuco, em 1860. Ali, graduou-se em Direito e, ato contínuo, doutorou-se e se tornou docente da Faculdade de Direito do Recife, onde protagonizaria muitas polêmicas com os membros da chamada “Escola do Recife”.

Seja como jurisconsulto, seja como político, ou mesmo professor, Coelho Rodrigues rapidamente alcançou destaque em todo o Império, tendo sido designado para redigir o anteprojeto de Código Civil, ao final do século XIX. Apesar deste traço, entretanto, Coelho Rodrigues acabou ficando relativamente esquecido no âmbito dos estudos históricos. Pouca importância foi

dada à sua trajetória, a qual pode nos ajudar a esclarecer aspectos obscuros de uma época onde a intelectualidade jurídica começava a pensar soluções para definir as linhas de direito daqueles que seriam cidadãos dentro da nova ordem do Estado brasileiro, a República, no cerne da sua instalação. Segundo nos aponta Aguiar:

Na dimensão do trabalho realizado e legado à nação brasileira por Coelho Rodrigues e o que é informado e reconhecido no decorrer do tempo, percebe-se uma desproporção entre a obra e o relevo que lhe empresta a historiografia jurídica. Pode-se afirmar que a quase totalidade dos operadores de direito desconhecem qualquer trabalho de sua autoria, quando não, a própria existência. A julgar pelas referências que lhe são dispensadas, deduz-se que sua obra tenha sido de importância secundária, em nada comparada com o reconhecimento dispensado às obras de Teixeira de Freitas e Clóvis Beviláqua, dentre outros gigantes que a história anuncia.¹

Advindo de uma família tradicional e de destaque na província, sendo o primogênito dos cinco filhos de Manoel Rodrigues Coelho Filho e Ana Joaquina de Sousa Martins, Coelho Rodrigues adquiriu os meios principais para ter acesso aos espaços de conhecimento da época. Até os seus cinco anos de idade teve como professora a sua própria mãe. Quando acabou de completar os seus seis anos e logo após a família ter sofrido a perda do patriarca Manoel Rodrigues, que falece em 1851, Ana Joaquina, dividida entre os cuidados dos filhos menores e a administração do lar deixada pelo falecido esposo, decidiu enviar Rodrigues para estudar na vila de Paulistana-PI, num educandário do padre Joaquim Damasceno

Rodrigues, que funcionava na fazenda do bisavô daquele.

Foi nessa fazenda, a aproximadamente 150 quilômetros de distância de Picos, que Coelho Rodrigues estudou as matérias que compuseram seu currículo na educação primária e secundária. Português, aritmética, francês, latim e filosofia foram as principais disciplinas que cursou até os 13 anos de idade, no ano de 1859. Por ser considerado um jovem aplicado sua mãe foi aconselhada a mandá-lo à cidade do Recife para realizar os preparatórios de ingresso na Faculdade de Direito daquela região.

No ano seguinte, em 1860, foi então enviado ao Recife, passou dois anos se preparando para entrar na faculdade. O seu ingresso ocorreu no ano de 1862, com seus 16 anos de idade. O mesmo se formou no ano de 1866, e recebeu merecida honraria por parte dos colegas sendo aclamado orador da turma.² Era de uma eloquência respeitável, tornando-se o seu modo de falar reconhecido durante toda a sua trajetória de vida.

Logo após deixar a instituição, Coelho Rodrigues, de retorno ao Piauí, foi convidado pelo então presidente da província, seu primo distante, médico e político brasileiro, Simplício de Sousa Mendes, ainda no ano de 1866, para participar da direção do Jornal A Moderação, principal órgão de divulgação da propaganda do Partido Conservador, que fazia frente ao Partido Liberal, os dois eram os partidos políticos até então vigentes no Império.³

¹ AGUIAR, Antônio Chrysippo. Coelho Rodrigues e a ordem de silêncio. 1. ed. Teresina: 2006, p. 13-4.

² CASTELLO BRANCO, Francisco de Assis Couto. Antônio Coelho Rodrigues: Vida e Obra. TERESINA: UFPI, 1987.

³ DAMASCENO, Ítalo Bruno Araújo. O tempo revela novos rumos: Ideário republicano sob a ótica 'camaleônica' de Antônio Coelho Rodrigues. 2019. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2019.

Sua atuação no jornal proporcionou ampla visibilidade ao sujeito dentro da província, isso porque àquela altura os jornais se constituíam instituições de prestígio e principal veículo de informações, o que contribuía decididamente para a promoção desses sujeitos.⁴ Esse fator foi importante para que o mesmo fosse cotado a se lançar na política. Como político atuou em cargos de representação no cenário nacional, na capital do Brasil à época, Rio de Janeiro. Foi Deputado Provincial⁵ nos anos de 1869 a 1872, de 1876 a 1880, e de 1886 a 1890; Senador, de 1893 a 1896; e Prefeito do Distrito Federal em um curto período no ano de 1900.

Sujeito reconhecido nacionalmente, professor no Recife, e se encontrando próximo das lideranças políticas do governo central na capital do Império, no ano de 1890 Coelho Rodrigues foi contratado pelo governo provisório, sob liderança do Marechal Deodoro da Fonseca, para a redação do primeiro projeto de Código Civil⁶ da recém-instalada República. O nosso foco de análise nesse artigo é pensar como o sujeito Coelho Rodrigues estabeleceu as linhas de direito especificamente no que toca às relações familiares, e à imersão dos empregados domésticos como extensão artificial

da família, tudo como reflexo do ideal de cidadania que se pretendia construir com a instalação da República e o fim recente do regime escravista.

COELHO RODRIGUES E AS CONCEPÇÕES FILOSÓFICAS E JURÍDICAS DO SEU TEMPO

A década de 1870 foi considerada um período de significativas mudanças no pensamento social brasileiro. Novas ideias começavam a adentrar o território e lançar sobre a sociedade um ar de modernidade, ao passo em que são alimentados os sentimentos patrióticos da nação brasileira. É um período em que se iniciam de forma intensa os debates em torno das instituições que regem a sociedade.⁷ Quanto à tendência filosófica de Coelho Rodrigues, Araújo afirma:

*As simpatias filosóficas de Coelho Rodrigues são determinantes para compreender a fratura entre ele e as tendências da moda de então, lhe são antipáticas o positivismo, o determinismo e o cientificismo. As perspectivas citadas vinham se firmando cada vez mais na academia, e nos círculos intelectuais de então. Coelho Rodrigues, por outro lado, possuía crenças religiosas profundamente enraizadas, que o empurrava para outras concepções contrárias ao cientificismo.*⁸

Coelho Rodrigues era, sobretudo, um patriota autêntico afeito aos padrões de moralidade do Império, onde a religião cristã operava como instrumento de ordem. Não era antipático ao republicanismo, mas foi receoso a respeito

4 RIBEIRO, Lavina Madeira. Contribuições ao estudo institucional da comunicação. Teresina: Ed. UFPI, 1996.

5 A função de um deputado provincial era representar, dentro da câmara dos deputados, a sua província, como agente político do legislativo.

6 O Código Civil é um conjunto organizado de leis que serve para regular os direitos dos cidadãos, principalmente no tocante às questões de ordem privada. No século XIX, com o liberalismo em expansão e a instalação de um regime com princípios democráticos, a República, esse ordenamento civil foi considerado de grande importância para a garantia dos direitos individuais, com relação à propriedade, direitos de gerir seus negócios, liberdade de testamento e contrato, direitos familiares, além de significar a ampliação de direitos para os setores sociais menos favorecidos, pelo menos em tese, dentro do quadro de relações da sociedade em processo de aburguesamento. Para mais informações, ver: GRINBERG, Keila. Código Civil e cidadania. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

7 ALONSO, A. Ideias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

8 ARAÚJO, Johny Santana de. Antônio Coelho Rodrigues: entre “o silêncio, a paciência e o tempo”. IN: NASCIMENTO, F. A. S.; TAMANINI, P. A. História Culturas e Subjetividades: Abordagens e perspectivas. Teresina: EDUFPI, 2015. p. 123-124

dessa instituição e ao não planejamento da sua instalação, pois temia a anarquia, a desordem. Por ser temeroso nesse sentido, manteve-se cauteloso a respeito das tendências positivistas e cientificistas que visavam o fim dos padrões, sobretudo religiosos, da época.

Como na segunda metade do século XIX ocorreu uma crise que assolou as bases até então regentes do Brasil tradicional, que seriam a religião católica, o sistema escravista e, conseqüentemente, o próprio regime monárquico, Coelho Rodrigues apelou para o direito como instância capaz de estabelecer a ordem e moral sociais. Para Rodrigues, enquanto político e jurisconsulto, o direito seria a instância capaz de reunir o povo brasileiro sob a tutela do Estado, abaixo das leis, e garantir a integridade nacional dentro do novo regime. Essa instituição tornar-se-ia capaz de resistir ao tempo.

Frente à crise das bases tradicionais da monarquia, com a viragem do Império para a República, foi ampliado o debate em torno da necessidade da codificação civil, como importante instância do direito, reguladora social. Para os peritos do direito o Código Civil da nascente República significara um importante passo para uma sociedade em vias de transformação. O código seria “o grau mais elevado a que se ergue o espírito jurídico de um povo, no empenho de reduzir à unidade as suas relações e instituições, de ordenar em uma grande lei o seu direito positivo”.⁹ Nesse sentido, o Código Civil seria a instância capaz de normatizar o direito privado e as relações imersas na privacidade do lar. É da esfera privada que o código se ocupa no sentido de organizar os sujeitos dentro do espaço doméstico

nessa nova organização social republicana.

Para Coelho Rodrigues, assim como os juristas do seu tempo, o Código Civil se estabelecia como uma legislação positiva unificada, por meio da qual a sociedade seria ajustada, consolidando assim os direitos e deveres dos cidadãos brasileiros republicanos. Nesse sentido, a legislação civil deveria regular a vida privada dos habitantes do território nacional, “desde o nascimento até a morte, e desde a constituição da família até a distribuição dos respectivos bens, quando ela se dissolve”.¹⁰

Pensando a cidadania em meio à garantia dos direitos individuais dos cidadãos, Grinberg afirma que durante muitos anos tanto no Império, desde a Independência, como no início da República houve dificuldade no sentido de realizar um projeto de codificação de Direito Civil no Brasil. Isso se deu pelo fato das “disputas em torno da definição do conceito de cidadania em fins do século XIX e início do XX”.¹¹ Enquanto na sociedade, a partir principalmente da década de 1870, há uma grande aspiração pelos ideais de liberdade e a construção de um Estado liberal e republicano, assentado na proteção dos interesses individuais dos cidadãos, convive-se concomitantemente com um regime tradicional de trabalho escravo. Nesse sentido foi difícil definir quem eram os cidadãos contemplados pela legislação civil na época, pois a pouco o escravo passou de propriedade à condição de ser social.

Essa indefinição acabou se tornando reflexo da maneira como Rodrigues vai pensar as relações contratuais configuradas, sobretudo dentro do lar doméstico, como forma de proporcionar aplicabilidade da lei ao corpo social. É emblemática

9 RODRIGUES, Antônio Coelho. Projeto do Código Civil precedido da história do mesmo e dos anteriores. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1897. p. 475.

10 RODRIGUES, Op. Cit. 1897. p. 28.

11 GRINBERG, Keila. Código Civil e cidadania. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

a maneira como Rodrigues posiciona o doméstico como um indivíduo que no exercício da sua cidadania esteve sob a responsabilidade arbitral do patrão, não do Estado. Nesse sentido, passemos a pensar de que maneira o sujeito do seu tempo operou as devidas mudanças de renovação legislativa nesse tramite frenético da viragem de regime, mas com bases assentadas na tradição.

O CÓDIGO CIVIL DE COELHO RODRIGUES COMO REFLEXO DE UMA SOCIEDADE EM VIAS DE TRANSFORMAÇÃO

Passemos a tratar de como Rodrigues encarou a questão dos egressos da condição de escravidão, para entendermos como a sua construção legislativa vai operar no encaixe desses sujeitos como cidadãos. Nesse sentido, buscamos trazer à tona o debate quanto ao modo como enxergou a sociedade civil republicana, e nisso as relações familiares e de trabalho, principalmente o trabalho doméstico nessa República. Desse modo, pretendemos compreender como os vulneráveis sociais estão sendo inclusos dentro do quadro do exercício da cidadania, partindo das funções que ocupam como trabalhadores domésticos.

Coelho Rodrigues não foi um sujeito adepto ao abolicionismo como instrumento de luta pelo fim do sistema escravista, e em muitos dos seus discursos criticou a maneira como os abolicionistas pensavam o fim da escravidão.¹² Muito embora tenha dado claros indícios da defesa pelo fim do regime de exploração, tendo sido, por exemplo, um dos principais responsáveis pela fundação de

uma sociedade em prol da libertação de escravos no Piauí, a Sociedade Emancipadora Piauiense, sociedade essa que foi um acordo estabelecido entre o governo e os fazendeiros garantindo indenização a estes pela libertação dos seus escravos. Dentro de pouco tempo de vigência, os jornais de amplitude nacional, como o Jornal do Comércio, noticiaram os positivos feitos dessa instituição.¹³

Para Coelho Rodrigues o sistema escravista não deveria acabar de maneira imediata. Pensando dessa forma, Rodrigues, como deixou claro nas suas Cartas de um lavrador,¹⁴ acreditava que o fim da escravidão em massa e de forma impensada traria prejuízos em diversos sentidos para a nação. Prejuízo para os senhores, que não teriam resguardados os direitos da propriedade perdida, no caso seus escravos. Além de ter afirmado que libertar uma massa de indivíduos sem os devidos preparos para viverem na sociedade civil acarretaria em problemas graves, como o ócio e criminalidade. Apontava para a necessidade de ação do governo em pensar estratégias no sentido de incorporar os ex-escravos na sociedade civil.¹⁵

Rodrigues era um sujeito que estava, sobretudo, preocupado com o sucateamento da economia. Nesse sentido, esteve reclamando ao governo estratégias para a garantia de que o proprietário fosse indenizado pela perda do seu bem, que seria o escravo liberto, até então sua propriedade. Na contramão desse pensamento,

¹³ Mediante os dados noticiados, dentro de pouco tempo de vigência, a Sociedade já havia libertado mais de 40 escravos na capital do Piauí. Para mais informações ver: INTERIOR. Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 1870. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_06&Pesq=%22Coelho%20Rodrigues%22&pagfis=1756.

¹⁴ RODRIGUES, Antônio Coelho. Manual do Súbdito Fiel, ou Cartas de um Lavrador a sua majestade O Imperador. Rio de Janeiro, 1884.

¹⁵ RODRIGUES, Op. Cit., 1897. p. 133-4.

¹² CONFERÊNCIA DA GLÓRIA. Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1883. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&Pesq=%22Coelho%20Rodrigues%22&pagfis=9166.

sujeitos como Tobias Barreto, membro eminente da “Escola do Recife”, apontava para o fato de que o direito à vida, e por tanto os escravos como seres humanos, deveriam ter resguardados direitos de cidadania e, conseqüentemente, serem logo imersos na sociedade civil. Com a República, o Código Civil acaba se tornando instrumento para normatização de um modelo de inserção de ex-escravos na sociedade livre.

Para Rodrigues, a constituição da cidadania se dava principalmente dentro do lar. Acreditava ferrenhamente que a sistemática social obedecia à ordem natural da estrutura familiar. Nesse sentido, o pater familias, chefe de família, homem, exercia um poder tido como natural sobre a mulher, os filhos e, é imprescindível notar, sobre os empregados domésticos, estes em sua esmagadora maioria seriam escravos recém-libertos inclusos nos quadros dessa cidadania patriarcal.

Era dessa forma que acreditava que a sociedade se desenvolveria “progressiva” e “naturalmente”, mantendo a ordem e preservado a organização social. Sendo assim, para o Brasil se tornar uma nação bem construída tinha como meio basilar a relação de família, uma relação privada sob tutela do homem. Um código que regulasse a família estaria regulando toda a sociedade brasileira republicana, ao passo em que eram no seio familiar que se estabeleciam todas as relações posteriores, civis, políticas, sociais.

Rodrigues defendia que os serviços domésticos devessem entrar no projeto de Código Civil como uma extensão da família, onde recai o poder do chefe. Regulou essa atividade como uma prestação de serviços onde o doméstico passou a receber um salário mediante o desenvolvimento das suas atividades. Porém, é emblemática a maneira como posiciona esse trabalho como uma

relação de família. Mediante diálogo com Castelo Branco e Avelino, os mesmos apontam, diante daquilo que se pensava na época, que, como o espaço doméstico é considerado um local da ordem, do respeito, das regras, um serviço que estivesse imerso nesse espaço não deveria ser tratado como uma relação de trabalho e, portanto, preservando a autoridade do pater famílias sobre o cidadão doméstico.¹⁶

O exercício do pátrio poder sobre o doméstico vai perdurar durante os anos iniciais do regime republicano como uma relação familiar, conforme pensado por Rodrigues. O seu Código acabou se tornando um reflexo da inovação assentada na tradição. Como patrões e trabalhadores domésticos, aqueles principalmente, não estavam interessados em fazer cumprir normas e regulamentos, a relação de trabalho doméstico continuou debaixo de regras e princípios ancorados nas práticas e costumes tradicionais onde recai total poder do chefe de família.¹⁷ Coelho Rodrigues quis dar sentido teórico a essa prática tradicional de relação que já era realidade, apesar dos intentos iniciais em dar mais sentido jurídico a essas relações.

Dessa maneira, podemos perceber que a liberdade civil para muitos que saem da condição de escravidão os deixaram a mercê de uma sistemática que preservou a dominância do homem de prestígio da época, a elite. A legislação

16 CASTELO BRANCO, Edwar; AVELINO, Jarbas G M . O projeto de codificação de Coelho Rodrigues: a normalização dos contratos em solo familiar e um passeio por dentro da casa, esse reduto brasileiro profundo. In: Ana Regina Rego; Teresinha Queiroz; Antonio Hohlfeldt. (Org.). Tempo e memória: interfaces entre os campos da comunicação e da história. 1ed.Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020, v. , p. 169-192.

17 SILVA, Maciel Henrique. O trabalho doméstico livre e a lei nos anos finais da escravidão no Brasil. Labhstc, 2013. Disponível em: <https://labhstc.paginas.ufsc.br/files/2013/04/Maciel-Henrique-Carneiro-da-Silva-texto.pdf>. Acesso em: 02/nov./2020.

brasileira do período, quanto aos trabalhadores domésticos, no mais das vezes não funcionava, o que se percebe por sua vez é a permanência das tradicionais práticas de exercício de arbitrariedades subjetivas por parte do chefe de família.¹⁸

Nesse sentido, mesmo que tentassem criar um ideal de liberdade para os cidadãos que passam a exercer atividades domésticas recebendo salário, como fizera Rodrigues, na prática não era por si uma garantia de liberdade e de direitos. Esse fato é percebido ao pretender fixar o doméstico em um lar de família, como prestador de serviços deste, em uma relação mascarada como familiar, onde o Estado pouco pode intervir para garantir os direitos de cidadania.

Mesmo que o Código de Coelho Rodrigues seja carregado das práticas e costumes tradicionais, o mesmo propôs um pensamento que viabiliza uma discussão em torno da concessão de iniciais direitos e créditos para os prestadores de serviços, em específico, dentro do novo regime político. Além de ser um dos precursores do trabalhismo, ao pretender regularizar os contratos de trabalho resguardados por lei e não arbitrados entre as partes envolvidas na contratação e prestação dos serviços. Apesar de problemática a forma como na época o mesmo estabeleceu as relações de trabalho, sobretudo domésticas, Rodrigues acabou contribuindo para viabilizar discussões em torno da concessão de direitos na República de princípios democráticos.

Isso se torna interessante pelo fato de que essas questões impulsionaram a luta por direitos de classe. Aguiar aponta que Coelho Rodrigues esteve interessado em resolver os problemas sociais do seu tempo. Na questão dos egressos

da escravidão buscou estabelecer institutos jurídicos que amparassem a multidão de ex-escravos, e assim os incluísse na sociedade civil. Mesmo carregado de um tradicionalismo, reflexo da sua condição de existir, Rodrigues esteve pensando nas estratégias para amparar uma “massa trabalhadora, recém-liberta, despossuída, ensinada apenas para o trabalho servil e sem instrumentos legais de inclusão social”.¹⁹

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao mesmo tempo em que regulou as atividades de trabalho doméstico como um reforço ao domínio elitista, Coelho Rodrigues trouxe à tona discussões que viabilizam pensar a concessão dos iniciais direitos para sujeitos vulneráveis, como exercício da cidadania. Coelho Rodrigues se forja enquanto uma personalidade assaz controversa, assim como controverso foi esse período, o que não exclui a importância de estudá-lo como forma de perceber como está imbricado às questões que permeiam a passagem do regime monárquico para o regime republicano, pensando as frenéticas mudanças em torno da renovação legislativa e da definição do conceito de cidadania.

Coelho Rodrigues foi um sujeito, sobretudo, patriótico. Isso estava acima da forma de governo que reclamava, seja imperial ou republicana. Sujeito afeito aos princípios de moralidade e ordem social, tinha receio da maneira como a república fosse instalada, apesar de louvar os seus princípios. Não era afeito às filosofias positivistas e cientificistas do século XIX, acreditava, sobretudo, nos princípios morais sociais e, principalmente, no direito como instância capaz de tornar a nação forte e íntegra.

¹⁸ SILVA, Op. Cit.

¹⁹ AGUIAR, Op. Cit., 2006, p. 157.

A cidadania para Rodrigues esteve conservada como uma entidade que se obtinha principalmente dentro da casa. Nesse espaço, os indivíduos organizados abaixo da tutela do pater famílias adquiriam status de cidadãos. O espaço privado da casa se tornava o lugar “sagrado” de onde os indivíduos são educados para a vida social. O espaço doméstico era o refúgio do domínio elitista, sobretudo do homem em relação aos demais membros.

Como prática da cidadania no despontar da República, a maneira como Rodrigues enxerga a relação de trabalho, sobretudo doméstica, exercício praticado por ex-escravos, foi reflexa de uma sociedade assentada na tradição. Apesar das transformações operadas com o fim do escravismo e do regime imperial, a prática social das relações domésticas vai continuar sobre os mandos do pai de família, não havendo muita entrada do Estado no sentido de regular essas relações, sendo as mesmas reguladas por meio de arbitrariedades subjetivas.

Ítalo Bruno Araújo Damasceno é Mestrando no PPGHB/UFPI da Universidade Federal do Piauí

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Antônio Chrysippo. **Coelho Rodrigues e a ordem de silêncio**. 1. ed. Teresina: 2006.

ALONSO, A. **Ideias em Movimento: a geração 1870 na crise do Brasil-Império**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

ARAÚJO, Johny Santana de. **Antônio Coelho Rodrigues: entre “o silêncio, a paciência e o tempo”**. IN: NASCIMENTO, F. A. S.; TAMANINI, P. A. *História Culturas e Subjetividades: Abordagens e perspectivas*. Teresina: EDUFPI, 2015. p. 123-124.

CASTELLO BRANCO, Francisco de Assis Couto. **Antônio Coelho Rodrigues: Vida e Obra**. TERESINA: UFPI, 1987.

CASTELO BRANCO, Edwar; AVELINO, Jarbas G M. **O projeto de codificação de Coelho Rodrigues: a**

normalização dos contratos em solo familiar e um passeio por dentro da casa, esse reduto brasileiro profundo. In: Ana Regina Rego; Teresinha Queiroz; Antonio Hohlfeldt. (Org.). *Tempo e memória: interfaces entre os campos da comunicação e da história*. 1ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2020, v. , p. 169-192.

CONFERÊNCIA DA GLÓRIA. **Jornal do Comércio. Rio de Janeiro, 10 de novembro de 1883**. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&Pesq=%22Coelho%20Rodrigues%22&pagfis=9166.

DAMASCENO, Ítalo Bruno Araújo. **O tempo revela novos rumos: Ideário republicano sob a ótica ‘camaleônica’ de Antônio Coelho Rodrigues**. 2019. 67 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura Plena em História) – Universidade Federal do Piauí, Picos, 2019.

GRINBERG, Keila. **Código Civil e cidadania**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001.

MACHADO AVELINO, J. G.; CASTELO BRANCO, E. A. **O sujeito de direito na contemporaneidade: reflexão sobre a problemática dos sujeitos de direito na condição histórica pós-moderna**. In: SOUSA NETO, M.; ALVARENGA, A. V. M.; FONTINELES FILHO, P. P. (Org.). *A história sob múltiplos ângulos: trajetórias de pesquisa e escrita*. Vol. 2. Teresina, PI: EDUESPI, 2020. pp. 189-205. p. 194.

RIBEIRO, Lavina Madeira. **Contribuições ao estudo institucional da comunicação**. Teresina: Ed. UFPI, 1996.

RODRIGUES, Antônio Coelho. **Manual do Súbdito Fiel, ou Cartas de um Lavrador a sua majestade O Imperador**. Rio de Janeiro, 1884.

RODRIGUES, Antônio Coelho. **Projeto do Código Civil precedido da história do mesmo e dos anteriores**. Rio de Janeiro: Tipografia do Jornal do Comércio, 1897. p. 475.

SILVA, Maciel Henrique. **O trabalho doméstico livre e a lei nos anos finais da escravidão no Brasil**. Labhstc, 2013. Disponível em: <https://labhstc.paginas.ufsc.br/files/2013/04/Maciel-Henrique-Carneiro-da-Silva-texto.pdf>. Acesso em: 02/nov./2020.

Artigo

ENTRE A RELIGIÃO E O PROGRESSO: as representações do futuro na imprensa de Juiz de Fora e São João del-Rei na virada do século XIX para o XX (1895-1905)

Por Flávio Raimundo Giarola, Izabela Aparecida Gontijo e
Bernardo Victor Silva de Andrade

RESUMO: O presente artigo analisa as representações de futuro na imprensa de São João del-Rei e Juiz de Fora. Nosso objetivo é perceber como, na virada do século XIX para o século XX, as representações sobre um futuro progressista, marcado pelo desenvolvimento material, esbarravam em discursos religiosos, que defendiam a fé cristã, sobretudo o catolicismo.¹

Palavras-chave: Imprensa. Futuro, religião, progresso

¹ Este artigo é o resultado de uma pesquisa de iniciação científica júnior, desenvolvida no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), campus de Divinópolis, no ano de 2019.

Introdução

O tempo e as formas como ele é percebido e interpretado pelo homem tem recebido cada vez mais atenção dos historiadores. Um ponto importante neste campo é o que podemos chamar de história do futuro, ou seja, a história da forma como as diversas sociedades representam, planejam e dialogam com o tempo que ainda está por vir.

A obra mais densa e completa sobre as mudanças de percepção do futuro é o trabalho

do historiador francês Georges Minois, *História do Futuro*.¹ Minois fez um avultoso trabalho de síntese, no qual traçou as diversas formas de prever o futuro, desde as grandes civilizações do mundo antigo até o final do século XX. Em seu trabalho de pesquisa, o autor buscou dar conta tanto dos agentes das previsões, quanto dos métodos e dos conteúdos das mesmas. Trabalho semelhante, porém de menos fôlego documental, foi feito por David A. Wilson, em seu *A História do Futuro*.² O objetivo é o mesmo de Minois, mas

¹ MINOIS, Georges. *História do futuro: dos profetas à prospectiva*. São Paulo: UNESP, 2016.

² WILSON, David A.. *A história do futuro: o que há de verdade*

com foco no mundo anglo-saxônico, apesar de hora ou outra sair desse recorte espacial.

Com relação ao Brasil, contudo, são raros os trabalhos que buscaram identificar as percepções sobre o porvir nos trópicos. Conforme afirma João Paulo Pimenta,³ é possível constatar uma considerável escassez de materiais bibliográficos relativos ao Brasil, seu passado e sua posição no mundo no tocante a uma história de formas coletivas de viver o tempo. O autor chama a atenção para o fato de que a história social do tempo é a “história não apenas de elaborações específicas de grupos sociais, mas também de encontros, amálgamas e conflitos entre grupos e espaços de distintas características que, por variados motivos, estabeleceram relações (inclusive hierarquias) recíprocas”.⁴ Em outras palavras, não se deve esperar uma singularidade do Brasil com relação “ao que se observa, ao menos nos últimos quinhentos anos, em outras partes do mundo”.⁵ Contudo, existem temas relevantes, particularidades, que podem ser estudadas.

Valdei Lopes de Araújo, por exemplo, no seu livro *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira*, desenvolveu um dos principais trabalhos sobre a questão do tempo na América Portuguesa. O autor constatou “uma descontinuidade na experiência de tempo entre a geração da Independência e os homens que enfrentaram a tarefa de construir a

nação”.⁶ Araújo mostrou um gradual contraste entre um tempo multissecular e cíclico e outro produtor de singularidade, linear e progressivo, que foi se consolidando com os intelectuais do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro). É claro, entretanto, que, apesar desta obra e de alguns outros estudos,⁷ ainda existe um vasto campo a ser explorado.

É o que podemos notar com relação à história do futuro em Minas Gerais. Desta forma, o objetivo deste artigo é compreender a maneira como alguns impressos de duas cidades de Minas Gerais atribuíram significado e importância para questões relativas ao futuro e como as representações sobre o tempo vindouro esbarravam em aspectos associados à tradição, sobretudo a religião. Sendo assim, foram analisados periódicos de São João del-Rei, uma cidade com sua história ligada ao início da exploração aurífera na antiga colônia portuguesa, e de Juiz de Fora, uma cidade fundada em meados do século XIX. O objetivo é perceber as diferenças e as similaridades com relação à forma de debater assuntos relativos ao futuro em uma região marcada pelo passado e pela tradição histórica e outra associada ao discurso modernizador. Escolhemos como recorte cronológico o período de virada do século XIX para o XX, por entender que, nas viradas de

nas mais famosas profecias e previsões. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

3 PIMENTA, João Paulo. Apontamentos para uma história do tempo no Brasil. IN: Revista Hydra. São Paulo, v. 2, n. 4, p. 1-17, 2019, p. 6.

4 Idem, p. 7

5 Idem, p. 6.

6 ARAÚJO, Valdei Lopes de. *A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira*. São Paulo: Hucitec, 2008, p. 185.

7 Em nível de exemplo, podemos citar HANSEN, João Adolfo. Para uma história dos conceitos das letras coloniais luso-brasileiras dos séculos XVI, XVII e XVIII. IN: FERES JR., J. & JASMIN, M. (org.). *História dos conceitos: diálogos transatlânticos*. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Loyola, 2007, p.253-266; PEREIRA, Luísa Rauter. “Substituir a revolução dos homens pela revolução do tempo”. *Uma história do conceito de povo no Brasil: revolução e historicização da linguagem política (1750-1870)*. Rio de Janeiro: UERJ/IESP, 2011; e SANTOS, Cristiane C. dos. *Escrevendo a história do futuro: a leitura do passado no processo de independência do Brasil*. São Paulo: Alameda, 2017.

séculos, as representações sobre futuro ficam mais evidentes.

São João del-Rei e a persistência da tradição mediante o progresso

A cidade de São João del-Rei cresceu ao longo dos séculos XVIII e XIX como centro comercial da região do Rio das Mortes. Alcançou o status de vila em 1713, quando a exploração aurífera crescia em Minas Gerais. Segundo Afonso de Alencastro Graça Filho, no século XIX, a produção agropecuária tornou-se o carro chefe da economia local, juntamente com o desenvolvimento de um intenso comércio regional e com o Rio de Janeiro, centralizando as operações de crédito da Comarca do Rio das Mortes.⁸

Desta forma, ao longo de sua história, São João del-Rei apresentou os traços da cultura urbana mineira, marcada pela presença significativa da religião, do escravismo e pela influência de comerciantes e fazendeiros donos de escravos. Se, como afirma Denilson de Cássio Silva, a cidade, ao longo século XIX, esteve em ebulição econômica;⁹ é certo também que, no final daquele século, ela procurava manter sua importância em Minas Gerais defendendo a entrada de símbolos do progresso, tais como a chegada de imigrantes, a ferrovia e a indústria têxtil, sem, com isto, abdicar de suas tradições históricas.

Com relação à ferrovia, por exemplo, a construção da Estrada de Ferro Oeste Minas (EFOM), inaugurada em 1881, constituiu o grande

símbolo de desenvolvimento da cidade, tida como um passo importante em direção ao progresso. Para O Arauto de Minas, jornal conservador que, já em 1877, defendia sua construção, somente a estrada de ferro poderia tirar a cidade da “retrogação” em que se encontrava. Segundo o impresso, o futuro de São João del-Rei passaria pela ferrovia, uma vez que a cidade vivia um processo de retração de seu comércio e um estado de “torpor”. Deste modo, dizia que aquele melhoramento era um “grande cometimento, do qual depende o progresso, a vida desta Cidade e circunvizinhos municípios”.¹⁰

A Tribuna do Povo, por sua vez, considerava a EFOM um gigante que “alquebrando os grilhões do atraso e da decadência, veio arrancar o marco estéril da inércia, substituindo pela baliza fecunda do progresso”.¹¹ As palavras destes periódicos mostravam a crença na ideia de que as ferrovias eram sinônimas de modernidade e sua inserção na cidade representava um avanço rumo ao futuro. Deste modo, o século XIX é considerado o século do progresso e a estrada de ferro o meio pelo qual São João del-Rei poderia se aproximar das sociedades “mais avançadas”.

O debate sobre o progresso na cidade também foi relacionado à questão da mão de obra, a partir do momento em que se começou a discutir a imigração para a região. Para a Gazeta Mineira, era na viação férrea que se encerrava “a chave da colonização, a esta a da transformação do trabalho entre nós, pela substituição natural dos seus atuais agentes”.¹² Ferrovia e imigração, portanto, eram tidas como processos interligados.

8 GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888). São Paulo: Annablume, 2002.

9 SILVA, Denilson de Cássio. O Drama Social da Abolição: escravidão, liberdade, trabalho e cidadania em São João del-Rei, Minas Gerais (1871-1897). Curitiba: Editora Prismas, 2016, p. 26.

10 Estrada de Ferro do Oeste. O Arauto de Minas. São João del-Rei, ano 1, n. 37, p. 2, 18 nov. 1877.

11 Estrada de Oeste. Tribuna do Povo. São João del-Rei, ano 1, n. 24, p. 1, 18 de set. 1881.

12 Viação Férrea. Gazeta Mineira. São João del-Rei, ano 1, n. 2, p. 02, 06 jan. 1884.

As locomotivas representavam um avanço rumo ao desenvolvimento e os imigrantes pretendidos provinham de sociedades cujo nível de progresso era, conforme se acreditava, superior ao brasileiro. Assim, pensavam os periódicos que, para estimular a colonização, dever-se-ia primeiro modernizar a cidade.

Em suma, muitas das noções de futuro e progresso da imprensa na passagem para o século XX estavam relacionadas às expectativas dos frutos que poderiam ser colhidos tanto da chegada dos imigrantes quanto da presença da estrada de ferro. Não é à toa que, em 1898, o relatório do engenheiro Cipriano de Carvalho sobre a Estrada de Ferro Oeste de Minas, exposto no jornal *O Resistente*, usava a palavra “futurosa” para se referir à rede ferroviária.¹³ Da mesma forma, o impresso, em edição de janeiro de 1896, ao falar do trabalho, motivo para o qual os imigrantes haviam ido para a cidade, dizia que “os povos que mais adiantados se acham na carreira da civilização conhecem isto perfeitamente; e rivalizam entre si sobre o emprego de suas forças físicas e intelectuais para obterem os produtos agrícolas ou fabris”.¹⁴

Por outro lado, se *O Resistente* defendia as ideias de progresso e civilização, associadas aos bens materiais e ao trabalho, é nítido também que havia um apego às tradições da cidade, sobretudo às tradições religiosas. Seu redator, Severiano de Rezende, havia sido, no Império, o redator do jornal conservador anteriormente citado, *O Arauto de Minas*, folha que defendia o escravismo e a religiosidade. Desta forma, são constantes, n’*O Resistente*, as notícias sobre festividades do catolicismo e questões religiosas.

13 E. F. Oeste de Minas. *O Resistente*. São João del-Rei, ano 4, n. 148, p. 01, 30 jul. 1898.

14 O Trabalho. *O Resistente*. São João del-Rei, ano 1, n. 40, p. 03, dia ilegível, jan. 1896.

O periódico chegou, inclusive, a publicar uma série de artigos contrários ao casamento civil, defendendo que este era uma função da Igreja: “destarte, por nenhum título nem sob nenhuma relação, o Estado pode ser senhor do casamento. O casamento, como o mesmo homem, não pode depender senão do poder único de Deus”.¹⁵

Curiosa foi a série de artigos sobre um futuro apocalíptico, publicada em fevereiro de 1899, com o título *O fim do mundo*. O primeiro texto da série foi extraído de outro jornal, *A Imprensa*, e afirmava que um “profeta” da ciência, dr. Rodolphe Falb, professor de geologia da Universidade de Viena e de matemática na de Praga, anunciava a morte de todos os habitantes do planeta em 13 de novembro de 1899. Segundo o texto, um cometa estaria próximo da terra, o que acarretaria o fim da humanidade através de um rio de fogo. O artigo dava credibilidade à previsão através do racismo, uma vez que o dr. Falb anunciava o juízo final “com sua autoridade de germano, essa raça vitoriosa, sábia, trabalhadora, infalível e incomparável, que se apoderou da ciência e a monopolizou contra a miopia do mundo latino”.¹⁶ Portanto, eram argumentos científicos que deveriam justificar a teoria. Porém, ao mesmo tempo, era lembrado que a destruição do planeta “pelo fogo, um rio de fogo tão grande como mil Amazonas reunidos, é das santas escrituras e dos sagrados textos”.¹⁷ Em síntese, ciência e religião caminhavam juntas na descrição daquela eventual calamidade.

Na edição seguinte d’*O Resistente*, havia a

15 A Família E O Casamento. *O Resistente*. São João del-Rei, ano 4, n. 161, p. 01, 06 out. 1898

16 O Fim Do Mundo – Em 13 de Novembro de 1899 – Encontro da Terra com um grande cometa – morte pelo fogo, descargas elétricas. *O Resistente*. São João del-Rei, ano 4, n. 179, p. 01, 9 fev. 1899.

17 Idem, ibidem.

sequência da série, afirmando, contraditoriamente à primeira publicação, que as teorias de Falb eram pouco prováveis, usando, para isto, trechos de um almanaque daquele ano. A citação usada pelo jornal reconhecia que o planeta caminhava para o fim, mas que não se sabia “nem a hora, nem o lugar de sua expiação”.¹⁸ Expunha teorias que colocavam o fim da terra entre 10 milhões de anos, 35 milhões de anos ou no ano de 2167, esta última previsão baseada na teoria de que o planeta chegaria a 12 bilhões de habitantes e sem recursos suficientes para todos, “seria a morte pela fome – em 270 anos”.¹⁹

Em 16 de fevereiro, o jornal dava a palavra ao sr. alferes Plínio de Carvalho para tranquilizar ainda mais os leitores. Após uma descrição sobre os cometas, a conclusão era que se “a terra for envolvida pela cauda do colossal cometa, e mesmo admitindo a hipótese desta ser de natureza ígnea, perigo algum poderá resultar para a terra, visto que nosso planeta está envolvido em uma camada de ar chamada atmosfera, cuja espessura média vai a 14 léguas”.²⁰

A intenção do texto de Plínio de Carvalho era usar argumentos científicos para questionar as hipóteses de Falb. Para concluir a série de artigos, contudo, o jornal recorreu à autoridade da Igreja, através de um artigo do jornal católico D. Viçoso, que usava os sinais apontados pelo livro do Apocalipse para negar o fim do mundo discutido no artigo que havia iniciado a série de publicações.

Por hoje diremos apenas que o fim do mundo em 13 de novembro deste ano é um absurdo contrário à Revelação, mas que não duvidamos, antes, pelo contrário, cremos com certeza que haverá bem proximamente um cataclismo enorme e pavoroso em todo o mundo, e não relutamos em lobrigar um prenúncio dele nos mistérios astronômicos previstos matematicamente pelo Dr. Falb.²¹

Tais artigos nos permitem fazer duas ponderações importantes. A primeira é com relação às representações de futuro em fins do século XIX. Se havia um desejo e uma aspiração positivista ao progresso presente na imprensa; é possível perceber também a persistência na crença do fim do mundo, apontada por Reinhart Koselleck com sinônimo de um futuro escatológico característico da Idade Média e do começo da Idade Moderna.²² É o que fica explícito na citação anterior, na qual é mantida a ideia de um cataclismo próximo.

O segundo ponto é com relação aos argumentos usados tanto para corroborar quanto para questionar a teoria do Dr. Falb, ciência e religião. O jornal são-joanense, dividido entre as aspirações científicas e a tradição religiosa, buscava fazer uma síntese entre estes dois campos frequentemente contraditórios. Tanto

18 O Fim Do Mundo – Em 13 de Novembro de 1899 – Encontro da Terra com um grande cometa – morte pelo fogo, descargas elétricas. O Resistente. São João del-Rei, ano 4, n. 180, p. 01, 12 fev. 1899.

19 Idem, ibidem.

20 O Fim Do Mundo – Em 13 de Novembro de 1899 – Encontro da Terra com um grande cometa – morte pelo fogo, descargas elétricas. O Resistente. São João del-Rei, ano 4, n. 181, p. 01, 16 fev. 1899.

21 O Fim Do Mundo – Em 13 de Novembro de 1899 – Encontro da Terra com um grande cometa – morte pelo fogo, descargas elétricas. O Resistente. São João del-Rei, ano 4, n. 182, p. 01, 19 fev. 1899.

22 Para Koselleck, no mundo ocidental, o cristianismo, por muito tempo, impôs a esperança em um futuro escatológico, no qual o fiel se preparava para o fim dos tempos, quando o “salvador” voltaria para punir os pecadores e salvar os justos. Além disto, as sociedades da Idade Média e do início da Idade Moderna, marcadas pelo predomínio do mundo camponês, viviam transformações lentas, com mudanças tão vagarosas que faziam com que o futuro fosse visto como uma mera continuidade do presente. KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006, p. 314.

ciência quanto religião tinham o que dizer sobre o fim da humanidade e a primeira poderia ser um importante instrumento para comprovar a veracidade dos textos bíblicos. Ainda que o fim do planeta não estivesse tão próximo, ao contrário do que foi exposto no primeiro artigo, é certo que as teorias científicas e as profecias religiosas concordavam que o apocalipse uma hora se concretizaria.

Portanto, São João del-Rei, em fins do século XIX, apresentava-se dividida entre a religião, marca de sua tradição, e o progresso. O futuro, portanto, deveria trazer benefícios materiais sem, contudo, deixar de lado o misticismo, importante fator de identidade daquela urbes, que tinha raízes no século XVIII. O porvir, portanto, não deveria destruir o passado, mas se acomodar a ele, de forma pacífica e conciliadora. Juiz de Fora, por outro lado, representaria o futuro como uma continuidade de um passado de progresso, mas sem, com isso, se distanciar do religioso, como discutiremos a seguir.

Juiz de Fora: cidade na rota do progresso

Segundo James William Goodwin Jr., ao longo do século XIX, a diversificação econômica e a expansão geográfica levaram ao surgimento e consolidação de novos núcleos urbanos em Minas Gerais. Fruto deste processo, a cidade de Juiz de Fora se tornou o principal núcleo urbano da Zona da Mata, “a região mais dinâmica da economia mineira oitocentista”.²³ A cidade, no final do século XIX, dispunha de vários sinais do que era considerado progresso: ferrovias, indústrias, construções modernas.

²³ GOODWIN JR. James Willian. Cidades de Papel: imprensa, progresso e tradição, Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914). Belo Horizonte: Fino Traço, 2015, p. 74.

Por isso, é possível perceber, na imprensa juizforana, a criação e a manutenção, através de notícias e colunas, de um pensamento progressista. Mas isto não significa que a religião estava ausente dos periódicos da cidade. Um exemplo disto foi o surgimento do jornal O Pobre, no natal de 1899. Era um jornal católico que, em todas as suas edições, publicava notícias sobre a Igreja. O impresso tinha um caráter social crítico, tendo como foco aqueles que estavam nas margens da sociedade. Não era socialista, pois considerava que o socialismo levantava o pobre contra o rico. Ao contrário, defendia uma conciliação entre o rico e o pobre através da “gratidão pela esmola”.²⁴ Esta postura do jornal fazia com ele projetasse um futuro que tivesse todos os avanços materiais possíveis, mas que, no entanto, não deixasse de lado os princípios cristãos. Como pode ser percebido na edição de 8 de janeiro de 1900, que trazia o texto intitulado Inimigos do Pobre, no qual se lia:

Multipliquem-se as fábricas; desvendem-se novos horizontes à eletricidade; mais amplos espaços sejam entregues à avidez do vapor, que já quase suprime os mares, ou da locomotiva, que já quase anula os desertos: tudo isto é grande e belo, e também divino, porque não faz senão tornar completa a soberania física de que Deus investiu o homem no planeta.²⁵

A citação acima traz um pensamento muito parecido com o de São João del-Rei: ciência e religião caminhando de mãos dadas rumo ao futuro. No entanto, é no jornal de maior periodicidade da cidade que podemos perceber com mais clareza as percepções de futuro e as

²⁴ O Pobre. O Pobre. Juiz de Fora, ano 1, n. 1, p. 01, 25 dez. 1899.

²⁵ Inimigos do Pobre. O Pobre. Juiz de Fora, ano 1, n. 2, p. 01, 03 jan. 1900.

ideias de progresso. Estamos falando d'O Pharol, que publicava cerca de 15 edições mensais.

Nas páginas d'O Pharol, o desenvolvimento da cidade e os trilhos que levavam ao progresso ficavam evidentes. Existem diversas notícias sobre infraestrutura urbana e sobre empresas da região. Destaca-se o grande número de edições que tratavam do tema eletricidade, uma vez que ali estava instalada a Companhia Mineira de Eletricidade, fundada em 1888 por Bernardo Mascarenhas e Francisco Batista de Oliveira. A Companhia esteve diretamente ligada à industrialização em Juiz de Fora, que a transformou na cidade mais rica de Minas Gerais no final do século XIX.

Para este artigo, contudo, mais significativa foi a maneira como a cidade recebeu a chegada do século XX. No dia primeiro de janeiro de 1901, o jornal, que tradicionalmente tinha 4 páginas, publicou uma edição especial com 16 páginas, com vários artigos ou lembrando o século passado ou exaltando o século que se iniciava. Na primeira página, havia uma imagem de um anjo velho, com uma foice na mão, representando o século XIX que estava morrendo; e um anjo criança, segurando uma tocha, simbolizando a nova centúria que se abria. Da fumaça da tocha do menino percebem-se vários outros anjos, sinal dos anos que estão por vir. A iconografia trazia ainda o Cruzeiro do Sul, representando o Brasil, e uma referência ao ano de 1901, com os meses e os dias santos.

Ao olhar para o século que se findava, a conclusão era de um século de progresso e realizações materiais, como pode ser notado no texto intitulado Vitórias Diplomáticas do Brasil no Século Findo:

O século que ontem findou é, com razão,

qualificado de assombroso, por constituir o ciclo histórico em que o saber humano, as descobertas da ciência e as criações da inteligência chegaram a estas culminâncias, que tocam as raiais do maravilhoso. O homem conquistou o planeta, abriu rotas pelos mares, internou-se nas regiões impenetráveis do pólo, e, quer nas glaucas profundezas submarinas, quer sobre a crosta do mundo, quer na escuridão das longas noites polares, quer no esplendor triunfal das auroras boreais, o seu cérebro trabalhou, o espírito não teve vigílias nem desfalecimentos, a ideia dilatou os seus domínios, a aspiração criou novos estímulos e o gênio alcançou, uma a uma, estas estupendas conquistas, que no domínio do físico e do moral, deram o nome de século das luzes, ao período centenar, que ontem findou.²⁶

Em suma, o periódico fazia uma ode ao século XIX baseada nos avanços da ciência daquele momento. No entanto, como acontecia em São João del-Rei, a religiosidade também era defendida associada ao progresso: “A volta do espiritualismo é, pois, também um sintoma de progresso da ciência, porque aquele nada tem que o torne incompatível com o experimentalismo ou naturalismo”.²⁷ Desta forma, a expectativa de futuro era baseada numa conciliação entre ciência e religião.

O século que hoje começa é para nós ainda impenetrável e cheio de mistérios, mas não será temerário prever-se que, em seu decurso, será feita a conciliação científica de tudo quanto ainda nos possa parecer incompatível entre o espiritualismo e o naturalismo.²⁸

²⁶ Vitórias Diplomáticas do Brasil no Século Findo. O Pharol. Juiz de Fora, ano 35, n. 1, p. 02, 01 jan. 1901.

²⁷ Idem, ibidem.

²⁸ Idem, ibidem.

A industriosa Juiz de Fora previa um futuro marcado pela sintonia entre duas esferas de pensamento divergentes até então. A ciência deveria conduzir ao porvir, mas ela também deveria explicar os mistérios da Igreja. Em outro artigo da edição, Passado e Futuro, defendia-se o mesmo argumento de que “os progressos admiráveis da ciência humana a descobrirem os sinais da Criação e da Providência, aumentando o poder da observação, acodem ao auxílio da Fé, e nos aproximam, em vez de nos afastarem da visão grandiosa do Ser”.²⁹ O texto criticava o que chamava de Revolução, a separação entre o Estado e a Igreja, e suplicava para que o século XX fosse marcado pela reconciliação entre a cristandade e o Brasil.

Em outro texto, do autor Cândido Eloy, novamente a religião aparecia associada aos pensamentos de desenvolvimento da ciência. Intitulado Ano Bom, Século das Graças, havia a tradicional descrição dos desenvolvimentos científicos e materiais, como as estradas de ferro, a eletricidade, o raio X e a fotografia; ao lado do lamento por conta de guerras e revoluções. Para o século XX, dizia que “não valem as luzes terrestres, por mais brilhantes que sejam, sem a luz espiritual, que o Deus pode dar”.³⁰

Além da confraternização entre Igreja e ciência, outra imagem predominante no periódico foi a de uma continuidade linear progressista com o século XIX. Em outro artigo daquela edição comemorativa, intitulado O Século Passado, dizia-se que as novas gerações tinham a missão de fazer o novo século ser “digno continuador daquele que a ciência iluminou, que as letras ilustraram, e

que as artes engrandeceram”.³¹

Com relação à cidade, o impresso também exaltava suas características progressistas. Elogiava todo o desenvolvimento de Juiz de Fora em um período de apenas 40 anos e assinalava o protagonismo da iniciativa privada para transformar a mesma em uma cidade yankee, “aludindo-se ao espírito progressista e operoso dos filhos dos Estados Unidos da América do Norte”.³² Seguia elogiando as características físicas da urbes, que a mostravam como preparada para entrar no novo século antenada com os princípios do futuro: construída sobre preceitos de “engenharias adiantada”, atravessada por duas importantes estradas de ferro (Central do Brasil e Leopoldina), privilegiada com linhas de bondes, vários templos religiosos, bem localizada geograficamente, centro comercial, com instituições voltadas para o ensino, saúde e assistência social, com indústria e agricultura prósperas, em síntese, com todos os aspectos indispensáveis para que a cidade crescesse ainda mais no século XX. Em outro artigo, A Arte em Juiz de Fora, expunha-se as características cultas da cidade, com o mesmo objetivo de exaltar a sua civilidade e o seu desenvolvimento, assim como o texto Indústria em Juiz de Fora.

Goodwin Jr. conclui que

O passado da cidade é curto e recente, apenas meio século. Sua herança, porém, era enorme: trabalho e progresso avassaladores. O futuro é a continuação da transformação da cidade e da região, através do trabalho humano, em uma sociedade letrada e industrial, “centro de

29 Passado e Futuro. O Pharol. Juiz de Fora, ano 35, n. 1, p. 03, 01 jan. 1901

30 Ano Bom, Século das Graças. O Pharol. Juiz de Fora, ano 35, n. 1, p. 04, 01 jan. 1901

31 O Século Passado. O Pharol. Juiz de Fora, ano 35, n. 1, p. 02, 01 jan. 1901.

32 Juiz de Fora. O Pharol. Juiz de Fora, ano 35, n. 1, p. 02, 01 jan. 1901.

luminosa civilização” a clarear o porvir.³³

Portanto, o que se via em Juiz de Fora, uma cidade que em pouco tempo de existência havia superado São João del-Rei em termos econômicos, era que, como na cidade histórica, ainda havia uma perspectiva de futuro associada à religião. No entanto, a cidade mostrava muito mais otimismo com relação aos desenvolvimentos materiais. E tinha motivos para isto, visto que havia atingido um alto grau de desenvolvimento no Estado de Minas.

Considerações finais:

As viradas de séculos são muito significativas para se entender as percepções do homem sobre o porvir, uma vez que estes períodos carregam consigo expectativas, temores, otimismo e misticismos. No Brasil, na passagem do século XIX para o século XX não foi diferente. De acordo com Ângela Marques da Costa e Lília Schwarcz, mesmo diante do conturbado cenário político e social estabelecido após a proclamação da República, civilização e modernidade converteram-se em palavras de ordem. “O Brasil entrava no novo século XX tão confiante como as demais nações: nada como imaginar que seria possível domesticar o futuro, prever e impedir flutuações”.³⁴ Assim, eram evidentes os anseios positivistas nas representações de futuro, uma vez que, conforme Eric Hobsbawm, ninguém no século XIX duvidava do progresso, tanto material quanto intelectual, “já que parecia óbvio demais para ser negado”.³⁵

33 GOODWIN JR. James Willian. Op. Cit.. pág. 91

34 COSTA, Ângela Marques da; SCHWARCZ, Lília Moritz. 1890-1914: no tempo das certezas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 12.

35 HOBBSBAWN, Eric J. A Era do Capital (1848-1875). São Paulo: Paz e Terra, 2009, p. 351.

É o que pode ser percebido nas duas cidades analisadas. A expectativa do progresso é patente, sobretudo quando falamos em aspectos materiais. Era inegável que o futuro seria marcado por indústrias, ferrovias, eletricidade, etc. Tanto São João del-Rei como Juiz de Fora exaltavam estes feitos da humanidade e os usavam como lente para projetar o porvir. Entretanto, Juiz de Fora se sentia mais preparada para os novos tempos, uma vez que já estava marcada por vários aspectos característicos do que era considerado como desenvolvimento, enquanto São João del-Rei clamava por novos avanços, presa que estava a suas características coloniais.

Talvez seja por isto que, ao discutir o futuro, a imprensa são-joanense tenha preferido dedicar várias páginas a um debate sobre o fim dos tempos. Já O Pharol, de Juiz de Fora, preferia fazer projetos, discutir caminhos a serem seguidos e exaltar os sucessos alcançados até então.

É interessante, contudo, que nenhuma das duas cidades abdicou do discurso religioso, defendendo, ao contrário, uma aliança entre ciência e religião. Em São João del-Rei este fato é facilmente explicado pela tradição da cidade, ligada ao misticismo característico de sua formação, no século XVIII. Em Juiz de Fora, porém, percebe-se que progresso não era sinônimo de ausência de fé. Ao contrário, a cidade exaltava as maravilhas da ciência e esperava pela harmonia desta com os preceitos cristãos.

Flávio Raimundo Giarola é Doutor em História e Professor do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG); **Izabela Aparecida Gontijo** é Graduanda em História pela Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) - Unidade Divinópolis e **Bernardo Victor Silva de Andrade** é Graduando em Engenharia Civil pela Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Referências bibliográficas:

ARAÚJO, Valdei Lopes de. **A experiência do tempo: conceitos e narrativas na formação nacional brasileira**. São Paulo: Hucitec, 2008.

GOODWIN JR. James William. **Cidades de Papel: imprensa, progresso e tradição, Diamantina e Juiz de Fora, MG (1884-1914)**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

GRAÇA FILHO, Afonso de Alencastro. **A Princesa do Oeste e o mito da decadência de Minas Gerais: São João del-Rei (1831-1888)**. São Paulo: Annablume, 2002.

HANSEN, João Adolfo. **Para uma história dos conceitos das letras coloniais luso-brasileiras dos séculos XVI, XVII e XVIII**. IN: FERES JR., J. & JASMIN, M. (org.). **História dos conceitos: diálogos transatlânticos**. Rio de Janeiro: Editora PUC-Rio/Loyola, 2007, p.253-266.

HOBSBAWN, Eric J. **A Era do Capital (1848-1875)**. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto: PUC-Rio, 2006.

MINOIS, Georges. **História do futuro: dos profetas à prospectiva**. São Paulo: UNESP, 2016.

PEREIRA, Luísa Rauter. **“Substituir a revolução dos homens pela revolução do tempo”. Uma história do conceito de povo no Brasil: revolução e historicização da linguagem política (1750-1870)**. Rio de Janeiro: UERJ/IESP, 2011.

PIMENTA, João Paulo. **Apontamentos para uma história do tempo no Brasil**. IN: Revista Hydra. São Paulo, v. 2, n. 4, p. 1-17, 2019.

REIS, José Carlos. **Teoria e História: tempo histórico, História do pensamento histórico ocidental e pensamento brasileiro**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

SANTOS, Cristiane C. dos. **Escrevendo a história do futuro: a leitura do passado no processo de independência do Brasil**. São Paulo: Alameda, 2017.

SILVA, Denilson de Cássio. **O Drama Social da Abolição: escravidão, liberdade, trabalho e**

cidadania em São João del-Rei, Minas Gerais (1871-1897). Curitiba: Editora Prismas, 2016.

WILSON, David A.. **A história do futuro: o que há de verdade nas mais famosas profecias e previsões**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

Artigo

HISTÓRIA ECONÔMICA E DESENVOLVIMENTO BRASILEIRO

POR FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Por Leonardo Mello Silva

RESUMO: Este estudo tem como objetivo expor parte do pensamento de Fernando Henrique Cardoso, sobre questões referentes ao desenvolvimento econômico brasileiro, seu caráter histórico, processual e suas possibilidades. Para Cardoso, os modelos de integração econômica dos países latino-americanos se desenvolveram de forma dependente em relação aos países centrais do capitalismo. Com a globalização, os modelos de desenvolvimento autocentrados no Estado se demonstraram insuficientes demandando uma nova forma de desenvolvimento pautada em um novo modelo de integração econômica. E este, na especificidade do Brasil, estaria ligado a um projeto de dinamização da economia ofertando uma progressiva abertura comercial e estabilidade política em que a democracia e o livre comércio seriam desafios, antes de tudo, político-social.

Palavras-chave: Fernando Henrique Cardoso. Economia Brasileira. Dependência e Desenvolvimento.

Introdução

Sociólogo reconhecido dentro e fora do meio acadêmico, Fernando Henrique Cardoso trilhou seus caminhos em universidades e na carreira política. Além de professor da Universidade de São Paulo (USP), uma das mais importantes da América Latina – onde foi aposentado compulsoriamente, em 1969, pelo Ato Institucional nº 5 –, lecionou em universidades estadunidenses e europeias, foi um dos fundadores do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), e tendo mais de uma centena de publicações entre livros,

artigos na grande mídia e artigos acadêmicos, em 2013, tornou-se membro imortal da Academia Brasileira de Letras. Como político, na década de 1980 tornou-se líder do Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB) no senado até 1988, ano em que ajudou a fundar o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Assumiu diversos cargos políticos: foi senador da república entre 1983 e 1992, foi Ministro das Relações Exteriores (1992 -1993) e Ministro da Fazenda (1993 -1994) durante o governo de Itamar Franco. Elegeu-se presidente da república em 1994, cumprindo mandato presidencial entre 1º de janeiro de 1995 e 1º de janeiro de 2003.

Contraditando a frase “esqueçam o que eu

escrevi” – frase que lhe atribuíram em 1993 e que nega ter dito desde então¹– podemos encontrar diversos elementos de interseção entre a produção sociológica de Fernando Henrique Cardoso e suas políticas de governo. Autor de uma obra coesa, e nem por isso imune a erros, não apresenta grandes rupturas em sua produção acadêmica e não nega o que escreveu: “Não sinto necessidade de esquecer nada que escrevi. A maioria dos que gostariam que eu tivesse querido esquecer o que pensava nunca ouviu ou leu o que disse ou escrevi” (CARDOSO, 2010a, p. 13).

Neste artigo busco a compreensão e exposição de parte da produção intelectual de Fernando Henrique Cardoso, que explana a história econômica e o desenvolvimento brasileiro. Este estudo examina, basicamente, fontes de caráter bibliográfico produzidas pelo sociólogo e ex-presidente do Brasil.

Primeiramente, é exposto sua perspectiva sobre as possibilidades de desenvolvimento dos países de economia dependente na América Latina, tendo como cerne das análises a economia brasileira. Posteriormente, o seu entendimento sobre as formas pelas quais a economia brasileira se desenvolveu.

Desenvolvimento e dependência na América Latina

Entre os anos de 1966 e 1967 o Sociólogo Fernando Henrique Cardoso se dedicou a escrever, junto com o sociólogo chileno Enzo Faletto, seu livro de maior impacto dentro das ciências sociais. Dependência e Desenvolvimento na América Latina pode ser definido como um ensaio de interpretação sociológica que buscou entender as condições políticas e sociais dos países da América

Latina associadas às possibilidades de estagnação e desenvolvimento econômico de cada país, respeitando a individualidade dos processos históricos de cada um. No livro são oferecidas algumas possibilidades interpretativas sobre desenvolvimento e dependência cujo elemento central é a inserção das economias dependentes no cenário econômico mundial (CARDOSO; FALETTTO, 1997). Este tema é recorrente em artigos científicos publicados por Cardoso, e é central também em seu programa de governo de 1994 (cf. CARDOSO, 1994).

Cardoso se dedicou a estudar, entre outros temas, a integração dos países latino-americanos na ordem global através da análise das relações entre economia, política e sociedade, investigando as possibilidades de desenvolvimento e de estagnação econômica desses países. É esse o âmago do livro escrito com Faletto. Mais de uma década após a primeira publicação do livro, os autores esclarecem:

Opomo-nos a tradição acadêmica que concebia a dominação e as relações socioculturais como “dimensões”, analiticamente independentes entre si, e um conjunto independente da economia, como se cada uma delas correspondessem a esferas separadas da realidade. Neste sentido, acentuamos a natureza sócio-política das relações econômicas de produção, seguindo, portanto, a tradição do século XIX de tratar economia e política (CARDOSO; FALETTTO, 2008, p. 11).

Segundo os autores, a dependência e o desenvolvimento também têm uma dimensão política e de classe, em que as sociedades dos países latino-americanos foram desenvolvidas como reflexo da expansão do capitalismo europeu e estadunidense, mas também guardam as características comuns do capitalismo. Com isso, as relações entre forças externas e internas não se resumem à exploração e coerção externa.

¹ A frase “esqueçam o eu escrevi” foi atribuída, pelo jornal Folha de São Paulo, a Fernando Henrique Cardoso, em reunião com empresários no ano de 1993 (FOLHA DE SÃO PAULO, 1996).

Existem também convergências nos interesses das classes dominantes locais com as internacionais:

O que afirmamos simplesmente significa que o sistema de dominação reaparece como uma força “interna”, através das práticas sociais de grupos e classes locais que tentam reforçar interesses estrangeiros, não propriamente porque são estrangeiros, mas porque podem coincidir com os valores e interesses que pretensamente pertencem àqueles grupos (CARDOSO; FALETO, 2008, p. 12).

Nesse sentido, a dependência dá-se no campo das inter-relações de classes, tanto dentro do Estado nacional quanto a nível internacional. Por isso, os autores analisaram as situações de dependência dos diversos países latino-americanos em suas particularidades, propondo uma análise integrada do capitalismo dependente em que a dimensão política assume centralidade em substituição às questões estritamente econômicas.

Os tipos de vinculação das economias nacionais da periferia do capitalismo com o processo de expansão do sistema capitalista global tiveram diversos momentos de desenvolvimento que implicam em subordinação e interação. Desse modo, os padrões de dependência e desenvolvimento não podem ser desvinculados dos processos de expansão do modo de produção capitalista, portanto, das condições político-sociais necessárias para seu funcionamento.

Para uma análise integrada do desenvolvimento do capitalismo dependente seria preciso compreender o comportamento das classes sociais em suas lutas e alianças, pelas quais os grupos sociais locais participam do processo produtivo e definem a forma de controle institucional dando sustentação ao poder político de cada Estado-nação. Desenvolvimento e dependência são as principais categorias discutidas e foi a partir delas que Cardoso desenvolveu suas teorias e práticas

políticas para a realização da integração da economia brasileira ao mercado mundial.

Ainda tratando do livro Dependência e Desenvolvimento na América Latina, são apontadas as diferentes situações do que os autores chamam de “expansão para fora”, ou seja, os modos em que as formações nacionais das antigas colônias se integraram na divisão internacional do trabalho. No caso do Brasil, essa integração inicia-se com os interesses do setor agroexportador no século XIX, passando por um momento de transição nos anos vinte do século passado em que:

A antiga aliança oligárquico-capitalista, que expressava os interesses regionais dos setores exportadores, foi substituída por uma política centralista que, embora respeitando os interesses locais agroexportadores, formava, ao mesmo tempo, uma base econômica urbana suficiente para permitir o surgimento de uma burguesia industrial e mercantil, em função da qual se diferenciavam socialmente, por outro lado, os setores da nova classe média e os setores operários-populares (CARDOSO; FALLETO, 1977, p. 67).

Com a crise da dominação oligárquica, o controle nacional do sistema produtivo foi tomado pelo Estado varguista, que desenvolveu políticas de consolidação do mercado interno e de industrialização através de políticas (chamadas de) populistas. O Estado foi o instrumento propulsor da industrialização criando empresas públicas, autárquicas e paraestatais, manobrando não só as políticas industriais, mas também as classes trabalhadoras:

No Brasil o populismo aparece como elo através do qual se vinculam as massas urbanas organizadas pela industrialização – ou expulsas do setor agrário como consequência de suas transformações ou

de sua deterioração – ao novo esquema de poder; e converter-se-á na política de massas, que tratará de impulsionar a manutenção de um esquema de participação política relativamente limitado e baseado principalmente em uma débil estrutura sindical que não afetou as massas rurais nem o conjunto do setor popular urbano (CARDOSO; FALLETO, 1977, p. 103).

Grupos contraditórios sustentavam o desenvolvimento brasileiro impulsionado pelo Estado. Nesse sentido, Getúlio Vargas representou uma aliança política que unia setores econômicos modernos e possibilidades de incorporação das massas urbanas:

A liderança populista pode ser também do tipo empresarial e, em consequência, o Estado aparece não só como patrão, mas, visto da perspectiva das massas, até como um bom patrão; as reivindicações populares são relativamente débeis ao nível econômico e, portanto, podem ser atendidas, e ao nível político [...] coincidem com os interesses dos grupos que chegaram ao poder [...] (CARDOSO; FALLETO, 1997, p. 10).

Na etapa de expansão para fora, de base econômica agroexportadora, não tivemos uma classe empresarial forte e homogênea o suficiente para desenvolver a indústria e formar uma massa de trabalhadores urbanos organizados. A industrialização só adquiriu viabilidade quando os grupos agroexportadores perderam o controle do aparato estatal. Logo, para Cardoso e Faletto, o desenvolvimento interno de base industrial não pode ser explicado como uma simples consequência da expansão industrial dos países desenvolvidos, mas sim como o reordenamento das forças sociais internas aparelhadas no Estado.

A industrialização dos países periféricos determina a necessidade de um tipo de

desenvolvimento e integração com o mercado internacional distinto da economia agroexportadora.

Se, por um lado, não se pode explicar a industrialização latino-americana apenas como uma consequência da expansão do capital externo, sem o investimento de empresas e capitais estrangeiros tampouco seria possível:

A vinculação das economias periféricas ao mercado internacional se dá sob esse novo modelo, pelo estabelecimento de laços entre o centro e a periferia que não limitam apenas, como antes, ao sistema de importação-exportações; agora as ligações se dão também através de investimentos industriais diretos feitos pelas economias centrais nos novos mercados nacionais (CARDOSO; FALLETO, 1977, p. 125)

Junto a Faletto, Fernando Henrique Cardoso ponderou os limites de uma economia pautada no Estado intervencionista e em uma política (que chamaram de) populista, devido às contradições entre os interesses de classes. O Estado intervencionista e as políticas trabalhistas garantidoras de renda para os trabalhadores urbanos seriam incompatíveis com a ampliação da base econômica industrial e com as pressões dos capitais estrangeiros contra o Estado empresário exigindo uma nova forma de desenvolvimento. No entanto, como a história comprova, esse padrão de desenvolvimento estabeleceu também novas forma de dependência.

Formas de desenvolvimento da economia brasileira

Em artigo publicado em 1973, o sociólogo Fernando Henrique Cardoso apontou as formas distintas do processo de crescimento econômico brasileiro, a partir da década de cinquenta, nem todas sucessivas, mas sempre pautadas em um determinado tipo de política de desenvolvimento.

A primeira, foi chamada de industrialização substitutiva de importações, em que a economia foi alavancada por políticas de governo que implantaram uma indústria local que fabricava produtos de consumo duráveis antes importados. Tais políticas eram fomentadas pelo Estado, com medidas protecionistas, viabilizando a transferência de capitais do setor agroexportador para os setores produtivos ligados ao mercado interno. Esse processo acelerou a urbanização e o processo migratório do campo para as cidades, marginalizando as populações que se mantiveram rurais. As variações dos ganhos salariais dos trabalhadores urbanos ligavam-se diretamente às questões políticas:

Embora não se disponha de dados comparáveis sobre a distribuição da renda antes de 1960, a evolução do salário mínimo real permite sustentar a hipótese. Mais ainda, os momentos de maior crescimento dos salários mínimos industriais vão dar-se precisamente nas conjunturas políticas em que, na luta pelo controle do poder, algum setor das classes dominantes fez apelo ao apoio das massas e selou sua aliança com acordos salariais mais favoráveis a elas (notadamente no caso de Getúlio Vargas em 1952 e em 1954, bem como João Goulart em 1964). Este estilo de aliança política - chamada pela sociologia latino-americana como “política populista” - explica porque, apesar da debilidade já referida das pressões trabalhistas, no plano político a presença e, às vezes, a pressão das massas urbanas pode tornar-se importante e pode levar a conter, momentaneamente, a tendência à exacerbação da exploração da mão-de-obra não qualificada que prevalece em economias que funcionam em condições de abundâncias de mão-de-obra (CARDOSO, 1973, p. 25).

A outra forma de desenvolvimento da economia brasileira foi chamada de industrialização restritiva ou excludente, cuja base era a produção de bens de consumo, bens de produção e no consumo

destes. Esse modelo, desenvolvido no Brasil por Juscelino Kubitschek, modificou o modo de relação das economias periféricas que passaram a receber investimentos externos das economias centrais nos setores secundários e terciários da economia; processo que Cardoso chamara de internacionalização do mercado interno.

A política de governo pautada na abertura do mercado aos capitais estrangeiros para produção de bens de consumo, típicos da sociedade de consumo, ocorrera sem que houvesse uma política de redistribuição de renda e incorporação das massas rurais ao desenvolvimento econômico do país, aumentando ainda mais as desigualdades sociais. O mercado de consumo capaz de absorver a produção de bens de consumo se restringia a uma classe de renda mais alta, por isso essa forma de desenvolvimento é chamada por Cardoso de industrialização excludente. Mesmo com expansão dos empregos urbanos, o caráter excludente e restritivo dessa forma de industrialização seguiu a pauta da concentração de renda e público consumidor limitado, mas apto a absorver “novos produtos, novas linhas e modelos” (CARDOSO, 1973, p. 30).

A terceira forma de desenvolvimento foi a dinamização econômica por meio de exportação de produtos semimanufaturados e de produtos de consumo popular. A mola propulsora do desenvolvimento ainda continuou sendo a expansão da industrialização. Controle salarial, incentivos estatais e a alta capacidade financeira deram condições para que grandes empresas (públicas e estatais) operassem em posição privilegiada. Isso foi possível com o deslocamento dos setores populares do centro decisório do Estado pela política autoritária da ditadura cívico-militar² que, para Cardoso:

2 Opto pelo conceito ditadura civil-militar para caracterizar o período do regime político instaurado em abril de 1964 e que durou até março de 1985, sob comando de sucessivos governos militares, pelo seu caráter que além de golpista e autoritário foi também civil e, predominantemente, empresarial.

[...] com alguma licença de expressão se poderia chamar de nacional-autoritarismo e de “liberal”-imperialismo, marcam os episódios das lutas palacianas e ministeriais que se vêm desenrolando no país. Naturalmente, ambas as tendências têm a uni-las (apesar das discrepâncias) o inimigo comum: a participação popular e a ameaça populista (de resto muito tênues como possibilidades reais a curto prazo) (CARDOSO, 1973, p. 34).

O sociólogo Cardoso preocupava-se em relacionar o desenvolvimento da economia brasileira com determinado tipo de integração do mercado interno ao mercado mundial e com os arranjos de classe que sustentaram determinado paradigma político-econômico.

Apontando os limites das formas políticas populistas e autoritárias, baseadas em modelos de desenvolvimento autocentrado, no Brasil e na América Latina, buscou encontrar possibilidades de formas de integração alternativas para o crescimento econômico de países em situação de dependência.

Em suas publicações, comunicava o progresso dos modelos brasileiros de desenvolvimento dependente, e logo considerou a chegada de uma nova possibilidade de internacionalização do mercado interno:

Naquela época, nem sequer a noção de empresas multinacionais era de uso corrente. Eram chamadas de trustes, pois a expressão “empresa multinacional” só foi cunhada por Raymond Vernon em 1971. Que dizer, então, da globalização? Na época não sabíamos nada sobre ela. Não obstante, era dos primórdios da globalização que tratávamos, usando outra expressão (internacionalização do mercado). Mostramos, inclusive, que o capital externo necessitava da expansão do mercado interno na medida em que investia para produzir bens industriais não exportáveis,

com todas as consequências políticas que isso acarretava. Chegamos a prever que a continuidade do desenvolvimento na Periferia se tornara possível, contrariando a crença difundida na época de que isso seria impossível no regime capitalista. Para manter a expansão da produção e ganhar o mercado internacional para seus produtos manufaturados, dissemos que as economias primário-exportadoras teriam de exportar de maneira distinta da que lhes era habitual. O mercado externo tornar-se-ia condição para a continuidade do crescimento econômico, dando a volta, assim, ao argumento inicial que sustentava que o motor do desenvolvimento deveria ser o mercado interno. Não tínhamos noção, entretanto - nem poderíamos ter -, dos enormes impactos que a nova fase do capitalismo impulsionada pela revolução nas tecnologias de comunicação acarretaria, sobretudo no sistema financeiro (CARDOSO, 2007, p. 11).

Cardoso não acreditava que a integração à nova ordem capitalista levaria necessariamente os países da América Latina, atrasados econômica e tecnologicamente, à estagnação econômica permanente, miséria e desemprego; tampouco que a dependência seria substituída por uma interdependência e os trabalhadores rurais e urbanos teriam seu nível de vida melhorado.

A nova forma de integração econômica, no marco da globalização, impôs um novo padrão de desenvolvimento com importantes mudanças estruturais na aceleração da urbanização, aumento das migrações inter-regionais, ampliação do setor assalariado urbano, hipertrofia do setor terciário, modernização dos setores rurais, entre outras. Contudo, as transformações positivas das forças produtivas modificariam as estruturas de classe, não acarretando, necessariamente, na democratização e melhora da vida das classes trabalhadoras (CARDOSO, 1983, p. 81-84).

O novo padrão de desenvolvimento também reorganizou os interesses das classes dominantes

internas:

É certo que o empresariado local abriu mão de pretensões propriamente hegemônicas: aliou-se, como sócio menor, ao imperialismo; subordinando-se, variavelmente conforme o país e o momento, aos setores médios tecnocráticos-militares que detêm o controle do Estado. Mas sobreviveu econômica e politicamente na nova ordem capitalista emergente (CARDOSO, 1983, p. 85).

Pelas análises do ex-presidente, o Brasil não apresentava as mesmas formas de desenvolvimento, tampouco as mesmas possibilidades de arranjos de classe dos períodos anteriores de aceleração econômica.

Superado o contexto da guerra fria, a dominação econômica dos Estados Unidos da América e de países europeus encontraria maiores dificuldades, devido aos deslocamentos de investimentos que permitem altas taxas de crescimento nos países emergentes como China, Índia, Rússia e Brasil, que entre outros, se transformaram em eventuais polos de desenvolvimento, que não apenas exportam, como também consomem e produzem para mercados domésticos de grande porte (CARDOSO, 2010, p. 105).

As barreiras impostas pela dependência, estudadas por Cardoso e Faletto na década de sessenta poderiam ser ultrapassadas por políticas de governos compromissados com o desenvolvimento do país integrando a economia brasileira à mundial. A superação dos limites do desenvolvimentismo estatista, pautado politicamente no populismo ou na ditadura, seria um desafio, antes de tudo, político-social, em que o curso da história dependeria da “Ação coletiva motivada por vontades políticas que tornem factível o que estruturalmente é apenas possível” (CARDOSO; FALETTTO, 1977, p.143).

Considerações Finais

A partir de tudo que foi analisado e exposto até aqui sobre parte da obra de Fernando Henrique Cardoso, concluo que a centralidade da dimensão política em seus estudos se fez possível dadas as relações de poder entre classes e frações de classe alicerçadas nas estruturas de dominação local, relacionadas às estratégias de acumulação do capitalismo global: o desenvolvimento ou não de países como o Brasil não pode ser percebido apenas sobre o ângulo das relações externas propondo simples relações de dominação e exploração, mas também das oposições e alianças nas relações das classes sociais internas.

Sem fazer juízo de valor, a compreensão do modelo interpretativo que propôs o sociólogo diz muito sobre o presidente. Os esforços para integrar a economia brasileira – pautada em um novo modelo de desenvolvimento – ao mercado mundial capitalista, não destoa de suas pautas principais como sociólogo.

No Brasil dos anos 90 do século passado, a integração de um novo tipo³ demandou a dinamização da economia ofertando uma progressiva abertura comercial com a diminuição das tarifas de importações⁴ e com privatizações, que começaram no final do governo Sarney e prosseguiram com Fernando Collor de Mello, Itamar Franco e se tornaram paradigmas das políticas públicas do governo de Fernando Henrique Cardoso que sustenta:

O objetivo já não era apenas privatizar para liberar o Tesouro do ônus de sustentar algumas empresas deficitárias, mas ter uma estratégia de integração competitiva do

3 Termo utilizado por Cardoso que, em minha análise, substitui a noção de dependência sem precisar contrapô-la à interdependência.

4 “Em 1988 a tarifa brasileira máxima era de 105%, em 1993 caíra para 35%; a tarifa média, que era de 51%, caiu para 14% e se manteve assim depois do plano real (1996). E, com as privatizações, em 1996 o limite máximo permanecia em 35%” (CARDOSO, 2010b, p. 178).

país à economia mundial, atraindo capitais e tecnologia do exterior[...]. Formava-se um novo quadro jurídico para regular as ações entre empresas nacionais e estrangeiras e o Estado (CARDOSO, 2010b, p. 180).

Em sua análise, o motor do desenvolvimento deveria ser a integração do mercado interno com o capitalismo global. Logo, o governo teria que realizar as reformas necessárias à estabilização econômica e ao aperfeiçoamento da economia sustentando possibilidades de representação política das classes trabalhadoras (consumidoras).

O aperfeiçoamento da democracia liberal e a pauta da estabilização econômica são preocupações que precederam seu primeiro mandato. Ainda como ministro da fazenda de Itamar Franco, assumiu o compromisso de acabar com a inflação, ou pelo menos reduzi-la. O plano real, lançado em fevereiro de 1994, teve sucesso em seus efeitos imediatos para controlar a inflação e impulsionou sua vitória eleitoral. Segundo o próprio ex-presidente, seu governo foi marcado por profundas mudanças que influenciaram as relações do Brasil com o sistema internacional. No âmbito doméstico, sedimentou as transformações que o país vinha sofrendo nos últimos anos: consolidação da democracia, abertura econômica e estabilidade da moeda (CARDOSO, 2001, p. 5-12).

Abertura comercial, estabilidade econômica com controle da inflação, privatizações e a reforma gerencial do Estado⁵ seguiram a orientação (neo) liberal e internacionalizante do sociólogo Cardoso que, em discurso, buscou construir bases para um novo modelo de desenvolvimento mais moderno, racional e eficiente com capacidade de enfrentar

os desafios da globalização. Tais características representaram, enfim, a superação de um Estado cuja política econômica pautava-se no desenvolvimento autocentrado no qual o Estado constituía o núcleo organizador da economia e da sociedade, seja ele politicamente populista ou militar autoritário. Cardoso conseguiu, de fato, superar a Era Vargas.⁶

Leonardo Mello Silva é Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana pela UERJ, tem especialização em Docência e Gestão no Ensino Superior (Estácio- 2016), Licenciatura Plena em História pela UCAM e Licenciatura em Pedagogia pela UNINTER.

Referências bibliográficas

CARDOSO, Fernando Henrique; FALETTO, Enzo. **Dependência e Desenvolvimento na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar, 1977.

_____. **Repensando dependência e desenvolvimento na América Latina**, p. 4-20. In: SORJ, B.; CARDOSO, F. H.; FONT, M., (org.). *Economia e movimentos sociais na América Latina* Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/rjfv9/pdf/sorj-9788599662595.pdf>. Acesso em 30/05/2021.

_____. **O Modelo Brasileiro de Desenvolvimento. Debate e Crítica** – Revista semental de ciências sociais, nº 1, p. 18 – 48, julho –dezembro de 1973. Disponível em <http://acervo.ifhc.org.br/>. Acesso em 30/05/2021.

_____. **As Surpresas do desenvolvimento**, p. 81-88. In: In Memoriam de Eurípedes Simões de Paula: professor da Universidade de São Paulo, ex-combatente da segunda guerra mundial. São Paulo: Seção Gráfica da Faculdade de Filosofia,

⁵ Desenvolvida pelo Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE), criado em 1995, direcionou as políticas públicas em diversos setores da administração pública. Foi planejada e articulada pelo ministro Bresser Pereira, e de acordo com ele, tal reforma foi uma resposta ao processo de globalização em que o Estado perdeu a autonomia de formular e implementar políticas que consolidassem o ajuste fiscal e de direcionar o serviço público à modernidade e eficiência (PEREIRA, 1998, p. 5).

⁶ “A Era Vargas refere-se metaforicamente a um sistema de dominação enraizado na sociedade e na economia que se perpetuou por mais de meio século na vida brasileira. Começou a ser construído nos anos 30, atingiu o ápice na década de 1970 e desagregou-se paulatinamente a partir dos anos 80” (SALLUM J.R, 1999, p.25).

Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), 1983. Disponível em <http://acervo.ifhc.org.br/>. Acesso em: 17/01/2020.

_____. **Mãos à obra Brasil: proposta de governo/Fernando Henrique Cardoso.** Brasília: s. Ed, 1994. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/b27wf/pdf/cardoso-9788599662663.pdf>. Acesso em 30/05/2021.

_____. **A política externa do Brasil no início de um novo século: uma mensagem do Presidente da República.** Rev. Brasileira de política internacional, Brasília, v. 44, n. 1, p. 5-12, junho 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v44n1/a01v44n1.pdf>. Acesso em 30/05/2021.

_____. **Caminhos Novos? Reflexões Sobre Alguns Desafios da Globalização.** Política Externa, São Paulo, Paz e Terra, v. 16, n. 2, p. 9-24 set./nov. 2007. Disponível em <http://acervo.ifhc.org.br/>. Acesso em 30/05/2021.

_____. **Relembrando o que escrevi: da conquista da democracia aos desafios globais.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010a.

_____. **Xadrez Internacional e a Social-democracia.** São Paulo: Paz e Terra, 2010b.

FOLHA DE SÃO PAULO. **‘Esqueçam o que escrevi’ é polêmica até hoje.** Folha de São Paulo. São Paulo, domingo, 13 de outubro de 1996. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/10/13/mais!/7.html#:~:text=Paulo%20%2D%20'Esque%C3%A7am%20o%20que%20escrevi,hoje%20%2D%2013%2F10%2F1996&text=A%20famosa%20frase%20atribu%C3%ADda%20por,Seidl%20em%205%2F6%2F93>. Acesso em 30/05/2021.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **Uma reforma gerencial da Administração Pública no Brasil.** Revista Do Serviço Público, p. 5-42, Brasília v. 49(1), janeiro – março de 1998. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/360/365>. Acesso em 30/05/2021.

SALLUM J.R, Brasília. **O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo.** Tempo social, São Paulo, v. 11, n. 2, p. 23-47, outubro de 1999. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ts/v11n2/v11n2a03.pdf>. Acesso em 30/05/2021.

Artigo

FOUNDATION HAZELDEN BETTY FORD: tratamento de adictos no âmbito do cristianismo evangélico numa perspectiva da análise crítica do discurso

Por João Paulo Carneiro

RESUMO: Boa parte das literaturas produzidas na Foundation Hazelden Betty Ford, amplamente divulgadas em seu site, programas, e no processo formativo de terapeutas e conselheiros no âmbito das Comunidades Terapêuticas (CTs) se constitui um fator difusor das literaturas de autoajuda com foco no tratamento da “transformação subjetiva” em algumas CTs brasileiras. Para dar conta da discussão convidamos Norman Fairclough (2008), através de sua Análise Crítica de Discurso Textualmente Orientado (ACDTO). Portanto, constatou-se os deslocamentos discursivos diante do contexto sócio-histórico da gênese das CTs, principalmente, através das literaturas analisadas, ou seja, o desenvolvimento do tratamento dos adictos na perspectiva da permanência no âmbito da abstinência, substituindo a política de redução de danos (RD).

Palavras-chave: Religião; Discurso; Drogas, Políticas Públicas

Introdução

Observou-se a gênese da comunidade terapêutica mediante os soldados afetados emocionalmente, que atuaram na Segunda Guerra Mundial - na Inglaterra dos anos de 1950 – sob a análise do psiquiatra sul-africano Maxwell Jones (1907-1990), que executou uma reforma no tratamento de saúde mental, assim, cunhou o termo “comunidade terapêutica”.

O enclausuramento dos sujeitos em processo de tratamento foi repensando por Maxwell Jones, principalmente no que tange o aspecto de se colocar em oposição à premissa de controle

social criticado no processo histórico por Foucault (1987), ou seja, vigilância, disciplinamento e controle dos sujeitos deslocados como “ameaça”. O tratamento moral, isto é, baseado na exclusão do indivíduo com a imposição de horários fixos para as atividades do dia, disciplinamento e trabalhos rotinizados, foi implantado por Philippe Pinel (CASTEL, 1978).

ACT de Jones não possuía orientações religiosas.¹

¹ A CT de Jones pretendia ser uma alternativa aos hospitais psiquiátricos tradicionais. Também previa a convivência comunitária entre pares, além da prática de atividades laborativas e educativas. No entanto, não possuía orientação religiosa e pretendia criar um ambiente em que as relações entre cuidadores (médicos, enfermeiros e psicoterapeutas) e acolhidos fossem horizontais, e estes últimos tivessem

É importante ressaltar que, as CTs² aqui tratadas recebem o recorte no campo do tratamento dos adictos,³ no viés do cunho religioso, sobretudo cristão-evangélico, que ao contrário do modelo proposto por Jones estrutura-se da seguinte maneira: relações hierarquizantes entre internos e cuidadores; plano e rotina não são abertos à participação internos; eixo, trabalho, disciplina e espiritualidade. O modelo das CTs dissimuladas pelo Brasil e de outros países possuem diversas características análogas, a que mais nos interessa são os preceitos cristão-evangélico, no que tange a questão da “transformação subjetiva” que conduz o adicto a suspender o uso de drogas. Investigar-se-á melhor essa dimensão através das literaturas elencadas na próxima seção.

O surgimento das CTs brasileiras aconteceu na segunda metade dos anos de 1960. Inúmeras instituições de cunho cristão já atuavam no tratamento de adictos nesse contexto, sobretudo evangélico, entretanto, segundo Chaves e Chaves (2007), a primeira CT é a Movimento Jovens Livres, Goiânia, GO, em 1968, pela Missionária Ana Maria Brasil.

No que concerne ao tratamento dos adictos nas CTs, se tratando em sua gênese existem duas correntes: a primeira aponta para a Hazelden (1948); a segunda, Synanon (1958), também de origem estadunidense (DE LEON, 2008). A escolha da Hazelden deu-se devido à própria instituição se apresentar como o “maior provedor de tratamento sem fins lucrativos do país, com um legado que começou em 1949 e incluiu em 1982, a fundação Betty Ford Center” e a “maior editora de recuperação de todo o país”.⁴ Sendo

assim, foram selecionadas seis obras publicadas em original inglês pela fundação cujo direito de tradução e publicação para a versão brasileira foram reservados para a Editora JCB Publicações Ltda. As obras selecionadas são: CECIL, C. Grandiosidade. Minas Gerais: Ed. JCB Publicações Ltda., 2014; BEATTIE, Melody. Negação. Minas Gerais: Ed. JCB Publicações Ltda., 2014; McDONALD, Peter C. O luto: um processo de cura. Minas Gerais: Ed. JCB Publicações Ltda., 2014; BJORKLUND, Paul E. O que é espiritualidade? Minas Gerais: Ed. JCB Publicações Ltda., 2014; ROSELLINI, Gayle. Pensamento destrutivo. Minas Gerais: Ed. JCB Publicações Ltda., 2014; CUNNIGHAN, Tom. Rei bebê. Minas Gerais: Ed. JCB Publicações Ltda., 2014. Todos os livros tanto na versão em inglês quanto em português são de 2014, 1ª edição, classificados como literatura de dependência química, compulsão e tratamento. Não foi possível estabelecer contato com o site, email e telefone da Editora JCB Publicações Ltda.

5

Qual a justificativa da escola das CTs aqui tratadas? A esse questionamento defende-se quanto a questão da circulação e publicidade dessas obras constarem nos sites das respectivas CTs como indicação de leitura para conselheiros e o público em geral. Essas CTs são: Fundação do Grupo Recanto,⁶ instalada no Município de Igarassu em Pernambuco, fundada em 2008. Em 2013 inauguraram a Unidade de Desintoxicação e Crise (UDC). Em 2016 a terceira unidade fora inaugurada em Aracajú, Sergipe. Em 2017 em Recife. Em 2018 começaram a utilizar o Modelo Minnesota (MM).⁷ Em 2019 a criação da Clínica

intensa participação nas decisões que dissessem respeito a seu tratamento (SANTOS, 2018: 12).

2 A partir desse momento utilizaremos a sigla CT (comunidade terapêutica) e o equivalente no plural.

3 Sujeitos que fazem uso de substâncias (psicotrópicos) que atingem o sistema nervoso central/cerebral, vulgarmente, drogas.

4 Disponível em: <https://www.hazeldenbettyford.org/about-us>. Acesso em: 03 de novembro de 2020.

5 Dados: www.jcbpublicacoes.com.br - Telefone (34) 6963-4958. Email: editora@jcbpublicacoes.com. Todos esses meios de comunicação estão inexistentes.

6 Disponível em: <https://www.gruporecanto.com.br/gruporecanto/>. Acesso em: 10 de novembro 2020.

7 Modelo terapêutico integrando várias técnicas psicológicas como programa de recuperação de Doze Passos desenvolvido em sua gênese pelos Alcoólicos Anônimos (AA). A base filosófica defende que nada melhor do que os próprios parares no auxílio para o tratamento dos adictos, em síntese,

Feminina Psiquiátrica; Grupo Inter Clínicas,⁸ Atendem o público masculino e feminino de maneira voluntária e involuntária com 16, clínicas em São Paulo (Grande São Paulo e Interior), 1 Goiânia/Goiás, 1 Natal/RN, 1 Campo Grande/MS, 1 Palmas/TO; Clínica Dr. Jorge Jabe,⁹ há mais de 35 anos, situada no Rio de Janeiro no bairro Vargem Grande na Zona Oeste, além do tratamento aos adictos, oferecem um Curso de Extensão em Dependência Química ministrado por terapeutas e outros profissionais no campo da saúde, a partir de 2016 estabeleceram um convênio com o Instituto do Cérebro da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Psiquiatria - Diretor Professor Jorge Alberto Costa e Silva e o Professor Hilton Koch, Decano do Centro de Ciências da Saúde.

Para tentar compreender o processo sócio-histórico das disputas e embates em torno das duas correntes (abstinência – recuperação pela transformação subjetiva e a redução de danos), a respeito do tratamento de adictos nas CTs brasileiras, recorremos a Fairclough, (2008).

O linguista britânico denomina a sua construção proposta por Análise Crítica de Discurso Textualmente Orientado (ACDTO). O autor concebe sua análise numa perspectiva que ele chama de tridimensional, isto é, texto, prática discursiva e prática social. A prática discursiva e a prática social numa interação de produção das relações de poder e hegemonia. É propício lembrar que em qualquer perspectiva de análise do discurso, leva-se em consideração o (texto/social). De maneira sintética, “a ACDTO provavelmente reforçará a análise social, essencialmente por assegurar atenção a exemplos concretos de prática

e a formas textuais e a processos de interpretação associados a elas” (Fairclough, 2008, p. 87). Para o autor, a produção discursiva de um texto envolve uma gama de complexidades, logo, a concepção tridimensional do discurso como metodologia nos auxilia nas análises das literaturas elencadas diante dos embates mencionados a seguir, pois “O discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado” (Fairclough, 2008, p. 91). Portanto, o que nos interessa investigar é: quais são os sentidos construídos referente ao tratamento dos adictos? Perpetua a corrente moral, ou seja, de transformação subjetiva, e nega a redução de danos? De que maneira?

Entre embates e disputas no campo político

Através do Edital Nº 1/2021, o Governo Federal em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), objetiva a implementação de um plano piloto através da utilização da religiosidade e espiritualidade como forma de tratamento de adictos. O valor estimado para o plano é de Quinhentos e Setenta Mil Reais.¹⁰ Portanto, as CTs de cunho cristão, especialmente as evangélicas, estão contempladas, pois no texto do edital não sobra espaço para as demais crenças e confissões religiosas. O tratamento de adictos nessa dimensão discursiva inclina-se para o entendimento da corrente da abstinência, passando assim, a substituição da redução de danos (RD) para a abstinência. Logo, aqui está o cerne do texto em tela, pois, as obras selecionadas contribuem de maneira singular no sentido proposto pelo edital recém lançado, ou seja, pontos de confluências que antecedem o plano piloto.

adictos recuperados ajudando outros no processo de recuperação.

8 Disponível em: <https://grupointerclinicas.com.br/internacao-voluntaria-e-involuntaria>. Acesso em: 10 de novembro de 2020.

9 Disponível em: <https://clinicajorgejaber.com.br/novo/a-clinica/>. Acesso em 10 de novembro de 2020.

10 BRASIL, MINISTÉRIO DA CIDADANIA. Disponível em: https://acessoexterno.undp.org.br/Public/Jobs/23122020120818_TR%20edital%2001_2021.docx.pdf. Acesso em: 11 de fevereiro de 2021.

Tudo é divino, tudo é maravilhoso ¹¹

Como adentramos no campo da saúde pública, torna-se importante discorrer de maneira breve a questão da política pública. “Laswell (1936) introduz a expressão *policy analysis* (análise de política pública), ainda nos anos 30 como forma de conciliar conhecimento científico/acadêmico com produção empírica dos governos [...]” (Souza, 2006: 23 Apud Laswell, 1936). A autora ainda descreve que não há uma única, ou melhor, definição de política pública e diante das diversas definições apontadas em seu artigo por uma dezena de autores, conclui que a mais utilizada é a de Laswell (1936) “[...] decisões e análises sobre política pública implicam responder às seguintes questões: quem ganha o quê, por que e que diferença faz” (Souza, 2006: 24). Diante do exposto é possível captar nas conclusões de Souza (2006), a respeito do cerne da política pública que “está na identificação do tipo de problema que a política pública visa corrigir [...] grupos e instituições que estão envolvidos na decisão e que serão afetados pela política pública” (Souza, 2006: 40).

No processo histórico a respeito das políticas públicas na esfera do enfrentamento dos usuários de “drogas”, a política brasileira foi intensamente influenciada pela política estadunidense, ou seja, criminalização, medicamentação, judicialização, enfim, uma série de posicionamentos repressivos no que tange ao tratamento dos adictos, sobretudo no contexto do crescimento industrial da produção de bebidas alcoólicas. Uma boa síntese desse resgate histórico encontra-se em Santos e Oliveira (2013), pois no Brasil, especialistas já apontavam aspectos proibicionista na legislação. Assim dito, avança-se na questão temporal para compreender as recentes ações na esfera das políticas públicas. ¹²

11 Trecho da canção: “Apenas um rapaz Latino Americano”, composta por Belchior.

12 Somente em 23 de Agosto de 2006, por meio da Lei 11.343, a terminologia “Antidrogas”, foi substituída pelo termo “Políticas Públicas Sobre Drogas”, portanto, uma mudança

Nagestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministro da Saúde, Humberto Costa (2003-2005), lançou a publicação do documento: A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral A Usuários de Álcool e Outras Drogas, diretriz principal na área da saúde pública, especialmente no que diz respeito ao marco teórico-político da redução de danos, amparado de maneira alternativa no Centro de Apoio Psicossocial (CAPS) e no Centro de Apoio Psicossocial Álcool e Drogas (CAPSad). Portanto, visando atender os adictos através de uma visão de saúde pública “centrada na comunidade, por atendimento ambulatorial multiprofissional especializada, articulando ações de redução de danos, prevenção, recuperação, tratamento e reinserção social dos usuários de drogas de abuso” (Santos e Oliveira, 2013, p. 86).

A redução de danos, como dito anteriormente, é o marco teórico-político e metodológico no documento citado, que buscou a superação da metodologia antidrogas da corrente de abstinência antecedente, o que pode ser observado na gestão do Ex Presidente Lula.¹³ Ainda na gestão de Luiz Inácio Lula da Silva, mas sob o comando do Ministério da Saúde, José Gomes Temporão, Lançou o Plano Emergencial de Ampliação do Acesso ao Tratamento e Prevenção de Álcool e outras Drogas no Sistema Único de Saúde, SUS, (PEAD, 2009), redefinindo ampliações e metas, pois o cenário era de aumento do consumo e de novas substâncias, sobretudo o crack. E diante desse cenário, surgiu o Decreto nº 7.179 de 20 de

discursiva na questão preventiva, sobretudo no quesito de saúde pública.

13 Nunca é demais, portanto, insistir que é a rede – de profissionais, de familiares, de organizações governamentais e não-governamentais em interação constante, cada um com seu núcleo específico de ação, mas apoiando-se mutuamente, alimentando-se enquanto rede – que cria acessos variados, acolhe, encaminha, previne, trata, reconstrói existências, cria efetivas alternativas de combate ao que, no uso das drogas, destrói a vida. Disponível em: Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria Executiva. Coordenação Nacional de DST/Aids. A Política do Ministério da Saúde para atenção integral a usuários de álcool e outras drogas / Ministério da Saúde, Secretaria Executiva, Coordenação Nacional de DST e Aids. – Brasília: Ministério da Saúde, 2003. Acesso em 11 de fevereiro de 2021.

maio de 2010, que instituiu o Plano Integrado de Enfrentamento ao Crack e Outras Drogas, ainda associado a metodologia de redução de danos.

No espectro político do atual governo, o Ministério da Saúde já está em seu quarto Ministro¹⁴ num conturbado processo de substituições. Em se tratando de políticas no enfrentamento das drogas, o governo Bolsonaro tem destinado voluptuosos recursos para as CTs de cunho cristão, sobretudo evangélico. O gráfico a seguir aponta tais dimensões.

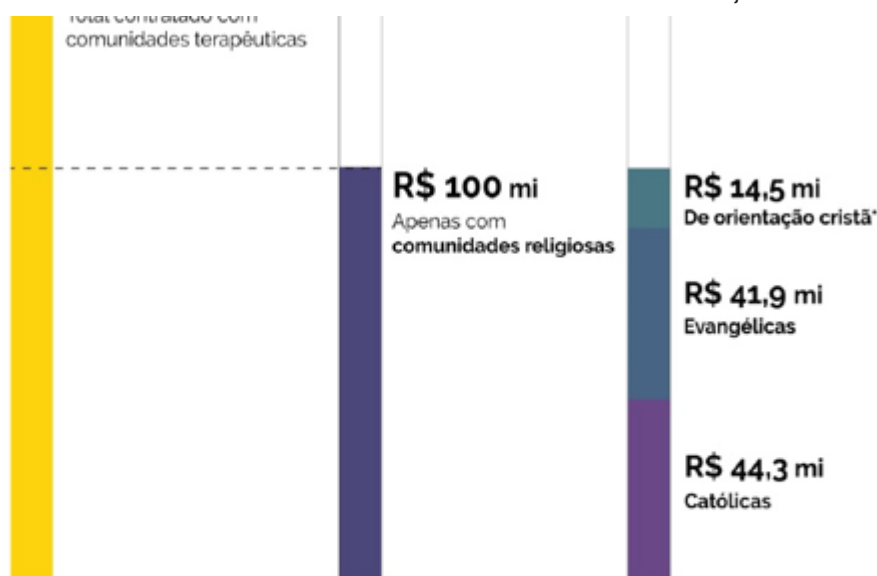


Gráfico 1: Gráfico adaptado de acordo com os dados disponíveis em: <https://apublica.org/2020/07/entidades-cristas-receberam-quase-70-da-verba-federal-para-comunidades-terapeuticas-no-primeiro-ano-de-governo-bolsonaro/>. Consultado em: 04 de junho de 2021.

Os dados apurados pela Agência Pública¹⁵ retratam o cruzamento através do mapa geral das CTs contratadas pelo Ministério da Cidadania.¹⁶ Essa referência trata-se do primeiro ano do governo de Jair M. Bolsonaro. Sendo assim, como apresentado no início desse tópico, as iniciativas permanecem no decorrer do atual governo. As CTs evangélicas no cerne das políticas da gestão Bolsonaro, seguem a linha da abstinência como

num aspecto sistêmico e organizado. Espiritualidade é conceituada de maneira que, o sujeito desenvolvendo práticas religiosas ou não, busca particularmente, o sentido e o propósito da vida numa relação transcendental (Koenig, McCullough, Larson, 2001). No entanto, muitas CTs de cunho evangélica são associadas com “programa voltado meramente à conversão religiosa, e que se pense essas instituições como espaços nos quais circulam apenas discursos e práticas de natureza espiritual e/ou religiosa” (Loeck, 2018: 77). Portanto, segundo

¹⁵ Agência de Jornalismo Investigativo. Disponível em: <https://apublica.org/>.

¹⁶ Secretaria Nacional de Cuidados e Prevenção às Drogas – SENAPRED. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/appsagi/geosagi/localizacao_equipamentos_tipo.php?tipo=comunidades_terapeuticas&rcr=1. Consultado em: 04 de junho de 2021.

¹⁷ Disponível: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=29865. Acesso em: 19 de novembro de 2020.

o pesquisador, há CTs híbridas, ou seja, aplicam métodos científicos e religiosos. No entanto, o hibridismo passou de largo no corpus aqui tratado.

Transformação subjetiva: algumas publicações da Hazelden

Para Bjorklund (2014) “Espiritualidade tem que ver com a qualidade do nosso relacionamento seja lá com quem for, ou o que quer que seja mais importante na nossa vida” (p. 8). Ainda segundo o autor, a espiritualidade é uma condição humana. É importante ressaltar que a visão de espiritualidade trilhada pelo reverendo é teológica. Ainda na perspectiva teológica, a espiritualidade é o “fundamento, a base, a motivação”, vida na interioridade. A interioridade que reflete a beleza divina. A espiritualidade do cristão é Jesus (Betto 2013, p. 18). Já no livro, “Grandiosidade”, é definida pelo autor da seguinte maneira: “É um estado de espírito exaltado comum ao homem ou mulher compulsivo” (Cecil, 2014, p. iii). Nesse trecho, adicto é substituído por compulsivo. Para Rosellini (2014) “grandiosidade é pensamento destrutivo” (p. 18). A “grandiosidade” está associada a características externas de um egocentrismo e os seus efeitos são: “orgulho, impaciência, determinação, dominação, teimosia, egoísmo, agressividade e desconsideração” (Cecil, 2014, p. 7), e sua característica interna - a onipotência, que de acordo com o autor, conduz o sujeito adicto a se sentir como Deus. Para Cecil (2014), o adicto necessita ser confrontado com a gratidão e humildade para combater a onipotência. A principal origem da “grandiosidade” é a imaturidade, ou seja, a falta de desconexão com a infância. Assim, o autor, pauta-se nos estudos freudianos embasado no bebê majestade da psicanálise sobre o narcisismo, de modo que, o inconsciente é alimentado pela grandiosidade (CECIL, 2014). A questão apontada por Santos (2018) na tônica do tratamento das CTs de cunho cristão torna-se explícito no seguinte trecho: “É necessário uma rendição, uma conversão. Sem

conversão não há recuperação” (CECIL, 2014: 19). Portanto, a conversão é sine qua nom para a recuperação.

As publicações aqui discutidas são compreendidas como um campo discursivo, pois para Fairclough (2008), o discurso é constituído pela estrutura social e ao mesmo tempo constitutivo dessa estrutura. E no sentido pesquisado por Loeck (2018), a respeito de instituições híbridas, a religiosidade é apresentada aqui como o fator preponderante. Sendo assim, a constituinte do discurso construído por Cecil (2014) é carregada por seu campo religioso, ou seja, “como uma forma de prática social e não meramente individual, ou reflexos de variáveis situacionais” (Fairclough, 2008: 90). Sendo assim, é mediante a rendição e conversão, “o adicto decide mudar, e começa a viver uma nova jornada espiritual que não tem fim”, especialmente no trecho em que para a literatura em questão, o adicto necessita buscar “forças em Deus para formar uma nova vida”. (Cecil, 2014: 20). O campo religioso é bem marcado, sobretudo para o processo de “recuperação”.

Na obra, “Rei Bebê”, Cunnigham (2014), trata de identificar o eu infantil que existe dentro de nós, semelhante embasamento nos estudos da psicanálise de Freud. A falta dessa consciência atrapalha a recuperação do adicto, sobretudo em relação aos 12 Passos do AA,¹⁸ mas a ênfase dada é o 3º Passo: Rendição a Deus (Cunnigham, 2014: 7-8). Portanto, o Rei Bebê, é o processo de retrocedermos à fase infantil, de sermos o centro das atenções, traços infantis na fase adulta, ou seja, imaturidade, incapacidade de aceitar frustrações, o narcisismo apontado nos estudos freudianos.

Segundo Cunnigham (2014), devido esse processo de imaturidade, os adictos desenvolvem uma baixa autoimagem, procurando aceitação

18 Para maiores informações sobre os 12 Passos. Disponível em: <https://www.aa.org.br/informacao-publica/principios-de-a-a/os-passos>. Acesso em: 28 de maio de 2021.

externa como, por exemplo, as drogas e outras materialidades que lhe confira status de aceitação. O “Rei Bebê” pode ser dominado. Como? Mais uma vez o deslocamento para o tratamento do adicto dar-se-á pela rendição, o encontro com o “Poder Superior”, o adicto é aconselhado a ser relacionar e se conectar com o “Poder Superior”, para o tratamento é indicado uma “oração-poema” (Cunnigham, 2014: 27-38). O autor ainda faz referência a I Epístola aos Coríntios,¹⁹ capítulo 10 verso 12, no sentido de um autoexame. A evidência do cunho formativo na dimensão religiosa cristã é evidenciada mais uma vez.

“O que é espiritualidade?” do Reverendo Paul E. Bjorklund dialoga com conceitos no campo da teologia, portanto, quando aponta que, a espiritualidade se concentra em nossos amores, ou dito de outra maneira, onde se encontra o nosso coração, faz referência a princípios doutrinários importantes na cultura e teologia cristã. “Pois onde tiver o vosso tesouro, aí estará o vosso coração” (Mateus 6:21).²⁰ O contexto desse fragmento do evangelho relata o discurso de Cristo sobre a verdadeira riqueza no mundo, ou seja, em oposição às materialidades econômicas, a riqueza espiritual. As drogas, segundo o Reverendo, podem assumir o foco, isto é, o coração, logo, uma espiritualidade, que o Clérigo vai denominar de “espiritualidade destrutiva” (Bjorklund, 2014: 13). Pois, somente Deus pode ocupar o primeiro lugar na vida do sujeito. Somente Deus pode ser venerado e adorado, do contrário, é uma espiritualidade destrutiva. Vale dizer que, para o adicto romper com a espiritualidade destrutiva (sua adoração e veneração às drogas), é necessário centrar no “Poder Superior”, “Deus como nós o compreendemos, e as pessoas da irmandade” (Bjorklund, 2014: 18). O autor, tenta diferenciar religião, religiosidade e espiritualidade, no sentido de evidenciar que a religião não é o foco principal,

mas utiliza exemplos e argumentos que causam ambiguidades: “A conclusão que podemos tirar de uma pessoa que é aparentemente religiosa e espiritualmente se concentra em outra coisa, pode ser descrita como hipocrisia” (Bjorklund, 2014: 22). Assim, caso os valores cristãos sejam ignorados, seria uma falsa espiritualidade? Uma vez que não esteja no enquadramento cristão seria uma espiritualidade destrutiva? Enfim, o importante nessa discussão, é que, a “cura” é desenvolvida no processo de reorientação da espiritualidade, e essa espiritualidade só pode ser depositada no amor ao “Ser Supremo”, já citado pelo Reverendo como “Deus”.

Rosellini (2014) em seu livro “Pensamento Destrutivo”, reconhece que a dependência química é uma patologia e se caracteriza segundo a autora pela recaída. E afirma que desenvolver a vida intelectual não é o suficiente, porém: “A atitude faz toda a diferença na recuperação” (Rosellini, 2014: 10). Embasa a compreensão de “atitude certa” em autores como Norman Vincent Peale (1898-1993)²¹ e Earl Nightingale (1921-1989),²² referências nas publicações de autoajuda nos EUA e no Brasil.

Se culpar, ser negativo, estar insatisfeito, são indícios do pensamento destrutivo que acompanham o adicto e os 4 gatilhos para o pensamento destrutivo derivam da: manipulação, grandiosidade, facilitação e rebeldia (Rosellini, 2014). O interessante é que, a autora associa o gatilho da facilitação com a relação no âmbito religioso. “É sábado de manhã, o sol brilha, os pássaros cantam, está um lindo dia. Então que mal poderá fazer não ir ao culto com a esposa

19 Carta do Apóstolo Paulo, endereçada a comunidade dos seguidores de Cristo na Grécia em Corinto. A carta compõe a parte dos livros do Novo testamento da Bíblia cristã.

20 Evangelho segundo o Apóstolo Mateus, livro que compõe os 4 Evangelhos do Novo testamento da Bíblia Sagrada cristã.

21 Escritor e pastor, conhecido nos EUA como “ministro dos milhões de ouvintes” e “doutor da terapêutica espiritual”, autor do clássico da autoajuda: “O poder do pensamento positivo: guia prático para a solução dos seus problemas diários”, publicado no Brasil pela Editora Cultrix.

22 Autor e locutor de rádio, conhecido nos EUA por seus programas e obras motivacionais. Firmou-se como palestrante motivacional e famoso por reverberar em seu livro “The Strangest Secret” e palestras a frase: “nos tornamos o que pensamos”.

e filhos na Igreja Adventista do Sétimo Dia?” (Rosellini, 2014: 19-20). Quer dizer, o fato de não frequentar o templo e não cultivar consiste num processo facilitador para fragilizar o adicto diante de seu tratamento. O que fica evidente pela autora no trecho seguinte: “A importância é que o sucesso de nossa recuperação depende muito do empenho em continuar ‘ativo’ ao compromisso com nosso Poder Superior” (Rosellini, 2014: 20). A manipulação, rebeldia e a grandiosidade aparecem de forma imbricadas, sobretudo no aspecto da imaturidade, ou dito de outra maneira, infantilidade na dimensão freudiana da psicanálise. Portanto, as características que são impeditivas no processo do tratamento do adicto estão centralizadas no sujeito, ou seja: “Estas características de personalidade são obstáculos à nossa procura pela felicidade e maturidade” (Rosellini, 2014: 31). A autora em nenhum momento leva em consideração as complexidades sociais, econômicas, políticas e culturais.

Passemos para o livro: “Negação” de Melody Beattie.²³ Segundo os editores: “é uma das mais competentes autoras de autoajuda dos Estados Unidos, é conselheira e um nome familiar nos círculos de recuperação a compulsões e vícios”.²⁴ Dentre uma série de negações em relação a perdas, “fé em Deus” está elencado pela autora. Sendo assim, a aceitação é a chave para o processo de tratamento do adicto (Beattie, 2014).

É importante nesse momento tratar a última referência desta pesquisa, devido a sua correlação com o tema, isto é, “negação e luto”, conclui-se que para ambos os autores existe a necessidade

no processo terapêutico a conscientização do luto e da negação. Logo, convidamos para o diálogo a obra “Luto: um processo de cura” do Reverendo Peter C. McDonald.²⁵ “É bom saber que o luto passa por várias fases e que quase sempre termina pela aceitação da perda” (McDonald, 2014: 9). Vale dizer que, ambos os autores estão pautados nos 12 Passos, no qual interpretam que o 1º Passo, redundando na aceitação da perda, o processo de rendição total ao “Ser Supremo” que conduz a conversão apontado anteriormente por Cecil (2014). Sendo assim, compreende-se de acordo com o diálogo teórico-metodológico que “cada enunciado é um elo na cadeia da comunicação. Todos os enunciados são povoados e, na verdade, constituídos por pedaços de enunciados de outros, mais ou menos explícitos ou completos” (Fairclough, 2008: 134).

Os textos e os trechos evidenciados imbricam com a prática discursiva, aqui entendida como o lugar de fala dos autores e a dimensão da prática social, as interações institucionais e suas relações de poder e hegemonia, sobretudo na esfera política. O consumo referente as obras elencadas estão associadas a uma prática social, penetradas em estruturas sociais que permeiam os discursos nos espaços-tempo determinado, portanto, numa concepção tridimensional do discurso, ou seja, texto, prática discursiva e prática social (Fairclough, 2008). Que construção de tratamento para adictos são representados nos textos em tela? Quem fala, fala de algum lugar, e diante dos enunciados expostos, a classificação e referência à literatura de autoajuda e recuperação, as referências curriculares e formativas dos espaços e autores, apontam para uma forte inclinação do tratamento pela abstinência do que pela redução de danos.

Considerações Finais

²⁵ É membro de uma equipe multidisciplinar, que presta serviços a pacientes terminais e às suas famílias. Ele realiza terapias espirituais e é facilitador em grupos de apoio ao luto como um serviço à comunidade.

²³ Perfil de autores traçado pela Grupo Editorial Record. Melody Beattie nasceu em Minnesota, Estados Unidos, em 1948. É uma das autoras de autoajuda mais admiradas de seu país e um nome familiar nos círculos de recuperação de dependentes químicos. Seu best-seller, *Codependência* nunca mais, já vendeu mais de 5 milhões de exemplares e apresentou ao mundo o termo “codependência”, em 1986. Jornalista e escritora, também são de sua autoria os sucessos: *Para além da codependência*, *Pare de se maltratar*, *Assuma o controle da sua vida*, *A linguagem da liberdade* e *Ouça o seu coração*.

²⁴ Hazelden Foundation.

“[...] mensagens que asseguram problemas de saúde pública são questões religiosas [...]” (Pinsky e Pinsky, 2021: 11).

Vislumbrou-se neste texto que a orientação religiosa não constava na origem das CTs, entretanto, na contemporaneidade, essa é uma das principais tônicas nas práticas de tratamento dos adictos nas CTs, sobretudo de cunho cristão-evangélico, justamente, o nosso principal recorte. O primeiro questionamento trazido no bojo de da discussão tratada nesse texto foi: o que seria suspender o uso de drogas através de uma transformação subjetiva? As pistas e indícios desdobraram para o processo de “conversão”. Nas obras da Hazelden expostas, percebida aqui como campo de discursividade, apresentaram indícios discursivos das relações de poder das estruturas sociais e ideológicas do cristianismo evangélico. Percebeu-se que a conversão é uma condição sine qua nom para a recuperação do adicto.

Diante do processo histórico, houve uma ruptura, pois a redução de danos, marco teórico-político e metodológico em governos anteriores, que buscou a superação da metodologia antidrogas e moralista (abstinência), veio perdendo força na gestão do atual governo.

As CTs de cunho cristão-evangélico estão como uma das maiores beneficiadas nesse processo, sobretudo no quesito de investimentos públicos como foi possível evidenciar através de documentos oficiais. Portanto, a epígrafe dos historiadores acima, soa como um alerta diante das políticas públicas atuais.

João Paulo Carneiro é Doutorando em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, (PPGH-UERJ).

Referências

- BEATTIE, Melody. **Negação**. Minas Gerais: Ed. JCB Publicações Ltda., 2014.
- BETTO, F. **Fome de Deus**. São Paulo: Paralela, 2013.
- BJORKLUND, Paul E. **O que é espiritualidade?** Minas Gerais: Ed. JCB Publicações Ltda., 2014.
- BRASIL, **SISTEMA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS – SISNAD**, LEI 11.343/06. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11343.htm. Acesso em: 19 de novembro de 2020.
- BRASIL, **NOTA TÉCNICA Nº 21. PERFIL DAS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS BRASILEIRAS**. DIGEST, IPEA, 2017. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2986 5. Acesso em: 19 de novembro de 2020.
- BRASIL, **NOTA TÉCNICA ANVISA Nº 02/2020**. Disponível em: <https://www.gov.br/anvisa/pt-br/arquivos-noticias-anvisa/348json-file-1>. Acesso em 19 de novembro de 2020.
- BRASIL, **MINISTÉRIO DA CIDADANIA**. Disponível em: https://acessoexterno.undp.org.br/Public/Job/23122020120818_TR%20edital%2001_2021.docx.pdf. Acesso em: 11 de fevereiro de 2021.
- CASTEL, R. **A ordem psiquiátrica: a idade de ouro do alienismo**. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- CECIL, C. **Grandiosidade**. Minas Gerais: Ed. JCB Publicações Ltda., 2014.
- CHAVES, E. M. S.; CHAVES, E. M. **Descortinando a realidade das comunidades terapêuticas como serviços de atenção ao dependente de substâncias psicoativas: dos amparos legais aos amparos reais**. 2007. 89 f. Monografia (Pós-Graduação Lato Sensu em Serviço Social) – Instituição Toledo de Ensino de Bauru, Bauru, 2007.
- DE LEON, G. **A comunidade terapêutica: teoria, modelo e método**. 2. ed. São Paulo, (SP): Loyola, 2008.
- FAIRCLOUGH, N. **Discurso e mudança social**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2008.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1987.

HAZELDEN BETTY FORD FOUNDATION – HISTORY.

Disponível em: <https://www.hazeldenbettyford.org/about-us/history>. Acesso em: 20 de dezembro de 2020. Tradução livre.

KOENIG, Harold G. McCULLOUGH, Michael E. LARSON, David B., editors. **Handbook of religion and health: a century of research reviewed**. New York: Oxford University Press; 2001.

LOECK, Jardel F. **Comunidade Terapêutica e a transformação moral dos indivíduos: entre o religioso-espiritual e o técnico-científico**. In: SANTOS, M. P. G. dos. (Org.). **Comunidades Terapêuticas: temas para reflexão**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018.

PINSKY, Jaime. Pinsky Carla B. **A História contra-ataca**. In: Pinsky, Jaime. Pinsky, C. B. (Orgs.). **Novos combates pela História: desafios-ensino**. São Paulo: Contexto, 2021.

SANTOS, M. P. G. dos. Introdução. In: SANTOS, M. P. G. dos. (Org.). **Comunidades Terapêuticas: temas para reflexão**. Rio de Janeiro: IPEA, 2018. P. 9-16.

SANTOS, Jessica A. T. OLIVEIRA, Magda L. F de. **Políticas Públicas sobre álcool e outras drogas: breve resgate histórico**. Saúde e Transformação Social. Florianópolis, v4, n1, p. 82-89, 2013.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, Porto Alegre, ano 8, n.16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

Artigo

“COLLECÇÃO DE INSTRUÇÕES SOBRE A AGRICULTURA, ARTES E INDÚSTRIA”: o “saber fazer” em Alexandre Antônio Vandelli

Por Adílio Jorge Marques

Palavras-chave: Alexandre Antônio Vandelli; indústria; História da Ciência; academias científicas.

Introdução

O naturalista Alexandre Antônio Vandelli, nascido em Coimbra a 27 de junho de 1784, naturalizado brasileiro, e falecido na cidade do Rio de Janeiro em 13 de agosto de 1862, publicou o texto pouco conhecido na História das Ciências intitulado “Collecção de Instrucções sobre a Agricultura, Artes e Industria”. Nele, Vandelli menciona os “processos industriais”, como os propostos pelos Estatutos da Academia das Ciências de Lisboa.

O trabalho de pesquisa sobre Alexandre Vandelli poderá se tornar uma contribuição para o esclarecimento do caminho que o pensamento científico fez de Portugal para o Brasil nos setecentos e oitocentos. Um movimento acadêmico surgido através dos estudantes brasileiros que retornavam da Europa influenciados por novas ideias. Tais estudos já

evidenciam que o naturalista Alexandre Vandelli, a Academia das Ciências de Lisboa, e mesmo Portugal, não estavam preocupados apenas com o “fazer pelo fazer”. Desde a geração da Reforma Pombalina do oitocentos a intenção era recolocar o país como agente consciente de sua atuação no mundo, e cada vez menos dependente das forças hegemônicas que se formaram no continente.

Indústria

Tendo produzido um leque de trabalhos importantes em diferentes campos do conhecimento, a obra de Alexandre A. Vandelli ajuda a esclarecer o caminho científico português no século XIX. Contudo, de um ponto de vista histórico, sua obra possui enorme importância ao colocar em evidência as dificuldades e as contradições presentes tanto em seu país de origem como no Brasil que viria a adotar. Este século foi um momento em que ambos os países se

esforçavam para inserir a ciência contemporânea em sua cultura.

A apreciação de sua vida e obra também pode contribuir para um melhor entendimento do pensamento científico luso-brasileiro. Nosso personagem nasceu imerso nas ideias iluministas do pai, o italiano Domingos Vandelli (1735-1816), atravessando momentos marcantes e difíceis da história. Desenvolvendo-se nas leituras com o patriarca, expoente português da ciência iluminista, Alexandre esteve quase sempre ligado às ciências naturais. E aqui se pode supor que o “esquecimento” historiográfico a que Alexandre Vandelli foi relegado provavelmente seja resultado, também, da comparação natural com o pai e o sogro José Bonifácio (1763-1838). A sombra de antecessores tão ilustres parece, talvez, ter contribuído para obliterar o interesse pelo segundo Vandelli.

Interessante que, quando do nascimento de Alexandre, no exato dia 27 de junho de 1784, alunos brasileiros do pai Domingos Vandelli trabalhavam no Laboratório de Química da Universidade de Coimbra no lançamento de aeróstatos, levando-os para perto do Rio Mondego, acontecimento que gerou forte rumor pelos círculos acadêmicos e na população de Portugal. A “Gazeta de Lisboa” noticiava os lançamentos a 25 e 27 de Junho de 1784, descrevendo:

Relação da experiência aerostática feita em Coimbra. No dia 25 de Junho próximo se lançou aqui uma máquina aerostática de figura piramidal cônica... Encheu-se em dois minutos e um segundo, e partiu às 7 horas e 24 minutos da manhã. (...) ...e foi cair, depois de um giro aéreo de meia hora, à quinta da Várzea, na margem do Mondego, trazendo já uma grande rasgadura: os camponeses atemorizados fizeram-lhe outras, e ataram-na a uma árvore para lhes não fugir. No dia 27 a sobredita máquina, remendada com o mesmo papel de que era feita, se tornou a elevar com igual felicidade, e seguiu uma

direcção até desaparecer. Quatro minutos depois se avistou novamente; e passados 7, veio a cair na cerca dos Cruzios. (...) Esta máquina se achava prestes no Laboratório Químico da Universidade para ser lançada nos ares a 15 de Junho; mas querendo os Autores dela, que são: Tomás José de Miranda e Almeida, Alferes do Regimento de Cavalaria de Elvas, José Álvares Maciel, Salvador Caetano de Carvalho, e Vicente Coelho Seabra, ... autorizar esta experiência [que lhes fora encarregada ao princípio do ano lectivo próximo passado pelo seu Mestre e Doutor Domingos Vandelli] com a assistência do Excelentíssimo Reitor da Universidade, por esta razão se demorou até o referido tempo. (...) Projecta-se construir uma nova máquina de tafetá envernizada com uma goma elástica, descoberta pelos sobreditos Autores, a qual se enxuga em 24 horas.¹

Assim, a relação de Alexandre Vandelli com fatos históricos marcantes para seu pai ou familiares, começou, então, com seu próprio nascimento.²

Alexandre publicou, ainda em Lisboa, entre os anos de 1831-1832, pela da Typographia da Academia Real das Ciências, uma coletânea de estudos a respeito da produção técnica e científica em Portugal nas primeiras décadas do século XIX.

¹ Gazeta de Lisboa n.º XXVIII, 2.º Supl., 17 de julho de 1784. In: Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas sonhadas - Cientistas brasileiros dos setecentos, uma leitura auto-etnográfica. Curitiba, CEDOC, UFPR, 2004, p. 152-153.

² Além do documento constante da Introdução desta Tese, foi consultado no Arquivo da Universidade de Coimbra o Livro de Certidões de Eidade, 1772-1833, n.º IV, 1.ª D, 5, 2, 1.

Alexandre Vandelli necessitou levar comprovante de sua Certidão de Nascimento para a matrícula na Universidade de Coimbra. Neste documento manuscrito, comprova-se que Alexandre Vandelli nasceu em 27 de junho de 1784 na freguesia de S. Bartolomeu, Coimbra, tendo sido batizado no mesmo dia. Teve por padrinho seu avô materno (de quem herdou o nome) Alexandre António Bon, natural de Veneza. Sua avó materna era Maria Nuna nascida na Freguesia de São Paulo, Lisboa. Os avós paternos eram Jerônimo Vandelli, do Ducado de Modena, e Francisca Stringa, do mesmo Ducado.

Com o título “Collecção de Instrucções sobre a agricultura, artes e industria”³ (Figura 1), ele mostra qual seria o caminho para o desenvolvimento mais rápido de Portugal através da razão aplicada às artes em geral e à agricultura. O texto foi compilado a partir de trabalhos e pesquisas da Academia das Ciências de Lisboa e do próprio Alexandre, instituição da qual ele era Guarda-Mor na época. A Academia tinha em seus Estatutos de 1779, parágrafo XI, a previsão de que deveria existir uma “Commissão da Industria” para promover o melhoramento

das artes e da produção em geral do país.⁴ Cabia aos membros dessa Junta averiguar e recolher os descobrimentos novos e as práticas úteis dos estrangeiros que trabalhassem em Portugal.

Com a insistência de Alexandre Vandelli, que propôs em janeiro de 1831 não apenas um Gabinete de Máquinas na Academia, mas a divulgação popular através de “folhetos” do que se produzia em termos “industriosos”, esta obra foi então publicada entre os anos de 1831 e 1832.

A obra veio a incluir todas as propostas

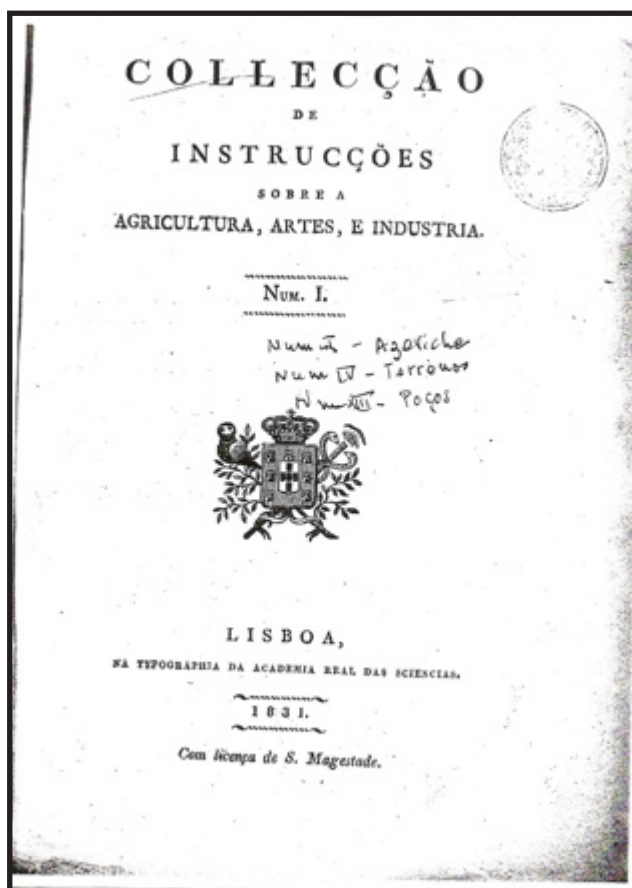


Figura 1 – “Collecção de Instrucções sobre a Agricultura, Artes e Industria”, de Alexandre Vandelli, 1831-1832.

que Vandelli pode recolher, aprovadas antes pelos sócios, que viessem a melhorar a produção econômica portuguesa. Assim, os mais variados assuntos estão ali expostos. Procurarei listar alguns dos textos mais interessantes, o que poderá dar melhor dimensão do pensamento em voga não só entre os naturalistas na época, como da própria Academia.

“Instrucções sobre a cultura do pastel (Isatis Tinctoria Lin.)”, planta que fornecia boa tinta para tingimentos de panos, açúcar, ou

qualquer outra finalidade semelhante. Alexandre menciona que seu pai que também escreveu Memória sobre o assunto.⁵ Consta ali explicações sobre a cultura, preparação e extração do anil do pastel, com figura simples da planta.

Há também, neste livro, a Memória do “Methodo de fabricar a Manteiga, e de a conservar, ou salgar”, com referência sobre o assunto (“Dictionn. Tech., ou Novo Dictionn. Universal des Arts et Metiers”). Alexandre faz descrição de máquinas que serviam para o fabrico da manteiga, produto importante para a economia portuguesa. Mais à frente há outra Memória, a respeito do

³ VANDELLI, A.A. Collecção de Instrucções sobre a Agricultura, Artes e Industria. Lisboa: Typographia da Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1831-1832.

⁴ Alexandre Vandelli fazia análises de máquinas praticamente desde que assumiu como Guarda-Mor, como verificado na carta nº 15 de seu Processo na Biblioteca da Academia de Ciências de Lisboa (BACL). Nesta carta ele faz análise de uma máquina de debulha de trigo, sem maiores especificações da motivação.

⁵ Referente ao texto de seu pai: VANDELLI, D. Várias observações de Chimica, e Historia natural. Flor de anil, ou azul de Prússia fóssil das Minas Geraes, sobre o Azul da Prússia, Tomo I, 1797. Memórias da Academia Real das Sciencias de Lisboa, p. 259-261.

“Modo de Salgar a Manteiga, usado na Inglaterra”, baseado no “Farmer’s Magazine &c, tomo VIII, p. 60”. Sobre o assunto da Manteiga há um exemplar do próprio Vandelli existente no seu Processo da Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, s/n, que comprova a participação do Guarda-Mor nos textos (Figura 35). As obras nas quais Alexandre Vandelli e outros se basearam pertenciam à própria Academia das Ciências, obtidas para a sua biblioteca através da correspondência com outras Instituições científicas da Europa, algo a que a Academia se propôs desde a sua criação.

Há, ainda, outros textos que chamam a atenção por particularidades distintas, como a que se intitula “Sobre os ossos pizados empregados como estrume”, comparando com o valor de outros tipos de estrume para a agricultura, além de discorrer sobre o modo de preparo. Exemplos também da França e da Inglaterra são apresentados.

Outro assunto é o “Aperfeiçoamento da arte Typografica”, tema necessário para a vulgarização do saber que Vandelli defendia; ou ainda “Apontamentos para a biographia dos artistas portugueses”; “Sobre Maquinas movidas pela

maré”, em que se apresentam os tipos de motores existentes e conhecidos até a época; “Sobre alguns productos da cultura das vinhas, que se desprezão, e que se devem aproveitar”; “Extracto das Sessões da Sociedade Promotora da Industria de Paris”; “Agoa como força motriz”; “Da Conservação dos fructos da terra”; “Noções sobre agricultura, e preparação do Linho em diferentes terras deste Reino”, sobre 3 tipos de linho: Coimbrão, Gallego e Mourisco; “Sobre poços artesianos, holandezes, ou furados”; etc..

Na parte intitulada “Notícia sobre a fabricação do Azeviche”, Alexandre faz uma recuperação das muitas reclamações que fizera, ao longo das últimas décadas, sobre a maneira com que a mineralogia era tratada pela Coroa e seus prepostos. O autor descreve as características do azeviche e os locais de Portugal onde é encontrado (Guimarães, Villa Verde, Villa do Prado, entre outros), mas chama a atenção para o fato de que Portugal estava com a extração de azeviche praticamente parada, ao contrário de lugares como a Espanha ou

a Prússia. Em um “Additamento” a esta Memória, Vandelli relata passagens da “Quinta Parte da

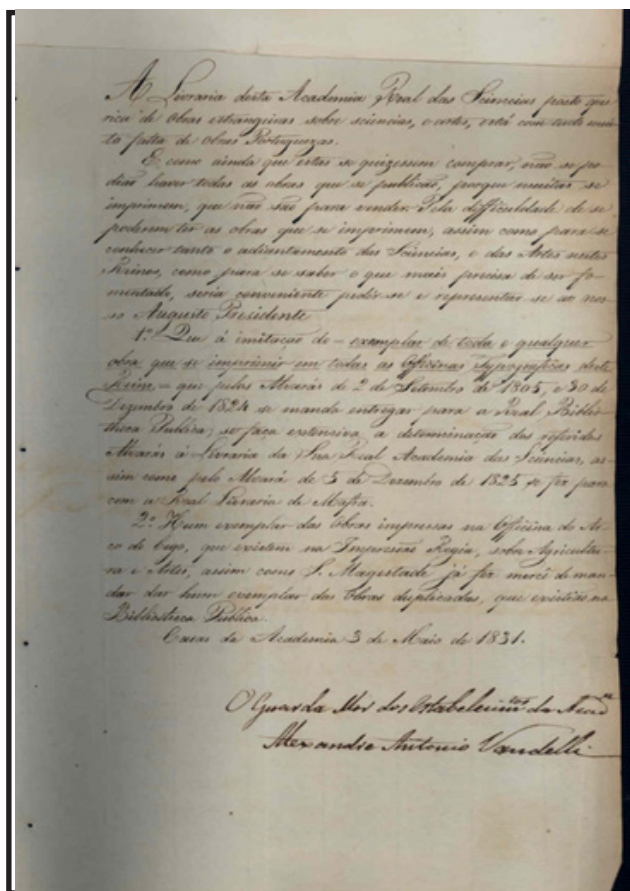


Figura 2 - Alexandre Vandelli faz solicitação à Academia das Ciências de Lisboa em 03 de maio de 1831 para que a mesma adquira obras portuguesas, para o melhor conhecimento das ciências, e como requeria a publicação “Collecção de Instruções sobre a agricultura, artes e industria”.

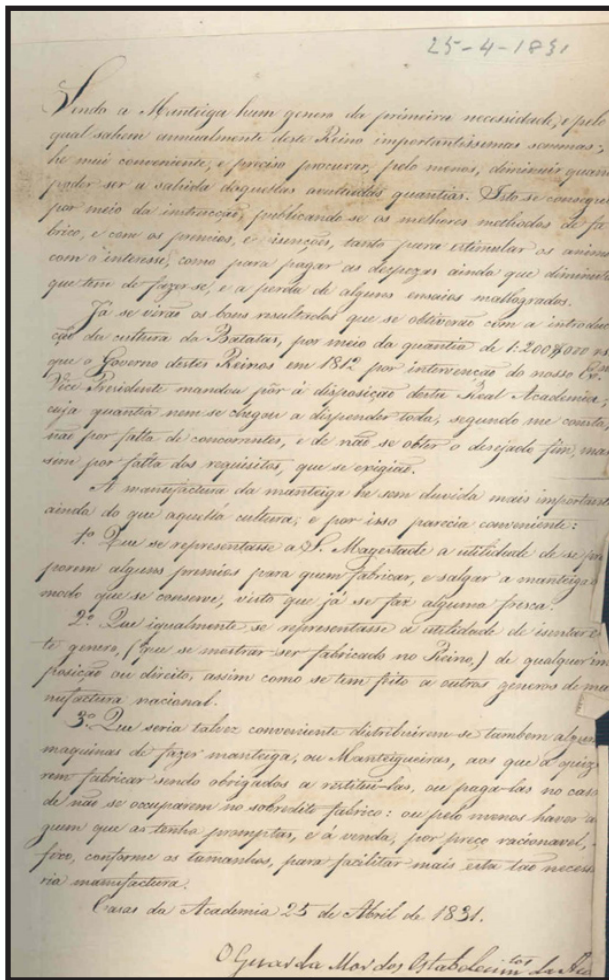


Figura 3 – Memória sobre a Manteiga para a obra “Collecção de Instruções sobre a agricultura, artes e industria”.

Monarchia Lusitana”,⁶ do Fr. Francisco Brandão, para mostrar que era sabido desde muito tempo que o país é rico em minerais, bastando abandonar-se o desleixo para com as minas para que se tenha uma forma de gerar emprego e divisas. Em nota na pág. 35 ele lembra das ferrarias abandonadas e existentes em várias localidades: Thomar, Alge, Alpedriz, etc..

Há que se destacar também o trabalho “Sobre o conhecimento dos Terrenos, relativamente à Agricultura”. Esta é das Memórias mais longas

do livro, que assim inicia: “Hum dos objectos mais importantes na Agricultura he sem duvida o conhecimento exacto dos terrenos, e o modo de os beneficiar, com a mistura de outras terras, ou com estrumes”. Verifica-se que Alexandre Vandelli tenta mostrar, tanto nesta quanto nas outras explanações ao longo do livro, que todos os assuntos apresentados se relacionam em mais de um aspecto (por exemplo, no início menciona “Sobre os ossos pizados empregados como estrume”, e neste texto destaca que o teor de estrume faz parte obrigatória do conhecimento dos terrenos). A própria palavra da frase acima, “conhecimento”, merece destaque já que o autor não está pensando em um agricultor como mero trabalhador braçal, que utiliza determinada técnica apenas por legado pessoal, mas que deve saber (e ter consciência) do que está fazendo. Mesmo que seja uma simples mistura de terras para o plantio, que se bem feita produzirá melhores resultados. Mais à frente Alexandre Vandelli exemplifica: “

Basta ao Lavrador saber que os terrenos calcareos são quentes e soltos, e que por se penetrarem demasiadamente dos raios solares, se chamão com razão quentes; circunstancias que os tornão mais próprios para os fructos temporões, porém mui prejudiciaes para os serodios .⁷

Seguirá o autor mencionando didaticamente aos seus leitores de época o que são terrenos, sua exposição ao tempo e posição geográfica, suas qualidades e diversidades, tipos de terras que são analisadas antes do plantio, a importância da separação de material que não se quer na terra, dependendo do caso. Finalmente, resume sua exposição com a tabela da Figura 4 sobre os terrenos:

⁶ Quinta parte da Monarchia lusytana: que contem a historia dos primeiros 23. annos delRey D. Dinis..., Lisboa, 1650, p. 79. Cf. Biblioteca Nacional Digital de Portugal, acesso em 25/02/09.

⁷ Frutos que estão fora do seu tempo, tardios.

TABÉLLA GEÓNOMICA.			
Natureza dos terrenos		Especies de terrenos.	Arenoso ou Arenáceo. Argiloso ou Barrento. Calcáreo. Humoso.
{ A areia ou silica. A argilla ou barro. A cal. O Humus.			
COMPOSIÇÃO DOS TERRENOS.			
Terreno optimo		Terreno bom	
Partes		Partes	
Areia	- - - - - 2	Areia	- - - - - 3
Argilla	- - - - - 6	Argilla	- - - - - 4
Cal	- - - - - 1	Cal	- - - - - 2 $\frac{1}{2}$
Humus	- - - - - 1	Humus	- - - - - 0 $\frac{1}{2}$
Total 10		Total 10	
Terreno máo		Partes	
Areia	- - - - - 4		
Argilla	- - - - - 1		
Cal	- - - - - 5		
Humus	- - - - - 0		
Total 10			
SUBDIVISÃO OU VARIEDADE DOS TERRENOS.			
Terreno arenoso.		Terreno calcáreo.	
Arenáceo-argiloso.		Calcáreo-arenoso.	
Arenáceo-calcáreo.		Calcáreo-argiloso.	
Arenáceo-argiloso-calcáreo.		Calcáreo-arenoso-argiloso.	
Arenáceo-calcáreo-argiloso.		Calcáreo-argiloso-arenoso.	
Terreno argiloso.		Terreno de Humus.	
Argiloso-arenáceo.		De humus arenoso.	
Argiloso-calcáreo.		De humus argiloso.	
Argiloso-arenáceo-calcáreo.		De humus arenáceo-argiloso.	
Argiloso-calcáreo-arenoso.		De humus argiloso-arenáceo.	

Figura 4 – “Tabélla Géonomica”, pertencente à Memória “Sobre o conhecimento dos Terrenos, relativamente á Agricultura”, da obra “Collecção de Instrucções sobre a Agricultura, Artes e Industria” de Alexandre Vandelli.

Conclusão

Alexandre Antônio Vandelli atuou nas mais diversas áreas no século XIX, sendo sua vida em Portugal marcada pela divulgação e pela promoção da indústria através da Academia Real das Ciências de Lisboa, do início do estudo sistemático da Paleontologia dos vertebrados no país, além dos vários artigos e livros que publicou. Suas obras e as várias cartas depositadas na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro e na própria Academia das Ciências deixam entrever sua

opinião de que Portugal não necessitava, muito pelo contrário, dos serviços e da intelectualidade de determinados estrangeiros que se utilizavam do momento político português para apenas ter um emprego, como os alemães e ingleses comumente importados na época da administração de seu sogro.

Para as famílias Vandelli e Andrada e Silva (unidas pelo casamento de Alexandre com uma das filhas do Patriarca de nossa independência) Portugal poderia impulsionar e prosperar a sua indústria (palavra usada no sentido de sua época) também por meio das várias minas de carvão e ferro que possuía. Isso desde que o “saber-fazer” dos funcionários estrangeiros contratados fosse realmente transmitido aos portugueses. Parece contraditório, já que Alexandre também era descendente de um estrangeiro, mas talvez por isso se tenha naturalizado posteriormente no Rio de Janeiro.

Adílio Jorge Marques é professor da UFVJM e Membro da Academia Brasileira de Filosofia.

Referências

- AYRES, C. **Para a história da Academia das Ciências de Lisboa**, Coimbra: Imprensa da Universidade, separata do Boletim da Segunda Classe, vol. XII, 1927.
- Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa. **Actas das Assembléias da Academia das Sciencias de Lisboa do anno de 1780**, Livro 156.
- Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa. **Comunicação para Examinador, Manuscrito, nº 1946** da Série Azul, Correspondência Diversa, 1824-1831.
- Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa. **Livro de Correspondência Diversa. 1824-1831**.
- Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa.

Manuscritos do Processo Domingos Vandelli.

Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa.
Planos de Estatutos da Academia das Ciências de Lisboa, 1779, cota nº 12.92.4/28.

Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa.
Processo Alexandre Antonio Vandelli: Cartas nº 1-171. Manuscritos da Série Azul.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. **Memórias da Academia das Ciências de Lisboa. Lisboa: na Typographia da Academia Real das Ciências**, Tomos I-XV, nº 97, 4, 1 a 97, 4, 15. Setor de Obras Raras.

BLUTEAU, R. **Suplemento ao Vocabulario portuguez e latino, aulico, anatomico, architectonico, bellico, botanico, brasilico, comico, critico, chimico, dogmatico, dialectico, dendrologico, ecclesiastico, etymologico, economico, florifero, forense, fructifero... autorizado com exemplos dos melhores escritores portuguezes, e latinos...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 10 vols., 1712-1728.

CARVALHO, R. **A actividade pedagógica da Academia das Ciências de Lisboa nos séculos XVIII e XIX**. Lisboa: Publicações do II Centenário da Academia das Ciências de Lisboa, 1981.

CHALMERS, A.F. **A fabricação da ciência**. São Paulo: UNESP, 1994.

DOLHNIKOFF, M. **José Bonifácio de Andrade e Silva, Projetos para o Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Gazeta de Lisboa n.º XXVIII, 2.º Supl., 17 de julho de 1784. In: **Verdades por mim vistas e observadas oxalá foram fábulas sonhadas - Cientistas brasileiros dos setecentos, uma leitura auto-etnográfica**. Curitiba, CEDOC, UFPR, 2004.

MARQUES, A.J. **Alexandre Antonio Vandelli e as Ciências Naturais**. Rio de Janeiro: Anais do Congresso Scientiarum Historia, UFRJ/HCTE, 2008.

VANDELLI, A. A. **Collecção de Instruções sobre a Agricultura, Artes e Industria. Typographia da Academia Real das Ciências, Lisboa, 1831-1832**. Biblioteca Pública Municipal do Porto, nº U-2-65, Col. BPMP.

Artigo

E AGORA, HISTÓRIA? ONDE ESTÁ A IMPORTÂNCIA DO CONHECIMENTO HISTÓRICO DEPOIS DO GIRO LINGUÍSTICO?

Por José Wilton Santos Fraga

RESUMO: O presente artigo busca discutir, de forma resumida, o impacto gerado no campo da disciplina história com o chamado giro linguístico. Com a relativização e alocação dessa disciplina na categoria de saberes equiparados à literatura, tendo sua função reduzida a instrumentos retóricos para as práticas políticas, nos questionamos se haveria algum “mal” para a mesma. Para tal fim, abordaremos de forma rápida como se chegou aos debates, destacando alguns dos principais argumentos contra e a favor, pontuais e sintéticos, discutindo-os à vista da problemática destacada acima.

Palavras-chave: Giro Linguístico, Pós-modernismo, Teoria da História.

Introdução

Muito já se discutiu sobre a natureza do conhecimento histórico, diversas correntes de pensamento já se dedicaram a defender o espaço da história. Isso não é novidade para ninguém do meio. Embora estes ideários sejam algo já conhecido e rotineiro na vida dos historiadores, a abordagem motiva, ressalta os privilégios e deveres da profissão sem deixar de alertar aos desavisados, que possam se deparar com eles um dia, a complexidade, a dedicação e os méritos ao estudar o desenvolvimento das sociedades. Pois a Historiografia representa leituras críticas, metódicas, que não podem receber menosprezo

de nenhuma profissão (e às vezes de dentro dela mesma).

Não é de agora que existe a necessidade de justificar o valor da História e afirmar qual é a sua função. Desde seu surgimento, na Grécia Antiga, quando era vista como “mestra da vida”, sendo a encarregada pela educação dos cidadãos, além de dever servir como modelo moralizante para os mesmos a partir dos exemplos que mostrariam os grandes feitos e os atos dos heróis.

Entre os séculos XVIII e XIX, a época do pensamento iluminista e positivista (na qual surge o assim chamado paradigma moderno), quando passou a ser considerada como uma ciência capaz de alcançar a “verdade” e narrar o

passado “como ele foi”, também tinha a função de educar e moralizar, como na Grécia Antiga, só que agora os cidadãos deveriam aprender sobre a “grandeza da nação” e o caminho da civilização, do progresso, que a humanidade seguia.

E por último, as vertentes do século XX críticas ao pensamento iluminista: O marxismo, que condenava a ideia de nação, e usava o conhecimento histórico a favor do movimento revolucionário na luta de classes; e a Escola dos Annales com a proposta da história problema. À luz de um dos seus fundadores, March Bloch, encontrava-se no entretenimento, no pior dos cenários, a utilidade da História. Diria ele que o “problema da utilidade da história, no sentido estrito, no sentido ‘pragmático’ da palavra útil, não se confunde com o de sua legitimidade, propriamente intelectual”.¹ Algo que de certa maneira é inerente à sede da humanidade por conhecimento.

Os postulados do pós-modernismo

Até então, o que se construiu desde o iluminismo como referência na produção de conhecimento nas ciências foi o comumente chamado paradigma moderno. Contudo, a partir da segunda metade do século XX, com mais força após os anos de 1980, aconteceu o linguistic turn (giro linguístico), movimento intelectual que introduziu a teoria da linguagem nas ciências humanas e sociais. Trata-se de um cenário complexo e heterogêneo que envolve pensadores associados ao pós-estruturalismo e pós-modernismo. Ou, nas palavras de Rangel e Araujo, “um deslocamento histórico-estrutural mais amplo que pode ser definido em torno

da clássica descrição foucaultiana da crise da representação, ou seja, do divórcio progressivo entre as palavras e as coisas que tem no século XVIII seu momento decisivo”.²

Essa mudança de paradigma impactou de forma preponderante o fazer historiográfico, rediscutindo, consequentemente, o papel da História juntamente com seu estatuto. De acordo com Jurandir Malerba, a teoria do conhecimento pós-moderna, por assim dizer, está assentada em dois postulados: sua teoria da linguagem e sua veemente negação do realismo.³

A teoria da linguagem do que convencionamos aqui chamar de pós-modernismo afirma que a linguagem constitui e define a realidade para as mentes humanas, não existindo, assim, realidade extralinguística.⁴ Essa concepção impacta diretamente a noção de “verdade” no conhecimento humano. Podemos afirmar que a base dessa ideia pode ser rastreada até o pensamento de Nietzsche. Ele defendia que o impulso à verdade deriva de um tratado social, do qual surge a designação da mesma pela legislação da linguagem. Por sua vez, a gênese da linguagem vem dos sentidos, logo, a “coisa em si” (tal seria justamente a verdade pura sem consequências) é, também para o formador da linguagem, inteiramente incaptável e nem sequer algo que vale a pena”.⁵

E o que é a verdade, portanto? Um batalhão móvel de metáforas, metonímias, antropomorfismos, enfim, uma soma de relações humanas, que foram enfatizadas

¹ BLOCH, 2002, p. 45.

² RANGEL; ARAUJO, 2015, p. 319.

³ MALERBA, 2011, p. 125.

⁴ Ibidem, p. 126.

⁵ NIETZSCHE, 1983, p. 55.

*poética e retoricamente, transpostas, enfeitadas, e que, após longo uso, parecem a um povo sólidas, canônicas e obrigatórias: as verdades são ilusões, das quais se esqueceu que o são, metáforas que se tomaram gastas e sem força sensível, moedas que perderam sua efígie e agora só entram em consideração como metal, não mais como moedas.*⁶

A questão no fundo para o autor nem é a verdade ou a mentira (puramente em si), e sim, a vida. Um novo modo de vida diferente desta (a moderna) guiada pela razão, pela ânsia em dominar a natureza. A vida deveria ser sentida, ao modo dos gregos pré-socráticos, no mundo dos mitos.

É óbvio que existem outras influências, mas a citação apresentada é suficiente para nos situarmos na posição dos pensadores adeptos a ela e que levaram adiante o seu desenvolvimento. O que nos interessa saber é que a partir dessa teoria da linguagem sustenta-se a negação da objetividade do conhecimento, no nosso caso o histórico. Ele estaria sujeito a imperativos ideológicos que imprimiriam nele a parcialidade, a subjetividade, do historiador (que de certa forma é correto afirmar). Critica-se desta maneira a chamada “prática histórica normal”, ou seja, aquela na qual se acredita no entendimento verdadeiro do passado, baseada naquilo que Dominick Lacapra chama de “modelo documental”,⁷ ao invés de considerá-lo como uma representação ligada apenas a textos e discursos.

Segundo Adam Schaff, a objetividade dita pura é uma ficção, dado que não existe conhecimento sem sujeito que conhece (sujeito/objeto). O verdadeiro problema consiste em compreender

o papel do sujeito na produção do conhecimento juntamente com as suas potenciais deformações. Pois o que há são duas “subjetividades”: uma “boa”, oriunda da relação sujeito/objeto e que é inerente ao processo cognitivo na produção do conhecimento; e uma “má”, que deforma o conhecimento em detrimento de interesses. Sendo assim, a “objetividade” seria a distância entre esses dois tipos de subjetividade, e não a eliminação total desse fator. Algo que implicaria num conhecimento a-humano.⁸

Um dos argumentos que regularmente é apontado como fator subjetivo do conhecimento histórico é o fato dele ser constantemente reescrito. Schaff nos apresenta duas explicações⁹ pra tal fenômeno, não necessariamente excludentes, e sim complementares, que correntes teóricas do século XX elaboraram: Primeira, a reinterpretação da história é em função das necessidades variáveis do presente. Esta associada à tese de que a história é uma projeção dos interesses presentes no passado, tornando-se funcional e conseqüentemente variável. Isso se daria pela seleção dos fatos históricos. Então, a história seria reelaborada quando se estivesse em períodos de crise. Os descontentes com o presente estarão também descontentes com o passado.

Já a segunda: a reinterpretação da história é em função dos efeitos dos acontecimentos do passado emergindo no presente. A história é tomada como um processo e como uma estrutura.

Quanto mais afastados no tempo estivermos de um dado acontecimento, mais vasta e profunda é a nossa percepção deste, como no caso de uma paisagem vista de cumes cada vez mais elevados. Por quê? Porque

⁶ Ibidem, p. 57.

⁷ LACAPRA, 2013, p. 99-100.

⁸ SCHAFF, 1986, p. 281-282.

⁹ Ibidem, p. 267-277.

*na história estamos sempre em presença de processos, de transformações, e que é extremamente difícil, se não impossível, prever antecipadamente não apenas os por menores, mas ainda a orientação geral dos acontecimentos.*¹⁰

O que era ignorado torna-se importante e vice-versa. O processo de reescrita é extremamente necessário para a qualidade e a quantidade de produções historiográficas serem mantidas ou melhoradas com novos pesquisadores, disse uma vez José Carlos Reis.¹¹ Obras e autores são insuperáveis em suas épocas, o fato de alguém escrever em um determinado momento, certamente será para responder às demandas de seu tempo, porque problematizações futuras serão peculiares a intelectuais de anos posteriores, posto que não há como determinar eventos e a relevância destes.

No que se refere ao segundo postulado, ainda de acordo com Malerba, a teoria do pós-modernismo se sustenta em duas teses. A primeira é a tese da negação do realismo epistemológico. Ela sustenta que “o passado não pode ser objeto do conhecimento histórico ou, mais especificamente, que o passado não é e não pode ser o referente das afirmações e representações histórica”.¹² Ela acaba por reduzir o conhecimento histórico a uma espécie de literatura por não o considerar correlato com um passado real, e sim com discursos presentes que, no final das contas, não passariam de textos.

O engraçado que Bloch já havia avisado sobre tal equívoco. O objeto da história não é o passado, e sim as ações passadas dos homens. A história é

a ciência dos homens no tempo.¹³ E é isto que às vezes os pós-modernos parecem esquecer, que os seres humanos são seres sociais e históricos, bem como o meio pelo o qual representamos a realidade, construindo conhecimento de maneira coletiva: a língua, a dimensão da linguagem. Pois

*Os signos, conceitos e discursos sobre o mundo não são jamais arbitrários, mas formulados a partir de um conjunto de determinantes sociais que são interiorizadas pelo indivíduo, a partir das quais ele constrói as lentes (os conceitos) com os quais apreende (percebe, classifica, narra) o mundo. Assim, os indivíduos, seres eminentemente sociais, observam, descrevem, classificam e narram a realidade. Porém, para fazê-lo, estamos equipados com instrumentos cognitivos elaborados do contato com a própria realidade e com os quais nos assenhoreamos intelectualmente dela. O sujeito histórico (individual e coletivo) não deturpa o mundo real ao enxergá-lo, por exemplo, cindido em classes sociais, castas ou estamentos, pois as clivagens sociais, as estratificações desse tipo são, no mundo social, motivo pelo qual o indivíduo consegue classificá-lo dessa forma.*¹⁴

O próprio conteúdo dos discursos presentes é construído no tempo, portanto históricos, e nem por isso quer dizer que se encerram neles mesmos e que não possam ser passível de análise. Não podem em sua totalidade como todo o passado como pensam alguns, mas parte daquilo que está na esfera da experiência. Pois não é o discurso que cria o mundo, mas a experiência no tempo. Se a representação simbólica que fazemos não fosse no mínimo correspondente com a realidade, os seres humanos não conseguiriam existir.

Sendo os seres humanos seres históricos, nasce daí a necessidade de orientar-se no tempo, uma

¹⁰ Ibidem, p. 273-274.

¹¹ REIS, 1999, p. 07-20.

¹² MALERBA, 2011, p. 130; Idem. 2006, p. 13.

¹³ BLOCH, 2002, p. 52-56.

¹⁴ MALERBA, 2011, p. 141.

condição mínima para a tomada de consciência, pelo menos, de que se vive num presente, que um passado existiu e tem influência naquilo que experimentam e os possibilitam construir uma expectativa. Isso leva a uma elaboração de uma identidade coletiva, e não há uma forma de pensar essa experiência se não for de maneira histórica. Ou seja, a disciplina “história” é uma das formas pela qual podemos refletir sobre essa experiência no tempo e, sobre tudo, sobre essa consciência que se tem dela, invocando assim o passado a falar. Sabendo que ela não está isenta de manipulações, como veremos.¹⁵

A segunda tese é a do narrativismo. Ela defende a primazia do espaço argumentativo no qual se dá a mudança de sentido na criação das narrativas históricas. Em outras palavras, o lugar de destaque que as figuras de linguagem ou tropos da retórica exercem. Segundo essa perspectiva, as histórias ficcionais não seriam diferentes das histórias criadas pelos historiadores pelo fato de ambas seguirem as mesmas regras de construção, sendo que esta última empregaria uma imposição de suas construções e interpretações sobre o passado.

Entre os principais defensores de tal ideia, podemos citar Hayden White (apesar de se enquadrar numa corrente estruturalista da linguística, mas suas ideias são usadas pelos pós-modernos). Segundo esse historiador, as narrativas históricas não passariam de “ficções verbais cujos conteúdos são tanto inventados quanto descobertos e cujas formas têm mais em

comum com os seus equivalentes na literatura do que com os seus correspondentes nas ciências”.¹⁶ Para ele, o historiador seria capaz de transformar o “gênero literário” de sua narrativa. Transformaria uma situação trágica em uma cômica apenas alterando o seu ponto de vista ou o escopo das suas percepções. Isso porque as situações históricas não possuem, intrinsecamente, sentidos.¹⁷

Nesse sentido, um dos argumentos mais poderosos do White com relação à natureza literária dos textos históricos é a não invalidação que os clássicos possuem:

Tal como a literatura, a história se desenvolve por meio da produção de clássicos, cuja natureza é tal que não podemos invalidá-los nem negá-los, a exemplo dos principais esquemas conceituais das ciências. E é o seu caráter de não-invalidação que atesta a natureza essencialmente literária dos clássicos históricos. Há algo numa obra-prima da história que não se pode negar, e esse elemento não-negável é a sua forma, a forma que é a sua ficção.¹⁸

Outro historiador que endossa tal posição é Dominick Lacrapa, apesar dele não concordar com tudo, mas reconhecendo a importância do trabalho de White. Como já adiantamos em linhas anteriores, a sua posição começa pela crítica do que ele chama de modelo documental, no qual a história enquanto disciplina ainda está presa. Nele a pesquisa histórica está alicerçada no caráter estrito, absoluto, do fato, oriundo das mais diversas análises e classificações das fontes. Então, caberia à historiografia, como seu objetivo, nos apresentar o produto dessa análise documental na forma de uma narrativa descritiva

¹⁵ Esses pequenos argumentos apresentados, uma síntese na verdade, contra a ideia vigente no pensamento pós-modernista de que o conhecimento não pode ser referente ao passado, é uma reflexão elaborada por Jurandir Malerba a partir de conceitos, teorias, de autores como Bourdieu, N. Elias e Jörn Rüsen. Assim foi feito para evitar o demasiado prolongamento do texto. Mas que sejam aqui devidamente referenciados.

¹⁶ WHITE, 2001, p. 98.

¹⁷ Ibidem, p. 102.

¹⁸ Ibidem, p. 106.

dos fatos, atrelando-os ainda a formulações, testes de hipóteses e explicações.

Por não haver espaço para a imaginação nesse padrão de trabalho, capaz apenas ou autorizado a completar a lacuna de informações dos fatos presentes nas fontes e elaborar problemáticas a respeito dos fenômenos ali descritos, que insinuariam a busca por novos dados, “todas as fontes tendem a ser tratadas em termos estritamente documentais; ou seja, em termos da proposição factual ou referencial que delas pode ser derivada a intenção de providenciar informação sobre tempos e lugares específicos”.¹⁹

Resumindo em muito a crítica de Lacrapa, o que ele alerta é que a história não possui uma linguagem própria e especialmente sua. Pelo fato de o trabalho final do historiador ser uma narrativa, um texto, a inteligibilidade do conhecimento histórico passa pelo campo e papel desempenhado pelo discurso e pela retórica. Sendo que essa última não deve ser entendida na sua concepção instrumental, difundida em um senso comum como capacidade argumentativa usada para fins políticos (defesa de interesses):

*Retórica, como um mero significado para finalidades pré-concebidas — em resumo, como uma linguagem tecnológica —, é ela mesma a variante moderna reduzida da idéia maistradicional de uma coleção de estratégias e táticas para assegurar a persuasão de outros em uma caçada de objetivos restritos. Essa concepção retira a retórica de uma ampla noção de crítica sociocultural e transformação política para a aceitação de sua definição pungente, promovida por uma ideia de verdade transcendente e absoluta.*²⁰

Logo, a historiografia teria uma conexão com a

retórica. Essa conexão é demonstrada em alguns pontos²¹ elencados pelo autor: a retórica é dialógica no que diz respeito à interação entre discurso e uma verdade, proveniente de um controle do objeto de conhecimento; a historiografia também é em razão dos historiadores manterem uma troca de informações com o passado baseada em si mesma, ou seja, a partir daquilo que outros historiadores já fizeram.

A retórica produz uma diferença em sua relação com o objeto de estudo por meio do uso “performativo” da linguagem; na historiografia isso se manifesta na questão do estilo e dos debates sobre certos assuntos em voga, pelos quais os historiadores demonstram o seu poder de argumentação e criticidade, denotando assim algo que é inerente a um projeto pessoal. Ela também evidencia o problema de como os historiadores leem textos; eles, por estarem presos ao modelo documental, ignoram a dimensão textual de suas fontes, não considerando os textos como eventos importantes em si mesmos, complexos, que reelaboram conteúdos socioculturais mais amplos, isso sem falar do potencial instrumental que eles possuem.

Além de ultrapassar as funções documentárias e referenciais da linguagem, a retórica supera também todas as funções pragmáticas. Ela eleva a dimensão da performance a um grau que ela seja altamente gratificante, capaz de enganar e ignorar o nível plausível de argumentações. Por outro lado, ela gera identificação entre os indivíduos que dela partilham. Qualquer um poderia buscar no passado elementos que lhe possa dar voz em prol de sua luta, mesmo entrando em conflitos com outras. Nada que no campo da argumentação e do embate não se resolvesse. O ponto importante para a historiografia é o de

¹⁹ LACRAPA, 2013, p. 99.

²⁰ Ibidem, p. 112.

²¹ Ibidem, p. 112-118.

identificar a parcialidade nascida desse fator nas obras dos historiadores, obscurecida pela ideia vigente de cientificidade.

Outro ponto da conexão retórica\historiografia: A retórica dá destaque para a problemática da ambivalência e tensão entre funções, derivada desse último aspecto citado acima, ou seja, da identificação, com a do compromisso de buscar um conhecimento objetivo ou científico que pode ser usado no presente como memória, por exemplo. Tudo isso demonstra o caráter confuso do uso da linguagem na historiografia.

Bem como nos direciona para a dicotomia entre ciência e retórica. Se não levada a sério, corre-se o risco de enxergar toda essa discussão do papel desempenhado pela dimensão retórica nos textos dos historiadores como simplesmente “retórica” (no sentido do senso comum, na acepção instrumental). Pelo outro lado da moeda, corre-se o risco de entender a verdade científica, a objetividade do conhecimento, no nosso caso o histórico, como neutro. E com o atenuante de não precisar de retórica para ser produzido, o que no final das contas é ter uma retórica da anti-retórica. Restando, assim, a necessidade de analisar tanto as informações inerentes ao objeto de estudo do historiador que se encontra no passado, como o seu discurso no presente. Algo que implicaria na análise mais criteriosa da posição mediana na qual a história enquanto disciplina é colocada, algo indefinido que está entre a arte e a ciência, a fim de mudá-la, obviamente.

Por último, será inevitavelmente ideológica, parcial, tendenciosa, aquela tentativa que se propõe a unir a dimensão retórica a um diálogo com o passado se não houver indicação das suas limitações, juntamente com os empecilhos os quais tal empreitada impõe ao modificá-los. Pois é sabido que os historiadores possuem um contexto

institucional de fala com suas peculiaridades culturais, sociais, políticas e econômicas.

Enfim, para arrematar o pensamento de Lacapra, os historiadores têm como produto um hipertexto. Logo, não faria mais sentido se o historiador ficasse preso a um modelo rígido, científico, se no fundo o que o historiador faz é um texto. E com um agravante: ninguém o lê! Pois, a história, sem as devidas tomadas de posições, levará adiante uma crise epistemológica, de legitimação e aceitação.

A fim de concluir

Vimos brevemente como o giro linguístico questionou veementemente o estatuto da disciplina história. O que é válido. Na altura na qual se deu (e ainda pode-se estender aos dias atuais), a ingenuidade ou a credulidade de que a história pode alcançar a “objetividade” pura, sem deformações, é um equívoco dos grandes, ou, na pior das hipóteses, uma má intencionalidade.

O ponto positivo de toda essa discussão foi justamente alertar para essa contingência. Nada que a filosofia da história, a sociologia do conhecimento e mais recentemente a história da historiografia não pudessem contribuir. Agora, tentar derrubar tudo por terra por meio de axiomas demonstra certo interesse de retirar da história a pouca ou muita legitimidade que ela construiu como disciplina.

Como consequência da discussão a respeito do estatuto do conhecimento histórico, promovido pelo giro linguístico, mexe-se com a utilidade do mesmo. Isso deveria acontecer? Suponhamos que não seja qualificado de científico. Esse fato tiraria da história sua utilidade? Ainda seria um trabalho, um esforço intelectual válido, como ressaltou

Bloch. Há quem a equipare à literatura. E ela não tem utilidade? Seria diminuir ambas?

Uma confluência de percepções de alguns dos pensadores envolvidos nesse debate foi identificar uma crise que a história vivencia, desde sua abrangência, recepção do grande público, até seu estatuto multifacetado e com tensões latentes. Por exemplo, para White a história como disciplina vai mal porque ela se distanciou de suas origens que se encontram na potencialidade da imaginação literária.

Com isso, ele quer dizer que o reconhecimento dado pelos historiadores ao caráter literário das narrativas produzidas por eles não significaria destruir a imagem da historiografia e reduzi-la, renegando-a ao campo de especulação, propagandístico, puramente ideológico. Significaria uma atitude oposta, ou seja, assumindo essa característica se obteria ferramentas capazes de auxiliar na identificação de preconceitos ideológicos que são carregados nos discursos e que nem sempre são percebidos.

Seria equivocados, como alguns fazem, associar o conhecimento histórico puramente, unicamente, como uma arma política para os embates de interesses presentes. Seria corroborar com aquilo mesmo que Dominick Lacrapa identificou como a compreensão instrumental da retórica, o uso dado pelo senso comum, construído ironicamente com o paradigma moderno.

Isso sim, a vulgarização da história, estaria compromissada com pressupostos ideológicos que parecem objetivar o fim da história. É só olhar para eventos traumáticos do passado que se verá que, apesar das múltiplas interpretações, eles são importantes e passíveis de contemplação, reflexão. E nem por isso será puramente “ficções”, argumentações. Apesar de que é necessário se

pensar e reconhecer a dimensão literária na qual a história está presa e apresenta como produto.

Porque, como disse Chartier, o passado não coincide totalmente com a explicação histórica. Mesmo reconhecendo essa faceta da história, “acham-se associados, e não opostos, conhecimento e relato, prova e retórica, saber crítico e narração”.²²

E o mais importante. O debate poderá abrir caminho para uma redefinição do estatuto da história. Sair da posição incômoda de intermediária entre ciência e arte. Com todo respeito a March Bloch, que via o trabalho do historiador como algo análogo ao ofício de um artesão, mas defendia a história como ciência. Ou chegamos ao estágio desenvolvido dessa ciência que estaria em formação (que venhamos e convenhamos desde que ele se posicionou sobre o assunto já se faz muito tempo), ou assentamos de vez os limites e potencialidade que o caráter literário da história nos proporciona. Sem negar a realidade.

José Wilton Santos Fraga é Graduado e Mestre em História pela Universidade Federal de Sergipe; integrante do grupo de pesquisa Dominium: Estudos sobre Sociedades Senhoriais.

Bibliografia

BLOCH, March. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

CHARTIER, Roger. **A história, entre relato e conhecimento**. In: CHARTIER, Roger. **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 11-16.

CHARTIER, Roger. **A instituição histórica**. In: **A história ou a leitura do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009, p. 17-31.

²² CHARTIER, 2009, p. 11-16. CHARTIER, 2009, p. 11-16.

LACAPRA, Dominick. **Retórica e História.** Territórios & Fronteiras. Cuiabá, v. 6, n. 1, p. 97-118, jan-jun. 2013.

MALERBA, Jurandir. **Narrativa: história e discurso.** In: MALERBA, Jurandir. **Ensaio: teoria, história e Ciências Sociais.** Londrina: Eduel, 2011, p. 119-153.

MALERBA, Jurandir. **Teoria e história da historiografia.** In: MALERBA, Jurandir. (Org.). **A história escrita: teoria e história da historiografia.** São Paulo: Contexto, 2006, p. 11-26.

NIETZSCHE, F. W. **Sobre verdades e mentiras no sentido extra-moral.** In: NIETZSCHE, F. W. **Obras incompletas. Tradução e notas de Rubens Rodrigues Torres filho.** São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SCHAFF, Adam. **Por que reescrevemos continuamente a história?** In: SCHAFF, Adam. **História e verdade.** Tradução de Maria Paulo Duarte. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986, pp. 267-277.

SCHAFF, Adam. **A objetividade da verdade histórica.** In: SCHAFF, Adam. **História e verdade.** Tradução de Maria Paulo Duarte. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1986, p. 279-310.

RANGEL, Marcelo de Mello; ARAUJO, Valdei Lopes de. **Apresentação – Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político.** História da Historiografia. Ouro Preto, n. 17, p. 318-332, abr. 2015.

REIS, José Carlos. **Introdução.** In: REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 07-20.

WHITE, Hayden. **O texto histórico como artefato literário.** In: WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso: Ensaio sobre a crítica da cultura.** São Paulo: Edusp, 2001, p. 97-116.

Artigo

A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO REINO PORTUGUÊS AO TEMPO DE D. DINIS (1279-1325)

Por Láisson Menezes Luiz

RESUMO: No presente artigo, buscamos compreender o funcionamento da cúria régia, durante o governo do monarca português D. Dinis (1279-1325). Bem como, analisar as principais características, as suas transformações ao longo do tempo, e principalmente, identificar aqueles personagens que auxiliaram o monarca durante seu reinado.

Palavras-chave: Idade Média. Portugal. Reinado. D. Dinis.

D. Dinis, segundo filho de D. Afonso III (1248-1279) e D. Beatriz de Castela (1253-1279), foi o sexto monarca português e governou o reino por longos 46 anos, de 1279 até 1325. Subiu ao trono após a morte de seu pai em 16 de fevereiro de 1279, herdou uma coroa e um reino desestabilizados devido às discórdias entre seu pai e o clero, pairando sobre todo o reino o interdito papal. As igrejas encontravam-se fechadas, não havia realização de cerimônias, sem mencionar que desde o final do reinado de D. Afonso III, parte dos bispos portugueses encontravam-se em Roma.

D. Dinis não se preocupou apenas com as questões políticas, mas também ficou conhecido por ser um monarca que deu atenção especial às

questões culturais, recebendo o cognome de “rei sábio”, pois foi um dos que ajudaram a fundar o primeiro Estudo Geral em Portugal, impulsionando a tradução de diversas obras e substituindo o latim pelo português como língua oficial do reino. A criação do Estudo Geral em 1290 foi de fundamental importância para o reino português, não apenas para a sociedade, mas também para o monarca, que durante esse período passou a ter a

“[...] necessidade de secretários instruídos capazes de manter seus arquivos e redigir suas cartas, de juristas competentes para defender seus direitos e garantir a seus súditos a boa e pronta justiça que era o próprio fundamento de legitimidade da monarquia”.¹

¹ VERGER, Jacques. Cultura, ensino e sociedade no Ocidente

Além dos contributos culturais, o Estudo Geral foi um importante meio para a afirmação do poder régio, permitindo ao monarca ter uma máquina administrativa mais eficaz.

O período do reinado dionisino, ou seja, o final do século XIII e início do século XIV, assistimos ao crescimento do poder régio frente ao papado, fato que ocorreu principalmente devido às lacunas deixadas pelo poder eclesiástico. Além disso, as monarquias passaram a contar com juristas competentes, apoiados no Direito Romano, pelo qual os monarcas passaram a legitimar a independência do poder régio frente ao poder eclesiástico. Desse modo, podemos dizer que entre os séculos XIII e XIV assistimos ao reajuste nas relações entre o poder eclesiástico e o poder monárquico no ocidente cristão.

No reino português, notamos alguns desses elementos, principalmente quando os monarcas buscaram fazer presente sua autoridade por todo território do reino, passando a utilizar a legislação com objetivo de fortalecer o poder monárquico e a organização administrativa. A prática legislativa começou a ser utilizada ainda no reinado de D. Afonso II (1211-1223), sendo estimulada no reinado de D. Afonso III e ganhando maturidade no reinado de D. Dinis, pois esse soberano “[...] teve a habilidade de procurar na própria legislação canónica as regras para a delimitação das suas jurisdições e manteve firmemente o princípio de reivindicar a jurisdição temporal”². Portanto, podemos observar no século XIII, especialmente na península Ibérica, dentre outras características, ficou marcado por uma

retomada política com relação ao processo de fortalecimento do poder nas mãos da monarquia, devido à grande descentralização do poder que ocorreu em períodos anteriores, pois o poder estava fragmentado.

Neste sentido, buscamos neste artigo, compreender a organização da cúria régia, analisar suas transformações ao longo do tempo, mas, principalmente, identificar aqueles que auxiliaram o monarca D. Dinis durante seu reinado. De fato, o rei não governava sozinho e os primeiros monarcas tinham ao seu lado um grande número de pessoas que os aconselhavam nas decisões mais importantes, pois como destaca Marcelo Caetano,³ o rei era “[...] auxiliado no governo por um grupo de vassalos, investidos em altos cargos permanentes ou apenas seus companheiros e conselheiros: são eles que, com a família real constituem a cúria ou corte do rei”. Além destes, podiam fazer parte os prelados e os ricos-homens que representavam suas regiões perante o rei.

Para que o poder fosse exercido na prática e alcançasse todo o reino foi preciso criar um aparelho administrativo, assim, um corpo de oficiais foi desenvolvido desde o início do reino, no qual se destacavam o mordomo, o alferes e o chanceler. Durante o reinado de D. Afonso II surgiu um conjunto de oficiais menores que melhor correspondiam às especificidades de cada serviço, mantendo-se nos reinados seguintes. O monarca governava auxiliado pela cúria, na qual se encontravam os vassalos mais próximos do rei. Também faziam parte os oficiais palatinos e os membros da família real, que aconselhavam o rei nos assuntos corriqueiros do governo e da justiça. Quando um assunto era mais complexo e

nos séculos XII e XIII. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2001. p. 245

² MATTOSO, José. História de Portugal: a monarquia feudal (1096-1480). Volume II. Lisboa: Editorial Estampa, 1997. p. 160.

³ CAETANO, Marcelo. História do Direito português (Sécs. XII-XVI). 4ª edição. Lisboa/São Paulo: VERBO, 2000. p. 212.

de maior alcance convocava-se outros membros importantes da sociedade, como tenentes, bispos, abades dos principais mosteiros, mestres das ordens militares, além de vassallos da corte régia. Assim, os primeiros monarcas portugueses tinham à disposição um grupo do qual faziam parte os membros mais destacados da sociedade.

Com a complexificação do direito, foi criado um corpo de especialistas da justiça, como os sobrejuizes e os ouvidores e, posteriormente, também foram criados um tribunal itinerante e a Casa do Cível, que mais tarde passou a ser fixa e sediada em Lisboa. Em consequência da diversificação da estrutura social, o que exigiu um consenso mais amplo para a discussão das principais questões políticas e fiscais, como a guerra e a paz, os tributos, entre outros assuntos, D. Afonso III reuniu as Cortes em 1254 na cidade de Leiria, onde pela primeira vez estavam lado a lado o clero, a nobreza e os representantes dos concelhos. Foram convocadas mais duas durante o reinado de D. Afonso III, bem como durante o reinado de D. Dinis. Essas reuniões foram mais constantes, aumentando o papel e a importância das Cortes, seguindo pelos reinados subsequentes. Em um nível mais pessoal, o monarca era apoiado pelo conselho régio, composto pelos seus mais fiéis vassallos e conselheiros.⁴

De acordo com Armando Luís de Carvalho Homem,⁵ três ofícios destacaram-se na organização do poder régio: o de mordomo (maior domus), o de alferes (signifer) e o de chanceler (cancellarius). Consideremos cada um.

4 COELHO, Maria Helena da Cruz. O poder na Idade Média: um relacionamento de poderes. In: SILVEIRA, Luís Nuno Espinosa da (Coord.). Poder central, poder regional, poder local: uma perspectiva histórica. Lisboa: Edições Colibri, 1997. p. 33-34.

5 HOMEM, Armando Luís de Carvalho. A corte e o governo central. In: Portugal em definição de fronteiras (1096-1325): do condado portugalense à crise do século XIV. Lisboa: Editorial Presença, 1996. p. 533.

O ofício de mordomo-mor aparece na documentação portuguesa desde os tempos dos condes portugalenses. Geralmente, eram ocupados por membros da alta nobreza, pois tal ofício tratava-se do mais elevado cargo oficial e seu detentor representava uma espécie de “substituto do rei”. Além disso, o mordomo era responsável pelas questões financeiras do reino. Durante o reinado de D. Sancho II (1223-1248), esse cargo desaparece, sendo substituído pelo de meirinho-mor, mas acaba reaparecendo nos reinados posteriores. No reinado de D. Dinis, o cargo de mordomo começou a perder sua função de “substituto do rei”, passando a ter importância apenas na casa do monarca, onde era responsável por chefiar os funcionários que lá se encontravam.⁶ No reinado de D. Dinis, essa função foi exercida por D. Nuno Martins de Chacim (1279-1284), D. Durão Martins de Parada (1285-1296), D. João Afonso Telo II (1297-1304), Afonso Sanches, filho bastardo de D. Dinis (1312-1323), João Afonso (1324-1325), outro filho bastardo do monarca.

Já o alferes-mor, era responsável por comandar o exército quando o monarca não podia fazê-lo pessoalmente. Esse ofício tinha um caráter guerreiro e, assim como o de mordomo-mor, era ocupado pelas principais famílias do reino ou, em alguns casos, por membros da família real, o que poderia explicar o fato de que, em certos momentos, esse ofício possuía maior relevância no reino português. Ao longo do tempo, esse cargo foi deixando de ter importância. Seu fim ocorreu no reinado de D. Fernando (1367-1383), quando suas funções foram transferidas para os novos cargos criados, como o de condestável e marechal. Entre as personagens que exerceram esses cargos no reinado de D. Dinis, destacamos D. Gonçalo Garcia de Sousa (1255-1284), D. Martim

6 CAETANO, op. cit., p. 306.

Gil de Riba de Vizela I (1285-1295), D. Martim Gil de Riba de Vizela II, 2º conde de Barcelos (1295-1312), D. Pedro Afonso, filho bastardo de D. Dinis, 3º conde de Barcelos (1315-1317) e João Afonso, outro filho bastardo de D. Dinis (1318-1325).

Por fim, o ofício de chanceler-mor tinha como função a guarda do selo real, além disso, o detentor de tal cargo era responsável por lavrar os diplomas régios. Diferentemente dos dois anteriores, esse ofício, dada sua importância e devido à dificuldade da escrita

[...] jamais foi exercido por membros de qualquer grande família; era predominantemente um membro do clero que a escolha se verificava, facto compreensível, pela prévia preparação dos mesmos no que tocava o manuseamento da língua e, breve trecho, o próprio saber jurídico.⁷

Os primeiros a ocuparem esses cargos foram os clérigos oriundos de Braga e Guimarães, mas a partir de 1131 e até meados do século XIII, a escolha do ocupante desse cargo estava ligada ao Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra devido à importância política e religiosa que começou a ter dentro do reino português. Durante o reinado dionisino, os principais chanceleres foram o Mestre Pedro Martins (1279-1280), Domingues Anes Jardo (1280-1290), João Peres de Alprão (1291-1295), Estevão Anes Brochado (1296-1318) e Francisco Domingues (1318-1325), respectivamente, bispos de Coimbra, Évora e Lisboa.⁸ O chanceler era auxiliado por várias pessoas, como notários, tabeliães da corte e escrivães.

Durante seus primeiros anos, o reino

⁷ HOMEM, op. cit., p. 535.

⁸ HOMEM, op. cit., p. 535. PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. D. Dinis. Lisboa: Temas e Debates, 2008. p. 355.

português era dividido em terras e circunscrições administrativas que geralmente eram governadas por tenentes e julgados, enquanto as circunscrições judiciais eram de competência do juiz. Porém, estes atuavam apenas sobre terras e homens do rei, não tinham autoridade nas diversas terras imunes, como as propriedades eclesiásticas. Ao longo do tempo, mais localmente, desenvolveram um poder senhorial e um poder concelhio, que não foram postos em causa pelo poder monárquico, mas, posteriormente, os monarcas procuraram incorporá-los ao poder central. Durante seu reinado, D. Afonso III nomeou os meirinhos-mores para supervisionarem vastas áreas, com competência para julgar questões que envolvessem a nobreza. Para representar o monarca nos concelhos foram nomeados os alcaides e para cuidar das questões fiscais foram designados os almoxarifes, que administravam os bens reguengos e cobravam os tributos da coroa.

Segundo o que foi exposto, outro importante cargo na corte era o de meirinho-mor, funcionário encarregado pelo monarca para fazer cumprir dentro de sua jurisdição as sentenças dadas pelo tribunal da corte, além disso, era sua função prender os malfeitores e outros criminosos.⁹ Segundo as concordatas, os eclesiásticos teceram diversas reclamações em relação aos meirinhos-mores, sobretudo, pelo excessivo abuso de poder perpetrados por eles durante a aplicação da justiça. Também exerciam a vigilância dos locais onde se encontravam a corte. Entre os funcionários que desempenharam essa função, destacamos Gonçalo Fernandes,¹⁰ Estevão Rodrigues, Fernão

⁹ MARREIROS, Maria Rosa Ferreira. A administração pública em Portugal no reinado de D. Dinis através do estudo de alguns documentos da sua chancelaria (Livro III, fls. 63- 81v). 1973. (Licenciatura em História). Faculdade de Letras, UC, Coimbra. 1973. p. CIX.

¹⁰ SANTOS, João Marinho dos. D. Dinis (1289-1291): Subsídios para o estudo da sua chancelaria. Livro I, Fls. 252/v – 291/v.

Rodrigues¹¹ e João Simão.¹²

Além do meirinho-mor, outro ofício que ganhou importância foi o de porteiro-mor que, a partir da primeira metade do século XIII, era responsável pela cobrança dos créditos reais, função antes desempenhada pelo mordomo-mor. No reinado de D. Afonso IV (1325-1357), essa função desapareceu, passando a ser realizada pelos “ouvidores da portaria”. Entre os que desempenharam a função de porteiro-mor no reinado dionisino, citamos Lourenço Martins Escola, Domingos de Lisboa,¹³ Martinho Carrazedo,¹⁴ Fernão Pais,¹⁵ Gonçalo Lourenço,¹⁶ Mendo Rodrigues, Domingos Peres e Pedro de Anófrica.¹⁷

No reinado de D. Dinis, há informações sobre a existência do cargo de tesoureiro-mor, como podemos observar em uma doação de um campo na Vila de Santarém feita pelo monarca a Pedro Salgado, em 13 de abril de 1294,

Carta de doação que el-Rey fez a Pedro Salgado duum campo que é na vila de Sanctarem.

Don Denis pela graça de Deus Rey do Portugal e do Algarve. A quantos esta carta viren faço saber que eu ensembra com a Rahinha dona Hysabel mha molher e com o inffante don Affonso e com a infanta dona Constança meus filhos dou e outorgo pera todo sempre a vos Pedro Salgado meu thesoureyro hun meu campo que e na vila de Sanctaren a par da porta que chaman de Leyrea que vos façades dele todas as cousas que for vossa coontade assi como de vosso herdamento próprio e dou a vos esse campo com entrada e com saydas e com todas as cousas que a el pertencen do qual campo estes son os termos: a ouriente casa de Sancha Lourenlo a oucidente carreyra da entrada do castelo assi como parte pelo pee da torre do muro a aguyon muro da vila a avrego via publica. Do e outorgo a vos dicto campo assi como dicto e que ajades possuyades e specialmente [fl. 78v, a] que o possades leyxar com todo melhoramento que vos quiserdes por vossa alma e pola minha. E esto vos faço por muyto servivo que me fezeistes. E que seja mays firme e non possa poys viir em dovoda dou a vos esta mha carta que tenhades em testemunho. Dada em Sanctaren treze dias de Abril. El-Rey o mandou pelo o bispo de Évora. Martim Stevãez a fez. Era de mil e trezentos e trinta e dous anos.¹⁸

1972. (Licenciatura em História). Faculdade de Letras, UC, Coimbra. 1972. p. 214.

11 MARREIROS, op. cit., p. CVI.

12 LEMOS, Laura Oliva Correia. Aspectos do reinado de D. Dinis segundo o estudo de alguns documentos da sua chancelaria (Livro III, fls. 81v-102v). 1973. (Licenciatura em História). Faculdade de Letras, UC, Coimbra. 1973. p. 80.

13 SANTOS, op. cit., p. 93.

14 BEIRANTE, Maria Ângela Godinho Vieira da Rocha. Estudos de alguns documentos da chancelaria de D. Dinis. Livro II, Fólios 7-57v. 1291-1293. 1969. (Licenciatura em História). Faculdade de Letras, UC, Coimbra. p. CXVII.

15 MARREIROS, op. cit., p. LXIV.

16 MARREIROS, op. cit., p. CXVIII

17 ALMEIDA, Balbina Rodrigues de. D. Dinis. Breve estudo de sua chancelaria. Livro I, fls. 25-86v. 1969. (Licenciatura em História). Faculdade de Letras, UC, Coimbra. p. CLXXXI.

De fato, o documento acima não menciona a função de tesoureiro-mor, mas o que sabemos é que essa função geralmente era exercida por um judeu, fato que gerou várias reclamações por parte dos clérigos devido à ocupação de cargos públicos por esse grupo, como veremos mais detalhadamente no capítulo seguinte.¹⁹

Cabe aqui discutir sobre os tribunais, uma

18 CHANCELARIA de D. Dinis. Livro II. Organização: Rosa Marreiros. Coimbra: Palimage, 2012. p. 328-329.

19 PATRÍCIO, Agostinho Amando. Estudos da chancelaria de D. Dinis: alguns aspectos da sua época. 1972. 435 f. (Licenciatura em História). Faculdade de Letras, UC, Coimbra. 1972. p. XCVI.

vez que encontramos na documentação várias queixas de clérigos com relação a esse assunto, questionando quem deveria julgar um religioso, um juiz laico ou eclesiástico. O que entra em jogo aqui é o direito de exercício da justiça, muitas vezes questionado por nobres, eclesiásticos e oficiais régios sobre quem detinha tal competência. No início do reino português, o próprio monarca era responsável por decidir as sentenças, somente no reinado de D. Sancho II, surgiu na corte um encarregado permanente de relatar os recursos. Tal função era exercida pelo sobrejuiz, geralmente recrutado entre os clérigos, mas podendo ser escolhido entre os cavaleiros. Com o passar do tempo, as questões relativas aos julgamentos foram aumentando, fazendo surgir outros cargos, como o de ouvidores, que apareceram durante o reinado de D. Dinis. Estes tinham como tarefa ouvir “[...] as partes, apurar as provas e referir depois o caso para decisão ao senhor. Mas, quando as questões eram de menos importância, o senhor confiava-lhes a própria decisão, salvo ainda o direito de recurso”.²⁰

Em relação às finanças régias, com funções semelhantes ao de mordomo-mor, havia o porteiro-mor, responsável pela cobrança dos direitos fiscais do monarca. Mais localmente, competia aos almoxarifes superintenderem a cobrança de impostos e o pagamento das despesas públicas. Parte do que recebia, ficava a cargo de uma série de funcionários régios, como o reposteiro-mor, que cuidava do vestuário, armas, livros, alfaias litúrgicas, entre outros pertences do monarca.

A respeito da criação de uma burocracia régia, cabe alguns apontamentos. Uma discussão interessante, feita por Maria Filomena Coelho,²¹

²⁰ CAETANO, op. cit., p. 309.

²¹ COELHO, Maria Filomena. Revisitando o problema

sobre o problema da centralização do poder no Portugal Medieval, mostra que a especialização do aparato burocrático pelos monarcas não significou a luta do poder régio contra o clero ou a nobreza, mas sim, que o monarca agiu apoiado por grupos aristocráticos/eclesiásticos. Nesse sentido, é natural que apareçam conflitos, lutas, enfrentamentos e, justamente nesses momentos, esperava-se que o bom monarca aparecesse para negociar e estabelecer a paz, por meio de alianças e pactos. Portanto, por um lado, identifica-se o fortalecimento do poder régio, mas, por outro, percebe-se também uma crescente influência da alta nobreza dentro dos aparatos burocráticos. Entretanto, a autora nos alerta dizendo que esse panorama político pode sofrer alterações, mudando a configuração dos grupos privados das mercês régias, que de acordo com as tensões, pode também ocasionar a mudança da própria configuração da realeza.

Observamos ainda, que no final do século XIII e, principalmente, a partir do século XIV, houve uma tendência em substituir os funcionários oriundos de ordens privilegiadas pelos legistas. Conhecidos também como letrados ou cultores dos princípios do direito romano, estes tinham a confiança do monarca, fazendo surgir um corpo de funcionários régios conhecidos como nobreza de corte, dedicados a servir o monarca.

D. Dinis utilizou tal prática podendo reafirmar o direito régio de julgar os direitos de jurisdição por nobres e eclesiásticos mostrando, assim, a superioridade de seu poder. Para Antônio Luiz Lachi,²² D. Dinis abandonou aos poucos

da centralização do poder na Idade Média portuguesa. Reflexões historiográficas. In: NEMI, Ana, ALMEIDA, Néri de Barros e 106 PINHEIRO, Rossana (Orgs.) A construção da narrativa histórica: séculos XIX e XX. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 58-59.

²² LACHI, Antônio Luiz. D. Dinis, o pai da pátria de Portugal e o fortalecimento do poder monárquico: o papel dos juristas.

os vassallos e em seu lugar criou uma rede de servidores com o intuito de operar dentro do reino uma maior fiscalização das autoridades regionais e, conseqüentemente, proporcionar à coroa condições para que pudesse exercer mais firmemente seu poder.

Contudo, a principal medida tomada por esse monarca tendo como intuito o fortalecimento do poder régio foi a realização das Inquirições e Confirmações. No caso de D. Dinis, a aplicação dessas medidas foi frequente entre os anos de 1284 e 1316. Foram impostas pelo monarca com objetivo de coibir os abusos cometidos, principalmente pelos fidalgos que impediam os agentes do fisco de entrar em suas terras a fim de cobrar os impostos. Segundo Pizarro,

as inquirições tinham sido sempre levadas a cabo por comissões compostas por representantes do rei, da nobreza e do clero, e os textos recolhidos analisados pela corte. A partir de 1301 o inquiridor, nomeado unicamente pelo monarca, se vassallo e de sua Casa ou criação, inquiria, julgava e sentenciava. Por isso, o zelo com que Aparício Gonçalves conduziu as Inquirições de 1307-11 levantou tantos protestos, obrigando-o a ir constantemente à corte para que os seus inquéritos e sentenças fossem sancionados por um tribunal especialmente nomeado pelo rei.²³

D. Dinis foi um dos monarcas que mais realizou essas averiguações, gerando inúmeros conflitos, principalmente quando se tratava da nobreza senhorial. O pior ocorreu entre 1319 e 1324, envolvendo o monarca e seu filho e herdeiro, o

infante D. Afonso, provocado “[...] por aqueles que se sentiam prejudicados com a implantação de um regime monárquico forte, colocando-se acima de todos os poderes e que tem, como premissa maior, liquidar com as pretensões senhoriais”.²⁴

Considerações finais

Portanto, podemos observar que os monarcas, a partir de D. Afonso II e, sobretudo, com D. Dinis, buscavam atingir e se fazer presente em todos os espaços do reino, por meio de funcionários régios, com o objetivo de controlar o governo e saber o que acontecia no reino. Durante o reinado de D. Dinis, houve uma reação imediata a essa política por parte daqueles que até então estavam imunes, fazendo surgir diversos conflitos entre a coroa e a nobreza, o que acabou gerando uma guerra civil liderada por seu filho, o infante D. Afonso. O clero, que também se sentiu prejudicado, constantemente acusava o monarca e seus funcionários de infringirem as liberdades eclesiásticas, indo contra o direito estabelecido, assunto que veremos com mais detalhes no capítulo seguinte, quando analisarmos as concordatas estabelecidas entre o poder monárquico e o poder eclesiástico.

Láisson Menezes Luiz é doutorando em História pela Universidade Federal de Goiás.

Referências

ALMEIDA, Balbina Rodrigues de. D. Dinis. **Breve estudo de sua chancelaria**. Livro I, fls. 25-86v. 1969. (Licenciatura em História). Faculdade de Letras, UC, Coimbra.

BEIRANTE, Maria Ângela Godinho Vieira da Rocha.

Revista Jurídica UNIGRAN, v. 2, n. 4, p. 17-28, jul./dez. 2000. p. 19-20.

23 PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. D. Dinis e a nobreza nos finais do século XIII. Revista da Faculdade de Letras – História, Porto, série II, v. 10, p. 91-101, 1993. p. 98.

24 LACHI, op. cit., p. 25.

Estudos de alguns documentos da chancelaria de D. Dinis. Livro II, Fólios 7-57v. 1291-1293. 1969. (Licenciatura em História). Faculdade de Letras, UC, Coimbra.

CAETANO, Marcelo. **História do Direito português (Séculos XII-XVI).** 4ª edição. Lisboa/São Paulo: VERBO, 2000.

CHANCELARIA de D. Dinis. Livro II. Organização: Rosa Marreiros. Coimbra: Palimage, 2012

COELHO, Maria Helena da Cruz. **O poder na Idade Média: um relacionamento de poderes.** In: SILVEIRA, Luís Nuno Espinosa da (Coord.). Poder central, poder regional, poder local: uma perspectiva histórica. Lisboa: Edições Colibri, 1997, p. 27-46.

COELHO, Maria Filomena. **Revisitando o problema da centralização do poder na Idade Média portuguesa. Reflexões historiográficas.** In: NEMI, Ana. ALMEIDA, Néri de Barros e PINHEIRO, Rossana. (Orgs). A construção da narrativa histórica: séculos XIX e XX. Campinas: Editora da Unicamp, 2014, p. 39-62.

HOMEM, Armando Luís de Carvalho. **A corte e o governo central.** In: Portugal em definição de fronteiras (1096-1325): do condado portugalense à crise do século XIV. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 530- 540.

LACHI, Antônio Luiz. **D. Dinis, o pai da pátria de Portugal e o fortalecimento do poder monárquico: o papel dos juristas.** Revista Jurídica UNIGRAN, v. 2, n. 4, p. 17-28, jul./dez. 2000.

LEMONS, Laura Oliva Correia. **Aspectos do reinado de D. Dinis segundo o estudo de alguns documentos da sua chancelaria** (Livro III, fls. 81v-102v). 1973. (Licenciatura em História). Faculdade de Letras, UC, Coimbra. 1973.

MARREIROS, Maria Rosa Ferreira. **A administração pública em Portugal no reinado de D. Dinis através do estudo de alguns documentos da sua chancelaria** (Livro III, fls. 63- 81v). 1973. (Licenciatura em História). Faculdade de Letras, UC, Coimbra. 1973.

MATTOSO, José. **História de Portugal: a monarquia feudal (1096-1480).** Volume II. Lisboa: Editorial Estampa, 1997.

PATRÍCIO, Agostinho Amando. **Estudos da chancelaria de D. Dinis: alguns aspectos da sua época.** 1972. 435 f. (Licenciatura em História). Faculdade de Letras, UC, Coimbra. 1972.

PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor. **D. Dinis e a nobreza nos finais do século XIII.** Revista da Faculdade de Letras – História, Porto, série II, v. 10, p. 91-101, 1993.

_____. **D. Dinis. Lisboa: Temas e Debates,** 2008.

SANTOS, João Marinho dos. **D. Dinis (1289-1291): Subsídios para o estudo da sua chancelaria.** Livro I, Fls. 252/v – 291/v. 1972. (Licenciatura em História). Faculdade de Letras, UC, Coimbra. 1972.

VERGER, Jacques. **Cultura, ensino e sociedade no Ocidente nos séculos XII e XIII.** Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru: EDUSC, 2001.

Artigo

O ENSINO DE NOVOS TEMAS COM NOVAS TECNOLOGIAS E O DESAFIO DO ENSINO DE HISTÓRIA EM TEMPOS DE PANDEMIA

Por Eduardo de Almeida Vieira

RESUMO: O presente artigo tem por objetivo analisar o ensino de novos temas com novas tecnologias em relação ao período atual pelo qual toda a humanidade está vivendo em relação a pandemia do Coronavírus Covid 19, principalmente na área da educação e especificamente em relação a disciplina de história, abordando o contexto atual da educação brasileira no que tange aos apoios e recursos recebidos ou não, através do poder público, para o pleno exercício de suas atividades, bem como o uso das TCI's, capacitação, aparelhamento e recursos tecnológicos disponíveis, onde através de pesquisa qualitativa, quantitativa e estudo de caso, pode-se perceber as diversas situações referentes a educação remota e educação a distância nas escolas e professores pesquisados, sendo possível consolidar uma análise crítica em relação aos aspectos positivos e negativos ocasionados na situação dos professores, escolas e educação.

Palavras-chave: Nação. Cinema. Literatura. História. Jorge Amado

Introdução

Estamos no ano de 2021 e desde o início do ano de 2020 o mundo passa por uma pandemia sem precedentes na História da humanidade, comparável apenas com a Gripe Espanhola no início do séc. XX. Desde então, a humanidade se viu obrigada a seguir regras de convivência e procedimentos de que não estava habituada, ocasionando mudanças drásticas no modo de vida em geral. Essas mudanças afetaram não só o dia a dia das pessoas, mas também todos os setores da sociedade, sejam nas

indústrias, comércios, serviços, setores públicos e governamentais. Nos serviços públicos, sem dúvida, os setores mais afetados foram o setor da Saúde (obviamente) e o setor da Educação.¹

¹ Conforme o monitoramento da situação das escolas no mundo, promovido pela UNESCO (2020), é possível observar que a difusão da pandemia da COVID-19 criou amplas repercussões epidemiológicas no mundo, de modo que os países adotaram em sua grande maioria políticas de isolamento social vertical e horizontal, afetando assim o próprio funcionamento da educação lato sensu. A difusão da pandemia da COVID-19 gera impactos na educação de modo complexo à medida que há o transbordamento de efeitos de modo transescalar no mundo, embora com assimetrias identificadas, tanto, pelas distintas experiências internacionais em cada país, quanto, pelas diferenciadas respostas intranacionais geradas entre o setor público e privado, bem como entre os diferentes níveis de educação

Embora em diversos países, o setor da educação já tenha buscado alternativas e métodos para o seu funcionamento, os noticiários nos mostram que a nova variante do Coronavírus fez com que diversos países interrompessem a retomada do setor da educação. Estamos em um período inseguro, onde todos os dias convivemos com novas notícias e opiniões, onde alguns países tentam seguir protocolos menos rígidos em relação aos países mais afetados, que seguem protocolos mais severos.

Esse modo de vida em sociedade, apelidado de “novo normal”, nos mostra uma realidade de vida que precisa ser compreendida e analisada, onde é necessário rever atitudes, conceitos e estilos, a humanidade está em um aprendizado sobre esse “novo”. Nesse sentido novas palavras e conceitos foram introduzidas no dia a dia e hoje a população aprende sobre “isolamento social”, “lockdown”, “prevenção”, além de conceitos como “educação remota”. Através dos noticiários se aprende mais sobre saúde, ciência e educação, fazendo com que a sociedade fique mais atenta aos acontecimentos.

No Brasil, estamos passando por situações complexas e complicadas, beirando quase o surreal, onde o “caos” se mostra cada vez mais evidente, pois, o sistema de saúde beira o colapso geral, a educação lida com a insegurança da retomada as aulas e os governos, que deveriam propor soluções para as diversas crises que se instalaram, brigam entre si, onde cada esfera seja no governo federal, estaduais ou municipais, defendem seus interesses pessoais, políticos e midiáticos.

Nossa pergunta de pesquisa é; como a

educação está lidando com esse momento. Mais precisamente, como o ensino de História está se adaptando ao ensino de novos temas com novas tecnologias em tempos de pandemia?

O objetivo do trabalho é verificar, através dos recursos de pesquisa disponíveis neste momento, como o ensino de História está se adaptando as novas tecnologias, com os instrumentos disponíveis, com os recursos existentes, se está criando metodologias para esse “novo aprendizado”, como está lidando com a educação remota e quais os recursos disponíveis para essa adaptação.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Desde o ano de 2020 a educação brasileira, através de seus dirigentes, professores, alunos e suas famílias, tiveram que aprender a conviver com o conceito de educação a distância e educação remota. A Educação foi uma das áreas mais afetadas pela pandemia:²

Nesse sentido, a educação de uma maneira geral, teve que se adaptar e se apropriar efetivamente dos conceitos de educação a distância e educação remota. Mesmo que nos dias de hoje, a sociedade já esteja se acostumando, principalmente pais e mães de alunos, a entender sobre esses conceitos, a educação a distância não é novidade do Brasil.

² Alguns efeitos críticos da pandemia da COVID-19 sobre a educação formam que merecem destaque se referem aos impactos negativos manifestado pelo comprometimento do processo de ensino-aprendizagem e pelo aumento da evasão escolar, os quais demandaram ações estratégicas de curtíssimo prazo para a eventual continuidade dos estudos, bem como o esforço de um planejamento de resolução de problemas para a normalização dos ciclos escolares no médio prazo. (SENHORAS, p. 6)

(fundamental, básica e superior). (SENHORAS, p. 3 e 4)

A modalidade EAD no Brasil, segundo a Disciplina de Perspectivas Profissionais surge no início do séc. XX:³

A partir desse período, a modalidade EAD passa por diversas modificações até chegarmos ao momento atual, através de legislação específica, na qual destacamos dentre todas as leis criadas, a Lei nº 9.394/96, regulamentada somente em 20 de dezembro de 2005, por meio do Decreto nº 5.622, que caracteriza a Educação a Distância.⁴

Podendo ocorrer em todos os níveis e modalidades educacionais, o EAD passa por diversos períodos de gerações, chegando atualmente, como definido pelos estudiosos na geração M-Learning.⁵

3 (...) aconteceu a partir de 1904, através das Escolas Internacionais que ofereciam cursos de educação a distância, depois surgem as rádios que iniciam o processo de educação através de programas e somente em 1941 é criado o Instituto Universal Brasileiro, que oferece cursos nessa modalidade até os dias atuais. As TVs Educativas foram criadas em 1965, trazendo consigo uma nova forma de ensino-aprendizagem. Por meio de programas gravados, a população tinha acesso a cursos para seu crescimento pessoal e profissional. (EBERT, p. 66 - 67)

4 Modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos. O decreto preconiza, no entanto, que há obrigatoriedade de momentos presenciais para: I. Avaliações de estudantes; II. Estágios obrigatórios, quando previstos na legislação pertinente; III. Defesa de trabalhos de conclusão de curso, quando previstos na legislação pertinente; e IV. Atividades relacionadas a laboratórios de ensino, quando for o caso (apud DIAS; LEITE, 2010, p. 18).

5 Segundo Pelissoli e Loyola (2004), o M-Learning (Mobile Learning) é uma modalidade de ensino e aprendizagem relativamente recente, que permite a alunos e professores criarem novos ambientes de aprendizagem a distância, utilizando para isso dispositivos móveis com acesso à Internet. O conceito Mobile Learning pode ser traduzido para o português por aprendizagem móvel ou entendido como integração das tecnologias móveis no contexto educativo. Reescrevendo o conceito apresentado acima, podemos dizer que Mobile Learning nada mais é do que utilização do smartphone, celular, tablet, laptop, entre outros dispositivos móveis para uso acadêmico. Possibilitando, assim, ter os conteúdos disponíveis em suas mãos a qualquer hora e em

Desde a regulamentação da modalidade EAD no Brasil, diversos documentos, apostilas e livros foram criados com o objetivo de serem norteadores pedagógicos e técnicos na metodologia de ensino e aprendizagem. Seguindo no mesmo caminho histórico e tecnológico, surgem as TCIs – Tecnologias de informação e Comunicação, fundamental para que o processo de educação a distância ocorra de maneira plena.⁶

No Brasil, até o início de 2020, a modalidade EAD e a Educação Remota, eram mais utilizadas em sua grande maioria nas instituições de Ensino Superior e a implantação da TCIs no ensino básico ocorria de modo mais intenso em determinadas regiões em detrimento de outras, se caracterizando mais como uma política regional de educação, enquanto em diversos países era tratada como política de investimento na qualidade da educação.⁷

qualquer lugar. Em outras palavras, facilita muito o estudo, possibilitando o acesso rápido a esses conteúdos, agilizando assim a resolução de dúvidas e aproveitando o seu tempo livre para colocar as leituras necessárias em dia. (EBERT, p. 70 e 71)

6 A inserção no mundo das tecnologias conectadas é um caminho importante para preparar as pessoas para o mundo atual, para uma sociedade complexa, que exige domínio das linguagens e recursos digitais. Em educação não podemos esperar que todos os outros problemas sejam equacionados, para só depois ingressar nas redes. Escolas não conectadas são escolas incompletas, mesmo quando didaticamente avançadas. Alunos sem acesso contínuo às redes digitais estão excluídos de uma parte importante da aprendizagem atual: do acesso à informação variada e disponível de forma on-line, da pesquisa rápida em bases de dados, bibliotecas digitais, portais educacionais. Estão fora da participação em comunidades de interesse, de debates e publicações on-line. Enfim, da variada oferta de serviços digitais. (MORAN, p. 02)

7 Por ser um país continental, o Brasil apresenta significativas desigualdades regionais na alocação de recursos econômicos que impactam severamente sobre o desenvolvimento social e econômico. As condições de investimento das políticas públicas em educação não estarão livres desta sorte. Pensar dessa forma, evita tomar por certo e homogêneo, em nossa análise, as condições econômicas favoráveis de consumo que vivenciadas nos grandes centros urbanos do centro-sul do Brasil. Isto nos leva a estabelecer, como ponto de partida, o fato de que a incorporação das mídias eletrônicas

Se por um lado as TCIs nos apontam para novas metodologias, modernização e melhoria na qualidade da educação ofertada, a situação econômica de diversas regiões, se põem como fator complicador, como bem nos indica Souza (2017, p. 74) quando aponta que “as condições socioeconômicas e regionais alteram a oferta de tecnologia, em especial, à escola”.

Em termos de Ensino Básico, precisamos também analisar as gerações de dirigentes escolares, coordenadores pedagógicos, professores e alunos, que participarão do processo de ensino e aprendizagem com essas novas tecnologias. Nesse sentido concorda-se com Ebert (2017) quando os classifica como nativos digitais e imigrantes digitais, sendo os nativos digitais os habitantes com idades mais jovens, acostumados aos notebooks, smartphones, games, internet e diversas tecnologias e os imigrantes digitais de uma geração mais velha, que não teve acesso a tecnologia em sua infância e juventude, tendo que se adaptar ao novo contexto.

Nesse sentido o Ensino Básico convive com uma divisão de gerações, tendo nos alunos, os nativos digitais e em seu corpo docente, em sua maioria, composto por imigrantes digitais. Nesse contexto ainda se somam os professores que são “arredios” ao uso de novas tecnologias em preferência da educação tradicional.

A realidade nos mostra que muitas escolas possuem em seu quadro professores despreparados quanto ao uso de novas tecnologias, alguns possuem pânico quando é

cobrado algo a respeito da mesma, isso ocorre pelo fato do professor não se sentir amparado, capacitado para usar novas metodologias de ensino. De acordo com MERCADO (1999) a formação de professores precisa se adequar às exigências da sociedade contemporânea e as mudanças globais que vem ocorrendo.

Para que as novas tecnologias possam ser inseridas nas aulas, existe a necessidade de formações para os professores da rede Municipal e Estadual, pois os professores precisam ser orientados e apoiados pelos governos, no sentido de desenvolver novos conhecimentos tecnológicos. Para que o uso de novas tecnologias seja capaz de auxiliar no avanço da educação será primordial a criação de programas com cursos de capacitação para os professores.

A pandemia do Coronavírus Covid-19 surge no Brasil, em março de 2020 dentro desse contexto, onde a educação básica através de boa parte do ano e nesse início de 2021, teve que se adaptar às novas tecnologias e o ensino de novos temas, sem o mínimo de qualificação que desenvolvesse em seus profissionais, as habilidades necessárias para um melhor ensino e aprendizagem.

Ao longo do ano de 2020 e no momento atual, em 2021, a educação vem buscando se adaptar as necessidades de continuação das aulas, porém, devido a tantos dias e meses sem atividades, os alunos também precisam se adequar a essa retomada de aprendizagem. Tudo isso ocasiona diversos conflitos entre professores e alunos, citamos como exemplo duas imagens, uma contendo a publicação de um professor postada em grupo de ensino de História e a outra um comentário publicado em referência a postagem:

na educação é um processo heterogêneo, desigual e dependente das condições de investimento público local. Por outro lado, países de todas as partes do mundo têm sinalizado para o investimento em TICs nas escolas, seja através de investimentos em infraestrutura (equipamentos), acesso à internet, formação de profissionais ou no desenvolvimento de conteúdos digitais. (SOUZA, p. 78)

FIGURA 1 – PUBLICAÇÃO DO PROFESSOR NO GRUPO

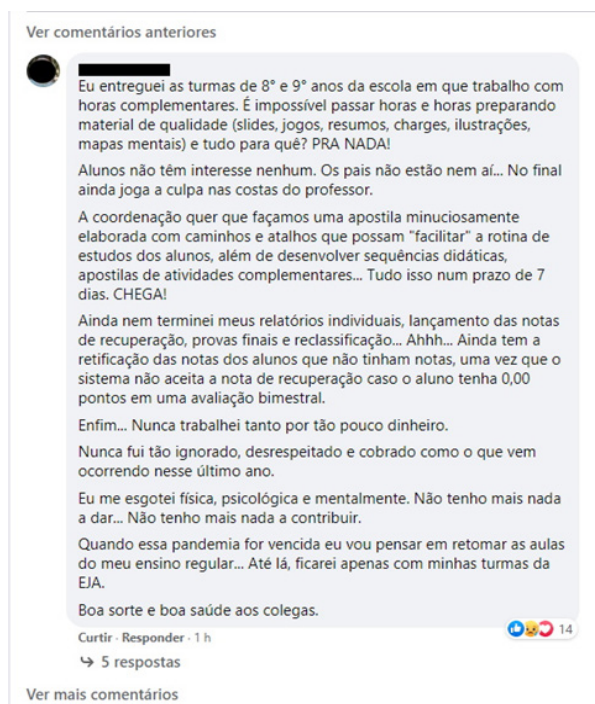


FONTE: <https://www.facebook.com/groups/ensinodinamicodehistoria/>

A imagens acima nos mostram a complexa situação pelo que passa a educação e os profissionais nesses tempos de pandemia. Nesse sentido, este artigo procura analisar e buscar respostas para o grande desafio que se evidencia no ensino de História em tempos de pandemia com novos temas e novas tecnologias. Busca-se analisar os instrumentos tecnológicos existentes, quais qualificações e capacitações forma implementadas junto ao corpo docente, quais os recursos disponíveis e quais os exemplos disponíveis para a sua implementação.

A epidemia do Coronavírus Covid 19 e agora a CEPA, sua variante, nos mostra a princípio, que o protocolo atual de isolamento ainda será sugerido (e espera-se que seja respeitado) pelos cientistas por um longo tempo, até porque, devido a questões políticas que se sobrepõem a saúde,

FIGURA 2 – COMENTÁRIO DE OUTRO PROFESSOR NA PUBLICAÇÃO



FONTE: <https://www.facebook.com/groups/ensinodinamicodehistoria/>

a vacinação no Brasil caminha a passos curtos e vagarosos. Aliás, precisa-se creditar à pandemia a valorização que a sociedade está dando neste momento para a ciência, os cientistas e a saúde. A Educação como ciência que também é, precisa buscar caminhos, respostas e alternativas, ser valorizada e respeitada. É preciso que os novos temas e as novas tecnologias cheguem ao professor e o auxiliem em sua qualificação.

MATERIAIS E MÉTODOS

As metodologias aplicadas, consistiram em sua base inicial, na pesquisa e revisão bibliográfica de livros, artigos, reportagens e documentos referentes ao tema, porém, com ênfase ao desafio dos professores de História no ensino de novos temas e novas tecnologias em tempos de

pandemia. Devido aos protocolos em relação a pandemia do Coronavírus Covid-19, os recursos utilizados foram pesquisas através da internet e redes sociais tendo como objeto de pesquisa os grupos virtuais de professores de história.

Para contextualizar os resultados e discussões foi utilizado o Método Histórico e para a análise qualitativa e quantitativa foram utilizados os Métodos de Estudo de Caso e Método Estatístico, através de pesquisa com professores de história no modo virtual.

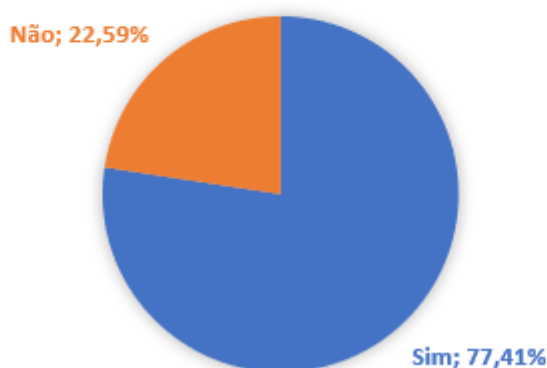
RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a busca de possíveis respostas em referência aos questionamentos e melhor

elucidação sobre o tema, foi realizada uma pesquisa em grupos virtuais de professores de história na rede social Facebook. Inicialmente o objetivo era a realização da pesquisa junto aos professores das regiões onde os autores se situam, porém, devido ao isolamento social estabelecido pelo poder público no período, a pesquisa pretendida se mostrou inviável no momento. Positivamente, a pesquisa se mostrou bem mais abrangente, pois, através da rede social foi possível atingir um público diverso em várias regiões e estados, com resultados interessantes. A pesquisa foi realizada entre os dias 02 e 16 de abril de 2021, em três grupos virtuais de professores de história e teve a participação de 239 professores:

GRÁFICO 1 – Pergunta 1

TENDO COMO BASE O USO DE NOVAS TECNOLOGIAS PARA O ENSINO DE HISTÓRIA, VOCÊ TEM ACESSO A INSTRUMENTOS TECNOLÓGICOS PARA SEU TRABALHO EM TEMPOS DE PANDEMIA?



FONTE: <https://www.facebook.com/groups/603729363556891/permalink/828987141031111/>
<https://www.facebook.com/groups/412488085447752/permalink/4370241416339046>
<https://www.facebook.com/groups/ensinodinamicodehistoria/permalink/3803622609745802>

Acesso em: 16 abr. 2021

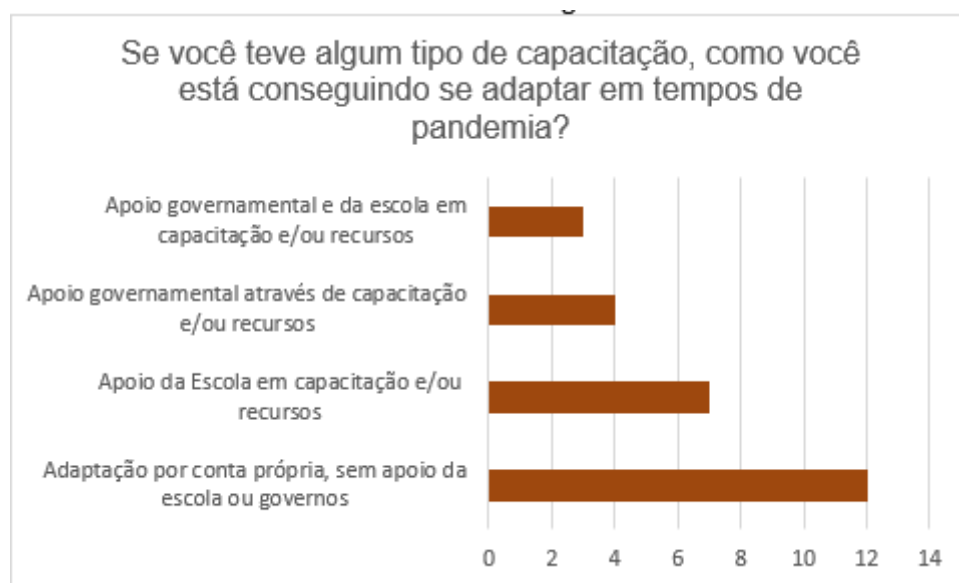
Pelo resultado podemos perceber que a maioria dos participantes da pesquisa tem acesso aos instrumentos tecnológicos/TCLs, para o trabalho no ensino de história. A princípio, o resultado dessa pesquisa pode parecer surpreendente em relação ao que pode ser visto no dia a dia das escolas e dos professores que estão se adaptando em metodologias de ensino nesses tempos de pandemia. Até certo ponto, apresenta-se uma situação em que a maioria dos professores (77,41%) tem acesso a instrumentos para o desempenho de suas atividades de ensino e aprendizagem, enquanto uma parcela pequena (22,59%) informa não dispor de nenhum acesso. Porém, quando verificamos o resultado da pergunta seguinte, direcionada para os pesquisados que afirmaram ter acesso aos instrumentos tecnológicos, pode-se perceber melhor como esse processo se apresenta:

As novas tecnologias estão se tornando uma ferramenta indispensável para o professor em meio a pandemia, o que gera uma grande mudança em sua vida profissional, principalmente com relação à adaptação, conhecimentos técnicos, apoio do poder público e das escolas. Devido à pandemia da covid-19, a tecnologia vem se tornando essencial, pois, sem esses instrumentos se torna ainda mais difícil administrar as aulas.

Outro fator importante quando falamos de educação é como os governantes e as escolas têm apoiado o professor com cursos de capacitação e recursos. De todos os professores que se dispuseram a responder a pergunta e de acordo com a pesquisa, doze professores se adaptaram por conta própria, sem nenhum apoio por parte das escolas e governo, usando recursos próprios.

A pesquisa também aponta que sete dos professores tiveram apoio da escola com cursos

GRÁFICO 2 – Pergunta 2



FONTE: <https://www.facebook.com/groups/603729363556891/permalink/828987141031111/>

<https://www.facebook.com/groups/412488085447752/permalink/4370241416339046>

<https://www.facebook.com/groups/ensinodinamicodehistoria/permalink/3803622609745802>

Acesso em: 16 abr. 2021

de capacitação e/ou recursos, sendo o apoio por parte do poder público tendo apenas quatro professores e o número que foram apoiados pelas escolas e governos foi ainda menor sendo apenas três professores. Sendo assim constatou-se que a maioria dos professores não tiveram nenhum apoio, mas todos tiveram que se adaptar, encontrar formas para continuar trabalhando.

Não se pode deixar de considerar que cada escola e governo agem de diferentes formas e nesse sentido a pesquisa aponta alguns casos de professores que tiveram apoio por parte dos dois órgãos, embora sendo uma pequena parte, mas considerável e capaz de fazer a diferença na vida dos professores e alunos.

Através da pesquisa é possível perceber as dificuldades encontradas por todos os professores e o que pode ser analisado é que existe um desafio enorme no ensino em tempos de pandemia e esses desafios se tornam ainda maiores devido à demanda de ensinar à distância, sem recursos adequados, capacitação, adaptação do professor e do aluno. Mesmo com o professor, por conta própria em sua maioria, buscando recursos para um melhor trabalho de ensino e aprendizagem, percebe-se que educação precisa de um olhar urgente por parte de todos.

Nesse sentido, a discussão que se propõe leva em consideração uma problematização. Como será possível o ensino de novos temas com novas tecnologias sem o apoio e os recursos do poder público? Caberá ao professor, de maneira individual e isolada, o papel de autocapacitar-se sem apoio ou recursos, sem horários específicos em sua jornada de trabalho, sem ter a disposição instrumentos tecnológicos adequados, inclusive por que alguns softwares só estão disponíveis mediante a venda de uso da licença? Embora existam disponíveis na internet, através

principalmente da rede social YouTube, diversas aulas que auxiliam e esclarecem sobre uso de vários recursos, é preciso ter um computador ou notebook com configuração mínima adequada para o uso de aplicativos considerados “pesados” quanto ao uso de espaço no disco rígido e uso de memória. Nossos professores dispõem de computadores adequados? A maioria dos alunos da rede básica de ensino dispõem de internet com tecnologia e velocidade adequada para o ensino remoto e pesquisa?

Em entrevista concedida ao jornal O Estado de São Paulo, o Ministro da educação afirmou que os alunos sem acesso a internet “não são problema do MEC”.⁸

Como consequência das declarações acima, diversos segmentos da educação já apontam os problemas decorrentes.⁹

8 Ministro da Educação diz não ter responsabilidade sobre volta às aulas e desigualdade de ensino: Para Milton Ribeiro, alunos sem acesso à internet “não são problema do MEC” (...). As declarações foram feitas em entrevista ao jornal O Estado de S. Paulo. RIO — O ministro da Educação, Milton Ribeiro, afirmou que a desigualdade no acesso ao ensino remoto durante a pandemia da Covid-19 não é responsabilidade de sua pasta e que, por ele, as escolas retornariam às atividades “na semana passada”. Quando questionado pelo jornal sobre a desigualdade no acesso a tecnologias entre os estudantes brasileiros, o que dificultou a adesão de alunos de baixa renda a modalidades de ensino remoto, o ministro afirmou que os problemas na educação durante a pandemia não são de competência do MEC: — É o estado e o município que têm de cuidar disso aí. Nós não temos recurso para atender. Esse não é um problema do MEC, é um problema do Brasil. Não tem como, vai fazer o quê? É a iniciativa de cada um, de cada escola. Não foi um problema criado por nós. A sociedade brasileira é desigual e não é agora que a gente, por meio do MEC, vai conseguir deixar todos iguais. (O GLOBO, 2020)

9 Pesquisadores, ex-ministros e ex-presidente do Inep divulgam carta aberta para denunciar ‘apagão educacional’

Grupo protesta contra queda nos investimentos e falta de articulação do governo federal durante a pandemia. Mais de 3 mil professores, pesquisadores, estudantes e ex-ministros divulgaram nesta quinta-feira (1º) uma carta aberta à sociedade brasileira, denunciando o risco de o Brasil viver um “apagão educacional”. A iniciativa foi coordenada pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec). Entre outras questões, a

Como podemos perceber, torna-se urgentemente necessária, uma ampla discussão referente ao tema e que apontem caminhos e ações, para que o ensino de novos temas com novas tecnologias sejam uma realidade homogênea em todo o Brasil.

CONCLUSÃO

A pandemia do Coronavírus Covid-19 trouxe à tona diversas questões referentes a implementação e uso das TCI's na Educação Básica. Como graduandos em História, desde o início dos estudos, diversas disciplinas já abordavam e ainda abordam o tema, tais como; Tecnologia da Informação e Comunicação no Ensino de História (2015); História em Foco (2017) e Tópicos Especiais (2018), onde apontavam para os rumos que a Educação está seguindo nesse momento.

A pandemia acelerou esse processo e nos mostra em diversos sentidos, que o Brasil não acompanhou o desenvolvimento esperado, tendo o poder público nas figuras das esferas governamentais, atuando na teoria, em

lançamento de apostilas e livros, alguns poucos cursos de qualificação e pouco na prática, ou seja, na implantação de tecnologias e recursos que qualificassem a escola e o professor dos instrumentos necessários. A realidade atual nos mostra o quanto a educação brasileira e principalmente os professores, em sua grande maioria, estão solitários, atuando e buscando soluções por conta própria, sem apoio, isolados.

A análise da realidade atual nos mostra através da ciência, de que a pandemia do Coronavírus Covid-19 não será passageira e ainda irá permanecer por um tempo longo, fazendo com que os protocolos de isolamento continuem a ser implementados e todos os cientistas apontam nesse sentido. Nesse sentido chega-se à conclusão de que é preciso mais do que nunca, a união de todos pela educação em busca de um bem maior, pois, o ensino de novos temas com novas tecnologias se mostra como uma prática emergencial nesses tempos de educação remota e educação a distância, mas para o alcance desse objetivo precisa ser implementada na prática, hoje, agora. A Educação não pode mais esperar.

carta crítica: - a queda nos investimentos em educação; - a falta de coordenação do governo federal durante a pandemia; - a regulamentação da educação domiciliar como uma prioridade; - a ênfase em projetos conservadores e negacionistas; - o veto ao projeto de lei que buscava garantir internet a professores e alunos da rede pública. “O Brasil tem caminhado na contramão dessa trajetória de conquistas, promovendo a desarticulação entre diferentes entes federados e o desmonte das políticas construídas nos últimos trinta anos”, afirma um trecho da carta. “Neste momento de múltiplas crises, os prejuízos da falta de coordenação entre diferentes ações e do desmonte das políticas já em curso se traduzirá, em médio e longo prazos, em prejuízos ainda maiores para aqueles que historicamente foram excluídos do direito à educação.” O documento pede que, para evitar um “apagão educacional”, o MEC respeite a Constituição, comprometa-se a reduzir as desigualdades sociais e tenha senso de urgência na resposta aos desafios educacionais impostos pela pandemia. (G1, 2021)

Eduardo de Almeida Vieira é graduado em História pela UNIASSELVI e Técnico em cultura com 30 anos de trabalho cultural dedicados ao patrimônio histórico de Itaguaí RJ. Dedicar-se ao estudo e pesquisa nas áreas de História Local; História Regional e Educação Patrimonial.

REFERÊNCIAS

- DIAS, R. A. LEITE, L. S. **Educação a distância: da legislação ao pedagógico**. Petrópolis: Vozes, 2010.
- EBERT, Luis Augusto. **Perspectivas profissionais** / Luis Augusto Ebert; Cleide Tirana Nunes Possamai; Vanessa Silveira Pereira Simon. Indaial: UNIASSELVI, 2017. 214 p. : il.

G1. Pesquisadores, ex-ministros e ex-presidente do Inep divulgam carta aberta para denunciar ‘apagão educacional’. 01 abr. 2021. Educação. Disponível em: <<https://g1.globo.com/educacao/noticia/2021/04/01/pesquisadores-ex-ministros-e-ex-presidente-do-inep-divulgam-carta-aberta-para-denunciar-apagao-educacional.ghtml>> Acesso em: 15 abr. 2021.

MORAN, J. M. **O que é Educação a Distância.** 2013. Disponível em: < <http://www2.eca.usp.br/moran/wp-content/uploads/2013/12/dist.pdf> > Acesso em: 01 abr. 2021

MERCADO, Luís Paulo Leopoldo. **Formação Continuada de Professores e as Novas Tecnologias.** Maceió: EDUFAL, 1999. p. 171.

O GLOBO, Ministro da Educação diz não ter responsabilidade sobre volta às aulas e desigualdade de ensino. 24 set. 2020. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/ministro-da-educacao-diz-nao-ter-responsabilidade-sobre-volta-as-aulas-desigualdade-de-ensino-1-24657545>> Acesso em: 01 abr. 2021.

SENHORAS, Eloi Martins. **CORONAVÍRUS E EDUCAÇÃO: ANÁLISE DOS IMPACTOS ASSIMÉTRICOS.** Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 2, n. 5, p. 128-136, may 2020. ISSN 2675-1488. Disponível em: <<https://revista.ufr.br/boca/article/view/Covid-19Educacao>>. Acesso em: 01 apr. 2021. doi:<http://dx.doi.org/10.5281/zenodo.3828085>.

Artigo

PEDAGOGINGA: A capoeira como ferramenta educacional no Ensino de História

Por Hugo Sbano Freire

RESUMO: Esse trabalho busca uma reflexão sobre a precariedade do ensino de História dentro do contexto da educação brasileira, trazendo como centro do debate a utilização de novas maneiras de desenvolvimento para o conteúdo de História do Brasil, nas salas de aula, buscando utilizar como ferramenta educacional a capoeira. A partir dessa premissa buscamos evidenciar as grandes possibilidades que podem ser trabalhadas através do uso da capoeira em sala de aula, buscando apresentar toda a sua versatilidade, construção de potencialidades aos alunos do ensino fundamental e médio de maneira a transformar o ensino em algo mais dinâmico, próximo e que tenha mais sentido.

Palavras-chave: Capoeira, História, Ensino.

Visto que no atual cenário da educação brasileira é visível o desinteresse dos educandos pelo conteúdo programa e a maneira de se ensinar história dentro dos ambientes educacionais, tanto da rede pública, como da rede privada de ensino. Muito mais do que só uma atividade física e cultural, a capoeira também apresenta um sistema pedagógico que pode ser explorado e desmembrando de tal forma que é possível trabalhar diversos eixos educacionais que vão muito além do que é almejado dentro da Base Nacional Curricular Comum e da Lei de Diretrizes e Bases da educação brasileira. Podemos assim ser uma engrenagem para uma educação mais autônoma, plural e antirracista.

É de conhecimento prévio que as modalidades educacionais antigas já não prendem a atenção do aluno durante o processo de ensino, visto isso como uma atual dificuldade em sala de aula, se tornou necessário desenvolver uma diversidade metodológica para envolver os alunos durante o aprendizado.

Deixar de lado o processo onde o professor é o único depósito de conhecimento e o aluno como um ser petrificado, receptor de conteúdo é o atual cenário de discussão da educação brasileira no momento. Dessa maneira é importante identificar ferramentas educacionais mais amplas, com propostas de interdisciplinaridade e transversalidade para compor novos resultados dentro do ensino:

O que se refere ao ensino de história, é importante observar que a construção do currículo não pode se limitar a um enfoque meramente disciplinar, pois, estudar o passado significa fazer referência às múltiplas experiências dos seres humanos no tempo, que são, antes de tudo, permeadas por um conjunto de conhecimentos e aspectos que não podem ser reduzidos a um recorte disciplinar.¹

Outra questão de grande importância se encontra na possibilidade de liberdade que algumas escolas poderiam/deveriam fornecer aos professores, para buscar outras maneiras de ensinar o conteúdo proposto pela BNCC,² de maneira a ampliar o leque de possibilidades de trabalhar os diversos conhecimentos durante o ano letivo. Tal situação nos traz um debate mais denso, podemos entender que o professor de História estabelece vínculos mais que viáveis para realizar uma abordagem diferente dentro da sala de aula.

A palavra história (em todas as línguas românticas e em inglês) vem do grego antigo *historie* (...). Esta forma deriva da raiz indo-européia *wid, weid, "ver"*. Daí o sânscrito *vettas, "testemunha"*, e o grego *histor, "testemunha"* no sentido de "aquele que vê". Essa concepção da visão como fonte essencial conhecimento levamos à ideia de que *histor, "aquele que vê"*, é também "aquele que sabe"; *historein* em grego antigo é "procurar saber", "informar-se". *Histoire* significa, pois "procurar".³

A partir do pensamento de Legoff podemos supor que o historiador ainda que voltado para a sala de aula permanece com suas habilidades de pesquisa adquiridas durante a graduação e/ou sua permanência no mundo acadêmico.

Parafraseando Marc Bloch "o ogro atrás de carne humana",⁴ pois o professor é um pesquisador ao montar um plano de aula e será o mediador do conhecimento trabalhado naquele projeto.

Dessa maneira é possível estabelecer uma ampliação do seu saber ocular, a partir de metodologias educacionais que possibilitem a utilização de outras habilidades como ferramentas ao ensino de História do Brasil. Diversidade no processo de aprendizagem se tornou uma das grandes inovações e mudanças, que a educação busca e precisa nesse momento. Com uma base crítica sobre essa relação é necessário desenvolver novas formas de se ensinar conteúdos já conhecidos pelos alunos e pelo corpo docente educacional.

A dinâmica pedagógica que a capoeira estabelece com os alunos pode trazer diversas oportunidades para a expansão das habilidades almejadas dentro da sala de aula, os conteúdos propostos, as unidades temáticas, os objetivos de conhecimento e objetivos pedagógicos, que todo o professor das séries do ensino fundamental I, II e ensino médio encaram todos os dias.

O desenvolvimento pedagógico, combinado com as potencialidades trabalhadas em uma aula de capoeira aglomeram uma grande quantidade de conhecimento. Esse saber adquirido pode ser utilizado pelo educador de maneira ampla, a aprendizagem realizada na capoeira não se limita aos eixos "professor-ensino-aluno", as informações são mediadas pelo regente, todavia são vinculadas as experiências pessoais dos alunos "quanto mais o aluno sentir a história como algo próximo dele, mais terá vontade de interagir com ela, não como uma coisa externa, distante, mas como uma prática que ele se sentirá qualificado e inclinado a exercer".⁵

A partir dessa visão podemos criar uma assimilação entre o pensamento pedagógico sugerido nos estudos acadêmicos, pois o

¹ Ribeiro, 2013, pg. 1.

² Base Nacional Comum curricular.

³ Le Goff, 1996, pg. 17

⁴ Bloch, 2001, pg. 54

⁵ Karnal, 2008, pg. 28.

conhecimento precisa estar interligado sempre do mais próximo para o mais distante, pois quanto menos real para o aluno aquele conteúdo é, menor vai ser a sua relação com ele.

Colocar os alunos em contato mais corporal junto ao conhecimento aprendido pode trazer uma quantidade significativa de reflexões e interligações neurais que farão com o que o conteúdo apresentado seja melhor adquirido. Outro fator de destaque junto a isso é o caráter de combate ao introduzir o ensino de capoeira para a educação formalizada.

É possível combater as dinâmicas colonizadoras que se encontram em alguns livros didáticos ainda na atualidade. Uma abordagem menos colonizada que constitui a formação brasileira, sem se apegar aos fatos internacionais, o material didático utilizado no Brasil recebe uma grande influência do processo tradicional de ensino, o professor em pé na frente dos alunos, todos enfileirados e recebendo o conteúdo de maneira tediosa.

É assertivo dizer que a partir da criação das leis 10.639 e 11.645, foi aberto também um novo mundo aos conhecimentos pedagógicos, muito se debate nos dias de hoje o uso de metodologias ativas, como práticas para deixar o aluno mais engajado no conteúdo educacional trabalhado em sala de aula. A partir dessa proposta pedagógica, com o uso das metodologias ativas, podemos trazer a pedagogia existente na academia e combina-la com as atividades exercidas em uma aula de capoeira. Essa junção cria a possibilidade de atingir diversas áreas do conhecimento humano em uma relação de transversalidade, interdisciplinaridade e descolonização.

A capoeira é uma cultura imaterial, que estabelece uma ampla acumulação de capital cultural, engrenagens de conhecimento e uma abordagem pedagógica amplamente enriquecida. Em uma aula tradicional de capoeira são trabalhadas diversas mediações de conhecimentos. Com essa riquíssima propagação, podemos adaptar cada temática ao objetivo da aula, a proposta das atividades educacionais vinculando o aluno

a particularidades que o ensino tradicional não pode atingir, majoritariamente a capoeira pode estabelecer uma relação de ponte, interligando o conteúdo escolar, com o conhecimento individual de cada educando.

Aludicidade fornecida dentro de culturas tribais traz uma relação direta com o brincar, a partir dessa ideia da brincadeira é possível estabelecer um estímulo afetivo com o conhecimento a ser apresentado aos alunos, toda criança precisa brincar, todo adolescente precisa de um desafio e essa relação brincadeira e desafio tende a estimular o aluno ao envolvimento mais forte com o conteúdo ministrado.

Não será somente mais uma aula de História do Brasil, com alguma temática onde o aluno obterá o contato com um quadro em branco, escrito a caneta, quem sabe em uma situação muito emocionante haverá um mapa em sala de aula, ou uma narrativa dita pelo professor. Utilizando a capoeira o professor vai trazer o aluno para o centro do conhecimento, o ensino-aprendizagem terá uma relação conjunta, de fora para dentro, com as informações que serão ensinadas pelo professor e de dentro para fora, pois, a relação do aluno vai ser direta com a situação exposta. No momento em que o aluno se encontra como centro daquele conhecimento, ele sofrerá alguma mudança de comportamento junto aquele aprendizado:

Todo comportamento humano envolve inteligência e afetividade. Esta indissociação é mais evidente nas ações habituais próprias da inteligência prática, em que o interesse intrínseco e extrínseco está constantemente presente e a seleção perceptiva encontra-se baseada em sentimentos de agrado e desagrado.⁶

Todo estudante estabelece uma relação muito mais forte quando questiona o modo que adquiriu o conhecimento, ao assimilar o conteúdo com

⁶ Sisto, Oliveira, Fini, 2000, pg.107

alguma ludicidade ele adentra a uma relação afetiva para com o mesmo, através de música, poesia, memorização por anagrama, mapa mental e outras formas diversas. Utilizar a capoeira como proposta educacional unifica eixos, possibilitando uma associação de vários caminhos na mesma aula.

Conteúdos que estão presentes em várias outras matérias poderão ser trabalhados de forma ampla, conjunta e interligada. É possível trabalhar o material histórico a partir das músicas, da teatralidade, corporeidade e se valendo desses componentes para criar propostas de ensino que farão o educando se envolver de maneira mais profunda com o conhecimento adquirido:

O ponto de partida de qualquer trabalho pedagógico deve ser a emoção. Como vimos, a emoção do aprendente apropria-se do que será apreendido e, desta forma, o afeto atua no início do processo de aprendizagem para canalizar a atenção e no final para ajudar a memória no resgate das informações. Quando o aluno está em sala, sua mente acompanha seu envolvimento emocional. É normal haver aprendizes dispersos, com a mente vagueando pelas nuvens, enquanto o professor ou a professora ensina alguma matéria aqui na terra.⁷

O professor ao realizar a combinação do ensino de capoeira como uma ferramenta didática para os conteúdos de História do Brasil, poderá exercer uma relação mais plural dentro do ambiente escolar. Não vai se limitar a contar os fatos de acordo com o livro, ou utilizando novelas, filmes ou algumas relações abstratas com os alunos, não que isso seja errado, todavia é possível expor mais aos alunos, não só possível como necessário. Visto que o atual cenário da educação brasileira reflete a precária noção de pertencimento do próprio brasileiro enquanto ser social.

Trazar para a cena uma mudança de

realidade pode ser de grande valor para a sala de aula, a constituição do brasileiro valoriza os padrões de conhecimentos fundamentados nas práticas europeias, já o ensino de capoeira que acompanha os saberes culturais africanos oferece para o professor e para o aluno uma relação completamente diferente, a capoeira é um espaço plural, desenvolvida em dinâmicas de acordo com o passar dos anos históricos no Brasil.

A mesma apresenta a sua composição dentro das raízes culturais africanas, todavia também apresenta uma gama de características de outros membros das camadas sociais brasileiras, o português, o indígena, os elitizados e paupérrimos vão trazendo uma mescla de composição que transformam a capoeira em um espaço de agregação.

Ao começar a abordagem pedagógica se valendo da capoeiragem, o professor pode se valer do tradicional, a sala de aula, algumas cadeiras, quadro, quatro paredes e uma porta, todavia ele não precisa ficar preso dentro daquele formato. Criar rodas de conversas, debates se valendo das letras escritas pelos capoeiristas, já pode ser uma maneira de repassar o conhecimento. Abordagens com as temáticas dos dias e feriados que nos trazem a memória da africanidade presente no povo brasileiro, são o início de situações mais complexas.

O professor não se limitará a essa superficialidade, pois a cultura africana se encontra presente no momento em que chegam ao Brasil, a capoeira pode ser um local de memória para retratar vários outros momentos históricos. Ela é um elo entre os períodos históricos brasileiros e suas diversas consequências para a sociedade, a história brasileira é pautada na sua formação através da colonização e nas consequências no Brasil, somos seres históricos e por consequência precisamos trabalhar esse olhar crítico para isso, dentro da sala de aula de maneira a não esquecer o que diante de nossos olhos alimenta os malefícios sociais do país.

Utilizando a capoeira como ferramenta

⁷ Cunha, 2012, pg.44

pedagógica é possível ao professor se valer das suas armas educacionais para criar ambientes diversos para cada momento ou aula. Podemos usufruir de mudanças significadas que já fazem grande diferença para os alunos, imaginar que as qualidades culturais da capoeira podem enriquecer a sala de aula, é identificar as mudanças necessárias para uma aprendizagem mais significativa.

O ambiente escolar não precisa mais ficar engessado ao ensino tradicional, ao utilizar a capoeira como ferramenta tecnológica de educação, podemos estabelecer uma nova relação de ensino-aprendizagem, a partir disso qualquer lugar pode ser a sala de aula, a troca de ambientes e formatos já afetará o aluno de maneira diferente. Ao abordar o processo de escravidão é possível trazer a musicalidade para dentro da aula, estabelecer uma interpretação a partir das músicas de capoeira as diversas relações sobre a África, os africanos, a escravidão, sua herança para o povo brasileiro são um dos assuntos enraizados nos estudos de história do Brasil, todavia o africano precisa ser associado à sua existência antes da escravidão.

A capoeira pode estabelecer essa percepção, a questão da oralidade africana pode ser umas das maneiras de introduzir uma parte do rico conhecimento fornecido por eles. Essa mudança em sala de aula poderá trazer outras formas e apresentar outras culturas para os alunos.

O aluno precisa ter uma visão crítica sobre os acontecimentos, não se apegar somente as datas, ocorrências históricas, toda a criança é um ser pensante, criativo e dessa forma o aluno compreenderá de maneira mais pessoal o passado histórico que o cerca, que faz parte da sua realidade a todo o momento e que quase nunca é notado.

Ao se valer das letras musicais da capoeira, podemos criar questionamentos que podem ser respondidos de acordo com a percepção do aluno. Como era a vida de um africano ao trabalhar no cafezal em regime escravocrata, ao sobreviver

dentro de um navio negreiro, a buscar salvação reproduzindo sua cultura em outras terras, mas ainda assim mantendo suas tradições vivas perante sua própria verdade subjetiva:

Vim no navio negreiro. Com uma corrente no pé

Trabalhar como escravo

Na colheita do café

Vim no balanço do mar lá de Angola

Vim no balanço do mar lá da Guiné

Vim no balanço do mar de Moçambique

Só quem veio sabe como é ⁸

A relação corpo e aprendizado proporcionará ao aluno uma relação muito mais presente com o conhecimento adquirido, após a dinâmica musical é possível utilizar a teatralidade para envolver os alunos em uma vivência de como seria trabalhar em um cafezal, algo simples de se explorar em sala de aula e que muda o envolvimento com o educando. Ele não vai ouvir o professor falando que o africano trabalhava em uma plantação de café, ele será aquele africano trabalhando em um cafezal.

O aluno vai vivenciar aquilo com todos os seus sentidos, através da audição com a música, da visão ao perceber que outras pessoas se expressam corporalmente de maneiras diferentes, o simples ato de ficar abaixado como se estivesse em um cafezal já vai trazer uma proximidade com o conteúdo, o desconforto físico, a relação de coletividade e todos os eixos que podem ser trabalhados durante essas aulas.

A representatividade para os alunos descendentes de africanos será um vínculo afetivo que proporcionará uma integração com sua própria herança cultura, dessa maneira quando for necessário trabalhar as competências necessárias

8 Música de domínio público. Disponível em: < <http://www.capoeira-music.net/all-capoeira-songs/all-capoeira-corridos-songs-v/vim-no-balanco-do-mar/> > Acesso em: 20/05/2021

dentro do mundo acadêmico, o aluno estará mais aberto para absorver aquele aprendizado. Ele possuirá um gatilho mental que facilitará a sua leitura junto ao conhecimento, pois graças ao contato de forma diferenciada, trabalhada com o objetivo de englobar essa relação direta e submersa em uma ambientação corporal, o conhecimento passará a ter uma intimidade por outros parâmetros de convívio entre o professor, o assunto que será desenvolvido em sala de aula e a última ponta do processo educacional, o aluno:

Na sua definição etimológica, o afeto é neutro. Pode exprimir um sentimento de agrado ou desagradado em diferentes graus de complexão; disposição de alma, que tanto pode revelar amor ou ira. O afeto, entretanto, quando resulta da prática do amor, torna-se amorosidade, atitude que se reveste em um estímulo para o aprendizado, dando clareza e entendimento à consciência.⁹

A função do professor é ensinar o aluno a pensar, de forma mais que necessária, a principal função do educador é estimular no educando essa experiência do pensar, somada a ela o pensamento do refletir. Tudo que desestabiliza a zona de conforto humana tende a trazer uma mudança, a aula do professor precisa trazer essa situação problema.

O professor de História possui na sua relação como educador e cientista a missão de incomodar, trazer à tona o que a sociedade quer esquecer, é necessário que as relações pedagógicas à moda africana tragam para os alunos uma nova visão de aprendizado, a falência brasileira se encontra nas propostas educacionais caminhando dentro da visão conservadora, patriarcal e eurocêntrica.

Diferentes formas de estimular os alunos a uma maneira nova de aprender pode ser uma das formas de minimizar a precariedade educacional do Brasil. Os modelos seguidos não

demonstram uma solução a curto, médio ou até mesmo longo prazo. Diversos professores se empenham em trazer aulas diferenciadas para conseguir minimizar o desinteresse dos alunos pelo aprendizado, todavia é necessária uma visão mais abrangente sobre isso.

Somado a essa situação toda, a sabotagem que ocorre nos meios políticos interfere diretamente na educação de qualidade, a obrigação da educação é estabelecer uma ferramenta coerente com o que é proposto na LDB.¹⁰ A escola tem como principal objetivo preparar o educando para sua vida em comunidade e para o exercício no mercado de trabalho. Englobando tal situação, é necessário também compreender que a sociabilidade é uma das situações mais complexas dentro do ambiente escolar e que isso pode trazer prejuízos futuros para os alunos.

Compreendesse como apto para a vida social e do trabalho, os alunos que tiram boas notas e conseguem desenvolver o conteúdo apresentado em sala, de acordo com a média solicitada para passar de ano, não obstante até quando vamos limitar o sucesso educacional a uma educação mecanizada que oferece para o aluno, principalmente, da rede pública de ensino uma relação de obediência e servidão.

O aluno perfeito é o que sabe escrever, ler e fazer cálculos. Os que possuem qualidades artísticas não podem estimular isso de maneira profissional, basicamente devido a sua classe social, pois quanto mais popular for o aluno, a habilidade artística precisa ser vista como um passatempo breve que não pode ser incorporado como profissionalismo.

Ao propor o uso da capoeira dentro das aulas de História é possível desenvolver potencialidades aos alunos de maneira a estabelecer outros parâmetros de sucesso, o educando poderá descobrir diversos caminhos, que estão ali prontos para serem percorridos e poderão compor uma nova forma de observar as relações de trabalho e

9 Cunha, 2012, pg.16

10 Leis de Diretrizes e Bases

convívio social.

Ao utilizar uma abordagem tão rica é possível potencializar saberes inatos ou que ficaram atrofiados em cada criança, ou adolescente, a música, teatralidade, liderança, trabalho em equipe e tantas outras ferramentas que podem estimular o aluno para seu pleno desenvolvimento de uma maneira mais plural. Trabalhar junto a isso os eixos de equidade para com o próximo, igualdade com seu semelhante nas questões sociais, estimular uma educação menos segregada e mais colaborativa junto ao grupo, e comunidade que se pertence. Entender que a relação humana está mais rica na realidade do conviver com o outro e não competir com ele.

A capoeira é uma atividade social, cultural, artística e coletiva, não é possível realizar uma abordagem educacional excludente ou desinteressante, o que causa o desinteresse escolar é a falta de visibilidade, utilidade e afeto com o conteúdo a ser ensinado. O primordial disso tudo para o jovem se encontra na relação direta entre sentido e utilidade do aprendizado, principalmente quando esse aborda conteúdos que na sua vida prática, ou durante o seu processo de ensino não apresentam sentido algum para a sua particularidade.

Dessa forma é necessário compreender que o ensino da formação da Roma Antiga, do Império Carolíngio ou das brigas dos períodos absolutistas precisam dar espaço para diferentes formas de trabalhar com os fatos da história brasileira. Principalmente dos africanos e indígenas, pois uma roda de capoeira está muito mais próxima do brasileiro, na sua questão palpável, do que a foto ou vídeo do museu mais famoso da Europa.

Não basta a sala de aula ensinar a matéria proposta no livro didático, esse conteúdo precisa fazer sentido, ele precisa ser utilizável, dentro e fora do ambiente escolar. É substancialmente necessário causar efeito no aluno de maneira significativa, dessa forma assim como aprender a ler, escrever e calcular se tornam habilidades obrigatórias de todo ser humano, refletir,

questionar e conhecer sua história também.

Utilizar recursos de outras culturas dentro da sala de aula em primeiro momento traz uma nova reflexão sobre o aprender, não existe um formato correto, pois cada ser humano tende a perceber o aprendizado de uma maneira diferente, dessa forma quanto mais for abordado uma relação ampla sobre distintos recursos de aprendizagem, maior será a quantidade de educandos afetados por essa situação.

O modelo educacional presente no Brasil já demonstra muito bem o fracasso latente, principalmente nos dias de hoje, pessoas que não conseguem enxergar reflexões básicas sobre seu contexto histórico, acreditam em diversas desinformações que mutilam o saber histórico adquirido em sala de aula.

Nossa realidade se enquadra agora em uma constante luta contra a desinformação, contra uma formação educacional que visa o embrutecimento da grande massa para ferramenta de mercado, que não sabe questionar e nem tão pouco criticar sua composição. Utilizar a capoeira, as metodologias ativas e outras formas de ensinar são as soluções do futuro e do momento para tentar retirar a cortina da colonização, do cabresto social que transforma a sociedade estudantil brasileira em seres desacreditados.

O uso da capoeira como uma ferramenta de expansão de saberes pode fazer o ensino de História traçar outros rumos dentro da educação brasileira, muito mais do que simplesmente ensinar o conteúdo histórico, a capoeira pode refletir aos educandos a visão de mundo necessária para um envolvimento cada vez mais forte com nossas heranças históricas, principalmente, pode criar a reflexão psicocorporal ao aluno de que, algo ocorrido no passado ainda traz suas sequelas para os dias de hoje e através disso pode nascer um pensamento crítico sobre como mudar essa realidade histórica, que a todo o tempo nos mostra em notícias diversas o quanto a educação brasileira precisa ser revista e pincelada dentro das ferramentas educacionais que a compõem.

Não somente a visão colonizada atual, mas a quebra desse modelo fracassado que vivemos até os dias de hoje.

Hugo Sban Freire é Pós-graduado em Cultura afro-brasileira e indígena pela Universidade Católica de Petrópolis e professor de História e de capoeira pedagógica na rede privada de ensino.

Referências:

- ALMEIDA, Laurinda; MAHONEY, Abigail. **Afetividade e aprendizagem: Contribuições de Henri Wallon**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Loyola.
- ALMENDRA, Renata Silva. **Entre apartes e quiproquós: teatro e malandragem na capital do império**. – Brasília: Hinterlândia Editorial. 2009.
- BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB**. São Paulo: Saraiva, 1996. 9394/1996.
- CARVALHO, de José Murilo. **História do Brasil Nação: 1808-2010: Volume 2: A construção nacional (1830-1889)**. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- CHALHOUB, Sidney e Pereira, Leonardo Affonso – **A história Contada – Capítulos de história social na literatura do Brasil: Nova fronteira, SÃO PAULO**, 2005.
- CHARTIER, Roger. **A história Cultural: entre práticas e representações**, Lisboa. Difel 1990.
- CUNHA, Antônio Eugênio. **Afeto e aprendizagem: Relação de Amorosidade e Saber na Prática Pedagógica**- 3. ed. Rio de Janeiro: Wak Ed. 2012.
- FARIA, Sheila de Castro. - **Identidade e comunidade escrava. Um ensaio**. CNP. 2006. 122-146.
- FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. 7. ed. São Paulo, SP: Cortez, 2006.
- FREIRE, Paulo: **Educação e mudança**. 2º Ed.rev. e atual, São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- FREIRE, Paulo: **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 53º ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- FREYRE, Gilberto. **Casa grande e Senzala**. Editora: GLOBAL, São Paulo, 2003.
- KARNAL, Leandro. **História na sala de aula: conceitos, práticas e propostas**. São Paulo: Contexto, 2008.
- LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- LEITE, Sérgio Antônio da Silva. **Afetividade e práticas pedagógicas (org.)** - São Paulo. Casa do psicólogo, 2011. 1ª. Reempr. da 2 ed. De 2008.
- MOURA, Jair. **Evolução, apogeu e declínio da capoeiragem no Rio de Janeiro**, Cadernos Rioarte Ano I nº 3. Rio de Janeiro: 1985.
- RIBEIRO, Jonatas Roque. **HISTÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA: PERSPECTIVAS E ABORDAGENS**. Educação em Foco, edição nº 7, mês, ano 9. Pg. 1-7. São Paulo: Unicamp, 2013.
- RIBEIRO, Marinalva Lopes. **A afetividade na relação educativa Estudos de Psicologia I** Campinas I 27(3) I 403-412 I julho - setembro 2010. Disponível em:< <http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v27n3/12.pdf>> Acesso em: 26/06/2021
- SALTINI, Cláudio J.P. (Cláudio João Paulo). **Afetividade e Inteligência**. 5 ed. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2008.
- SCHWARCZ, Lília Moritz. **História do Brasil Nação: 1808-2010: Volume 3: A Abertura para o mundo (1889-1930)**. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.
- SILVA, e Alberto da Costa. **História do Brasil Nação: 1808- 2010: Volume 1: Crise colonial e independência (1808-1830)**. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2011.
- SISTO, Firmino Fernandes; OLIVEIRA, Gislene de Campos; FINI, Lucila Dihel Tolaine. **Leituras de psicologia para formação de professores**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A negregada instituição, os capoeiras no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Coleção Biblioteca Carioca, Prefeitura do Rio de Janeiro, 1994.
- SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A capoeira escrava e outras tradições rebeldes no Rio de Janeiro (1808-1850)** 2ª ed. rev. E ampl. – Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2004.
- SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **Nossa História. Golpes de Mestres**. Biblioteca nacional, São Paulo, 2004.

Pesquisa

A COMPANHIA DE JESUS E SUA RELAÇÃO COM A COROA PORTUGUESA: LEITURAS HISTORIOGRÁFICAS

Por Felipe Augusto Fernandes Borges

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo discutir a fundação e a relação da Companhia de Jesus com a Coroa Portuguesa. Trazemos um debate historiográfico a respeito da Ordem Jesuíta, sintetizando as contribuições de alguns autores a este respeito. O trabalho contribui como uma visão inicial do assunto, podendo fomentar pesquisas a respeito do tema. Concluímos que a relação entre a nascente Companhia de Jesus e a Coroa Portuguesa foi benéfica às duas instituições, cada uma à sua maneira.

Palavras-chave: Companhia de Jesus. Coroa Portuguesa; historiografia.

Introdução

Dissertar sobre a Companhia de Jesus é falar de um tempo, de um contexto, de toda uma conjuntura, de fatos e ideias que levaram à sua fundação, às escolhas de seus primeiros líderes, aos métodos e às formas de trabalho adotadas. Para compreendermos a Companhia de Jesus, é necessário inicialmente entendermos um pouco do contexto europeu do século XVI.

Olhar para a Companhia de Jesus na sua relação com a Coroa Portuguesa é a tarefa que empreendemos neste trabalho. Para tanto,

fazemos aqui um apanhado historiográfico desta relação, trazendo a discussão de autores que trataram o assunto em diferentes trabalhos e contextos. Acreditamos que o trabalho pode contribuir para aqueles que necessitam de uma visão inicial sobre o assunto, fomentando, inclusive, novas pesquisas a esse respeito.

A Companhia de Jesus em Portugal: fundação e desenvolvimento da ordem

Paiva apresenta a Europa do século XVI como um local onde ocorriam profundos e sensíveis movimentos de reorganização social e política. Ele afirma que o desenvolvimento global do

comércio impulsionou transformações de cunho social. O século XVI europeu assistiu à afirmação dos Estados monárquicos nacionais, que concentravam sob sua influência direta tanto aspectos políticos quanto econômicos e culturais, centralizando também os “instrumentos de formação do pensamento”.¹

O mesmo autor ressalta ainda o século XVI como um período “em que a fé cristã e a Igreja Católica se sentiram ameaçadas em sua tradição”². Ouviam-se no século XVI os ecos da Reforma Protestante, cujas ideias já vinham havia muito sendo gestadas dentro da própria Igreja Católica. Não pretendemos aqui afirmar a Reforma Protestante como um evento isolado, centrado na pessoa de Martinho Lutero ou qualquer outro. Nesse sentido, preferimos acompanhar o entendimento de Dreher, que afirma:

A Reforma não pode ser explicada a partir de um único acontecimento ou a partir da ação de uma única pessoa. Queremos afirmar categoricamente que a Reforma não iniciou com a divulgação das 95 teses de Lutero, em 31 de outubro de 1517.³

A seguir o autor mostra como movimentos reformadores vinham se formando na Igreja desde a Idade Média, iniciando com o movimento designado de devotio moderna,⁴ que surgiu

nos Países Baixos, tendo como um de seus personagens mais conhecidos o clérigo Tomás Kempis, autor da obra *Imitação de Cristo*. Dreher se ocupa em mostrar como os movimentos protestantes do século XVI atendiam, na verdade, a ideias, desejos e anseios que já vinham sendo, havia tempos, gestados.⁵ Assim, os movimentos protestantes do século XVI, tais como o de Lutero ou Calvino, têm raízes profundas.

Evidentemente que a Reforma Protestante propriamente dita, aquela que provocou rompimentos com a Igreja Católica no século XVI, impactou imensamente a cristandade de toda a Europa, como também enfraqueceu, em certo ponto, a autoridade da Igreja Católica. Aquela que até então era considerada a única instituição capaz de conduzir os homens a Deus, então se viu frente à concorrência de outras organizações eclesiásticas, as quais contestavam abertamente o poder, a autoridade e mesmo os sacramentos e doutrinas daquela. “A fé cristã [...] era interpretada, com autoridade, por novas Igrejas, despedindo-se da submissão a um magistério único, da crença em dogmas incontestáveis, da uniformidade das liturgias e das devoções”.⁶

O sentimento reformista sentia-se na Igreja Católica, e, na interpretação de Costa, tais desejos reformadores, no seio da Igreja, remontam ainda ao século XII. Para o mesmo autor, um dos indicadores de tais desejos reformistas estaria na fundação, no século XIII, das ordens dos franciscanos e dos dominicanos. No século XVI, em meio às efervescências religiosas na Europa, a necessidade de reformar a Igreja ocorreria

¹ PAIVA, 2007, p. 239.

² PAIVA, 2007, p.241.

³ DREHER, 2007, p. 183.

⁴ A respeito da Devotio Moderna, Borges (2004, p. 37) esclarece o seguinte: “A propagação do movimento, conhecido como devotio moderna, impulsionou o interesse por uma espiritualidade afetiva e prática, centrada na vivência interior do fenômeno religioso. Nascida nos Países Baixos, na segunda metade do século XIV, a Escola assume-se como cristocêntrica. O recolhimento, a mortificação, o sofrimento de Cristo tornar-se-iam uma referência constante de fé. [...] Difundem um <<método>>, exercícios de piedade, de oração

e de exame de consciência [...] chegando a uma planificação detalhada com temas de meditação para cada dia”.

⁵ DREHER, 2007.

⁶ PAIVA, 2007, p. 241-242.

no que posteriormente seria denominado de Contrarreforma, ou Reforma Católica. Preferimos aqui utilizar a ideia de Reforma Católica, acompanhando ainda a interpretação de Costa.⁷ A ideia de Contrarreforma parece nos colocar frente a uma concepção que considera as reações católicas como meras respostas ao protestantismo crescente na Europa, ideia da qual não compartilhamos. A leitura que aqui fazemos é a de que os movimentos de reforma na Igreja respondiam sim ao avanço do protestantismo, mas não podem ser reduzidos a apenas isso. A necessidade de reformas era sentida no seio da própria Igreja, críticas à má formação, à devassidão e mundanismo do clero, bem como críticas contundentes que precisavam ser respondidas. Nesse contexto mais amplo é que acreditamos estar inserido o movimento de Reforma Católica.

O movimento reformista na Igreja Católica tem no século XVI sua principal expressão institucional no Concílio de Trento (1545-1563) que foi iniciado em 13 de dezembro de 1545, sob o pontificado de Paulo III. Nesse primeiro período do Concílio houve oito sessões, sendo o mesmo suspenso por questões políticas antes mesmo da morte de Paulo III em 1549. A segunda fase do Concílio aconteceu a partir de maio de 1550, sendo Júlio III o então sumo pontífice. Novamente suspenso em 1552 – tendo sido possível realizar dessa vez quatro sessões –, o Concílio só foi retomado em 1562, quando houve mais nove sessões, em que já havia presença mais representativa de votantes. Nesta última parte, o papado era exercido por Pio IV, que também ratificou todas as resoluções do Concílio em janeiro de 1564.⁸

Um dos principais baluartes do Concílio de Trento foi a renovação e reforma das dioceses, a

fim de refrear o “estado de lassidão e corrupção moral em que se encontrava a Igreja”.⁹ Conforme Mea,¹⁰ entendia-se que a reforma da Igreja deveria partir das dioceses, com maior inspeção dos bispos sobre os padres e paróquias sob sua jurisdição, obrigação de residência dos bispos nas dioceses, além do destaque dado para a formação do clero, com a criação de seminários para formação dos padres. Segundo Manso,¹¹ a redução da importância dos sacramentos no discurso e na Teologia protestantes forçava a Igreja Católica a ressaltar a importância desses rituais. Conforme Costa, a uniformização dos ritos, inclusive da missa, teve também no uso do Latim uma importante contribuição. O autor ainda destaca o fato de o Concílio de Trento apontar com mais clareza a importância papal, destacando-o como “verdadeiro imperador da Igreja Católica”¹², trazendo a ideia de que a unidade espiritual haveria de passar também pela unidade de comando. Costa afirma ainda que

*A Igreja não poderia ficar alheia ao processo de centralização do poder, definido mais tarde como absolutismo, que tomou conta de toda a Europa a partir do século XVI. Em resposta ao fortalecimento e centralização dos chamados Estados nacionais, a Igreja também se define como uma instituição forte e com um poder centralizado, mas com uma diferença, ela era e procurava se manter supranacional.*¹³

Como síntese, podemos citar o balanço feito por Mea a respeito do Concílio de Trento:

⁹ COSTA, 2004, p. 123.

¹⁰ MEA, 1998.

¹¹ MANSO, 2009.

¹² COSTA, 2004, p. 124.

¹³ COSTA, 2004, p. 125.

⁷ COSTA, 2004.

⁸ COSTA, 2004.

O Concílio de Trento (1545-1563) foi, portanto, o marco de viragem definitiva na reforma da Igreja do século XVI, ao definir e aclarar temas de caráter teológico e doutrinal, como o profundo e aceso debate em torno dos sacramentos, com um cuidado muito especial para a missa, matrimônio, ordem e culto dos santos; ao proceder a uma uniformização litúrgica; ao reformular acção de consagrados e leigos, procurando elevar o nível cognitivo e moral de todos; e finalmente ao assumir a cisão com as novas religiões, iniciando a verdadeira Contra-Reforma. [...]

Com efeito, só depois de Trento foi possível realizar-se uma verdadeira reforma do clero secular, em termos de nível médio de formação, mediante a existência de seminários, cursos de Escritura Sagrada e Casos de Consciência. [...]

Por outro lado, a obrigação de residência e renúncia dos benefícios incompatíveis vinculou novamente o título de benefício eclesiástico à função ministerial. A incidência posta pelo Concílio no catecismo, no missal e no breviário visavam concretizar a acção evangelizadora e pastoral, principais objectivos a atingir pelo clero.¹⁴

Voltando-nos mais diretamente ao objetivo deste artigo, o movimento de fundação da Companhia de Jesus, mesmo cronologicamente anterior às determinações tridentinas, tem em seu âmago já a ideia de necessidade de reforma da Igreja. Toda a exposição sobre a Reforma Protestante e a Reforma Católica até aqui empreendida foi feita com intuito de mostrar como a Companhia de Jesus é uma ordem de espírito reformador, ainda que tenha surgido antes do próprio início do Concílio.

Tavares afirma que a Companhia de Jesus, ainda que fundada antes de Trento, já se adequava preliminarmente ao “espírito das reformas

tridentinas”, afirmação com a qual concordamos. A preocupação jesuítica com a educação, com os seminários, os colégios, a catequese como um todo pôde torná-la o que a autora considera uma “ponta de lança da Reforma católica” desempenhando “importante papel na defesa da fé católica na Europa, nas Américas e no Oriente”.¹⁵ Compreender a Companhia de Jesus requer, portanto, a inicial compreensão de toda essa grande conjuntura a que acima nos referimos.

Em meio a todos esses eventos, ideias, disputas, ou seja, em meio à Europa do século XVI é que nasce a Companhia de Jesus. Em seu início, podemos afirmar que os próprios fundadores e aqueles que assistiam a seu desenvolvimento não poderiam sequer ter um vislumbre da magnitude que a ordem tomaria. Formada com o intuito inicial de retomar a Terra Santa, a Companhia de Jesus acabou por se tornar, dentro de poucas décadas, uma das principais – para não dizer a principal – ordens religiosas militando no seio da Igreja.

Inácio de Loiola, fundador da Companhia de Jesus, era antes disso um militar. Em Pamplona, em 20 de maio de 1521, foi gravemente ferido por uma bala de canhão, durante uma batalha em que tentava proteger a cidade de invasores franceses. O ferimento partiu sua perna direita, deixando também lesões na esquerda, o que o obrigou a um longo período de convalescência. Nesse período Inácio teve contato com as obras Vida de Cristo, escrita por Ludolfo da Saxônia, e uma coletânea, Vida dos Santos.¹⁶ Essas obras contribuíram para lhe despertar o interesse pela vida religiosa e, segundo Tavares, depois de sua recuperação, Loiola saiu em peregrinação, escrevendo durante a viagem aquilo que viria a ser os Exercícios

¹⁵ TAVARES, 2004, p. 100.

¹⁶ JESUÍTAS BRASIL, 2017.

¹⁴ MEA, 1998, p. 429-431.

Espirituais.¹⁷ Após a peregrinação, Loiola voltou à Europa, indo estudar Filosofia e Teologia na Universidade de Paris.¹⁸

Foi na Universidade de Paris que Simão Rodrigues, Francisco Xavier, Nicolau de Bobadilha, Diogo Laiñez, Alonso de Salmerón e Pedro Fabro juntaram-se a Inácio de Loiola, formando, assim, o núcleo original do que viria a ser a Companhia de Jesus. Mesmo antes da aprovação papal, os fundadores estabeleceram quais seriam suas diretrizes, entre as quais estava a ida a Jerusalém.

Em 15 de agosto de 1534, na capela de Montmartre, em Paris, Inácio e seis companheiros [...] fizeram votos de dedicarem-se ao bem dos homens, imitando Cristo, peregrinar a Jerusalém e, caso não fosse possível, apresentar-se ao Papa, com o objetivo de colocarem-se à disposição do Pontífice. Um ano depois, os votos foram renovados por eles e mais três outros companheiros – Cláudio Jaio, João Codure, Pascásio Broet.

Por meio da bula *Regimini militantes Ecclesiae*, a Companhia de Jesus (em latim, *Societas Iesu*, S. J.) foi aprovada oficialmente pelo Papa Paulo III, em 27 de setembro de 1540. No ano seguinte, 1541, Inácio foi eleito o primeiro Superior Geral da Ordem, passando a viver em Roma (Itália).¹⁹

Conforme mostrado acima, o reconhecimento oficial da Ordem se deu sob a bula do papa Paulo III, no dia 27 de setembro de 1540. Relevante é novamente afirmar como a Companhia de Jesus decidiu adotar, além dos três votos

comuns,²⁰ feitos também pelas outras ordens, um quarto voto, o de obediência irrestrita ao papa. Poderíamos argumentar que a obediência ao Papa é algo já subentendido para um cristão católico, ainda mais para sacerdotes, sendo o voto de obediência, portanto, inócuo. Entretanto, conforme afirmado anteriormente, a Companhia nasceu sob um espírito reformador, desenvolveu-se em meio a uma conjuntura que posteriormente se desencadeou nas reformas do Concílio de Trento. A obediência irrestrita ao papa não era, portanto, tão clara nesse momento de fortalecimento dos Estados nacionais, das monarquias, da reafirmação da autoridade do rei. Afirmar um voto de obediência irrestrita ao papa – o imperador da Igreja, nas palavras de Costa²¹ – significava, para os primeiros jesuítas, a reafirmação de que seu grande compromisso era com a Igreja, ainda que por vezes as monarquias e os Estados nacionais viessem a ser futuramente veículos para o trabalho dos ditos padres – como aconteceu fortemente no caso da Coroa Portuguesa, a grande parceira dos jesuítas.

Como já vimos, a oficialização da Companhia se deu apenas em 1540, com a bula *Regimini militantes Ecclesiae*, de Paulo III. Entretanto, antes mesmo que isso acontecesse, os recém-reunidos fundadores da Companhia tiveram seus primeiros contatos com aquela que seria sua grande parceira nas décadas que estavam por vir, ou seja, a Coroa Portuguesa. A relação da Companhia de Jesus com a Coroa Portuguesa, segundo nos mostra Costa, remonta a 1538, quando Diogo de Gouveia – então embaixador português em Paris – enviou uma carta a D. João III informando o monarca sobre os padres da nova ordem que se formava, indicando-os ao rei inclusive como possibilidades

17 Os Exercícios Espirituais são um método de desenvolvimento espiritual, elaborado por Inácio de Loiola. A primeira redação é do ano de 1522, sendo mais tarde reescritos pelo próprio Inácio.

18 TAVARES, 2004.

19 JESUÍTAS BRASIL, 2017.

20 Pobreza, castidade e obediência.

21 COSTA, 2004.

de reforçar o trabalho das missões no Ultramar português. Foi a partir de tal carta que D. João III tomou conhecimento sobre os jesuítas, iniciando, inclusive, tratativas para a vinda e trabalho destes em Portugal. Iniciou-se o que Costa define em sua tese como “próspera relação” entre a Companhia de Jesus e o reino português.²²

De posse das informações de Gouveia, o rei D. João III demonstrava certo entusiasmo pelos chamados “padres renovados” e, já em 1539, enviou carta a D. Pedro Mascarenhas – embaixador português em Roma – para que o mesmo verificasse a veracidade das informações sobre os jesuítas e, assim, iniciasse as tratativas para incorporação de padres dessa ordem nas missões do Padroado Português.

Informa-nos Tavares que então o embaixador contatou Inácio de Loiola e também o papa, à época ainda Paulo III, trazendo do rei português a solicitação de seis padres da Companhia de Jesus para as missões portuguesas. O pedido, ocorrido no início dos trabalhos da ordem, não pôde ser atendido totalmente, por não haver ainda padres o bastante para tanto. Dessa forma, foram designados dois religiosos para atender ao pedido lusitano: Simão Rodrigues e Nicolau Bobadilha. Porém, como Bobadilha adoeceu antes da partida, em seu lugar foi enviado Francisco Xavier – que depois seria denominado de “Apóstolo do Oriente”. Chegaram a Portugal, mais especificamente a Lisboa, em 1540, com o objetivo de que fossem, ambos, para as missões no Ultramar. Tavares afirma ainda que os padres causaram “grande impressão na corte portuguesa”, o que fez com que o propósito inicial fosse modificado e o rei retivesse Simão Rodrigues no reino, enviando Xavier para o Oriente em 1541.²³

²² COSTA, 2004, p. 25.

²³ TAVARES, 2004, p. 102.

Assunção faz uma análise apurada da atuação e, sobretudo, das finanças da Companhia de Jesus. O autor afirma que a Coroa Portuguesa, durante o reinado de D. João III, enxergou nos jesuítas um poderoso instrumento de “efetivação do projeto civilizador e expansionista da nação portuguesa”.²⁴ Certo é que, a partir da ida de Francisco Xavier e Simão Rodrigues para Portugal, as portas do reino – e do tesouro real, por vezes – não mais se fecharam para a Companhia de Jesus. Até 1759, ano em que o Marquês de Pombal assinou o decreto de expulsão dos jesuítas de Portugal, os padres da Companhia dispuseram de proteção e financiamento, assumindo o lugar de principal ordem religiosa nas missões do Padroado Real Português,²⁵ além de importantes espaços também no reino. Assunção continua sua análise mostrando que o apoio da Coroa Portuguesa foi também acrescido de amplo suporte financeiro, no que tangia a despesas dos jesuítas nas missões, “marcando o início de uma política amistosa do poder real com os jesuítas, e que seria bem acolhida pelos sucessores do trono durante a dinastia de Avis”.²⁶

Dessa forma, conforme Costa,²⁷ duas frentes de trabalho foram inauguradas: enquanto Francisco Xavier foi para a Índia, levando consigo um conceito – e uma ação – diferenciado de missão, Simão Rodrigues ficou em Portugal, estruturando lá o trabalho da Companhia em sentido mais

²⁴ ASSUNÇÃO, 2004, p. 92.

²⁵ O Padroado Real Português pode ser vagamente definido como uma combinação de direitos, privilégios e deveres, concedidos pelo papado à Coroa portuguesa, como patrono das missões católicas e instituições eclesiásticas na África, Ásia e Brasil. Esses direitos e deveres provinham de uma série de bulas e breves papais, começando pelo breve Dum Diversas de Nicolau V, em 1542, e culminando no breve Praeclara Devotionis de Leão X, em 1514 (BOXER, 2013, p. 88, grifado no original).

²⁶ ASSUNÇÃO, 2004, p.92.

²⁷ COSTA, 2004.

amplo. Ambos tinham ganhado a simpatia e a admiração da Corte, especialmente – e mais importante ainda – do rei e da rainha. Enquanto Xavier se ocupou do Oriente, Simão Rodrigues se ocupou do reino, estruturando a Companhia em Portugal, ganhando cada vez mais apoio na Corte – apoio este tanto político quanto financeiro. As atividades de Simão Rodrigues e o apoio da Coroa deram à Companhia grande destaque até que, conforme mostra o padre jesuíta Francisco Rodrigues, em 1546 foi oficializada a primeira Província da Companhia de Jesus, em Portugal, sendo Simão Rodrigues nomeado por Inácio de Loiola como seu primeiro Provincial.²⁸

Tanto o padre Francisco Rodrigues quanto outros autores corroboram as informações sobre o crescimento da Companhia de Jesus sob os domínios lusitanos. Evidentemente a análise de Francisco Rodrigues não pode ser tida como inteiramente imparcial, visto ser ele um padre da Companhia, falando sobre a Companhia. No entanto muitas das afirmações trazidas por ele são consubstanciadas por outros trabalhos, apontando para um progressivo crescimento da Companhia de Jesus em Portugal, sob os auspícios da Coroa e a proteção de D. João III. Podemos afirmar, com o cuidado de não dar a ideia de exclusividade nas missões, que a Companhia de Jesus adquiriu sim, durante o século XVI, uma posição privilegiada em Portugal, frente às demais ordens religiosas que aí também militavam.

Para Assunção, a relação próxima que os jesuítas estabeleceram com o poder real contribuiu de forma significativa para o alcance do prestígio, das doações, dos benefícios, enfim, para o favorecimento da Companhia como um todo. A esse respeito, nos mostra o autor que, para os inacianos,

A atuação direta junto ao poder monárquico e a corte eram inevitáveis, pois se revelava como uma forma possível de alicerçar o prestígio que se reverteria em privilégios temporais, garantindo o crescimento da missão jesuítica na condução da humanidade para o cristianismo. O convívio com os monarcas na corte facilitaria a obtenção de privilégios que não tardariam a chegar.²⁹

Assunção acrescenta que a atenção especial dada por D. João III aos padres da Companhia de Jesus se deu desde a chegada dos primeiros deles a Portugal, persistindo posteriormente também. Evidentemente que a contrapartida seria requerida. D. João III pretendia certa renovação nas missões catequéticas, sobretudo as ultramarinas. Tal ideia é reforçada pela interpretação que Manso faz sobre as intenções do rei lusitano para com a Companhia de Jesus. A autora se posiciona no sentido de que, principalmente no que concerne às missões orientais, havia o interesse de D. João III em “renovar” as atividades do clero em Portugal. Não é demais reafirmar que a autora em questão dá especial destaque às missões ultramarinas. Manso prossegue o raciocínio dizendo que o rei teria visto no “programa” da Companhia uma possível solução para aprimorar a catequese e a conversão nos espaços de ação portuguesa no Oriente. O fato de que os inacianos dispunham-se, por voto, a se deslocar para onde quer o papa os enviasse parece ter sido também, na visão da autora, um atrativo para a acolhida desses padres em Portugal.³⁰ Tais argumentos podem ser reforçados novamente por Assunção, ao afirmar com relação ainda a D. João III que “O projeto do monarca para a atuação dos religiosos em suas terras dirigia-se a dois pontos distintos”,

²⁹ ASSUNÇÃO, 2004, p. 97-98.

³⁰ MANSO, 2009.

²⁸ RODRIGUES, 1931.

sendo que um deles seria o envio de missionários para atender ao Oriente, iniciando com Francisco Xavier e ou outro a estruturação e consolidação da Companhia no reino, a cargo de Simão Rodrigues.³¹

Considerações Finais

Todo o exposto até aqui aponta para uma ideia já introduzida no início da discussão ora apresentada: a Companhia de Jesus trouxe consigo, desde seus primeiros passos, fundadores, primeiros membros, a expressão do tempo em que surgiu e se desenvolveu. A necessidade de reforma, de mudanças no seio da Igreja, essa era uma das principais mensagens e ações da Companhia de Jesus. Essas discussões, problematizadas acima, foram motores no século XVI, regendo muitas das questões daquela época. E a Companhia de Jesus era sim uma das respostas da Igreja, um dos produtos – e também produtora – da Reforma Católica. Ecoando Costa,³² vemos o jesuíta como um instrumento da Reforma Católica, mas também como um resultado da mesma. Como já afirmado, as resoluções do Concílio de Trento, posteriores à criação da própria Companhia, trouxeram quesitos que já estavam no programa jesuíta, mostrando a simbiose destes com a aura do movimento reformador da Igreja. Podemos olhar, nesse sentido, para a importância dada pelos jesuítas à formação de seus padres, à criação de escolas, colégios, seminários, tudo voltado à preparação satisfatória do clero, por vezes mesmo a formação de um clero secular nativo, que atendesse de maneira mais eficaz às populações autóctones. A política de renovação tridentina envolvia a valorização da liturgia católica, dos sacramentos, da pregação.

Para Manso, no contexto das ideias de reforma tridentinas, “A Companhia de Jesus foi a Ordem que melhor respondeu às novas exigências doutrinárias”.³³ Compreender a Companhia de Jesus desta maneira – como um dos motrizes das mudanças de seu tempo – ajuda-nos a inferir os motivos da escolha da Companhia pelo monarca português. Em nossa compreensão, o caráter renovador dos jesuítas justifica o favorecimento que estes padres receberiam por longo tempo da Coroa Portuguesa. A diferenciação da Companhia de Jesus frente às demais ordens regulares até então existentes se deu por vários fatores, sendo alguns deles enumerados por Mea:

Com base numa sólida preparação (oito anos de estudo, após o noviciado), os Jesuítas ou <<Apóstolos>> tinham como objectivos principais a pregação, os exercícios espirituais, as obras de piedade e beneficência e a acção pedagógica, entendida não só como instrução religiosa da juventude, sem quaisquer discriminações, como também toda uma pedagogia virada para uma vivência cristã plena, através da frequência dos sacramentos e da conversão dos infieis.

Virada para o mundo, renunciando à mendicância, a Companhia de Jesus era eminentemente secularista, humanista, erasmiana, inovações que, nos primeiros tempos, geraram desconfiança e até animosidade.³⁴

Assim, compreendemos que a chamada de D. João III aos jesuítas para os trabalhos missionários em Portugal e no Ultramar expressa, de certa forma, a necessidade percebida pelo monarca de um trabalho catequético eficiente e eficaz, sobretudo no que concernia ao Oriente. A

³¹ ASSUNÇÃO, 2004, p. 98.

³² COSTA, 2004.

³³ MANSO, 2009, p. 132.

³⁴ MEA, 1998, p. 428, sem grifos no original.

importância e o dever da evangelização atribuídos ao monarca cristão foram, sem dúvida, contribuições para preocupação do rei com tais obras. A visão de mundo expressa pelo *orbis christianus*³⁵ certamente influenciava de maneira direta as decisões do monarca cristão, compelido a cumprir com suas obrigações, diante de Deus e do povo.

Não obstante, é preciso pensar ainda na importância do Cristianismo enquanto elemento cultural aglutinador. Em um espaço amplo como foi, no seu auge, no denominado Império Português – Império Marítimo, para acompanhar Boxer;³⁶ ou Rede, acompanhando Thomaz³⁷ – havia que se ter um elemento aglutinador, um elemento que fizesse as pessoas, nos diferentes locais, sentirem-se parte de tal império, de tal unidade. Não pretendemos de forma alguma afirmar que uma suposta “unidade portuguesa” algum dia existiu entre o reino e os espaços de domínio no Ultramar. Pretendemos afirmar que, se essa unidade foi ao menos tentada, ela o foi por meio do Cristianismo. Difundir o Cristianismo é também, em potencial, difundir o modo de vida, a cultura portuguesa e, por que não dizer, europeia.

Temos, portanto, ao menos dois interessados na “próspera relação” da Companhia de Jesus com a Coroa Portuguesa, quais sejam, a Coroa e a Companhia. A Coroa representada por um rei que tinha como missão, em última instância, promover a propagação do cristianismo em seus domínios: impossibilitado de cumprir pessoalmente sua missão, o rei precisava delegá-la a outros. A Companhia, recém-fundada, necessitava de um benfeitor poderoso como D.

João III e seus sucessores para proteger, ajudar e financiar o sucesso de sua missão. Vemos nesse caso uma verdadeira parceria de sucesso.

Felipe Augusto Fernandes Borges é doutor em História pela Universidade Estadual de Maringá (UEM). Professor do Colegiado de Pedagogia do Instituto Federal do Paraná, Campus Pitanga. É líder do Grupo de Pesquisa História, Educação e Cultura – GPHECULT (IFPR) e participa do grupo de pesquisa: Laboratório de Estudos do Império Português (LEIP) da Universidade Estadual de Maringá.

Referências

- ASSUNÇÃO, Paulo de. **Negócios Jesuíticos: O cotidiano da administração dos bens divinos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.
- BORGES, Célia Maia. **Espiritualidade Mística na Península Ibérica – Séculos XVI e XVII**. Locus: Revista de História, v. 10, n. 2, 2004. Disponível em: <<https://locus.ufff.emnuvens.com.br/locus/article/view/2626/2086>>. Acesso em: mar./2017.
- BOXER, Charles Ralph. **A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)**. Lisboa: Edições 70, 2013. (Coleção Lugar na História – 11).
- BOXER, Charles Ralph. **O Império Marítimo Português (1415-1825)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- COSTA, Célio Juvenal. **A racionalidade jesuítica em tempos de arredondamento do mundo: o Império Português (1540-1599)**. Tese de doutoramento (Educação). Piracicaba: Universidade Metodista de Piracicaba, 2004.
- DREHER, Martin Norberto. **Como entender as transformações da religião no século XVI?** IN: MAINKA, Peter Johann (org.). *A Caminho do Mundo Moderno: Concepções clássicas da filosofia política no século XVI e o seu contexto histórico*. Maringá: EDUEM, 2007. p. 177-194.

³⁵ O *orbis christianus* é uma visão cristã medieval do mundo. Fundou-se na crença de que o mundo é de Deus, cujo representante na terra é a Igreja Católica. Este Deus, por ser verdadeiro, exigia que todos o reconhecessem e lhe prestassem culto. A verdade absoluta, eis o princípio e o fim do *orbis christianus*. Papas e reis tinham por missão precípua tirar-lhes os óbices, estender e sustentar a fé, fazer reinar a graça de Deus (PAIVA, 2006, p. 22).

³⁶ BOXER, 2002.

³⁷ THOMAZ, 1994.

JESUÍTAS BRASIL. **Santo Inácio de Loiola, o fundador**. Disponível em: <<http://www.jesuitasbrasil.com/newportal/institucional/santo-inacio-de-loyola/>>. Acesso em mar./2017.

MANSO, Maria de Deus Beites. **A Companhia de Jesus na Índia (1542-1622): Actividades Religiosas, Poderes e Contactos Culturais**. Évora: Universidade de Évora; Macau: Universidade de Macau, 2009.

MEA, Elvira Cunha de Azevedo. **A Igreja em Reforma**. IN: SERRÃO, Joel; MARQUES, A. H. de Oliveira (direção). Nova História de Portugal. Volume V – Portugal do Renascimento à crise dinástica (coordenação de João José Alves Dias). Lisboa: Editorial Presença, 1998. pp. 413-446.

PAIVA, José Maria de. **A política em Santo Inácio (1491-1556)**. IN: MAINKA, Peter Johann (org.). A Caminho do Mundo Moderno: Concepções clássicas da filosofia política no século XVI e o seu contexto histórico. Maringá: EDUEM, 2007. p. 239-259.

PAIVA, José Maria de. **Colonização e Catequese**. São Paulo: Arké, 2006.

RODRIGUES, Francisco S. J. **História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal**. Tomo Primeiro, Volume II. Porto: Apostolado da Imprensa, 1931.

TAVARES, Célia Cristina da Silva. **Jesuítas e inquisidores em Goa: a cristandade insular (1540-1682)**. Lisboa: Roma Editora, 2004.

THOMAZ, Luís Filipe. **De Ceuta a Timor**. 2. ed. Lisboa: Difel, 1994.

Pesquisa

CONFLITOS ENTRE MORADORES E JESUÍTAS PELA POSSE DE TERRAS NA CAPITANIA DO RIO GRANDE DO NORTE NO SÉCULO XVIII

Por Ana Lunara da Silva Morais

RESUMO: A ordem religiosa Companhia de Jesus estabeleceu-se na capitania do Rio Grande do Norte desde o primórdio de sua colonização, no início do Seiscentos, onde atuou até o ano de sua expulsão, em 1759. Nessa capitania angariaram muitas sesmarias, terras, pessoas escravizadas e cabeças de gado. Todavia, sobretudo a partir do início do século XVIII, percebeu-se por parte da Coroa portuguesa uma gradual desamortização da política de privilégios inicialmente concedia aos religiosos. Este artigo analisará o impacto dessa perda de privilégios, sobretudo referente à posse de terras, na atuação dos inacianos na capitania do Rio Grande do Norte e os conflitos decorrentes com outros moradores. Este trabalho é fruto de uma pesquisa de mestrado, para a qual se realizou o cruzamento de fontes de variados fundos, como o Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte (IHGRN), o Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano (APEPE) entre outros.

Palavras-chave: Companhia de Jesus. Capitania do Rio Grande do Norte. Conflito. Propriedade.

Introdução

A Companhia de Jesus começou a atuar no Brasil em 1549, quando juntamente com o governador geral do Brasil, Tomé de Sousa, desembarcaram alguns jesuítas. Os jesuítas tiveram uma importância fundamental desde o início da formação do império português devido a necessidade de oferecer suporte espiritual à colonização. Na América portuguesa, atuaram na conversão indígena, bem como no reforço da doutrina cristã junto aos colonos, atividades

fundamentais para a consolidação de uma sociedade colonial em formação, colaborando para a fixação do povoamento.

Os inacianos, para melhor se estabelecerem na colônia, por meio da compra, de doação de particular e de concessões régias, passaram a angariar terras, pessoas escravizadas, entre outros bens. A ordem possuía uma visão pragmática da expansão comercial, percebendo-a como possibilidade de expansão da fé cristã, conseguindo para tanto, no primeiro século de

atuação na América portuguesa, a obtenção de privilégios régios que colaboraram para o crescimento da ordem.

Todavia, percebeu-se que as leis que regulamentavam a posse dos bens, no século XVIII, implicaram em um processo de desamortização dos privilégios inicialmente concedidos à Companhia de Jesus. A necessidade de análise desse aspecto tomou fôlego quando se verificou que a historiografia que analisou a construção do patrimônio jesuítico, bem como a sua expulsão dos domínios de portugueses, não contemplava essa interpretação, sugerindo que foram os privilégios régios que proporcionaram o crescimento desmedido da ordem inaciana. Além disso, para essa mesma historiografia, o enfraquecimento das relações entre a Coroa portuguesa e a Companhia é concebido como um rompimento talhado somente no governo de Dom José (1750-1777), o qual determinou a expulsão da Companhia de Jesus de todos os territórios portugueses em 1759.

Entretanto, essa pesquisa demonstra que tal enfraquecimento não deve ser compreendido como um corte abrupto. Observou-se que ao longo da história da Companhia de Jesus na América portuguesa houve uma gradual desamortização da política de privilégios, principalmente na primeira metade do século XVIII. Assim, ao contrário da historiografia que se deteve a analisar os privilégios e favorecimentos conferidos à ordem jesuítica para analisar a construção de seu patrimônio, a qual cometeu alguns equívocos na medida em que generalizou alguns privilégios concedidos a ordens religiosas, como a Companhia de Jesus, buscou-se analisar as normas que regiam a posse de bens por ordens religiosas, objetivando-se verificar a complexidade da acumulação de bens pelos inacianos. Ademais,

ainda neste estudo, serão analisados como novas determinações reais sobre a posse de terras por ordens religiosas geraram alguns conflitos no Rio Grande do Norte na medida em que possibilitaram que os moradores da capitania solicitassem terras ocupadas pelos jesuítas.

Regulamentações e conflitos

Constatou-se que no Código Filipino, ou Ordenações Filipinas, que passaram a vigor em 1603, encontram-se 25 títulos referentes a clérigos, mosteiros, igrejas e ordens sacras. Destacam-se os Títulos XI e XVIII. O primeiro ordenou que as igrejas, mosteiros, ordens sacras e beneficiados estavam isentos da obrigação do pagamento da dízima, do pedágio, e da sisa – tributo a ser pago ao rei referente a tudo o que se compra ou vende¹ – referentes às suas necessidades básicas: moradia e alimentação.

A posse de bens de raiz sem o referido pagamento de tributos seria permitida desde que fosse destinado para o sustento dos religiosos. Porém,

“[...]se qualquer das ditas pessoas comprar, ou vender quaisquer coisas por trato de mercaderia [...] ou se comprar bens de raiz, pagará Sisa, como se fosse leigo: salvo se forem casas para sua moradia e uso, e outros bens de raiz [...]”.²

Observa-se que a Coroa, embora não impedisse que as ordens religiosas comprassem ou vendessem, impunha a obrigação de que as ordens religiosas pagassem os tributos referentes

¹ BLUTEAU, 1728, vol. 7, p. 662-663.

² CÓDIGO, 2004. Livro II, Título XI, p. 430-1

à dita prática. Percebe-se que a ordenação não corroborava a ideia de que foram as isenções do pagamento de tributos à Coroa a responsável pelo desenvolvimento das atividades comerciais jesuíticas, visto que não havia uma distinção entre moradores e religiosos quando ambos negociavam seus produtos ou bens de raiz.

O Título XVIII ordenou, devido à prática comum no Reino de Portugal, que as ordens religiosas, bem como as igrejas, não poderiam possuir bens móveis sem licença régia. Caso esta condição não fosse aceita, os bens seriam revertidos à Coroa. Assim, por meio desta norma, a Coroa³ almejava estabelecer um controle sobre as posses religiosas. Ao requerer uma licença especial para as ordens religiosas, a Coroa saberia e controlaria a quantidade de bens que cada ordem possuía.

Percebe-se, assim, que desde o ingresso de ordens religiosas na América portuguesa, as mesmas deveriam cumprir uma série de exigências referentes à posse de bens, as quais eram determinadas pela Coroa por meio das Ordenações Manuelinas, que vigorava desde 1511-1512, e posteriormente foi ratificada pelas Ordenações Filipinas, de 1603. Contudo, foi a partir do século XVIII que a Coroa portuguesa comprimiu as posses de bens, sobretudo, de terras, tanto de ordens religiosas, como também de clérigos.

Em 12 de novembro de 1710, o governador interino de Pernambuco Dom Manuel Álvares da Costa encaminhou ao Senado da Câmara de Olinda, uma nova ordem do rei de Portugal. Na carta, o rei relatou que haviam sido constatadas diligências no que diz respeito à repartição de terras nos sertões das capitanias, sendo doadas a missionários e a clérigos mais terras do que era permitido. Tal diligência estava prejudicando

os moradores vizinhos às terras de missionários e outros religiosos, pois estes tornavam-se poderosos senhores de muitas fazendas e de criações, tirando as terras das quais os pobres logravam. Além disso, os missionários e religiosos tomavam dos vizinhos as melhores terras.⁴

Em detrimento dos prejuízos aos pobres, o rei ordenou que não fosse consentido que missionários de aldeias indígenas, párocos, e vigários, possuísem mais terras do que a necessária para o pasto de três ou quatro cavalos e de outras tantas vacas. A Carta Régia de 12 de novembro de 1710 ainda deveria ser registrada nos livros das Câmaras, bem como cumprida em todas as capitanias.⁵

Outra Carta Régia que evidencia a constrição à posse de terra pelos jesuítas foi expedida em 27 de junho de 1711. Esta ratificou bem como retificou algumas normas presentes nas Ordenações Filipinas. A imposição de que as ordens religiosas que possuísem bens de raiz deveriam requerer uma licença especial foi confirmada. Determinou-se que os religiosos que possuísem terras deveriam requerer uma licença régia.⁶

A correção foi referente ao pagamento dos dízimos das terras utilizadas por ordens religiosas. Diferente do Título XI das Ordenações Filipinas, que permitiu que as terras necessárias para a moradia e subsistência dos religiosos fossem isentas do pagamento dos tributos referentes às mesmas, a Carta Régia estabeleceu que as fazendas pertencentes a ordens religiosas “fora dos dotes de suas criações”, ou seja, adquiridas por meio de compra, heranças, ou outros títulos, deveriam pagar os dízimos referentes a elas,

4 APEPEJE (Arquivo Público Estadual de Pernambuco Jordão Emerenciano), Livro de Ordens régias 01, s/fl.

5 APEPEJE, Livro de Ordens régias 01, s/fl.

6 DOCUMENTAÇÃO, 1954, v.1, p. 197-198.

3 CÓDIGO, 2004. Livro II, Título XVIII, p. 435.

“como se fossem possuídas por seculares”. Caso esta condição não fosse acatada, os religiosos que se recusassem a pagar o dízimo, teriam suas terras consideradas devolutas, e seriam concedidas a quem os denunciassem. As obrigações da Carta Régia foram determinadas devido ao grande prejuízo da Fazenda Real pelo não pagamento dos dízimos das terras pertencentes a ordens religiosas.⁷

O jurista Costa Porto afirma que os dotes de criação eram as sesmarias concedidas pela Coroa para ordens religiosas. Acredita-se, porém, que o dote de criação seja referente a um pequeno lote de terra destinado para a criação de animais necessários para a subsistência das ordens religiosas.⁸ Assim como o Título XI das Ordenações Filipinas, que estabeleceu o não pagamento de dízimos, pedágio e sisa referente ao necessário para a moradia e subsistência dos religiosos, é possível que o dote de criação citado na Carta Régia de 1711 faça referência a esta isenção. Além disso, o dote de criação pode estar relacionado ao limite de terra estabelecido pela lei de 12 de novembro de 1710, na qual proibiu que religiosos e missionários possuísem uma terra maior do que a necessária para a criação de “quatro cavalos e outras tantas vacas”, podendo este ser o limite dos dotes. Nas duas leis mencionadas, entretanto, não foi citada nenhuma dimensão que correspondesse ao dote de criação.

As ordens religiosas, portanto, nesse período não eram mais percebidas como instituições privilegiadas. Se no início da colonização da América portuguesa o crescimento da Companhia ocorreu por meio de alguns benefícios, isenções de pagamento de tributos e dos dízimos à Coroa, no início do século XVIII, a posse de terras sem o

referente pagamento dos dízimos foi considerada como prejuízo para a Fazenda Real, e também prejudicial para os vassalos do rei.

A Carta Régia de 27 de junho de 1711 também mostrou um interesse de limitar os bens de ordens religiosas. Foi estabelecido que estas deveriam ser destituídas da condição de sucessoras dos títulos das terras requeridas pelos moradores “para se evitar o dano futuro”.⁹ Entre o período de 27 de junho de 1711 a 3 de setembro de 1759, data da expulsão dos jesuítas, existem 337 registros de datas de sesmarias da capitania do Rio Grande disponíveis no Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Norte. Destas sesmarias, 202 (60%) apresentam a exigência de não serem sucedidas a religiosos, 85 (25,2%) não apresentaram a exigência, e em 50 (14,8%) não se pôde verificar devido às mesmas possuírem lacunas. Esta pesquisa mostra que a determinação da Carta Régia, de que os títulos de sesmarias não fossem sucedidos a religiosos, foi imposta e ratificada por meio destas sesmarias. Ao proibir que os religiosos possuísem o direito de sucessão de títulos dos bens concedidos aos moradores, Dom João V restringiu uma das formas que mais contribuíram para o enriquecimento da ordem jesuítica: as doações privadas.¹⁰

A origem da Carta Régia de 1711 remonta a várias discussões anteriores entre oficiais régios e inacianos acerca do pagamento dos dízimos de suas terras. Os oficiais de diferentes capitanias relataram ao rei as perdas da Fazenda Real devido ao fato de os jesuítas muitas vezes negarem-se a pagar os devidos dízimos sobre suas produções. Os conflitos entre os oficiais e jesuítas culminaram

7 DOCUMENTAÇÃO, 1954, v.1, p. 197-198.

8 PORTO, 1965. p. 109.

9 IHGRN - Fundo de Sesmarias, Livro II, nº 106, fl. 89 ao Livro V, nº 443, fl.157-158.

10 MORAIS, 2014.

na emissão da Carta Régia.¹¹

Na capitania do Rio Grande, a Carta Régia de 12 de novembro de 1710 e de 27 de junho de 1711 possivelmente geraram muitos conflitos entre moradores, jesuítas e autoridades. Mas, a falta de documentos que mostrem as várias etapas de um conflito acerca da posse da terra impede uma melhor observação e análise sobre o mesmo. É sabido, entretanto, por meio de algumas sesmarias da capitania do Rio Grande, que as posses jesuíticas, bem como de outros religiosos, foram alvos de interesses dos moradores.

Na Carta Régia de 27 de junho de 1711, havia sido afirmado que caso os religiosos não pagassem os dízimos referentes a suas terras, ou não possuíssem os justos títulos das terras que ocupavam, as mesmas seriam consideradas devolutas e passíveis de serem concedidas a quem os denunciasses.¹² O fato de que os inacianos não possuíam os títulos de algumas terras que ocupavam e não pagavam os devidos dízimos impulsionou indivíduos da capitania, interessados nas terras da ordem, a denunciá-los.

Verificou-se uma sesmaria referente ao Rio Grande, na qual um sesmeiro solicitou terras que eram ocupadas por religiosos. Em 21 de abril de 1713, o capitão Cosme da Silveira, morador juntamente com sua família na ribeira do Ceará-Mirim, alegou possuir gados, e não ter terras suficientes para acomodá-los, o que ele afirmou ser uma perda para a Fazenda Real, uma vez que diminuía os dízimos que deveriam ser pagos à Coroa. O capitão alegou ter conhecimento de que próximo ao rio Ceará-Mirim havia terras ocupadas pelos padres da Companhia de Jesus sem que eles possuíssem os títulos da mesma, motivo pelo qual

solicitava as terras para si.¹³

Em resposta, o provedor da Fazenda Real, José Barbosa Leal, informou ao capitão-mor da capitania do Rio Grande, Salvador Álvares da Silva, que pela “nova ordenação”, a qual estabeleceu que caso os religiosos se eximissem de pagar os dízimos referentes às terras “além dos dotes de criações”, as mesmas deveriam ser doadas a seculares, podendo assim serem concedidas ao suplicante. Dessa forma, a sesmaria pretendida, que possuía três léguas de comprimento e uma de largura, foi concedida ao capitão Cosme da Silveira no mesmo dia do requerimento. A terra concedida ao capitão Cosme da Silveira localizava-se nas proximidades ou mesmo era vizinha à missão de Guajiru, dirigida por inacianos.

Os possíveis conflitos gerados na capitania, ou seja, o requerimento das terras da Companhia pelos moradores, nem sempre foi justificado apenas pelos primeiros não possuírem os títulos da terra ou não pagarem os dízimos. Em alguns casos, a Carta Régia de 12 de novembro de 1710 parece ter sido usada como justificativa, mesmo não sendo citada diretamente.

Em uma sesmaria requerida em 28 de abril de 1713, o ajudante João de Oliveira Freitas alegou ser morador de Goianinha juntamente com sua mulher e filhos. O ajudante possuía criações de gado, mas não possuía terras próprias, o que gerava prejuízos à Fazenda Real, já que diminuía os dízimos que deveriam ser pagos à Coroa. O ajudante alegou que as “novas ordens” haviam estabelecido que os religiosos não poderiam possuir mais terras que o suficiente para acomodar três ou quatro cavalos. Por esse motivo, o ajudante requereu uma légua de terra da missão de Guaraíras, onde havia um curral de gado dos

¹¹ ANAIS, 1917; ANAIS, 1948, p. 130-131.

¹² DOCUMENTAÇÃO, 1954, p. 197-198.

¹³ IHGRN – Fundo Sesmarias, Livro II, nº 124, fl.131-132.

missionários jesuítas.¹⁴ Segundo o entendimento do ajudante, a atividade pecuária era imprópria para aquela terra, pois dever-se-ia desenvolver naquele espaço a subsistência indígena, sendo esta compreendida como mantimentos agrícolas. O ajudante requereu uma légua de terra da dita missão, “fixando-se somente para os índios a que for capaz para suas plantações e lavouras”. Essa carta de sesmária encontra-se incompleta, não sendo possível verificar se a mesma foi concedida ou não ao ajudante. Entretanto, acredita-se ser improvável que o ajudante tenha tomado posse da terra, pois a missão de Guaraíras prevaleceu no mesmo local mesmo após a expulsão dos jesuítas em 1759.¹⁵

Verificou-se que das 389 cartas de sesmarias existentes na capitania do Rio Grande do Norte entre o período que foi estabelecida a Carta Régia de 12 de novembro de 1710 e 3 de setembro de 1759, data da expulsão dos jesuítas, apenas uma sesmária citou a Carta Régia de 27 de junho de 1711 e outras três citaram a Carta Régia de 12 de novembro de 1710, sendo duas destas três cartas, o requerimento de sesmeiros por terras da Companhia de Jesus e uma de um sesmeiro interessado na terra pertencente aos padres do Carmo de Recife.¹⁶

Ao estabelecer as Cartas Régias de 12 de novembro de 1710, e de 27 de junho de 1711, Dom João V possivelmente tentou limitar o crescente poder de ordens religiosas por meio da constrição à posse de terras, a qual reflete uma desamortização da política de favorecimentos a ordens religiosas. Tal constrição pode ser percebida como uma precursora das políticas pombalinas que

definitivamente enfraqueceram as relações entre a Coroa portuguesa e a Companhia, culminando com a expulsão da última.

Os possíveis conflitos ocorridos na Capitania do Rio Grande entre moradores e inacianos pela posse da terra sugerem uma maior complexidade dos acontecimentos políticos, econômicos e sociais no período em estudo. No final do século XVII, a questão da repartição de terras na capitania do Rio Grande parecia ser um problema. Em 1689, em uma carta do Senado da Câmara de Natal ao rei Dom Pedro II, reclamou-se que na capitania havia:

“Sujeito que possui vinte e trinta léguas, sem ter cabedal para as povoar e alguns moradores desta capitania estão sem ter nenhuma, e demais disto há uma grande confusão nas demarcações e domínios, de que resultam dúvidas nesses sertões [...]”.¹⁷

Essa reclamação do Senado da Câmara de Natal reflete as diligências cometidas nas capitanias, as quais foram mencionadas pelo rei na Carta Régia de 12 de novembro de 1710, referente à repartição de terras. Cabe lembrar que uma das justificativas presentes na carta de 12 de novembro de 1710 era a de que os missionários das aldeias e outros religiosos dos sertões das capitanias, por terem recebido mais terras do que o permitido, tornaram-se poderosos senhores de fazendas e de criações, tomando as terras nas quais moradores vizinhos, pobres, antes logravam.

Verificou-se que os suplicantes que solicitaram terras sob a justificativa da Carta Régia de 12 de novembro de 1710 não possuíam outras sesmarias. Este fato, associado à justificativa dos suplicantes de que não possuíam terras próprias, abre

14 IHGRN – Fundo Sesmarias, Livro II, n° 126, fl. 137.

15 CASCUDO, 1984, p. 240.

16 IHGRN – Fundo de Sesmarias, Livro II, n° 83, fl. 43-44 ao Livro V, n° 443, fl.157-158.

17 CASCUDO, 1968, p. 23.

possibilidade para cogitar que os mesmos fossem arrendatários ou pequenos posseiros.

Historiadoras como Márcia Motta e Carmen Alveal, apontam por meio de suas pesquisas que era comum que grandes senhores de terra alargassem seus domínios territoriais em grandes dimensões, fosse por meios legais, como sesmarias, ou muitas vezes pela ocupação, de forma a estender as suas posses e assegurar seu poder na região.¹⁸

Conclusão

Acredita-se que os senhores de terras, o qual aqui se inclui a Companhia de Jesus mesmo com suas particularidades, possuíam uma lógica própria de ocupação da terra. Para compreendermos melhor esta lógica de ocupação partiu-se do princípio estudado por Paolo Grossi, o qual afirma que propriedade é, sobretudo, mentalidade.¹⁹ Associa-se a posse de bens dos jesuítas, com as suas concepções de mundo, na qual a construção de seu patrimônio justificava-se para melhor desempenhar suas atividades missionárias.

Esta perspectiva permite refletir sobre a mentalidade possessória dos jesuítas. Conforme foi apresentado, as atuações dos inicianos para consolidar um patrimônio na América portuguesa muitas vezes os envolveram em conflitos pela posse de terras, fosse com oficiais régios, fosse com moradores. Estas análises demonstram que a Companhia de Jesus possuía um forte interesse em ampliar seus domínios de atuação, e para isto, utilizavam-se das conquistas materiais para empreender seus interesses religiosos.

Assim, a terra, e posteriormente as relações nela desenvolvidas, principalmente com os aldeamentos, mostra-se como um meio fundamental para o exercício religioso dos jesuítas, uma vez que a conquista de uma terra possibilitava um domínio simbólico sobre a mesma e, conseqüentemente, sobre os indivíduos que dela usufruíam; bem como a posse material da mesma propiciava o sustento dos missionários e índios, como também possibilitava a venda de excedentes.

Ana Lunara da Silva Morais é Doutora pelo Programa Interuniversitário de Doutorado em História (PIUDHist), vinculado ao Centro Interdisciplinar de História, Culturas e Sociedades (CIDEUHS), Universidade de Évora, Portugal.

Referências:

ANais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Vol. 39. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1917.

ANais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Vol. 66. Rio de Janeiro: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1948.

ALVEAL, Carmen Margarida Oliveira. **Converting Land into Property in the Portuguese Atlantic World, 16th-18th Century.** 2007. fls 387. Tese (Doutorado em História) – Johns Hopkins University, 2007.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712 - 1728.** 8 v. Disponível em: <<http://www.brasiliiana.usp.br/dicionario/edicao/1>>. Acessado em 28 set.2020.

CASCUDO, Luís da Câmara. **História do Rio Grande do Norte.** 2º ed. Natal; Rio de Janeiro: Fundação José Augusto; Achiamé, 1984.

_____. **Nomes da terra. Geografia, História e toponímia do Rio Grande.** Natal: Fundação José Augusto, 1968.

CÓDIGO Filipino ou Ordenações e Leis do Reino de Portugal: recopiladas por mandado d'el-Rei

¹⁸ MOTTA, 2008; ALVEAL, 2007.

¹⁹ GROSSI, 2006, p. 30.

Dom Felipe I. Ed. Fc. - similar da 14ª ed. de 1821 / Por Cândido Meneses de Almeida. Brasília: Edições do Senado Federal, Conselho Editorial, 2004. (Edições do Senado Federal, v. 38-A).

DOCUMENTAÇÃO histórica pernambucana. Recife: Imprensa Oficial, 1954, v.1, p. 195-198.

GROSSI, Paolo. **História da propriedade e outros ensaios.** Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

PORTO, Costa. Estudo sobre o sistema sesmarial. Recife: Imprensa Universitária da Universidade Federal de Pernambuco, 1965.

MORAIS, Ana Lunara da Silva. **Entre veados, carneiros e formigas: conflito pela posse de terra na ribeira do Ceará-Mirim, e concepções de mentalidade possessória, 1725-1761.** 2014. 228f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2014.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Nas fronteiras do poder: conflito e direito à terra no Brasil do século XIX.** Rio de Janeiro: EDUFF, 2008.

Coluna



BESOURO, DO REGISTO POLICIAL À EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA. Qual a importância do filme para educação básica?

Por Djalma Barros e Silva Vasconcelos
e Maria Emilia Vasconcelos dos Santos

RESUMO: Este artigo busca articular contribuições do filme “Besouro, nasce um Herói (2009)” na formação de uma educação antirracista. A princípio, faremos uma análise a partir das influências ideológicas que vão minar a educação durante o período do pós-abolição e espalharem, para diversas gerações, mitos e preconceitos. Por isso, no decorrer do artigo, detalharemos como a película pode construir um conhecimento que desarticula visões equivocadas sobre a capoeira, o pós-abolição e sobre a figura histórica Besouro. Visto isso, nortearíamos a apresentação do filme em sala de aula, visando auxiliar o professor(a) a alcançar o principal objetivo de ensinar História, na perspectiva de proporcionar ao estudante uma educação cidadã e antirracista.

Palavras-chave: Besouro; história; filme; educação; pós-abolição.

Introdução

É muito comum considerar a educação como o principal caminho para solucionar nossos problemas sociais. Porém, não podemos esquecer que ela também foi um importante veículo para exercer domínio de classe, gênero e raça. No Brasil, as influências da elite branca

dominante, entre o período pós-abolição até meados do século XX, foram importantes para a estruturação do racismo¹ na educação, influenciando o pensamento de diversas gerações.

¹ Por racismo, entende-se o conjunto de práticas que estão ligadas à lógica estrutural econômica, política e jurídica, na qual se subjugam indivíduos não brancos: negros, pardos e indígenas.

Por isso, apesar da existência de políticas e propostas antirracistas sobre a identidade negra na escola, ainda encontramos, nos dias de hoje, resistências de membros da comunidade escolar de adesão à lei 10.639/2003, que versa sobre o ensino de História e cultura africana e afro-brasileira nas escolas.

Para falarmos sobre a atualidade, é preciso fazermos um breve resumo sobre as dinâmicas históricas que remetem ao fim do período escravista no Brasil. De antemão, precisamos considerar que o racismo, segundo Almeida,² é estrutural por corresponder ao resultado de um processo histórico, ou melhor, político e histórico. Neste sentido, a desigualdade racial no Brasil tem o peso dos mais de 300 anos de escravidão e perfilou-se no início do século XX ao surgimento do mito da democracia racial. Domingues³ afirma que esse modelo de interpretação da realidade social, no qual pretos, brancos e mestiços vivem harmoniosamente e de maneira igualitária, teve três motivos para sua legitimação.

O primeiro deles foi a potencial desarticulação de movimentos que poderiam retaliar os ex-senhores, devido ao ódio acumulado durante o cativeiro. O segundo motivo surgiu para livrar o Estado brasileiro da obrigação da implementação de políticas compensatórias aos ex-escravizados. E, por fim, como um terceiro motivo, a busca de isentar o ex-senhor de qualquer responsabilidade sobre o destino e as condições de vida do seu ex-cativo. Neste sentido, afirma Domingues:

Havia, no Brasil, os elementos para a fabricação ideológica do mito da democracia racial. Desde o período colonial, passando pela época do Império, a classe dominante foi treinada a ver os negros como seres inferiores, mas, simultaneamente, aprendeu a abrir exceções para alguns indivíduos negros e mulatos. O espaço na sociedade para o negro era cedido desde que não se colocasse em risco o domínio da “raça” branca.⁴

Essa ideologia foi muito útil para formar uma homogeneidade cultural e teve, na educação, um terreno fértil para a sua divulgação, visto que, até por volta da década de 1960, era comum a ideia de que o ensino de História estabelecia-se de maneira hierárquica entre a academia e a escola. Desta feita, o conhecimento histórico era produzido na universidade e didatizado pelo professor nos estabelecimentos de ensino, como nos mostrou Silva.⁵ Um bom exemplo é a obra ‘Casa-Grande & Senzala’, de Gilberto Freyre, que teve muita influência do mito da democracia racial, e desde a década de 1930, ganhou espaço nos livros didáticos da educação básica e na consciência histórica da população brasileira.

Dessa forma, esse processo de homogeneização da sociedade brasileira foi alimentado de maneira sutil e refinada dentro da educação. E, assim, foi criado também um fenômeno de invisibilização da cultura negra no consciente coletivo nacional, haja vista que:

A cultura, seja na educação ou nas ciências sociais, é mais do que um conceito

2 ALMEIDA, Silvio Luiz de. Racismo Estrutural. São Paulo. Pólen, 2019.

3 DOMINGUES, Petrônio. O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930). Diálogos Latinoamericanos, Aarhus, 10, p. (116-131), 2005.

4 Idem, p.118.

5 SILVA, Cristiane Bereta da. Conhecimento Histórico Escolar. Dicionário de Ensino de História. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2019.

acadêmico. Ela diz respeito às vivências concretas dos sujeitos, à variabilidade de formas de conceber o mundo, às particularidades e semelhanças construídas pelos seres humanos ao longo do processo histórico e social.⁶

Nesse caso, também podemos inferir que, ao longo dessa experiência histórica no Brasil, formou-se uma classificação e hierarquização racial através da educação, que, conseqüentemente, passou a ser refletida pela cultura. Por isso, achamos justo exigir que o mesmo espaço que corroborou para relações raciais desiguais, seja o espaço no qual as construções de práticas pedagógicas culturais afirmativas oponham-se à discriminação racial e à naturalização das diferenças étnico raciais.

Não podemos deixar de considerar que os movimentos sociais educacionais negros foram importantes atores contra a formação dessa homogeneidade cultural, promovendo, desde meados do século XX, debates sobre o lugar da diversidade e da diferença cultural no Brasil contemporâneo. Santos e Machado⁷ apresentam uma amostra do engajamento desses movimentos a partir dos encontros municipais e estaduais articulados pelo movimento negro, os quais tinham o intuito de refletir a participação do negro no processo da constituinte.

Durante a formação da Constituição, segundo as autoras, o que estava em maior evidência diante das pautas exigidas pelo movimento negro foi o compromisso da Constituição de 1988 com o combate a todas as formas de discriminação e o

racismo, valorizando e respeitando a cultura e a diversidade do ensino de História das populações negras no Brasil.

Os avanços que conquistamos até aqui também estão associados a ações de nível internacional como a III Conferência Mundial Contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), em 2001, sendo que, naquela ocasião chefes de Estados presentes comprometeram-se a adotar medidas reparatórias a seus descendentes. Esse evento trouxe mais fôlego para os debates e pressões feitas pelos movimentos sociais negros e pela sociedade civil organizada contra o racismo, resultando em vitórias importantes no executivo e no legislativo.

Em suma, é importante considerar os muitos avanços no cenário da educação brasileira sobre as pautas que se relacionam com o ensino de História africana e afro-brasileira. Neste sentido, um exemplo disso é a lei 10.639/2003. Porém, concordamos com Santos e Machado⁸ sobre a necessidade de ter muito por fazer no campo das práticas pedagógicas relacionadas com o recorte racial. Para essa finalidade, consideramos as narrativas fílmicas como um instrumento relevante para o entendimento da História. Assim, refletiremos como o filme “Besouro, nasce um herói” pode ser uma ferramenta importante para trabalharmos a construção de um conhecimento histórico complexo, por um viés mais diverso, cidadão e antirracista.

6 GOMES, Nilma Lino. Cultura Negra e Educação. Revista Brasileira de Educação, no 23, Maio/Jun/Jul/Ago 2003, p.75.

7 SANTOS, Sônia Querinos dos Santos e.; MACHADO, Vera Lúcia de Carvalho. Políticas públicas educacionais: antigas reivindicações, conquistas (Lei 10.639) e novos desafios. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 95-112, jan./mar. 2008.

8 Idem.

Besouro, entre o filme e a história.

Lançado em 2009, dirigido por João Daniel Tikhomiroff, o filme *Besouro* apresenta um personagem negro nascido em Santo Amaro da Purificação, no interior da Bahia, no início do século XX. O filme busca apresentar o momento histórico, anos depois da abolição da escravidão, permitindo-nos observar as resistências, crenças e lutas promovidas pela população negra. A obra apresenta-se como um bom documento para pensar e debater as relações étnico-raciais de brancos e negros do início do século passado. Nesse intuito, a produção considerou diversos aspectos sociais da época e buscou reconstruir aquele período, trazendo uma dimensão histórica da escravidão e do pós-abolição no recôncavo baiano.

Para essa tarefa, os abusos físicos, morais e sexuais, presentes na narrativa fílmica, expressam elementos fundamentais para apresentar aos estudantes como se davam as relações entre ex-senhores e ex-escravizados. Com isso, o filme oportuniza a percepção da violência do processo histórico que foi a escravidão, além de compreender que a dinamicidade do imediato pós-abolição não foi composta por rupturas bruscas, tornando-se, assim, uma ferramenta que nos permite trazer de forma mais efetiva aquilo que o currículo escolar invisibiliza.

No entanto, como um filme do gênero histórico, o enredo irá se apoiar na trajetória de *Besouro*. Nosso protagonista foi inspirado num homem que entrou para a historiografia através dos relatos orais e dos registros policiais. *Besouro* é o apelido dado a Manoel Henrique Pereira, capoeirista famoso pelas suas histórias de brigas e disputas, ora com a polícia, ora com as elites locais. Como consequência de uma vida turbulenta, *Besouro* não chegou nem aos 30 anos

de idade. A circunstância de sua morte é motivo para muitas discussões dentro da historiografia, no entanto, todas concordam que a traição foi a principal causa.

Diante da falta de registros que confirmem o motivo da morte do *Besouro Mangangá*,⁹ os estudiosos recorreram a memórias, cantigas¹⁰ e ladainhas de capoeira, as quais narram que *Besouro* teria sido vítima de uma emboscada e fora morto com uma faca de tucum,¹¹ considerada a única forma de assassinar o capoeirista que tinha o corpo fechado.¹² Dessa mescla entre História e mitologia, será extraída a narrativa explorada pelo diretor para produzir o desfecho do filme.

Ao focarmos em outro ângulo de análise da trama, percebemos que ela também pode ser utilizada para desmistificar os preconceitos em torno de *Besouro* e da arte da Capoeiragem. Primeiramente, sobre a capoeira, o filme apresenta um olhar dessa prática marcial para além dos indivíduos presos e perseguidos pelos órgãos de vigilância.

Fazendo um breve arrazoado histórico da capoeira, ela é uma arte-marcial de origem negra, que, durante o império e a Primeira República, foi muito utilizada para atender interesses políticos. Ozanam,¹³ em suas pesquisas para o Recife dos primeiros anos republicanos, mostra os capoeiras atuando como capangas eleitorais, guarda costas

9 Outro apelido atribuído a Manoel Henrique.

10 A música composta pelo camarada Amâncio, do grupo Abadá Capoeira, “Faca de Tucum Matou Besouro Mangangá” é um exemplo disponível em: < https://www.youtube.com/watch?v=pHKYaK8MbdI&t=22s&a_bchannel=CapoMusic >

11 Também conhecida como “Ticum” ou “tecum”

12 Expressão usada para o pacto ritualístico que tem, como objetivo, proteger o indivíduo de se machucar ou se ferir.

13 OZANAM, Israel. Capoeira e capoeiras entre a guarda negra e a educação física no Recife. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013

ou fazendo parte de grupos que tinham ações ordenadas por partidos políticos. Utilizando o exemplo das situações eleitorais, era comum ver a capoeira inserida em confusões e, muitas vezes, a serviço dos brancos.

Por isso, tanto no Recife, como no resto do país, foi criado o estigma da capoeira ser uma prática violenta, implicando sua proibição através do decreto 847 de 11 de outubro de 1890.¹⁴ No entanto, mesmo ilegalmente, a prática continuou, afinal, a capoeira já se fazia presente no país desde o século XVII e foi ocupando papéis estratégicos dentro da sociedade.

Em contraposição à imagem dos capoeiras como vadios, marginais e brigões, o trabalho de pesquisa histórica realizado pelo diretor do filme *Besouro* e sua equipe de roteiro revelou para o grande público um cotidiano distinto do estigma criado sobre o capoeirista no período do imediato pós-abolição. Algumas cenas expõem figuras como o personagem Chico¹⁵ (interpretado por Leno Sacramento), um pescador e comerciante, que se ocupava também como capoeira, convergindo com o que o historiador Antônio Liberac¹⁶ expôs sobre a capoeira ser uma prática cultural presente na vida dos trabalhadores.

Vale ressaltar que, inclusive, o próprio *Besouro* era trabalhador, mesmo com a fama de ser exímio capoeirista e, por entrar em constantes conflitos com a polícia, “*Besouro* trabalhou em vários lugares, geralmente em fazendas e engenhos,

lugares onde ele foi vaqueiro, zelador, pescador, entre outras atividades de ganho”.¹⁷ Curiosamente essa informação deixa-nos em aberto uma questão: Como surgiu a imagem de Manoel Henrique Pereira e como passou a ser restrita a um encenqueiro, valentão e desordeiro¹⁸ por um longo tempo?

Sobre os preconceitos referentes a pessoa do *Besouro*, no filme, o protagonista (interpretado por Ailton Carmo) contracenava com Exu¹⁹ (interpretado por Sérgio Laurentino). Ao entrar em um conflito com o Orixá, *Besouro* acaba quebrando barracas e destruindo parte da feira de Santo Amaro. Em seguida, os capangas acompanhando o coronel da cidade entram em conflito com o capoeirista, mas este acaba escapando. Sequencialmente, o coronel faz uma declaração: “Tem gente que só destrói, mas ainda bem que tem gente que trabalha, não é mesmo?!”.²⁰

O trecho do filme acima referido responde a nossa pergunta sobre o lugar social em que emerge a imagem de *Besouro* como um desordeiro e como o relato oral foi o principal veículo para essa difusão. Até mesmo nos espaços da capoeira, a imagem de *Besouro* também passou a ser associada à bagunça e pancadaria. Embora muitas de suas histórias estejam envolvidas em confusões, a biografia de *Besouro Mangangá* não se resume apenas a isso: “Dizem que *Besouro* geralmente brigava se fosse provocado. Do contrário, costumava ser uma pessoa educada e tranquila. Sabia manter o respeito aos patrões que pagavam os trabalhadores e não os tentasse humilhar”.²¹

14 Código Penal de 1890 Disponível em < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-847-11-outubro-1890-503086-publicacaooriginal-1-pe.html> >

15 Minuto 8:49

16 PIRES, Antônio Libera c Simões. *A Capoeira no jogo das cores: Criminalidade, Cultura e Racismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1937)*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1996.

17 OLIVEIRA, Marcio Custódio de. *Capoeira, Desobediência e Educação*, Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista (Unesp), Rio Claro, 2018, p.77

18 Expressão comumente encontra da nas documentações referente à Mangangá.

19 Filme *Besouro* 25:00 min

20 Filme *Besouro* 28:58 min

21 OLIVEIRA, Marcio Custódio de. *Capoeira, Desobediência e Educação*, Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual

Essas características trazidas pela historiografia são apresentados pela obra, que, por sua vez, municia-nos com os elementos necessários para ressignificar a imagem daquele que era considerado um brigão, em um homem justo, valente e companheiro. A partir das pesquisas e do filme, é-nos permitido também interpretar a capoeira, vista como arte marginal praticada por vadios e homens de baixa extração, em uma prática esportiva de heróis e trabalhadores. Sendo assim, um dos méritos do filme é a consolidação dessas mudanças de perspectivas. Porém, qual a importância para uma sociedade forjada no racismo a reformulação da figura de Besouro?

A importância de reconhecer Besouro em uma nova versão, como um justiceiro, como um interventor pelos seus pares perante situações de desvantagens e opressão foi destacado por Gomes.²² A estudiosa assevera que o filme Besouro é uma obra importante para a compreensão da trajetória de negros e negras no Brasil e como eles lutavam por suas liberdades e dignidade.

A trajetória de Besouro é marcada por vivências que remetem a situações comuns à população negra e à grande parcela das camadas populares. Mesmo que, em seu artigo “Relações Étnico-Raciais, Educação e Descolonização dos Currículos”, Gomes²³ não se detenha a tratar do filme, mas da peça teatral que traz a trajetória de Mangangá, ela considera que a apresentação foi uma excelente “aula”.

Ela dá esse adjetivo à encenação teatral, por compreender que ali se transmitiu didaticamente a relação entre conhecimento, cultura e ação

política. Por entender que essa relação entre os elementos apontados pela autora também se estende ao filme e por compreender que este é uma importante ferramenta para uma educação antirracista, é que pensamos nortear sua exibição dentro de sala de aula.

Uso do filme Besouro no ensino de História e a valorização cultural das populações negras

Antes de fazer uma análise sobre o uso do filme, vale lembrar que ele faz parte do gênero de ação/artes-marciais, inclusive com a arte da capoeira substituindo um lugar comumente ocupado das artes marciais orientais. Para que não ocorra o equívoco dos alunos passarem despercebidos pelos elementos pedagógicos que a trama apresenta e compreenderem o filme como uma simples hora de lazer, é interessante que o professor/a em uma aula anterior tenha trabalhado o conteúdo de escravidão no fim do século XIX e o pós-abolição.

Ao final da mesma aula, apresente a obra dirigida por Tikhomiroff como uma representação do período que pode ser analisada para construir reflexões sobre esse tempo histórico, sobre o personagem, a sociedade e sobre as práticas culturais de matriz afro-brasileira, principalmente, sobre a capoeira.

Uma abordagem que pode ser utilizada para “Besouro nasce um herói” é seu uso como um “texto” gerador de debates articulados previamente pelo professor, nesse caso, a obra estaria vinculada ao período do pós-abolição e suas dinâmicas. Segundo Marcos Napolitano (2009):

Esta abordagem pode ser mais adequada no trabalho com os Temas Transversais: cidadania,

Paulista (Unesp), Rio Claro, 2018, p.80.

22 GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-Raciais Educação e Descolonização dos Currículos. UFMG - Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.

23 Idem.

meio ambiente, sexualidade, diversidade cultural, etc. Em princípio, todos os filmes – “comerciais” ou “artísticos”, ficcionais ou documentais – são veículos de valores, conceitos e atitudes tratados nos Temas Transversais, com possibilidade de ir além deste enfoque. Neste sentido, o cinema é um ótimo recurso para discuti-los.

Na sala de aula, as reflexões em torno da obra podem nos ajudar a pensar como os processos históricos estruturaram o racismo até os dias atuais. Para auxiliar o professor/a, nesse exercício, a pesquisa do IPEA²⁴ para avaliar as condições sociais da população negra no país é uma boa ferramenta. Realizada no ano de 2009, ela mostra que o rendimento médio por um mês de trabalho de uma pessoa negra, chegou a ser 42% menor que de pessoas brancas; ao analisar as condições per capita, 76% da população que recebe menos que um salário-mínimo é negra²⁵ quando nos deparamos com a taxa de homicídios em 100 mil habitantes, notamos que, comparado aos brancos, a quantidade de pessoas negras mortas no ano de 2009 foi de 113% a mais.

Expresso em outros termos, pelos dados do IPEA, podemos concluir, junto aos estudantes, que até os dias atuais, os afro-brasileiros sentem as marcas da ausência do Estado em relação a políticas compensatórias para a população negra desde o pós-abolição, situação de fácil representação logo no início da película. Outro ponto interessante na produção do longa-metragem é o fato dele gerar uma maior possibilidade para a difusão da figura de Besouro.

Um protagonista negro, assumindo o papel

de herói, é resultado dos vários anos de luta dos movimentos negros no país. Concordamos com Domingues²⁶ quando afirma que o filme cometeu uma falha ao simplificar a história de um homem como Mangangá e configurou a produção para os moldes de filmes de artes marciais orientais. No entanto, não negamos que isso pode atrair o público para assistir à película e ter contato com um herói que foge à percepção heroica formada pela hegemonia cultural branca. Esse entendimento que é responsável por invisibilizar uma gama de tradições culturais dos povos africanos e afro-brasileiros.

Neste sentido, Gomes defende que: “Trabalhar com a cultura negra, na educação de um modo geral e na escola em específico, é considerar a consciência cultural do povo negro, ou seja, é atentar para o uso autorreflexivo dessa cultura pelos sujeitos”.²⁷ Ela também ressalta o significado disso para negros e negras de todas as faixas etárias, na construção, na vivência e na reinvenção das tradições culturais de matriz africana. Em outras palavras, a autora alerta-nos sobre a importância do pertencimento do indivíduo negro, tanto enquanto negro em sua coletividade, quanto também a sua ancestralidade, uma das formadoras da cultura nacional.

Ao encontro de Gomes,²⁸ Dutra²⁹ apresenta-nos uma análise sobre como ações afirmativas sobre a identidade negra podem auxiliar no combate às

²⁶ DOMINGUES, Petrônio. Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Universidade de São Paulo, Programa de História Social, 2005.

²⁷ GOMES, Nilma Lino. Cultura Negra e Educação. Revista Brasileira de Educação nº 23, Maio/Jun/Jul/Ago 2003, p.79.

²⁸ Idem.

²⁹ DUTRA. Beatriz dos Santos. A valorização da identidade negra nas escolas. Universidade Federal de Minas Gerais, Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT Programa de Pós-Graduação Lato-Sensu Especialização em Gênero e Diversidade na Escola. Belo Horizonte, 2016,

²⁴ Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

²⁵ Ver mais em: Situação Social Brasileira Organiza dores Jorge Abrahão de Castro Herton Ellery Araújo monitoramento das condições de vida 2 <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_situacaosocial_vida_2.pdf >

desigualdades raciais ocorridas na escola. Mas, para isso, é importante a participação da escola no processo de afirmação da identidade, pontua a autora, visto que é lá onde crianças e jovens passam maior parte do tempo e, por ser uma instituição formal, ela é responsável por repassar o legado cultural de uma coletividade.

Esse repasse cultural antirracista deve: “Refletir sobre a cultura negra, ressaltando sua importância por ter contribuído em muito para a nossa cultura [...]”.³⁰ Sendo a identidade um conceito intrínseco à formação cultural e ao pertencimento a um grupo, é correto afirmar que reconstruir o legado cultural negro e trazer: “A importância que a construção da identidade negra positiva possui, é de ser o melhor caminho para a conquista das pessoas afrodescendentes”,³¹ ou seja, conhecimento, cultura e ação política são elementos presentes na obra cinematográfica, que reúne na figura de um herói capoeirista negro, combativo dentro de uma sociedade racista do pós-abolição, diversos elementos na cultura de matriz afro-brasileira. Eles são elementos que tanto educam, quanto valorizam a identidade negra.

Conclusão

Devido aos processos vivenciados pela estruturação do racismo na educação, faz-se necessário trazer para dentro do espaço escolar debates que envolvam temas ligados às dinâmicas histórico-políticas do pós-abolição, à apresentação e à valorização da cultura negra e ao antirracismo. Por isso, buscamos trazer com o filme “Besouro nasce um herói” uma ferramenta didática que pudesse auxiliar o professor/a de História a

construir o conhecimento que abrangesse a complexidade e a completude que o processo do pós-abolição apresenta. Paralelamente, tentamos apresentar um caminho para a desconstrução de preconceitos construídos ao longo da História sobre Besouro e a capoeira. Em suma, o filme mostra-se como uma ferramenta rica para o exercício da reflexão sobre a construção do racismo e o combate aos seus males na sociedade, quando mediada pelo docente em consonância ao conteúdo trabalhado previamente em sala de aula.

Djalma Barros e Silva Vasconcelos é estudante de Licenciatura em História da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e bolsista do Programa de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID UFRPE) e **Maria Emilia Vasconcelos dos Santos** é doutora em História Social da Cultura pela Unicamp e professora do Departamento de História da UFRPE, da Pós-graduação em História da UFRPE e do Profhistória UFPE.

Referências Bibliográficas

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo Estrutural**. São Paulo. Pólen, 2019.
- BELFANTE, Diego Bezerra. **Besouro: de Valentão a Herói**. XXVII Simpósio Nacional de História, Conhecimento histórico e diálogo social. Natal: ANPUH Brasil, 2013.
- DOMINGUES, Petrônio. **Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica**. Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Universidade de São Paulo, Programa de História Social, 2005.
- DOMINGUES, Petrônio. **O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930)**. Diálogos Latinoamericanos, Aarhus, 10, 2005.
- DUTRA, Beatriz dos Santos. **A valorização da identidade negra nas escolas**. Universidade

³⁰ Idem, p.1.

³¹ Idem, p. 16.

Federal de Minas Gerais, Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT Programa de Pós-Graduação Lato-Sensu–Especialização em Gênero e Diversidade na Escola. Belo Horizonte, 2016.

FERREIRA, Rodrigo de Almeida. **Cinema, educação e História Pública, Dimensões do filme ‘Xica da Silva’**. In: Introdução à História Pública. São Paulo: Letra e Voz, 2011.

FONSECA, Vivian Luiz. **O ensino de História, a diversidade cultural, e o antirracismo. Reflexões a partir da história oral e da história da capoeira**. História oral e educação, experiência, tempo e narrativa. São Paulo: Letra e Voz, 2019.

GOMES, Nilma Lino. **Cultura Negra e Educação**. Revista Brasileira de Educação, no 23, Maio/Jun/Jul/Ago 2003.

GOMES, Nilma Lino. **Relações Étnico-Raciais Educação e Descolonização dos Currículos**. UFMG - Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.

LOPES, Edite Nascimento. **História, cinema e representações: a África a partir de filmes Hollywoodianos**. 1.ed. - Curitiba: Editora Prismas, 2017.

LIMA Ribeiro Neto, Álvaro. **Atmosferas sonoras no cinema: Elementos sonoros culturais em meio ao naturalismo e o hiper-realismo nos filmes Barravento (1962, GLAUBER ROCHA) e Besouro (2009, JOÃO TIKHOMIROFF)**. Tese de mestrado, Universidade Federal da Bahia, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. Salvador, 2018.

NAPOLITANO, Marcos. **Cinema: experiência cultural e escolar**. In: Caderno de Cinema do Professor 2. Governo do Estado de São Paulo Secretaria da Educação Fundação para o Desenvolvimento da Educação. São Paulo, 2009.

OZANAM, Israel. **Capoeira e capoeiras entre a guarda negra e a educação física no Recife**. Dissertação (mestrado) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2013.

OLIVEIRA, Marcio Custódio de. **Capoeira, Desobediência e Educação**, Dissertação (mestrado), Universidade Estadual Paulista (Unesp), Rio Claro, 2018.

PIRES, Antônio Liberac Simões. **A Capoeira no jogo das cores: Criminalidade, Cultura e Racismo na cidade do Rio de Janeiro (1890-1937)**. Tese de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 1996.

PIRES, Antônio Liberac Simões. **Movimentos da cultura afro-brasileira: a formação histórica da capoeira contemporânea (1890-1950)**. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, 2001.

SANTOS, Sônia Querinos dos Santos e; MACHADO, Vera Lúcia de Carvalho. **Políticas públicas educacionais: antigas reivindicações, conquistas (Lei 10.639) e novos desafios**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 16, n. 58, p. 95-112, jan./mar. 2008.

SILVA, Cristiane Bereta da. **Conhecimento Histórico Escolar**. Dicionário de Ensino de História. Rio de Janeiro, FGV Editora, 2019.

SOARES, Carlos Eugênio Líbano. **A Capoeira escrava no Rio de Janeiro. 1808-1850**. São Paulo: Biblioteca Central da Unicamp, 1998. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

SODRÉ, Muniz. **Santugri: histórias de mandinga e capoeiragem**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1988a.

Fontes

Situação social brasileira: monitoramento das condições de vida 2 / organizadores: Jorge Abrahão de Castro, Herton Ellery Araújo. – Brasília: Ipea, 2012.

Base Nacional Comum Curricular disponível em < http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf >

Besouro Nasce um Herói, direção de João Daniel Tikhomiroff. Rio de Janeiro, 2009. Disponível em:<https://www.youtube.com/watch?v=GxG1D9I_tko&t=529s&ab_channel=BernardoLacerdadosSantos>

Coluna



THE WALKING DEAD: a morte do progresso em alerta

Por Rafael Garcia Madalen Eiras

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar o seriado de terror apocalíptico The walking Dead que se mescla com diversas tendências e estéticas da atualidade, mas que também traz uma clara mensagem de crise neoliberal, e por tanto, revela o fim do progresso histórico, o fim da sociedade ocidental, como o próprio fim do mundo. Como se a única forma de se vivenciar as experiências materiais fossem voltadas para as lógicas ocidentais, centradas no sujeito moderno, em que se baseia todo o desenvolvimento do capitalismo. Uma lógica fixa que nos dias de hoje parece ser uma mentira.

Palavras-chave: História, cinema, progresso.

Introdução

De repente, o mundo é tomado por “mortos que andam” (walking dead), mas o planeta Terra ainda está lá, o sol ainda brilha, os animais ainda vivem, os mares e paisagens diversas estão intactos, mas a humanidade não teria mais um futuro. Esse é basicamente o enredo do seriado de televisão

The Walking Dead (EUA, 2010), uma narrativa de sobrevivência, da continuidade de uma humanidade que não pode mais progredir. Seria, então, o principal tema da narrativa, mais do que uma ficção científica distópica, o fim do progresso histórico em um momento em que não se pode mais seguir uma perspectiva de mundo baseada em uma dinâmica linear e universal? Como se a impossibilidade de erguer uma nova civilização

pela ameaça da morte, revelasse a fragmentação do sujeito contemporâneo? Um grande alerta de um iminente fim do mundo em que as relações capitalistas, o bem-estar social, as bases de uma sociedade ocidental, branca e machista, estivessem seguindo diretamente para o caos social. Uma perspectiva que faz o seriado ser percebido como um manual moralista de como resgatar um mundo moderno, regido pelas lógicas históricas universalizantes.¹ Essa força historicista que no mundo contemporâneo parece estar barrada por um intenso presente. (GUMBRETH, 2010).

Este artigo pretende, desta forma, analisar este terror contemporâneo, que se mescla com diversas tendências e estéticas da atualidade, mas que também traz uma clara mensagem de crise neoliberal,² e por tanto, revela o fim do progresso histórico, o fim da sociedade ocidental, como o próprio fim do mundo. Como se a única forma de se vivenciar as experiências materiais fossem voltadas para as lógicas ocidentais, centradas no sujeito moderno, em que se baseia todo o desenvolvimento do capitalismo. Uma lógica fixa que nos dias de hoje parece ser uma mentira (HALL, 2011)

1 Considerando que “universal” pode ser lido como uma composição do latim unius (um) e versus (alternativa de...), fica claro que o universal, como um e o mesmo, contradiz a ideia de contraste ou alternativa inerente à palavra versus. A contradição ressalta o um, para a exclusão total do outro lado. Este parece ser o sentido dominante do universal, mesmo em nosso tempo. Mas a contradição é repulsiva para a lógica. Uma das maneiras de resolver esta contradição é introduzir o conceito de pluriversalidade. (RAMOSE, 2011,p.5)

2 Um regime econômico e político “nas quais as políticas estaduais se sincronizam com as práticas culturais para aplicar individualismo baseado como uma lógica governamental entre as instituições e práticas da vida cotidiana. Da mesma forma, Eva Cherniavsky enfatiza o impacto do neoliberalismo na compreensão das responsabilidades dos cidadãos e do estado, em que o estado neoliberal ‘abdica’ de sua função coletiva em favor do imperativo de expansão de “garantir a propriedade privada” (SUGG, 2015, p.5, tradução nossa)

Partindo dessa análise, a pós-modernidade³ é percebida como a crise de uma de postura totalizante do saber proposto pelo pensamento moderno, das grandes narrativas, questionando a própria noção de razão Iluminista, onde uma ideia de progresso é colocada em cheque. Sendo a “condição pós-moderna” uma polêmica contra as metanarrativas. (GUMBRECHT, 2011). Dessa forma, a análise do passado para se perceber o progresso para um futuro foi profundamente modificado, pois o futuro é hoje cada vez mais uma ameaça, um risco que toda a humanidade corre.

O historiador francês François Hartog (2003) através do seu conceito intitulado de Presentismo analisa a existência de uma crise do historicismo no processo historiográfico. “O fim deste regime moderno significa que não é mais possível escrever história do ponto de vista do futuro e que o passado mesmo, não apenas o futuro, se torna imprevisível ou mesmo opaco. Deve ser aberto” (HARTOG, 2003; p.11) Atitudes contemporâneas exemplificam a sua ideia, e como ele próprio aponta, a relação para com a morte; a extrema valorização da juventude; as técnicas que tendem a suprir o tempo, ou estendê-lo, através do

3 Importante, neste contexto, perceber uma frequente confusão conceitual entre pós-modernidade e o de pós-modernismo. Pós-modernidade se relaciona a um período histórico, e pós-modernismo se refere a um campo cultural. “A distinção é análoga à de modernidade e modernismo, a que todos estão mais acostumados: a modernidade teria começado com a Revolução Industrial, em meados do século XVIII; o modernismo, mais de 100 anos depois, no final do século XIX segundo alguns, no início do século XX segundo outros, com Picasso, Stravinsky, James Joyce etc. Percebe-se que, assim como nem toda a cultura da modernidade pode ser chamada de modernista, nem tudo é pós-modernista numa época pós-moderna. Da mesma forma, pós-moderno não equivale a contemporâneo, palavra que designa o que é atual, seja pós-moderno ou não. Em nossa época, tudo é contemporâneo, mas nela convivem o tradicional, o moderno e o pós-moderno, por exemplo nas artes.” (PUCI JR, 2016, p.361)

computadores e novas mídias; são responsáveis por transformarem o presente em um espetáculo à parte. Revelando um mundo cada vez mais fragmentado e incerto, se forem pensadas nas práticas e organizações do mundo centradas no sujeito moderno.

O seriado reproduz justamente essa falta de progresso, no entanto, ele revela essas perspectivas pós-modernas como um vírus letal, que em vez de criar outras, gera hordas de sujeitos zumbificados, seguindo suas vidas sem desejos humanos: a imagem da morte. Revelando por um lado o medo neoliberal do fim de suas lógicas, mas também revelando a incapacidade do sistema capitalista de agenciar outras perspectivas de mundo que não sejam as suas. Tanto que para Deleuze e Guattari (2010) o problema não é o caos como parte da dinâmica do mundo, mas a forma como se trava a batalha de organização do mundo, criando corpos que se relacionem com as suas complexidades de forma que se permita ir além das superfícies, das simples opiniões. Que passam pela estética, pela arte, pela filosofia e pela ciência na reorganização e diálogo com o caos de forma constante. Ao invés de um processo que tenta através da violência construir uma espécie de guarda-chuva para barrar as forças caóticas, reafirmando uma modernidade que não pode ser mais reorganizada.

Os zumbis apocalípticos são a crítica neoliberal a essas outras formas de se experimentar o mundo que a pós-modernidade revalida, são outras formas de vida, devires constantes, mas que são interpretados como o fim do próprio sujeito. Um mundo capitalista agenciado por tristezas na manutenção de modelos e desejos uniformes, em que o ideal é o homem branco ocidental e suas formas de sociabilidade erguidas pela violência e exclusão do “outro.” Neste sentido, a ameaça

do fim de um futuro, propagada pela multidões de tristezas zumbificadas, forçam uma narrativa entristecida, violenta, que produz subjetividades impotentes. São um alerta desesperado de um possível fim das lógicas neoliberais diante de um mundo contemporâneo em que se é permitido desejar através de outras ordens que não a máquina binária capitalista.

QUANDO OS MORTOS ANDAM

O seriado promove uma narrativa de um futuro fictício iminente, como se o que acontece na estrutura dramática pudesse acontecer amanhã. O enredo é centralizado na figura do ex-policia Rick Grimes que acorda de um coma apenas para descobrir que o mundo foi devastado pelo Apocalipse Zumbi. Desesperado e sem saber o que está acontecendo, ele sai de um hospital abandonado e repleto de mortos vivos para procurar seu filho e sua esposa. A partir daí, Rick e um pequeno grupo de sobreviventes, no qual está sua família, caminham por um Estados Unidos destruído pelo fim da humanidade que eles conheciam, fugindo de manadas de zumbis e tentando desesperadamente formar uma nova sociedade em lugares possíveis de se esconder da morte que os ronda. Eles invadem presídios, usam condomínios cercados, fazendas distantes dos centros urbanos, mas todas as tentativas de se reerguer uma sociedade nova acabam com mais mortes e mais desespero. A figura heroica de liderança de Rick é o que parece manter o grupo unido, pois no caminho muitos morrem, sua esposa, seus amigos, numa jornada de constante renovação de personagens e lugares, mas que mantém a mesma dinâmica da impossibilidade de se humanizar.

Embora mantenha no decorrer de suas várias

temporadas (em 2021 estreia sua décima primeira temporada) uma estética ultra realista, repleta de violência e ação, a sua estrutura dramática sempre privilegia as relações entre os sobreviventes, mais do que no horror dos monstros que os ameaçam, como se mostrasse, por vezes, que os vivos são mais perigosos que os mortos. Uma característica que destoa de uma enorme herança do terror norte americano do gênero de zumbi, pois no seriado os mortos são um perigo que sempre alcança os personagens, mas não o que move a própria narrativa. Isso se dá porque está no esforço individual de reconstruir um novo mundo, na tentativa de se erguer alguma sociabilidade possível, o que faz o enredo seguir para um possível desenvolvimento.

Por exemplo, na nona temporada, Rick Grimes faz tudo o que pode para construir uma ponte que ligaria algumas comunidades, permitindo o início de uma nova civilização possível por um enorme movimento de ajuda mútua. Uma espécie de comunismo tribal em que cada pequena federação (se se pode chamar assim) produz em excesso o que a outra comunidade precisa, e não com o objetivo mercantil, do acúmulo do capital. No entanto, é mais uma vez, uma possível sociedade erguida pela ajuda mútua, acaba em desentendimentos e mortes entre os humanos que restam. Tanto que o herói desaparece da história, amargurado com a impossibilidade dessa sociedade utópica. Rick fica na floresta e não aparece mais, e mesmo que haja a possibilidade de seu retorno (ele deve estrelar alguns filmes solos no universo do seriado), o que fica evidente é que todo o seu heroísmo e liderança não são suficientes para lidar com essa nova realidade. Como se o necessário fosse a reconstrução de um Estado, de um poder controlador de corpos e subjetividades, da forma como se pensou Foucault (2001) com sua Biopolítica, formas de se manter

as próprias práticas capitalistas e a perspectiva colonialista surgidas com o acontecimento dos estados modernos europeus.

O seriado é uma adaptação das histórias em quadrinhos anônima criada por Robert Kirkman e Tony Moore, lançada em 2003 e finalizada em 2020 com 193 edições. Um marco para o mercado editorial do quadrinho autoral que quebrou recordes de vendas recolocando o tema do Zumbi em voga na cultura pop contemporânea. Na sua última edição, Rick Grimes morre como um mártir, sua estátua relembra todos os sacrifícios que a humanidade teve que passar na trajetória de reconstrução - ainda que parcial - da civilização. Ou seja, o fim do HQ, e que deve ser o caminho que o seriado deve seguir, é o início de uma nova sociedade ocidental (talvez erguida para afastar o perigo da fragmentação pós-moderna), tendo Rick como seu marco inicial como os diversos mitos de origem da civilização ocidental, da morte de Sócrates, a crucificação de Cristo, podendo se pensar até em uma espécie de estadolatria de extrema direita na imagem do salvador políticos.

Esse universo ficcional de *The Walking Dead*, repleto de uma perspectiva violenta, desoladora, pessimista, é um grande sucesso e se espalha por diversas outras mídias. Como em seriado derivados, é o caso de *Fear the Walking Dead* (EUA, 2015 -), ou em breves Webisódios que recontam o início do Apocalipse Zumbi (*The Walking Dead: Torn Apart*, *The Walking Dead: Cold Storage*, *The Walking Dead: The Oath*, *Fear the Walking Dead: Flight 462*, *Fear the Walking Dead: Passage*, *The Walking Dead: Red Machete*). Como também em Video Games e uma dezenas de livros contando histórias paralelas às principais. Uma enxurrada de narrativas onde os verdadeiros caminheiros mortos parecem ser os vivos, que sobrevivem em um mundo que não é mais deles, um mundo

em que a ameaça zumbi conseguiu fragmentar, destroçar a humanidade com sua potência de morte.

A ESTÉTICA DO ALERTA

A experiência estética segundo Gumbrecht (2006) se manifesta como uma interrupção no fluxo cotidiano. Ela é prontamente distinta porque “desperta em nós o desejo de detectar as condições (excepcionais) que a tornaram possível. Uma vez que ela se opõe ao fluxo de nossa experiência cotidiana, os momentos da experiência estética se parecem com pequenas crises” (GUMBRECHT, 2006, p. 51). Como se além do que é visível, da narrativa, dos personagens, da fotografia, (todos os elementos que compõem uma obra audiovisual) temos também uma sensação de instabilidade que é originada pela imagem desses elementos percebidos pelo olhar do espectador. E desta sensação, muitas vezes inexplicada, pois está no domínio das artes, pode se produzir subjetividades.

No caso de *The Walking Dead* todos esses elementos produzem um estado de alerta de forte teor reacionário, produto de uma sociedade neoliberal americana, regida pela violência, dos filmes de ação e de super-heróis originados das revistas em quadrinhos, de programas de TV e vídeo games pós-apocalípticos. O fator mais evidente desta estética alarmista é a sua base narrativa que projeta um retorno às origens de um mundo sem as facilidades das tecnologias atuais, em que somente as condições básicas de sobrevivência são possíveis, em uma reafirmação de relações de gênero, de raça, e uma série de dinâmicas colonialistas fundamentais para o domínio dos homens brancos na vida coletiva. Ou seja, de revalidar os poderes e controles

das sociedades capitalistas, que precisam a todo o custo moldar as subjetividades para que se possa produzir e consumir um mesmos produtos ao redor do mundo. “Tais normas estão fundamentadas em concepções liberais clássicas de agência e responsabilidade individuais, bem como as histórias de conquista, assentamento e domínio conhecidas como assentamento colonialista”.(SUGG, 2015, p4, tradução nossa)

Nessa configuração, o enredo de sobrevivência do programa também é um produto nostálgico, das condições pré-modernas, criando o desejo por uma ordem a ser estabelecida. Uma narrativa que é remetida diretamente a antigos filmes hollywoodianos como os filmes de faroeste (Westerns) - uma direta conexão entre o horror contemporâneo e o mito da fronteira. De um lado o homem branco e do outro o que não se enquadraria nessa concepção ideológica, revelando uma intensa relação genealógica de “sentimentos públicos” e suas relações com as condições econômicas e sociais capturadas na cultura popular.

Em contraste com as configurações e tramas retrospectivas dos westerns clássicos, *The Walking Dead* se passa em um futuro próximo contemporâneo que claramente espelha o presente atual, embora com a transformação radical do cenário social e material causado pelo vírus zumbi. Dois aspectos desta apresentação mimética de um cenário contemporâneo e seus links implícitos para um passado colonial de colonos são particularmente relevantes para os dramas da liderança masculina, sociedade e crise coletiva que se desdobram: um é o legado da estruturação econômica liberal e neoliberal de formações sociais e experiência subjetiva (geralmente conhecido como biopolítica e / ou governamentalidade, seguindo Foucault) e a outra é a função da masculinidade branca nesse legado liberal (SUGG, 2015, p.5, tradução nossa).

Um quadro estético que se afigura como um manual ficcional para uma ação social e individual após uma possível destruição do bem-estar social neoliberal. Um mundo transformado pelos zumbis em um local sem governo, sem mercados, sem correio, sem televisão. Uma advertência ao telespectador de um futuro próximo em que a agência individualista precisa ser revigorada pela ameaça do apocalipse zumbi. A “crise da masculinidade branca, bem como outras formas de agência na vida coletiva, são, portanto, ‘problemas’ que The Walking Dead coloca no centro do drama de Rick e do grupo e das condições e desafios que eles enfrentam (SUGG, 2015, p7, tradução nossa). Um cenário que propõe a crise neoliberal como o caminho que levaria o homem a um estado inferior, pré-moderno, acabando com a prodigiosa perspectiva de um progresso histórico, e assim, promove a crise estética que possa moldar uma subjetividade em que se produza desejos e agenciamentos individualistas na revalidação de uma perspectiva liberal.

No seriado, desta forma, os grandes marcos da modernidade são destroçados por hordas de mortos vivos:

(...)Walking Dead, portanto, faz duas coisas: recria cenários que imitam experiências governamentais neoliberais como uma série de “crises” que forçam os sujeitos a ação autodirigida e altamente consequente, e dramatiza processos de formação de comunidades e adaptação física e psíquica individual que tem que acontecer sob essas condições de sobrevivência. As tarefas de formar grupos humanos em comunidades defensivas funcionais - vivendo em vez do morrer - obrigam a recorrer a modos de vida e habilidades “pré-modernos” que incluem catar lixo, viver da terra e se defender contra agressores, tanto as hordas de mortos-vivos quanto outros humanos. (SUGG, 2015, p.8, tradução nossa)

Na narrativa, todo o grande esforço de se criar novas formas de sociabilidade são logo destruídas pela chegada dos mortos vivos, garantindo uma espécie de narrativa cíclica em que o progresso nunca acontece. Surge, desta forma, um esgotamento completo dos aspectos sociais, políticos, culturais e até psíquicos originados de uma preocupação contemporânea do fim do modo de vida ocidentais: o fim de uma centralidade e hierarquia dos indivíduos. São essas características em The Walking Dead que criam uma temporalidade estagnada configurada por uma subjetividade capitalista neoliberal, mesmo com a contradição narrativa entre uma caracterização nostálgica que recusa o progresso, e o desenvolvimento da imagem de um herói, que deve ter a função de fazer a narrativa avançar, progredir.

No desenvolvimento da narrativa clássica do cinema Hollywoodiano a figura do herói é central para o desenvolvimento dramático, ou seja, o herói sempre vai precisar enfrentar impedimentos que produzem uma reação que por fim produz uma subjetividade centrada, moldada pelas suas ações. É através da violência que a narrativa vai colocar e reafirmar as identidades, e essa lógica é quase transparente nos filmes de ação em que essa violência é apresentada explicitamente. No período de ouro da indústria cinematográfica americana essa lógica do cinema clássico pode ser percebida fielmente nos filmes de John Ford, Sam Peckinpah e John Sturges, entre outros. Uma história do heroísmo ocidental, masculino, branco, que repensada no seriado não pode ser vista simplesmente como uma forma nostálgica de entretenimento, mas também na tentativa de se reivindicar a figura deste heroísmo masculino existente nos westerns clássicos referentes à força colonial ocidental. Neste gênero cinematográfico a questão da fronteira e seus

homens de coragem individualistas, testados pela crueldade do ambiente hostil e selvagem, indicam também esse discurso conservador, de retomada, pela força moralizante, os conceitos de sujeito nos moldes do homem ocidental. Que consequentemente ressoa em um paradigma de homem contemporâneo, - ou pensado de forma mais radical, de homem pós-moderno - na expectativa de uma possível desordem, uma iminente crise que destruiria a forma de se viver capitalista e todos os seus benefícios.

Para Deleuze (1985) o cinema clássico, ou o da imagem-ação, estaria impregnado de segundidade, o que ele vai chamar de Syn-signo, que é a ideia do meio atualizando as qualidades e potências da narrativa. É a ambiência ditando o que se tornará ação porque é através de suas qualidades que as personalidades irão vir à tona. Para existir uma ação é necessário que o meio em que ela se propaga seja definido, pois este ambiente definirá tudo; quem é o bonzinho, quem é o malvado, quem é o selvagem e etc. No *Faroeste*, por exemplo, se pode perceber o ambiente como definidor das ações e das reações que culminaram na estrutura dramática clássica: S-A-S' (S: situação inicial, A: ação transformadora, S': situação final); o Cowboy tem que agir contra os índios que são selvagens. Tudo isto definido em poucos planos onde os índios atacam uma diligência, como no filme do diretor John Ford, *No Tempo das Diligências* (1939)

Esse cinema sempre foi histórico, segundo Deleuze, pois nunca deixou de filmar e refilmar o mesmo filme fundamental, *O nascimento de uma nação* (1915), obra mais famosa do diretor, considerado um dos inventores da linguagem cinematográfica, D. W. Griffith. Um filme que promove o uso da história como a crença na finalidade da história universal, do progresso

como proposta narrativa, da eclosão da nação americana em uma representação orgânica, mas sem o desenvolvimento dialético caracterizado por uma perspectiva marxista que agencia a coletividade. Ela “é sozinha, toda a história, a linhagem germinal da qual cada nação civilizada se destaca como organismo, cada uma prefigurando a América.” (DELEUZE, 1985, p.187) Essa concepção de história traria um grande inconveniente ao tratar os fenômenos como um efeito em si, separados de qualquer causa onde “não só as civilizações são consideradas em paralelo, mas também os principais fenômenos de uma mesma civilização, por exemplo, os ricos e os pobres são tratados como “dois fenômenos paralelos independentes.” (DELEUZE, 1985, p.187) Como se a narrativa clássica hollywoodiana produzisse uma realidade única, a única possibilidade de progresso humano vinculado com a individualização da trajetória do herói, formando assim um mundo subjetivo ideal para as relações capitalistas.

Deleuze também percebe no cinema formas de se diluir essas narrativas universalizantes, que encaixam as identidades em fórmulas prontas, como em cinemas que rasgam essa lógica clássica. Para o autor sempre existiu uma imagem mental, que ele vai chamar de uma terceiridade, onde se criavam outros significados além da dualidade do ambiente verso a ação. Seriam justamente os momentos em que a narrativa clássica era diluída. No entanto, é somente após a segunda guerra, com o neorrealismo italiano, que a decadência da “Grande Forma” (o cinema clássico) vai ocorrer. É aí que são forjadas as características do cinema contemporâneo, que segundo o autor seriam cinco: A situação dispersiva, as ligações deliberadamente frágeis, as perambulações, a tomada de consciência dos clichês, e a denúncia do complô. “É a crise, a uma só vez, da imagem-ação e do sonho americano” (DELEUZE, 1985, p.257)

No seriado vemos esse cinema contemporâneo surgir na forma de incerteza de um mundo fadado ao fim. Um produto audiovisual que propaga um retorno a antigos clichês, diversas situações que parecem não propor um desenvolvimento narrativo. Ou seja, uma estética que por mais que use traços e referências de um cinema clássico (como o uso do cinema de terror ou mesmo o western), está inscrito numa proposta pós-moderna de cinema percebida por Deleuze como a própria crise da narrativa. Usando, desta forma, essas características para produzir uma estética alarmista em que os zumbis, vistos de forma negativa, também são os problemas inerentes a um mundo pós-moderno, em que os sujeitos centrados, importantes para a manutenção do capital, se fragmentam, e uma perspectiva de progresso, ainda herdada do positivismo, não é mais possível.

CONCLUSÃO

A décima segunda temporada de *The Walking Dead* vai estreiar em 2021. Anunciada como a última temporada do show, deve seguir os passos do fim da HQ, que acaba por desenvolver um novo e definitivo “admirável mundo novo” como uma cópia do que já foi o original. Neste sentido as pretensões claramente alarmistas da narrativa propõe um caminho final que é restituir as antigas formas de Estado, visto no sentido foucaultiano (2001) de ser uma instituição responsável por criar corpos dóceis e obedientes, de ter o poder e a licença de escolher quem deve ou não viver.

No fim do HQ, o filho de Rick, 10 anos depois de sua morte, é julgado e sentenciado por uma de suas antigas aliadas (Michonne Hawthorne) por destruir uma “propriedade privada”. Ele matou alguns Zumbis de um show itinerante que ia de

cidade em cidade mostrando às novas gerações como era a vida antes do restabelecimento da sociedade. O que demonstra que neste novo mundo os poderes e instituições ocidentais estariam restituídas, tanto que os caminhantes andantes, a morte, estariam subjugados aos homens, como fantoches que relembram as desgraças de um mundo caótico. Um espetáculo como o próprio seriado não deixa de ser.

Por mais que o seriado tenha tomado um caminho bastante diferente da sua versão original em quadrinhos, o que se percebe é que ambos se passam em um momento em que o tempo histórico é estagnado pela fragmentação da morte, e ele deve ser retomado através de um esforço dantesco em direção a reafirmação de todas as instâncias que configuraram o mundo moderno. Se trata então de assumir esse mundo pós-moderno, que se configura de forma negativa pela metáfora dos caminhantes mortos, mas ao mesmo tempo propor uma retomada, uma volta às origens do estado moderno, e toda sua violência e dinâmicas coloniais que devem a todo o custo excluir outras perspectivas de mundo que não sejam centradas no sujeito ocidental.

Ou seja, na narrativa o zumbi não é o oposto do homem, no sentido da morte ser entendida como a “não vida”, o que acontece nos clássicos filmes de terror, mas uma cópia mal feita, um simulacro, um erro de representação. Para Platão, por exemplo, o simulacro seria uma organização errada da realidade, longe de um exemplo ideal que originou toda uma imagem moralizante que funda a racionalidade ocidental. Seria uma imagem aberrante que para uma perspectiva de desconstrução deleuziana (DELEUZE, 2018), por exemplo, é o ato criativo produzindo outras subjetividades que rompem, ou atrapalham, as máquinas binárias de sentidos. Seria como

recusar a primazia de um original sobre a cópia subvertendo as lógicas hegemônicas.

Neste sentido, os zumbis, ou aqueles que andam fragmentados pelo mundo sem um sentido, são forças que param o tempo, mais ainda, criam uma crise na própria ideia de progresso historicista. Percebendo, assim, outras formas de vivenciar a realidade como a própria morte - o outro como aquele que deve morrer. Uma realidade na sociedade ocidental atual em que o ouro são todos os que não são brancos, heteros, machos, e mesmo que a narrativa do seriado apresente personagens gays, mulheres empoderadas e femininas, negros em papéis de destaque, como forma de apresentar uma diversidade dentro da lógica do ocidente, o que parece promover é o uso de estereótipos como formas contemporâneas de enquadrar em moldes, produzindo incansavelmente “outros outros”, produzindo e reproduzindo assim a lógica colonialista e sua extrema violência responsáveis por fundar os estados modernos.

Rafael Garcia Madalen Eiras é Mestre pelo PPGHCA UNIGRANRIO tem Pós-graduação Latus Senso em Fotografia, Memória, e Imagem pelo IUPERJ, é Licenciado em História pela UCAM e Bacharelado em Cinema pela UNESA.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DELEUZE, G. Cinema: Imagem-movimento Rio de Janeiro: Brasiliense, 1985
- DELEUZE, Gilles, GUATTARI, Felix. Mil platôs - capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Ed. 54, 1997
- DELEUZE, G. Cinema: Imagem-tempo São Paulo: Brasiliense, 2005.
- DELEUZE, Gilles. Diferença e repetição, p. 96 e 99, Paz & Terra, 1ª edição, 2018
- FOUCAULT, Michel (2001), Microfísica do Poder; tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal [3.ª ed.].

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Depois de “Depois de aprender com a história”, o que fazer com o passado agora? In: NICOLAZZI, Fernando; MOLLO, Helena Miranda; ARAUJO, Valdeci Lopes de (orgs.). Aprender com a história? O passado e o futuro de uma questão. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2011, p. 25-42.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Produção de presença: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto/Editora PUC-Rio, 2010.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. Comunicação e experiência estética. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.

HALL, Stuart. A identidade cultural na pós-modernidade; Tradução Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro- 11. ed. 1 reimp. – Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HARTOG, François. Tempo, História e a escrita da História: a ordem do tempo. In: Revista de História 148 (1º - 2003), 09-34. Disponível em: < <https://www.google.com/>

PUCCI Jr., Renato Luiz. Cinema pós-moderno. In: MASCARELLO, Fernando (Org.). História do cinema mundial. Campinas: Papirus, 2006.

RAMOSE. M. B. (2011) Sobre a Legitimidade e o Estudo da Filosofia Africana. Ensaios Filosóficos, Volume IV

SUGG, Katherine. The Walking Dead: Late Liberalism and Masculine Subjection in Apocalypse Fictions. Journal of American Studies, Volume 49 , Special Issue 4: Fictions of Speculation , November 2015 , pp. 793 - 811 DOI: <https://doi.org/10.1017/S0021875815001723>

REFERÊNCIAS FÍLMICAS

- Fear the Walking Dead (AMC, EUA, 2015 -)
- Fear the Walking Dead: Flight 462 (AMC, EUA, 2015)
- Fear the Walking Dead: Passage (AMC, EUA, 2016)
- No Tempo das Diligências (Stagecoach, John Ford, EUA, 1939)
- O nascimento de uma nação (The Birth of a Nation, D.W. Griffith, EUA, 1915)
- The Walking Dead (AMC, EUA, 2009 -)
- The Walking Dead: Torn Apart (AMC, EUA, 2011)
- The Walking Dead: Cold Storage (AMC, EUA, 2012)
- The Walking Dead: The Oath (AMC, EUA, 2013)
- The Walking Dead: Red Machete (AMC, EUA, 2017)

Coluna



Fotografias da História

YEVGENY KHALDEI e A BANDEIRA VERMELHA SOBRE O REICHSTAG (Berlim/1945)

Por Fernando Gralha

Aqui mesmo em nossa coluna, já comentamos algumas vezes que a fotografia desde seu surgimento em 1839 exerce um enorme fascínio sobre as pessoas. Além disso estabeleceu não apenas uma nova técnica de produção de imagem, mas também uma nova forma de comunicação cuja importância incitou uma nova era, essencialmente icônica, que converteu a imagem no elemento identificador da cultura e sociedade.

A pergunta principal para os estudiosos e apreciadores da fotografia é: O que faz uma fotografia se tornar realmente memorável? No que ela nos impacta a ponto de poder se

transformar em um discurso sobre o indivíduo e sociedade que a produz e consome? A resposta é: a fotografia memorável é aquela que nos diz, que nos fala, que nos comunica uma determinada situação, uma ideia, um fato, é aquela que nos leva a uma determinada direção, mas principalmente, é aquela que nos permite ver além.

Yevgeny Khaldei (1917-1997) fez uma dessas fotografias. O muitas vezes chamado “[Robert] Capa russo”,¹ trabalhou para a Agência de

¹ Para saber mais sobre o fotógrafo Robert Capa leia nosso artigo “Imagem, instante e morte na fotografia de Robert Capa”, publicado na edição nº 7 da Gnarus Revista de História, disponível em: <https://www.gnarus.org/no-7>.



A BANDEIRA VERMELHA SOBRE O REICHSTAG (Berlim/1945)

Telégrafos da União Soviética durante a segunda Guerra Mundial, suas imagens da campanha do Exército Vermelho nos campos de batalha ajudaram a consagrá-lo como o maior fotógrafo de combate da Rússia.

Yevgeny Khaldei é ucraniano e fotógrafo autodidata. Sua 1ª câmera foi construída por ele mesmo aos 12 anos de idade, usando lentes dos óculos da avó. Foi com esse equipamento que conseguiu dinheiro para comprar sua 1ª câmera de verdade e, três anos depois, ele já publicava suas primeiras imagens. No mesmo ano em que boa parte de sua família foi morta pelos nazistas, em 1941, foi contratado pela agência de notícias soviética Tass para acompanhar o avanço do Exército Vermelho.²

Khaldei é conhecido mundialmente por uma fotografia, a da bandeia vermelha sobre o Reichstag (parlamento) alemão quando da tomada de Berlim pelos russos. A fotografia data de 30 de abril de 1945 e celebra o momento em que as forças soviéticas capturam o prédio. Ela foi publicada na Ogonyok³ de 13 de maio, e a partir daí circulou o mundo e é considerada até os dias atuais como uma das mais icônicas e definidoras da II Guerra. Mas há um porém, a fotografia não retrata o momento exato do ato. Como assim? A foto é uma encenação, nem a bandeira, nem os que a hastearam são os reais elementos do fato.

² Fonte: <http://grandesfotografos.folha.com.br/>

³ Ogonyok (russo: Огонёк) é uma das mais antigas revistas semanais ilustradas russas, editada desde 21 de dezembro de 1899. Foi reestabelecida na União Soviética em 1923 por Mikhail Koltsov. O nome em russo significa “Chama”.

O Exército soviético iniciou seu ataque ao Reichstag em 30 de abril. O combate foi acirrado. Os soviéticos descobriram que o edifício tinha sido antecipadamente aparelhado para ser protegido e muitos canhões e metralhadoras haviam sido estrategicamente distribuídos para proteger o prédio. O seu interior foi ocupado por centenas de soldados nazistas, não era uma missão simples.



Khaldei em 1946

Para o sucesso da invasão o Exército Vermelho se dividiu em vários grupos, cada um com uma bandeira vermelha, que ia sendo hasteada conforme avançavam. Cabe ressaltar que a imposição de bandeiras é visivelmente um gesto de triunfo, delimitam fronteiras de um domínio. Daí o ato, desde que guerra é guerra, de fincar o mastro e desfraldar a bandeira do país vitorioso no território ocupado.

O controle da maior parte do edifício pelos soviéticos só veio após três ataques. Conforme grupos das 150ª e 171ª divisões de tiro avançavam adentro do Reichstag, iam fixando bandeiras vermelhas (de tamanhos variados). Na noite do dia 30 de abril, com Hitler já morto, havia pelo menos quatro bandeiras da União Soviética dependuradas no edifício, entretanto, todas em estátuas, pórticos e paredes laterais. Algumas foram arrasadas pelos soldados alemães.

Por volta das 22h40 daquele dia, um dos grupos

de soldados soviéticos, conseguiu de passar despercebidamente pelos soldados alemães que ainda controlavam os últimos andares, esgueirando-se pelo teto do átrio e colocaram uma faixa vermelha dentro da coroa da Estátua da Vitória. Este não foi o Estandarte da Vitória, e pelo menos mais três estandartes foram implantados sobre o Reichstag naquela data, porém, nenhum ficou inteiro devido à artilharia alemã.

Somente uma bandeira escapou – uma hasteada na madrugada de 1º de maio pelo tenente Aleksêi Berest, pelos sargentos Mikhail Iegorov e Meliton Kantaria na parte leste do telhado. Nas primeiras horas da manhã de 2 de maio, com o edifício ainda parcialmente controlado pelos alemães, os sargentos Iegorov, Kantaria juntamente com o coronel Fiódor Zintchenko subiram mais uma vez para hastear a bandeira mais alto ainda. Essa bandeira se tornaria então a Bandeira da Vitória. Este ato nunca foi fotografado.

Após a vitória nos andares superiores do Reichstag, no alvorecer do Dia do Trabalhador de 1945, os soviéticos se depararam com nazistas escondidos nos porões que continuavam lutando. Os combates continuaram e esses grupos só foram derrotados no dia 2 de maio, mesmo dia em que as tropas do general Helmuth Weidling, que defendia a cidade, também se renderam, findando

a Batalha de Berlim.

Foi então que Evguêni Khaldei que percebeu a oportunidade de uma obra prima da propaganda soviética, e dias após o evento, encenou a foto que marcaria sua vida e a iconografia da 2ª Guerra Mundial. É preciso ressaltar que Khaldei, não queria apenas a sua glória como fotógrafo, como comunista fiel à sua a sua pátria, percebeu o valor dramático da imagem do acontecimento para no sentido de elevar o moral do povo soviético. A imagem emulava e ilustrava todo o potencial da vitória esmagadora da União Soviética sobre os nazistas, vingando os mais de 30 milhões de soviéticos que morreram na guerra. A imagem se tornou o símbolo (apesar de todas as polêmicas) da derrota alemã.

O problema maior foi a bandeira, pois a original tinha sido alvejada por atiradores alemães. O fotógrafo não se fez de rogado, enfrentou um

voo de mais de três horas até Moscou, conseguiu três toalhas vermelhas, passou a noite costurando a foice e o martelo e voltou para Berlim e realizar a foto. E na manhã de 02 de Maio, solicitou a Abdulkhakim Ismailov, Aleksêi Kovalev e Leonid Goritchov, soldados do 8º Exército da Guarda que posassem para as fotos. Nenhum destes soldados participou do cerco ao Reichstag e muito menos, hastearam bandeiras.

Khaldei utilizou uma câmera Leica para fazer uma sequência de 36 fotos poses de um único filme. As fotos foram devidamente editadas para parecer mais dramáticas e agradar aos censores soviéticos.

Vejamos alguns exemplos:

O RELÓGIO



O soldado Abdulkhakim Ismailov tinha dois relógios nas mãos,¹ e a imprensa soviética achou que isso poderia levar a desconfiança de que soldados soviéticos faziam saques, e não seria bom para a imagem soviética exibir um soldado portando objetos furtados. Assim, o segundo relógio foi retirado antes da publicação.

¹ Tudo indica que os relógios tinham um significado especial para os soviéticos, como se fossem troféus. Sobreviventes relatam que, quando o Exército Vermelho tomou Berlim, exigia aos alemães: “Uri, uri!” (“Relógios, relógios!”).

A FUMAÇA



As duas colunas de fumaça que se percebem ao fundo foram inseridas posteriormente, pois na original eram bem mais fracas e não davam a dramaticidade que se queria e não davam a entender que uma batalha sangrenta ainda estava acontecendo. Khaldei copiou a fumaça de uma outra foto e inseriu na sua para aumentar a dramaticidade.

OS SOLDADOS



Quando, em 13 de maio, foi divulgado que os soldados eram Mikhail Iegorov e – para agradar Stalin, um conterrâneo seu, nascido na Geórgia, Meliton Kantaria. Após o fim da Guerra Fria, foi revelado que na verdade o homem segurando a bandeira era Alyosha Kovalyov, um ucraniano.

A imagem de Yevgeny Khaldei costuma ser comparada a de Rosenthal em Iwo Jima, igualmente produzida com outros soldados e após o momento em que os estadunidenses conquistaram o topo do monte Suribachi.⁴

Sem dúvida a fotografia de é uma construção ideológica, uma intenção de mensagem com destino certo. Porém, mesmo manipulada, se tornou uma das imagens mais famosas do mundo,

foi forjada? Conheça a verdadeira história”, disponível em: <https://www.nationalgeographicbrasil.com/historia/2020/03/fotografia-segunda-guerra-mundial-iwo-jima-bandeira-americana-rosenthal>

⁴ Para saber mais sobre este evento leia o artigo da Geográfica Universal, “Essa icônica foto da Segunda Guerra Mundial

mais lembrada e reverência que a própria batalha. Encerra em si, sensações e emoções que nos faz reviver as lembranças e sentimentos que evoca. Pedir a esta imagem que fale a “pura verdade”, é querer demais, imagens não são mais que frações arrancadas, sobras de uma película. Mas, a despeito disso são o olho da História por sua capacidade de tornar visível.

Faz-se necessário, assim, enxergar a imagem fotográfica com olhos críticos e investigativos, analisar a mensagem fotográfica além da comunicação visual pura e simples, procurando absorver dela toda uma leitura de contexto e intenções, faz-se necessária a análise de elementos subjacentes que certamente estão inseridos no resultado final do “clic” do fotógrafo, significa a tentativa de ir além da janela de realidade aberta pela fotografia, buscar o que a sociedade gostaria, no passado, de eternizar para o futuro, buscar as relações ocultas, que não chegam a penetrar na consciência. Significa buscar compreender uma totalidade implícita na imagem, legitimar uma determinada escolha, como agente do processo de criação de uma memória, articulando partes e todo com seus significados, operando a legitimação de uma escolha e por consequência, desprezando outras. Isto suscita a análise do contexto da produção, da apropriação e do uso da fotografia.

Portanto, é importante que o historiador ao realizar uma pesquisa em que a fotografia se estabeleça como fonte, permaneça atento para as várias possibilidades de leitura ao analisar uma fotografia, pois ela não se constitui em imagem fiel da realidade; ela é a consequência da interpretação de um determinado recorte do passado, com informações e desinformações trazidas pela ambiguidade de sentidos que compõem a imagem, com toda a subjetividade

e a objetividade que ela apresenta, produto das representações de um determinado indivíduo ou grupo, e da interpretação destes sobre o objeto fotográfico, ou seja, ter consciência de que existe toda uma série de códigos que propiciam uma leitura mais apurada da fotografia, e ter o conhecimento do contexto em que aquela fotografia se insere torna-se assim indispensável.

Agora, cabe voltarmos à questão inicial do texto: O que faz uma fotografia se tornar realmente memorável? No caso de “A bandeira vermelha sobre o Reichstag” de Yevgeny Khaldei, o que a torna memorável é o simbolismo do triunfo de uma nação que perdeu muitas vidas, mas que naquele momento, recuperava sua honra e soberania e proclama isso ao mundo, e principalmente, a seus compatriotas.

Ps. Por mais que as imagens de Khaldei fossem valorizadas e elogiadas na época, foram publicadas sem crédito, e pouco após a guerra o fotógrafo viu-se lutando para conseguir trabalho (como judeu sofreu com a política antissemita de Stalin. Apenas após a queda do Muro de Berlim é que lhe foi dado o devido crédito e obteve o merecido reconhecimento.

Fernando Gralha é Historiador, mestre em História pela UFJF e Editor Chefe da Gnarus Revista de História.

Referências:

- BARTHES, Roland. **A Câmara Clara**. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 1984.
- BARTHES, Roland. **A mensagem fotográfica**. S/E. S/D.
- BOSI, Alfredo. **Fenomenologia do olhar**. In: NOVAES, Adauto (org.) **O olhar**. São Paulo,

Companhia das Letras, 1998.

CIAVATTA, Maria & ALVES, Maria. **A leitura de imagens na pesquisa social. História, comunicação e Educação.** São Paulo, Cortez, 2004.

DUBOIS, Philippe. **O ato fotográfico.** São Paulo: Papirus, 1990.

HACKING, Juliet. **Tudo sobre fotografia.** Rio de Janeiro: Editora Sextante, 2012.

KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica.** 3ª ed. São Paulo, Ateliê Editorial, 1999.

KOSSOY, Boris. **Fotografia & História,** 2ª ed. rev. São Paulo. Ateliê Editorial, 2001.

MAUAD, Ana Maria. **Através da Imagem: fotografia e História – interfaces.** In: Revista Tempo. nº 2. Deptº de História. Niterói. UFF. 1996.

Michael Sontheimer (7 de maio de 2008). «**The Art of Soviet Propaganda: Iconic Red Army Reichstag Photo Faked**». Spiegel Online (em inglês). Consultado em 30 de janeiro de 2020.

TURAZZI, Maria Inez. **Uma cultura fotográfica.** In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, s.l., n. 27, 1998.

VIRILIO, Paul. **A máquina de visão. Do fotograma à videografia e infografia (computação gráfica): a humanidade na “era da lógica paradoxal”.** Rio de Janeiro, José Olympio, 2ª ed., 1994.

Educação

PROPOSTAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO PROCESSO DE INTEGRAÇÃO DISCIPLINAR NO CONTEXTO EDUCACIONAL.

Por uma educação justa e transformadora.

Por Miriam de Souza Oliveira Machado
e Adílio Jorge Marques

Introdução

A apresentação de uma fragmentação de conteúdos e conhecimentos em disciplinas isoladas e sem comunicação é vista por alguns autores como meio para formação de peritos, técnicos e especialistas, porém, incultos de um lado e do outro, forma cultos, literatos, humanistas, que, todavia desconhecem as ciências e a relação da mesma com a humanidade. Trata-se de uma educação fragmentada.

Esse é o princípio da fragmentação. Como consequência dele, a prática pedagógica tendeu a organizar-se nos moldes da disjunção dos pares binários: simples-complexo, parte-todo, local-global, unidade-diversidade, particular-universal; em contrapartida, cristalizou-se a subdivisão do conhecimento em áreas, institutos e departamentos, cada qual delimitado pelas fronteiras epistemológicas. Cada instituto

ou departamento organiza seus respectivos cursos por meio de listas de diferentes disciplinas. São as grades curriculares que, na prática, funcionam como esquemas mentais ao impedirem o fluxo de relações existentes entre as disciplinas e áreas de conhecimento. (SANTOS, p. 72, 2008).

Como nos apresentou Santos (2008) na citação anterior, a fragmentação do conhecimento não faz mais sentido atualmente, propostas de trabalho que envolva nossos alunos, transformando o desinteresse em interesse é, com certeza, o caminho certo a seguir. Pensar numa educação voltada para o aluno faz parte de uma proposta importante para nosso campo educacional nacional. Observamos que já temos no Brasil algumas escolas desenvolvendo projetos envolvendo práticas educativas inovadoras, onde os alunos conseguem expor suas ideias, desenvolve-las e entender o significado do aprendizado expressivo.

Discutindo propostas

Propostas de trabalho de cunho inovador desenvolvem o senso crítico de nossos alunos, levando-os por caminhos educacionais que estejam interligados às mudanças educacionais atuais, utilizando os diversos meios tecnológicos e digitais acessíveis à grande maioria de nossos jovens. Para que tenhamos uma prática dialógica acontecendo de forma ativa no contexto escolar é importante que as barreiras entre as disciplinas sejam deixadas de lado, propondo uma nova conduta frente ao conhecimento, conduta essa que presume segundo Japiassu (1976), a superação dos diversos obstáculos epistemológicos. O mesmo entende obstáculo epistemológico como,

Em primeiro lugar, todas as resistências ou empecilhos colocados pelos especialistas aos contatos, as aproximações, as comunicações, as pontes, as relações fecundantes e criadoras, aos confrontos, em suma, as integrações das disciplinas; em segundo lugar, a inércia das situações adquiridas e das instituições de ensino e de pesquisa que continuam a valorizar a especialização culminando na fragmentação das disciplinas; em terceiro lugar, a pedagogia que só leva em conta a descrição ou a análise objetiva dos fatos observáveis para deles extrair leis funcionais, o que implica uma repartição das disciplinas com fronteiras fixas e rígidas, pois estas se devem a diversidade das categorias de observáveis; enfim, o não questionamento das relações atuais entre as ciências ditas humanas e as ciências chamadas de naturais. (JAPIASSU, p.93, 1976).

As escolas, de um modo geral, devem estar preparadas para trabalhar as diferentes culturas de forma interdisciplinar, todavia, ainda é muito difícil encontrar a proposta de integração disciplinar nas escolas, principalmente no Ensino

Médio (EM). Devemos lutar para construirmos um sistema educacional ativo, que leve nossos alunos a pensarem criticamente, a lutarem por seus ideais, a expor suas opiniões, a participarem ativamente da sociedade, levando sempre em consideração suas diversidades, culturas e habilidades. O conhecimento vem da dúvida, ele deve promover nos nossos educandos a vontade de conhecer mais, de ir além. Apple (2016) apresenta em seu livro *Ideologia e Currículo* pontos significativos para um melhor desenvolvimento de nossas escolas e comenta honestamente que “se considerarmos as transformações atuais na educação, os ataques sobre a autonomia do professor, suas condições de trabalho e salários e as ideologias atuais da sociedade – nada é impossível” para tentarmos modificações representativas do pensamento educacional, porém muito ainda precisa ser feito. Seus comentários são embasados no processo educativo de Porto Alegre, no entanto vale a pena analisar sua citação que fala sobre as políticas administrativas, que podemos usar como base para análise em âmbito nacional.

As políticas da administração popular de Porto Alegre são explicitamente elaboradas para mudar de maneira radical tanto as escolas municipais quanto as relações entre as comunidades, o Estado e a educação. Esse conjunto de políticas e os processos de acompanhamento de suas implementações são partes constitutivas de um projeto claro e explícito, cujo objetivo é construir não apenas uma melhor escola para os excluídos – e para os professores que tanto trabalham por ela –, mas também um projeto maior de democracia radical. Embora as reformas construídas em Porto Alegre ainda estejam em processo, o que se faz lá pode ser crucial não “apenas” para o Brasil, mas para todos nós, em diferentes países, que lutamos nas salas de aula e nas escolas com o objetivo de criar uma educação que sirva a todas as crianças e comunidades. (APPLE, p. 14-15, 2016).

Para pensar em uma escola que aplique de forma intrigante a interlocução entre as “Duas Culturas” de C. P. Snow (2015) é necessário que o processo educacional seja revisto, pois temos uma grande valorização para com determinadas disciplinas e outras não são tão levadas a sério (MARQUES, 2017). As avaliações externas realizadas em escolas públicas cobram conhecimentos específicos em determinadas disciplinas e outras nem são citadas, isso é visto claramente quando analisamos essas avaliações, vemos que algumas disciplinas são mais ou menos importantes que outras. Observamos que diversos pensadores e estudiosos defendem a ideia de propostas pedagógicas integradoras serem aplicadas ativamente na escola. A preparação de nossos alunos para o mundo e para a vida em sociedade precisa ser desenvolvida ativamente dentro da escola, quando eles estão diretamente conectados com todo o tipo de informação tecnológica, pedagógica, curricular, cultural e social (pelo menos é o que deveria acontecer). Nesse sentido, se tudo isso for passado para nosso aluno de forma inovadora, interessante e criativa, o envolvimento destes seria muito melhor.

As tarefas da escola vão além das aspirações de preparar para o trabalho, embora ela contribua para essa tarefa. Pretende-se formar para a cidadania, a educação média deve atualizar histórica, social e tecnologicamente os jovens cidadãos. Isso implica a preparação para o bem viver, dotando o aluno de um saber crítico sobre o trabalho alienado. Como última etapa da educação básica, o Ensino Médio tem como finalidade consolidar e aprofundar os conhecimentos adquiridos no Ensino Fundamental, além de possibilitar o prosseguimento de estudos. No artigo 35 da LDB fica claro também que a finalidade do Ensino Médio é “a preparação para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo que seja

capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores”. Tais dispositivos legais deixam à mostra a própria condição desse grau de estudos de se relacionar com dois outros níveis de ensino. Ensino Médio é o que está no meio, entre o Fundamental e o Superior. (DOMINGUES, p. 68, 2000).

Apesar de observarmos em nosso campo educacional a disciplinarização e os conteúdos fragmentados em disciplinas específicas, a interdisciplinaridade e a integração curricular vem ganhando espaço no desenvolvimento do processo formativo das escolas nas últimas décadas. Frequentemente assistimos discussões importantes sobre esse tema e também sobre a reorganização do conhecimento. Segundo Santomé (1998, p. 45), “a cultura, mentalidade e expectativas de qualquer pessoa são fruto de uma história vivida no seio de uma ou várias famílias, resultado de sua participação ativa dentro de grupos sociais étnicos, de gênero, de condicionantes geográficos, históricos, biológicos etc.” Se a variedade de experiências na vida humana é admitida como contextualização no contexto educacional tem-se uma realidade multidimensional. Com isso, a aposta no processo de integração curricular, acredita na expectativa e oportunidade de aproximação entre as diversas áreas do saber, adicionando-as às diversidades culturais, “significa defender um novo tipo de pessoas, mais aberta, flexível, solidária, democrática e crítica” (SANTOMÉ, p.45, 1998).

Considerando as mais variadas necessidades educativas encontradas na escola, essa se estabelece cada vez mais como um lugar onde a mediação cultural acontece ativamente, se preocupando com a reestruturação da cultura.

Com efeito, as crianças e jovens vão à escola para aprender cultura e internalizar os meios cognitivos de compreender o mundo e transformá-lo. Para isso, é necessário pensar – estimular a capacidade de raciocínio e julgamento, melhorar a capacidade reflexiva. A didática hoje precisa comprometer-se com a qualidade cognitiva da aprendizagem e esta, por sua vez, está associada à aprendizagem do pensar. Cabe-lhe investigar como se podem ajudar os alunos a se constituírem como sujeitos pensantes, capazes de pensar e lidar com conceitos, argumentar, resolver problemas, para se defrontarem com dilemas e problemas da vida prática. A razão pedagógica está também, associada, inerentemente, ao valor, a um valor intrínseco, que é a formação humana, visando a ajudar os outros a se constituírem como sujeitos, a se educarem, a serem pessoas dignas, justas, cultas. Para adequar-se às necessidades contemporâneas relacionadas com as formas de aprendizagem, a didática precisa fortalecer a investigação sobre o papel mediador do professor na preparação dos alunos para pensá-lo. Mais precisamente: será fundamental entender que o conhecimento supõe o desenvolvimento do pensamento e que desenvolver o pensamento supõe metodologia e procedimentos sistemáticos do pensar. Nesse caso, a questão está em como o ensino pode impulsionar o desenvolvimento das competências cognitivas mediante a formação de conceitos teóricos. Ou, em outras palavras, o que fazer para estimular as capacidades investigadoras dos alunos ajudando-os a desenvolver competências e habilidades mentais. Para a busca desses novos caminhos da didática, será de grande valia o aproveitamento das recentes pesquisas sobre a teoria histórico-cultural da atividade, assim como as pesquisas sobre as inter-relações entre cultura e aprendizagem. (LIBÂNEO, p.4, 2001).

Analisando as ideias de Libâneo (2001) apresentadas acima, vemos que as discussões

e preocupações constantes sobre o desenvolvimento de propostas inovadoras que precisam ser aplicadas em nossas escolas são realmente importantes. Morin demonstra com muita certeza a importância de se desenvolver atividades que aprimorem a inteligência geral de nossos alunos, para que os mesmos saibam diferenciar o multidimensional, o social, o cultural, o global, a integração dos mais variados elementos dentro do seu contexto de formação pedagógica e curricular. Ele pontua que:

(...) o desenvolvimento de aptidões gerais da mente permite melhor desenvolvimento das competências particulares ou especializadas. Quanto mais poderosa é a inteligência geral, maior é sua faculdade de tratar problemas especiais. A compreensão dos dados particulares também necessita da ativação da inteligência geral, que opera e organiza a mobilização dos conhecimentos de conjunto em cada caso particular. (...) Dessa maneira, há correlação entre a mobilização dos conhecimentos de conjunto e a ativação da inteligência geral. (MORIN, p. 36-37, 2011).

Discutir e encontrar soluções para nossa preocupação constante, que é a fragmentação do conhecimento dentro de nossas escolas, é essencial. Sendo assim, para que ocorra uma transformação significativa no nosso processo formativo educacional, unir as diversas áreas do conhecimento, principalmente humanas e exatas, deve ser o ponto de partida para uma evolução profunda na formação educacional da sociedade. “A educação deve favorecer a aptidão natural da mente em formular e resolver problemas essenciais e, de forma correlata, estimular o uso total da inteligência geral”. (MORIN, p. 37, 2011).

Como nossa educação nos ensinou a separar, compartimentar, isolar, e não a

unir os conhecimentos, o conjunto deles constitui um quebra-cabeças ininteligível. As interações, as retroações, os contextos e as complexidades que se encontram na man's land entre as disciplinas tornam-se invisíveis. Os grandes problemas humanos desaparecem, em benefício dos problemas técnicos particulares. A incapacidade de organizar o saber disperso e compartimentado conduz à atrofia da disposição mental natural de contextualizar e de globalizar. (MORIN, p. 39, 2011).

Desenvolver atividades educativas nas quais os procedimentos tecnológicos sejam utilizados ativamente seria uma alternativa importante para o desenvolvimento educacional, juntamente com as propostas e ideias de integração curricular. Unir informação, tecnologia, cultura, sociedade e as ciências de forma integrada em nossas instituições educacionais fariam com que nosso nível de desenvolvimento educativo aumentasse significativamente. Promover atividades que motivem nossos alunos, desenvolvendo o senso crítico, o interesse pela pesquisa e a elaboração de propostas disciplinares diferenciadas fariam grande diferença na formação dos cidadãos do futuro.

A organização de aulas diferenciadas precisa acontecer ativamente, porém, é muito importante, como já foi mencionada anteriormente, a participação ativa de toda a comunidade escolar, podendo assim, avançar muito rapidamente. O conservadorismo, a reincidência, e a rotina são um artifício fatal para a aprendizagem. “A organização hierárquica de uma escola está intimamente ligada à sua concepção de educação e em particular ao seu comprometimento com modos hierárquicos de pensar sobre o próprio conhecimento” (PAPERT, p.60, 1994). No entanto, observamos que a formação de professores não está preparando

profissionais para desenvolverem esse tipo de trabalho inovador em sala de aula.

O tipo de formação inicial que os professores costumam receber não oferece preparo suficiente para aplicar uma nova metodologia, nem para aplicar métodos desenvolvidos teoricamente na prática de sala de aula. Além disso, não se tem a menor informação sobre como desenvolver, implantar e avaliar processos de mudança. (IMBERNÓN, p.41, 2002).

A motivação de nossos alunos deve ser o primeiro passo a ser dado para que o processo de integração curricular aconteça, mas os professores precisam estar preparados, elaborando propostas que levem os alunos a terem interesse sobre o que estão aprendendo. Uma possibilidade para o desenvolvimento do gosto pela pesquisa nos alunos seria utilizar a tecnologia associada ao currículo escolar, pois isso desenvolveria nesse aluno o empreendedorismo, a criatividade e a busca por inovar sempre. A sala de aula seria um espaço preparado especialmente para que o processo de ensino-aprendizagem seguisse pelo caminho apresentado anteriormente. Para isso, as tecnologias teriam um lugar de destaque:

Talvez o significado mais marcante de nosso trabalho e de maior alcance futuro seja simplesmente nosso modo de ser e agir enquanto equipe. Criar um ambiente onde o poder é compartilhado, onde os indivíduos são fortalecidos, onde os grupos são vistos como dignos de confiança e competentes para enfrentar os problemas - tudo isto é inaudito na vida comum. Nossas escolas, nosso governo, nossos negócios estão permeados da visão de que nem o indivíduo nem o grupo são dignos de confiança. Deve existir poder sobre eles, poder para controlar. O sistema hierárquico é inerente a toda a nossa cultura. (ROGERS, p.65-66, 1983).

Preparar aulas atrativas, inovadoras, que levem os alunos a pensar, a sentirem-se interessados pelo que estão aprendendo é muito importante. O professor precisa ser o mediador no processo de ensino-aprendizagem, incentivando sempre para que desenvolvam pesquisas, apresentem resultados, integrem seus conhecimentos prévios, o que trazem na sua bagagem social e cultural, com o que aprendem na escola. Tudo isso, associado ao uso apropriado das tecnologias, farão com que tenhamos cidadãos críticos, criativos, com pensamento inovador, sendo inseridos na sociedade. “Todos nós, que estamos envolvidos em educação, precisamos conversar planejar e executar ações pedagógicas inovadoras, com a devida cautela, aos poucos, mas firmes e sinalizando mudanças”. (MORAN, p.355, 2009).

Sem dúvida, estamos diante de um grande desafio: Fazer com que o processo de integração disciplinar aconteça de forma efetiva e ativa em todas as nossas escolas da educação básica. Porém, se temos um desafio, não podemos, como educadores, ficar de braços cruzados dizendo que não há mais o que fazer. A inovação depende de nós, precisamos ser professores-pesquisadores e, com isso, incentivar e estimular a alma de pesquisador em nossos alunos. A união dos docentes das variadas disciplinas da grade curricular precisa acontecer dinamicamente, realizando o elo entre humanas e exatas juntamente com a utilização das tecnologias. Teríamos uma inovação em nosso contexto educacional e estaríamos desenvolvendo produtivamente atividades interessantes em nossas escolas.

Miriam de Souza Oliveira Machado é Professora da rede pública e privada de ensino no Rio de Janeiro. **Adílio Jorge Marques** é Professor Adjunto da UFVJM e membro da Academia Brasileira de Filosofia.

Referências

- APPLE, Michael W. **Ideologia e currículo**. Artmed Editora, 2016.
- DOMINGUES, José L. et al. **A reforma do ensino médio: a nova formulação curricular e a realidade da escola pública**. Educação & Sociedade. Campinas: UNICAMP; Campinas: CEDES, v.21, n. 70, p. 63-79, abr. 2000.
- IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. São Paulo: Cortez, 2002.
- JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber**. Rio de Janeiro: Imago Editora: 1976.
- LIBÂNEO, José Carlos. **O essencial da didática e o trabalho de professor em busca de novos caminhos**. PUC-GO: Goiânia, 2001.
- MARQUES, Adílio Jorge. **Michel Serres, unindo ciências humanas e exatas**. In: Coletânea Formação Sociocultural e Ética. Curso EaD. Curitiba: UNICESUMAR, 2017, pp. 24-26.
- MORAN, José Manuel. **A contribuição das tecnologias para uma educação inovadora**. Revista Contrapontos, v. 4, n. 2, p. 347-356, 2009.
- MORAN, José Manuel. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez; Brasília/DF: UNESCO, 2011.
- PAPPERT, S. **A máquina das crianças: Repensando a escola na era da informática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.
- ROGERS, Carl. **Um jeito de ser**. São Paulo: EPU, 1983.
- SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artmed, 1998.
- SANTOS, Akiko. **Complexidade e transdisciplinaridade em educação: cinco princípios para resgatar o elo perdido**. Revista Brasileira de Educação, v. 13, n. 37, p. 71-83, 2008.
- SNOW, Charles Percy. **As Duas Culturas e uma segunda leitura**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

Educação

FILOSOFIA: “O AMOR À SABEDORIA” A PARTIR DO ENSINO FUNDAMENTAL II (6º AO 9º ANO)

Por Flávio Henrique Santos de Souza

RESUMO: Este artigo, utilizando do método bibliográfico qualitativo, procura salientar a importância da disciplina Filosofia na formação humanística dos adolescentes no âmbito do Ensino Fundamental II. Muitos estudantes, tardiamente, só começam a ter aulas de Filosofia no Ensino Médio, mas existem alguns colégios particulares que já ofertam essa disciplina (de forma complementar) aos alunos do Ensino Fundamental II. Com isso, faz-se necessário a instrumentalização da Filosofia para trazer temas e provocar debates fundamentados na Base Nacional Comum Curricular. De modo que se busque superar o “despejar de informações” irrelevantes sobre os discentes. Desse modo, a Filosofia pode ser utilizada para despertar ainda mais o raciocínio crítico e contribuir para a formação de pessoas que entendam a pluralidade humana. Assim, em tempos de torrenciais informações através da Internet, faz-se necessário aprender a analisar, a ponderar e o equilíbrio existencial ao lidar com as informações para aplicá-las na vida subjetiva e coletiva. Certamente, a Filosofia tem um papel fundamental para a formação do indivíduo que pensa “fora da caixa” e que respeita as diferenças humanas.

Palavras-chave: Filosofia; Ensino Fundamental II; Educação.

Introdução

A Filosofia se originou na Grécia em meados do século VI AEC,¹ mas isso não quer dizer que no Oriente não havia Filosofia. Isso porque a Filosofia oriental já existia antes da Filosofia ocidental, porém a Filosofia

grega surgiu como uma tentativa de superar os mitos que versavam sobre narrativas de deuses e heróis para explicar a realidade cotidiana à luz da razão. Já a Filosofia oriental, inicialmente, era muito mais voltada para os aspectos místicos, religiosos e éticos. Assim, pode-se dizer que a Filosofia grega se utilizava da criticidade e do pensamento racional enquanto a Filosofia oriental (filosofia hindu, confucionismo etc.) estava mais preocupada com a espiritualidade e com questões éticas. Mas, mesmo a Filosofia ocidental tendo essa perspectiva mais racional, ela não nasceu emancipada das influências culturais do Oriente.

¹ As nomenclaturas AEC e EC são, respectivamente, Antes da Era Comum e Era Comum. Estas substituem as nomenclaturas a.C. e d.C. (antes de Cristo e depois de Cristo), pois são mais neutras e não relacionam a pesquisa com uma profissão de fé. EHRMAN, Bart D. Quem Jesus foi? Quem Jesus não foi? Rio de Janeiro: PocketOuro, 2010. p. 284.

Porquanto:

Muitas das histórias sobre os antigos sábios gregos assinalavam visitas ao Oriente. Em muitos sentidos, a Filosofia grega não é o “milagre” que ainda se apregoa. Ela é filha do pensamento oriental, estimulada pelo ambiente dinâmico das cidades mediterrânicas (GUARINELLO, 2016: 93).

Sendo assim, o propósito deste artigo é entronizar a disciplina Filosofia (do Ocidente) como uma ferramenta imprescindível que serve, entre outras coisas, para despertar a criticidade e o pensamento racional dos alunos a partir do Ensino Fundamental II (do 6º ao 9º ano). Isso não significa que a filosofia de ordem religiosa não tenha importância, contudo esse é um assunto de foro íntimo e cada aluno traz consigo sua tradição religiosa de casa ou não traz nenhuma referência ao metafísico. Então, a Filosofia é o baluarte conceitual para a fuga do senso comum, pois isso é uma “condição essencial para que a Filosofia possa exercer qualquer função de esclarecimento e orientação nos confrontos entre os seres humanos” (ABBAGNANO, 1998: 5). Com efeito, os estudos filosóficos a partir do Ensino Fundamental II podem contribuir na formação de pensadores autônomos que constroem suas próprias opiniões ponderadas no processo de ensino-aprendizagem.

2. “TODOS” PODEM SER “FILÓSOFOS”

Como aludido anteriormente, Filosofia, do grego *philosophia*, significa literalmente amor à sabedoria. Dessa forma, grosso modo, pode-se dizer que todos que conseguem pensar, que processam as informações e que buscam

o conhecimento podem ser “filósofos”, ou seja, podem ser pessoas que têm deferência pela sabedoria e pelo conhecimento. Agora, em termos acadêmicos, os filósofos produzem conhecimentos científicos e são aquelas pessoas especializadas na área de Filosofia que têm Mestrado, Doutorado e Pós-doutorado.

Desse modo, pode-se dizer que as pessoas que almejam o conhecimento e a sabedoria podem ser “filósofas”. Com isso, os estudantes do Ensino Fundamental II também são capazes de se tornar “filósofos”, pois, de uma forma geral, eles são bem curiosos quando instigados com temas relacionados às suas cosmovisões e interesses. De modo que ficam interessados e querem participar das aulas e dos debates com seus conhecimentos de mundo. Sendo que em muitas intervenções dos alunos em um debate, por exemplo, podem ser percebidas falas de intolerância, de preconceito, de senso comum etc. É comum que os alunos que têm, mais ou menos, a faixa etária de 11 a 15 anos (Ensino Fundamental II) estejam, em boa parte do tempo, querendo se autoafirmar e mostrar superioridade aos colegas. Mas qualquer opinião embasada em preconceitos deve sempre ser desconstruída tendo a Filosofia como ferramenta. Além disso, muitos alunos são o reflexo das opiniões dos pais, dos familiares ou dos responsáveis sobre vários assuntos e trazem isso para os debates em sala de aula. Entretanto, alguns alunos nessa faixa etária já conseguem processar algumas informações mais elaboradas e criam opiniões próprias sobre um determinado tema. Então, a disciplina Filosofia entra nesse bojo justamente como um instrumento para despertar, para problematizar, para construir, para desconstruir etc. Porquanto “na Filosofia, aprendemos a analisar os elementos que compõem a existência humana no mundo.

Por isso, ela também se chama de analítica existencial” (BUZZI, 1992: 7).

As disciplinas escolares tradicionais e obrigatórias, tais como: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, Geografia, História, Língua Inglesa (ou outra língua estrangeira), Artes e Educação Física, são importantes e todas elas são catalisadoras que tendem a contribuir para inteligências e conhecimentos múltiplos. Contudo, a disciplina Filosofia também tem seu valor para fomentar, por exemplo, questões amplas da existência humana, a relação dos seres humanos ante as ambiguidades e crises existenciais e as responsabilidades pessoais:

Subjetivamente a Filosofia consiste no esforço (conatus) de avivar a luz natural pertencente a nosso ser. No desempenho desse esforço recordamos a sabedoria da vida. Recordar a sabedoria da vida não é acumular informações eruditas nem muito saber. É voltar-se para a luz que já somos. É a arte de pensar por nós mesmos. É um pensar autocorretivo, que investiga a si mesmo com o propósito de pensar melhor (BUZZI, 1992: 8).

Certamente, a Filosofia tem seu corpus teórico e muitos conceitos que podem ser maçantes para os alunos do Ensino Fundamental II, mas é possível transportar tudo isso para a realidade deles. Com isso, é possível trabalhar do 6º ao 9º ano com assuntos que vão desde o nascimento da Filosofia às questões éticas, políticas, estéticas etc. Mesmo a Filosofia não sendo uma disciplina obrigatória para o Ensino Fundamental II, ela pode ser ofertada pela escola (pública ou particular) e pode contribuir muito, como dito anteriormente, para formação humanística² e ponderada dos

² Humanístico é relativo ao termo Humanismo que “suruiu no século XVI para designar as atitudes renascentistas

alunos. Algumas escolas particulares, em vez da Filosofia, optam por ofertar a disciplina Ética e Cidadania que é uma fusão de elementos tanto da Filosofia quanto da Sociologia. De sorte que isso evidencia o quanto, atualmente, esses conhecimentos são relevantes para a formação plena do ser humano pensante e tolerante.

2.1. METODOLOGIA

No que tange à metodologia deste artigo, serão utilizadas pesquisas bibliográficas que dialoguem com a Programação Anual de Conteúdos do 6º ao 9º ano do material didático de Filosofia do Sistema SAE Digital de 2020. Tive a oportunidade de utilizar esse material ministrando aulas de Filosofia no estágio do ano letivo de 2020. Desse modo, serão analisados, em linhas gerais, os temas potenciais que contribuem para a formação humanística dos alunos e que ressaltem a importância dos estudos filosóficos a partir do Ensino Fundamental II para a formação de futuros cidadãos que têm apreço pelas liberdades individuais.

O primeiro volume do material didático de Filosofia do 6º ano é a Unidade de Conhecimento. Nessa unidade são ressaltadas as formas de como as pessoas da Antiguidade concebiam e entendiam seus mundos. De modo que sempre é importante evidenciar que as pessoas são um mundo em si mesmo, pois todos nós somos iguais enquanto seres humanos, mas distintos nos aspectos culturais. Isso não significa que existem culturas superiores ou inferiores, porquanto “[...] os homens se parecem mais com sua época do

que enfatizavam o homem e sua posição privilegiada na Terra. [...] O Humanismo é comumente definido como um empreendimento moral e intelectual que colocava o homem no centro dos estudos e das preocupações espirituais, buscando construir o mais alto tipo de humanidade possível”. SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Dicionário de Conceitos Históricos. São Paulo: Contexto, 2009. p. 193.

que com seus pais” (BLOCH, 2001: 7). Portanto, a cultura é a transformação da natureza feita pelo ser humano e a manifestação do seu interior que varia no tempo e no espaço histórico.

Ainda em relação ao conhecimento das sociedades na Antiguidade, é interessante pontuar as várias formas de se pensar que eram fundamentadas nos mitos e a influência das narrativas mitológicas na produção de conhecimento em busca do sentido e da coesão social dos povos do mundo antigo. Nesse contexto, surgem os mitos de criação, deuses, heróis e a organização social. Convém salientar que os povos da Antiguidade acreditavam nos seus mitos e não os viam como meras fantasias, pois os deuses para eles traziam as respostas, a proteção, a fertilidade agrícola, o sentido existencial etc. Dito isso, o conteúdo avança para um polo oposto aos mitos: o surgimento da Filosofia grega e os principais filósofos chamados de pré-socráticos (ou filósofos da natureza). Esses filósofos surgiram com indagações acerca da vida e os mitos já não traziam, para eles, respostas satisfatórias para a curiosidade intelectual e a complexidade de pensamento que começou a ser elaborada. Porque “a Filosofia começou ocupando-se do problema da origem do mundo e da verdadeira realidade, da unidade por detrás das aparências” (FUNARI, 2011: 62).

Isso não significa que os gregos deixaram de acreditar nos mitos após o surgimento da Filosofia, porque os mitos e a Filosofia caminharam juntos na sociedade grega durante muito tempo. Porém, esses filósofos pré-socráticos buscavam:

Explicar o mundo a partir da razão, deixando de lado deuses, mitos e acasos mágicos e procurando identificar princípios, estabelecer uma ordem para os fenômenos naturais e sociais a partir da reflexão sobre a

experiência cotidiana foi uma preocupação que começou a ocupar as mentes de alguns homens inquietos e criativos (FUNARI, 2011: 62-63).

Nessa Unidade de Conhecimento, objetiva-se que os alunos do 6º ano identifiquem que a Filosofia surgiu em busca de respostas não encontradas antes, mas existem muitos problemas filosóficos que ainda não se têm respostas. Porém, a Filosofia pode ajudar a levantar mais questionamentos do que conseguir todas as respostas cabais sobre determinados tipos de assuntos.

O segundo volume do material didático de Filosofia do 6º ano é a Unidade de Ética. Essa unidade traz a importância da compreensão da ética e de sua aplicação pelos alunos no cotidiano. Assim, não se pretende fazer meramente discursos desprovidos de ações práticas. O pensamento ético se avolumou com as reflexões filosóficas e vale evidenciar a relevância da ética na esfera de convivência pacífica entre as pessoas, isto é, a boa convivência só é possível através da ética e da prática do bem. Como assevera Aristóteles em sua obra *Ética a Nicômaco*:

Se existe, então para as coisas que fazemos, algum fim que desejamos por si mesmo e tudo o mais é desejado por causa dele; e se nem toda coisa escolhemos visando à outra (porque se fosse assim, o processo se repetiria até o infinito, e inútil e vazio seria o nosso desejo), evidentemente tal fim deve ser o bem, ou melhor, o sumo bem (2006, I, 2, 1094 a, 18-20).

Além disso, os filósofos gregos Sócrates (470-399 AEC), Platão (427-347 AEC) e Aristóteles (384-322 AEC) são trazidos nessa conjuntura para se buscar relacionar ética ao cotidiano segundo o ponto de vista de cada filósofo, pois eles foram

“filósofos que procuravam a verdade e podiam criticar os supersticiosos, preconceituosos e poderosos, à diferença dos sofistas, que defendiam qualquer argumento” (FUNARI, 2011: 67).

Nesse contexto, também é evidenciado o papel da ética tanto para os filósofos estoicos³ quanto para os sofistas. Sendo que segundo os sofistas:

Os homens têm como característica comum a razão e, graças a ela, podem persuadir-se uns aos outros. Para os sofistas, portanto, não há verdades absolutas: há opiniões mais ou menos corretas e práticas, e o homem dotado de mais capacidade racional e melhor educação triunfa sobre os menos aptos (FUNARI, 2011: 66).

Os sofistas eram pagos para ensinar seus alunos a debaterem. O objetivo dos ensinamentos sofísticos era criar apenas “vencedores” nos debates. No conteúdo do 7º ano esse tema será mais desenvolvido. Nessa Unidade de Ética, pretende-se que os alunos do 6º ano relacionem ética a um exercício diário de ações práticas que visa o bem comum.

O terceiro volume do material didático de Filosofia do 6º ano é a Unidade de Política. Segundo Aristóteles, os seres humanos são gregários e precisam das relações coletivas:

Não seria menos estranho fazer do homem sumamente feliz um solitário, pois ninguém desejaria ser o dono do mundo se para isso a condição fosse viver só, pois o homem é um ser político e está em sua natureza viver

em sociedade. Portanto, mesmo o homem bom deverá viver em companhia de outros, visto possuir ele as coisas que são boas por natureza (2006, IX, 9, 1169 b, 15-20).

Com isso, os filósofos Platão e Aristóteles serão utilizados para se entender os seguintes aspectos: tipos de governo do mundo antigo, o conceito de democracia, de cidadania etc. Isso porque “Platão e Aristóteles fornecerão os fundamentos para todas as formas de pensamentos posteriores, na própria Antiguidade, mas também na Idade Média e até chegar aos Tempos Modernos” (FUNARI, 2011: 69). Nessa Unidade de Política, almeja-se que os alunos do 6º ano constatem que a política surgiu como um elemento organizador e controlador da vida social. De sorte que os “donos do poder” eram as pessoas mais abastadas.

Por fim, o quarto volume do material didático de Filosofia do 6º ano é a Unidade de Estética. De modo que é imprescindível fazer análises sobre o conceito de estética, pontuar a relação da arte com a Filosofia, mostrar as ideias de Platão e Aristóteles sobre a arte etc. O conceito de arte é uma coisa difícil de definir, mas pode-se dizer que:

[...] Arte são certas manifestações da atividade humana diante das quais nosso sentimento é admirativo, isto é: nossa cultura possui uma noção que denomina solidamente algumas de suas atividades e as privilegia (COLI, 1989: 8).

Nessa Unidade de Estética, objetiva-se que os alunos 6º ano analisem as relações que as pessoas têm com a arte e a questão da sensibilidade artística. Pois a estética filosófica trata dos fundamentos da arte, da natureza e da imersão do indivíduo na contemplação daquilo que é belo para si.

3 Relativo ao estoicismo que é uma “doutrina filosófica que faz da virtude a verdadeira felicidade e que prega a indiferença em relação ao prazer, à paixão e à dor”. HOUAISS, Antônio. Minidicionário Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010. p. 331. “O ideal estoico de boa vida era o da conformidade com a natureza”. HAMLYN, op. cit., p. 71.

O primeiro volume do material didático de Filosofia do 7º ano é a Unidade de Conhecimento. Nessa unidade é evidenciado, inicialmente, o ponto de vista dos sofistas sobre o conhecimento. Os sofistas foram filósofos que contribuíram imensamente para as argumentações lógicas, para os discursos e reflexões etc. Entretanto, os filósofos sofistas não tinham a preocupação com a verdade das coisas, porquanto o importante era sempre vencer os debates e discussões. Em tempos de efervescentes *fake news*, é notório que estudar os sofistas e seus métodos tem todo sentido para se compreender a realidade:

Hoje em dia, isto é muito importante também, pois somos constantemente bombardeados com discursos a favor disso ou daquilo, formulados por modernos sofistas, os publicitários, que pouco se importam com o conteúdo, defendendo qualquer ideia. Podem fazer uma propaganda de cigarro e, em seguida, outra contra o fumo! (FUNARI, 2011: 66-67)

As ênfases nessa unidade são dadas aos filósofos gregos Protágoras (490-415 AEC) e Górgias (485-380 AEC). “Supostamente, Protágoras alegou que o homem é a medida de todas as coisas, tanto das coisas que são o que são como das coisas que não são o que não são” (HAMLYN, 1990: 26). Nesse sentido, para o filósofo, tudo é como parece aos homens, isto é, os seres humanos, com isso, são “entronizados” por esse relativismo cultural⁴ que solapava qualquer verdade absoluta. Já para o filósofo Górgias, era fundamental convencer as pessoas com discursos tanto racionais quanto

emocionais. Porém, quando mais emoção no discurso proferido, mais pessoas poderiam ser convencidas.

Depois, entra em cena o contraste entre o pensamento dos sofistas e o método socrático em busca da verdade. De modo que Sócrates se preocupava com a verdade e a justiça. Desse modo, com Sócrates, a Filosofia passou a se preocupar com os aspectos antropológicos, isto é, o papel do indivíduo na sociedade e a responsabilidade humana ganharam maior destaque nas análises filosóficas. Nessa Unidade de Conhecimento, pretende-se que os alunos do 7º ano apontem as inúmeras mentiras que podem ser propagadas através de qualquer discurso que visa apenas o beneficiamento do grupo de pessoas que o proferiu.

O segundo volume do material didático de Filosofia do 7º ano é a Unidade de Ética. Essa unidade se inicia contrastando a ética com a moral. A ética seria um conjunto de normas relacionadas aos pensamentos e a moral seria a ação propriamente dita. Ou seja, a ética, nesse contexto, é definida enquanto teoria e a moral enquanto prática.

Depois, a ética é analisada dentro da Idade Média, ou seja, em um período onde houve mudanças de mentalidade em relação à Antiguidade. Os pensadores que recebem destaque são: o filósofo e teólogo africano Agostinho de Hipona (354-430), o filósofo e teólogo francês Pedro Abelardo (1079-1142) e o filósofo e teólogo italiano Tomás de Aquino (1225-1274). Todos esses pensadores eram pessoas de fé, isto é, cristãos, mas cada qual tinha sua própria visão sobre a ética dentro da Filosofia cristã. Para Agostinho, [...] “todas as coisas dependem da mente divina no sentido em que são a corporificação do conhecimento divino. O objetivo da humanidade é ser uno com Deus” (HAMLYN, 1990: 82).

4 “Andrew e Sedgwick, [...] definem o relativismo cultural como a visão que interpreta moralidade, práticas e crenças funcionando de forma diferente em culturas distintas e, logo, não podendo ser julgados quanto a seu valor segundo um ponto de vista de outra cultura”. SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. Dicionário de Conceitos Históricos. São Paulo: Contexto, 2009. p. 350.

Nessa Unidade de Ética, almeja-se que os alunos do 7º ano percebam que tanto a ética quanto a moral sofrem mudanças ao longo do tempo e do espaço. O importante é ressaltar os valores e as situações relacionadas aos problemas éticos na atualidade, bem como pontuar o respeito à alteridade e focar as mudanças de mentalidade ocorridas ao longo do tempo.

O terceiro volume do material didático de Filosofia do 7º ano é a Unidade de Política. Contudo, inicialmente, essa análise sobre política se desdobra na já mencionada Idade Média. A política medieval era uma teocracia, ou seja, Igreja e Estado faziam parte de um mesmo arranjo. Assim, a Igreja Católica influenciava a monarquia, mas, ao longo da Idade Média, houve muitos momentos de tensão e embates entre papas, imperadores e reis devido à disputa destes pelo controle do poder temporal, isto é, o poder dirigido pelos governantes seculares. O pontificado de Gregório Magno (590-604):

[...] Não pretendia submeter os príncipes à sua autoridade. Em outros termos, respeita a jurisdição monárquica. Ao sacralizar o poder político, tem em vista a concepção de uma ordem cristã do mundo. Nesse sentido, não restringe a dinâmica do Estado, como tende, aliás, a fazer quando de seu choque com o Império (RIBEIRO, 1995: 32).

Com essa influência cristã nos assuntos políticos do período medieval, abriu-se espaço para muita intolerância contra politeístas, judeus e muçulmanos. De modo que, em diversos momentos, quem fosse contra os dogmas, isto é, as doutrinas inquestionáveis da Igreja Católica e de sua intervenção no poder temporal, poderia ser perseguido e até mesmo perder sua vida.

Dessa forma, será evidenciado o papel do

Estado tanto para Agostinho quanto para Tomás de Aquino. Depois, serão mostradas as mudanças políticas, na Idade Moderna, ocorridas com o Absolutismo onde os monarcas passaram a governar com os poderes centralizados em suas mãos. Dentre os principais defensores das ideias absolutistas estão: o filósofo florentino Nicolau Maquiavel (1469-1527), o filósofo e jurista francês Jean Bodin (1530-1596) e, parcialmente, o filósofo, matemático e teórico político inglês Thomas Hobbes (1588-1679). Nessa Unidade de Política, objetiva-se que os alunos do 7º ano compreendam, nos dias atuais, que os políticos podem gozar plenamente de suas espiritualidades, porém, não podem governar e criar leis tendo por base a religião. Porque o Estado é laico, ou seja, deve ser imparcial em relação às religiões e os políticos devem trabalhar em prol de todos os cidadãos e não apenas para os seus correligionários. Além disso, é interessante que os alunos percebam as justificativas criadas para a manutenção dos monarcas absolutistas no poder em detrimento de grupos sociais menos favorecidos.

Por fim, o quarto volume do material didático de Filosofia do 7º ano é a Unidade de Estética. Sendo que esse estudo da arte se dá, inicialmente, com a compreensão da arte religiosa e pedagógica do período medieval. Após isso, serão vistas as características da arte dentro do Renascimento onde os pensadores renascentistas passaram a contemplar a beleza da natureza e a aspirar os prazeres da humanidade. Deixaram assim a visão teocêntrica em segundo plano e se afeiçoaram ao humanismo. Nessa Unidade de Estética, pretende-se que os alunos do 7º ano se aproximem mais da arte. Assim, serão pontuados os aspectos gerais da arte e as funções artísticas na arquitetura, pintura e escultura na conjuntura renascentista. Isso por que:

Se a arte não é imediatamente vital, ela representa em nossa cultura um espaço único onde as emoções e intuições do homem contemporâneo podem desenvolver-se de modo privilegiado e específico. Isso não significa que, em nossa relação com a arte, a razão deixe de intervir (COLI, 1989: 105).

O primeiro volume do material didático de Filosofia do 8º ano é a Unidade de Conhecimento. Nessa unidade é salientada a produção de conhecimento que se dá no período medieval, ou seja, a Igreja era a detentora do monopólio do saber. Com isso, as ideias de Agostinho (que influenciaram os pensadores medievais) e Tomás de Aquino são trazidas para o diálogo entre fé e razão. Contudo, é interessante notar que é impossível separar a produção de conhecimento na Idade Média da fé, haja vista que a teocracia era quem regia todas as relações da sociedade.

Depois, são evidenciadas as transformações científicas e políticas que ocorreram no período moderno através da Revolução Científica. Nesse sentido, os pensadores destacados são: o filósofo, astrônomo e matemático florentino Galileu Galilei (1564-1642), o filósofo, físico e matemático francês René Descartes (1596-1650), o filósofo inglês Thomas Hobbes, o filósofo inglês John Locke (1632-1704), o filósofo, cientista e político inglês Francis Bacon (1561-1626) e o filósofo prussiano Immanuel Kant (1724-1804). Nessa Unidade de Conhecimento, almeja-se, inicialmente, que os alunos do 8º ano definam, em termos filosóficos, os conceitos de fé, Deus, razão etc. As crenças serão analisadas como um elemento de coesão social e de suma importância histórica para se compreender as realidades sociais. Depois, objetiva-se que os alunos analisem todos os pensadores citados que contribuíram para as

transformações políticas e a Revolução Científica, pois eles assentaram as bases e desenvolveram os conhecimentos que deveriam ser confirmados pela experiência e pela razão. Com isso, houve uma enorme progressão científica ancorada no espírito crítico da modernidade. Hoje, de forma geral, existem pessoas com um forte negacionismo (antivacinistas, terraplanistas etc.) em vários aspectos corroborados pela Ciência como um todo. Então, faz-se necessário trazer à baila as discussões sobre os fundamentos científicos ao longo da história.

O segundo volume do material didático de Filosofia do 8º ano é a Unidade de Ética. Nessa unidade, a ética é analisada dentro da Idade Moderna onde houve a retomada e o aprofundamento do pensamento racional. Nessa Unidade de Ética, pretende-se que os alunos do 8º ano relacionem as ideias de René Descartes e Baruch Espinosa (1632-1677) sobre ética, moral e a vida em sociedade, com a vida atual para se entender a ética moderna que é sobremodo racional.

O terceiro volume do material didático de Filosofia do 8º ano é a Unidade de Política. Inicialmente, será feita a discussão sobre a liberdade e o direito natural baseada no pensamento político de Aristóteles. Depois, será feito o contraponto entre Tomás de Aquino e Aristóteles no que diz respeito ao conceito de direito natural. Desse modo, o conteúdo avança e se discutirá o papel do Estado para o filósofo e teólogo alemão Johannes Althusius (1563-1638) e para o filósofo inglês John Locke. Ambos defendiam os direitos naturais como “inalienáveis” aos indivíduos. Bem como, se discutirá também, o aspecto político do Iluminismo. A unidade sobre política será fechada com as ideias políticas do século XIX (socialismo e anarquismo) que se

robusteceram com as mazelas da industrialização. Igualmente, serão vistas as noções de felicidade e as funções do Estado nas visões de Immanuel Kant e do filósofo, jurista e economista inglês Jeremy Bentham (1748-1832). Além disso, será salientado o pensamento do filósofo e historiador alemão Karl Marx (1818- 1883) sobre o papel do Estado e sua luta contra a alienação do indivíduo. Pois Marx:

Percebeu que desde as comunidades familiares ou tribais, que levavam uma vida primitiva e simples, porém mais comunitária, até nossa sociedade moderna, a humanidade havia caminhado muito. Se houve progresso, houve também maior exploração e escravidão, em nome da riqueza e do poder de alguns, que pertenciam a várias classes: nobreza, clero, burguesia, etc. (SOUZA, 1989: 15).

Nessa Unidade de Política, pretende-se que os alunos do 8º ano reconheçam as relações de poder em uma sociedade, onde serão mostradas desde o processo de elaboração das leis pelos setores sociais dominantes às explorações feitas nos processos produtivos.

Por fim, o quarto volume do material didático de Filosofia do 8º é a Unidade de Estética. Serão trabalhadas as noções de belo para os filósofos Platão, David Hume (1711-1776) e Kant. Assim, entende-se que a beleza é algo estritamente subjetivo e de acordo com os olhos do observador. Portanto, todo padrão de beleza imposto pela sociedade deve ser desconstruído. Além disso, a relação entre Filosofia e arte será abordada no contexto da sociedade industrial e os movimentos artísticos da Modernidade, a saber: futurismo, expressionismo, cubismo e fauvismo. Nessa Unidade de Estética, almeja-se que os alunos do 8º ano testifiquem que:

A arte tem assim uma função que poderíamos chamar de conhecimento, de “aprendizagem”. Seu domínio é o do não-racional, do indizível, da sensibilidade: domínio sem fronteiras nítidas, muito diferente do mundo da ciência, da lógica, da teoria. Domínio fecundo, pois nosso contato com arte nos transforma (COLI, 1989: 109).

O primeiro volume do material didático de Filosofia do 9º ano é a Unidade de Conhecimento. Nessa unidade, são discutidas as principais ideias do filósofo prussiano Friedrich Nietzsche (1844-1900), do filósofo austro-britânico Karl Popper (1902-1994), do filósofo e matemático alemão Edmund Husserl (1859-1938), do filósofo e teólogo dinamarquês Søren Kierkegaard (1813-1855), do filósofo e matemático britânico Bertrand Russel (1872-1970) e do filósofo austríaco Ludwig Wittgenstein (1889-1951). De forma geral, todas essas ideias versam sobre o conhecimento, a relação do indivíduo com a vida, os aspectos da linguagem etc. Com isso, pode-se evidenciar a suma relevância da Filosofia. Como pontua Bertrand Russel:

Desde que o homem se tornou capaz de livre especulação, suas ações, em muitos aspectos importantes, têm dependido de teorias relativas ao mundo e à vida humana, relativas ao bem e ao mal. Isto é tão verdadeiro em nossos dias como em qualquer época anterior. Para compreender uma época ou uma nação, devemos compreender sua filosofia, temos de ser, até certo ponto, filósofos (apud FIGUEIREDO, 1970: 33).

Nessa Unidade de Conhecimento, objetiva-se que os alunos do 9º ano constatem que o “mundo é feito de ideias” que são expressas de múltiplas formas por várias linguagens. Com isso, a Filosofia

ajuda bastante na compreensão dessas ideias que ficam nas bases culturais das sociedades, pois cada qual tem sua própria visão de mundo.

O segundo volume do material didático de Filosofia do 9º ano é a Unidade de Ética. Inicialmente, serão trabalhadas as ideias de Agostinho e do filósofo e jurista dos Países Baixos Hugo Grotius (1583-1645) sobre a ética em períodos de guerra, ou seja, a análise recairá sobre até que ponto seria justificável um povo entrar numa guerra. Sendo que entre as causas de muitos conflitos ao longo da história, no geral, se encontra presente o elemento financeiro. Pois as guerras foram:

[...] Responsáveis pela criação dos primeiros corpos de tropa armados e disciplinados, foram consequência de interesses econômicos em jogo. Mas a “política” do Estado, a “honra” da Nação e outros sonoros argumentos tentam sempre encobrir o real conteúdo dos interesses geopolíticos de povos sob confrontos bélicos. É uma tradicional camuflagem ideológica para esconder interesses de classes dominantes. E estas, ao contrário do povo, não se engajam nas frentes de batalha (NUMERIANO, 1990: 10-11).

Portanto, o papel da ética também é mencionado em momentos de guerra. Isso porque em uma guerra não “vale tudo”. Haja vista que as pessoas envolvidas em uma guerra podem ser julgadas por crimes de guerra (torturar prisioneiros, utilizar gás venenoso etc.). Depois, o conteúdo avança para a ética no período do pós-guerra. Serão utilizadas as ideias da filósofa alemã Hannah Arendt (1906-1975) sobre a coisificação humana causada pela ideologia nazista. Arendt dizia que:

A diferença fundamental entre as ditaduras modernas e as tiranias do passado está no uso do terror não como meio de extermínio e amedrontamento dos oponentes, mas como instrumento corriqueiro para governar as massas perfeitamente obedientes (2013: 16).

Essa unidade será encerrada com a análise da ética na atualidade para o filósofo alemão Hans Jonas (1903-1993) e para o filósofo francês Michel Foucault (1926-1984). Nessa conjuntura, as ideias desses filósofos versam, respectivamente, sobre a ética atual que deve preservar não apenas os humanos, mas a fauna e a flora como um todo e a questão ética do cuidado com consigo mesmo. Nessa Unidade de Ética, pretende-se que os alunos do 9º ano verifiquem que as ações éticas devem permanecer mesmo dentro de contextos de guerra, que o ser humano, além do cuidado consigo mesmo, poderia pensar mais no cuidado do Planeta Terra e que é com pequenas ações de cuidado que as futuras gerações poderão habitar em um mundo mais sustentável e promissor.

O terceiro volume do material didático de Filosofia do 9º ano é a Unidade de Política. Será vista a política contemporânea com os regimes totalitários (fascismo e nazismo) que surgiram com força, de modo geral, após a Primeira Guerra Mundial, devido à descrença nas democracias liberais, à Crise de 1929 etc. Com isso, serão salientadas as formas como esses regimes se utilizavam dos meios de comunicação de massa para doutrinar política e ideologicamente as pessoas. Assim, o conteúdo prossegue para a análise da condição humana com a filósofa Hannah Arendt. Os regimes totalitários serão relacionados com o conceito de “banalidade do mal” de Arendt onde os seres humanos foram transformados em supérfluos pelas relações de poder na esfera política e pelas atrocidades cometidas por tais

regimes. Nessa Unidade de Política, almeja-se que os alunos do 9º ano exemplifiquem que os regimes totalitários estavam assentados em um discurso de ódio, de preconceito e antidemocrático. De modo que vale pontuar que esses regimes foram manifestações sórdidas da gana pelo poder de certos indivíduos e que receberam apoio de setores da sociedade. Assim, sempre é bom lembrar que essas experiências não foram erradicadas do mundo, pois tudo que envolve intolerância, supremacismo e censura, está, em certa medida, ligado a essa “tradição autoritária”.

Por fim, o quarto volume do material didático de Filosofia do 9º ano é a Unidade de Estética. Inicialmente, se discorrerá sobre a Escola de Frankfurt e seus principais pensadores onde a indústria cultural será ressaltada, ou seja, a indústria que fomenta nas pessoas o consumo de produtos de forma irreflexiva. Além disso, a unidade será encerrada com os movimentos estéticos contemporâneos: pop art e street art. Assim, ambos serão contextualizados com o pós-guerra para se evidenciar como a arte permeia a vida de todas as pessoas, direta ou indiretamente, nos desenhos, quadrinhos, pinturas, grafites, nas ruas, etc. Isso mostra a relevância da arte para o indivíduo, pois a arte é um fenômeno social que transforma a realidade e alivia as agruras existenciais das pessoas. Porquanto:

[...] O objeto artístico traz em si, habilmente organizados, os meios de despertar em nós, em nossas emoções e razão, reações culturalmente ricas, que aguçam os instrumentos dos quais nos servimos para apreender o mundo que nos rodeia (COLI, 1989: 109).

Nessa Unidade de Estética, objetiva-se que os alunos do 9º ano identifiquem que:

[...] A indústria cultural separa os bens culturais pelo seu suposto valor de mercado: há obras “caras” e “raras”, destinadas aos privilegiados que podem pagar por elas, formando uma elite cultural; e outras “baratas” e “comuns”, destinadas à massa. Assim, em vez de garantir o mesmo direito de todos à totalidade da produção cultural, a indústria cultural introduz a divisão social entre elite “cult” e massa “inculta” (CHAUÍ, 2008: 291).

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

É notório que com todas as discussões bibliográficas e filosóficas supracitadas do 6º ao 9º ano (sobre conhecimento, ética, política e estética), o desígnio da disciplina Filosofia é formar alunos que pensem filosoficamente o mundo por conta própria. Portanto, pode-se dizer que a Filosofia pode emancipar o pensamento do indivíduo e proporcionar uma educação humanística aos alunos a partir do Ensino Fundamental II.

Flávio Henrique Santos de Souza é Licenciado em História pela Universidade Castelo Branco (UCB). Pós-graduado em História Antiga e Medieval pelo Núcleo de Estudos da Antiguidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NEA-UERJ). Pós-graduado em História do Cristianismo pelo Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM). Graduando em Filosofia pelo Centro Universitário Internacional (UNINTER).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABBAGNANO, Nicola. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ARENDT, Hanna. **Origens do Totalitarismo**. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.

ARISTÓTELES. **Ética a Nicômaco**. Tradução de Pietro Nasseti. São Paulo: Editora Martin Claret, 2006.

BLOCH, Marc. **Apologia da História**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

BUZZI, Arcângelo R. **Filosofia Para Iniciantes**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1992.

CHAUI, Marilena. **Convite à Filosofia**. São Paulo: Ática, 2008.

_____. **O Que é Ideologia**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

COLI, Jorge. **O Que é Arte**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

EHRMAN, Bart D. **Quem Jesus foi? Quem Jesus não foi?** Rio de Janeiro: PocketOuro, 2010.

FIGUEIREDO, J. C. **Filosofia da Educação**. Minas Gerais: Editora Bernardo Álvares, 1970.

FUNARI, Pedro Paulo. **Grécia e Roma**. São Paulo: Contexto, 2011.

GHIRALDELLI Jr., Paulo. **Dossiê Platão**. São Paulo: Universo dos Livros, 2011.

GUARINELLO, Norberto Luiz. **História Antiga**. São Paulo: Contexto, 2016.

HAMLYN, David Walter. **Uma História da Filosofia Ocidental**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1990.

HOUAISS, Antônio. **Minidicionário Houaiss da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2010.

LE GOFF, Jacques. **Os Intelectuais na Idade Média**. Lisboa: Gradiva, 1984.

MICELLI, Paulo. **História Moderna**. São Paulo: Contexto, 2018.

MORAES, Luís Edmundo. **História Contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2017.

NUMERIANO, Roberto. **O Que é Guerra**. São Paulo: Brasiliense, 1990.

RIBEIRO, Daniel Valle. **Igreja e Estado na Idade Média**. Belo Horizonte, MG: Ed. Lê, 1995.

SILVA, Marcelo Cândido da. **História Medieval**. São Paulo: Contexto, 2019.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de Conceitos Históricos**. São Paulo: Contexto, 2009.

SOUZA, Ari Herculano de. **O Socialismo**. São Paulo: Editora do Brasil, 1989.

Sites

Base Nacional Comum. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 2 de maio de 2021.

Sistema SAE Digital. Disponível em: https://sae.digital/sobre/quem-somos/?gclid=CjwKCAiAudD_

Interdisciplinar

ABORDAGEM MONTESSORIANA NO PROCESSO DE ENVELHECIMENTO

Por Elizabete Otero Mendes

A imaginação não se torna grande, até que os seres humanos, se tiverem a coragem e a força, a usem para criar.
(Maria Montessori)

RESUMO: Este estudo analisou, por meio de revisão bibliográfica, a aplicação do método de Montessori em programas de intervenção (reabilitação e estimulação) cognitiva durante o envelhecimento. Inicialmente foi realizado um estudo sobre a intervenção cognitiva e a utilização do método de Maria Montessori adaptado para a fase mais adiantada da vida. Durante a análise dos resultados sobre a temática constatou-se a carência de estudos científicos dessa natureza no Brasil; foram identificados benefícios tanto para a qualidade de vida dos pacientes idosos em diferentes contextos e culturas, quanto para os sujeitos de intervenção; e foram observados, também, alguns cuidados necessários para efetividade do método aplicado na intervenção com a abordagem centrada na pessoa e não na doença.

Palavras-chave: intervenção cognitiva; idoso; método Montessori.

Introdução

Ah, minha filha..., estou tão esquecida! Quem ainda não ouviu essa expressão de uma pessoa idosa? Por outro lado, quem ainda não ouviu uma queixa de familiar de idoso, quanto à sua rejeição em participar de programas de estimulação cognitiva? Principalmente quando os quadros demenciais se instalam nesta fase da vida.

Estudos já realizados demonstraram

que a instalação das demências, em especial as degenerativas crônicas reduzem progressivamente a capacidade cognitiva dos idosos. Perdas significativas crescentes são identificadas pelos familiares e cuidadores como habilidades de memória, raciocínio, cálculo, entre outros distúrbios cognitivos. A estimulação cognitiva, em conjunto com o tratamento farmacológico, contribui para a manutenção da saúde cognitiva e funcional dos pacientes podendo, inclusive, atrasar a evolução dos quadros demenciais (BOTINO, 2002).

Na convivência com outras famílias e profissionais, bem como, nas leituras informativas, verifica-se que a natureza das queixas de idosos e cuidadores, quanto ao desinteresse do idoso em desenvolver atividades de estimulação cognitiva, apontam, principalmente, para: a ausência de objetivo prático para a vida, a infantilização (reaproveitamento de jogos não adaptados para a faixa etária), a temática distanciada do seu interesse e a não percepção de valor produtivo para si (autonomia) e quando inserido em seu contexto.

Ao pensar sobre essas questões e aliada à prática profissional na área de educação imbuída de princípios do método Montessori, o recente olhar da Psicopedagogia e da Neuropsicologia, para o atendimento clínico desta faixa etária, bem como, do conhecimento de experiências positivas de algumas instituições (nos EUA e em Portugal) relatadas em artigos publicados, acredita-se que esta abordagem, teórico-prática da médica e educadora Maria Montessori (adaptada para adultos), poderá contribuir para o crescente atendimento ao público idoso, tanto na sua adesão em programas de estimulação e reabilitação cognitiva (EC/RC) inseridos na prática de vida diária, quanto na conscientização de familiares-cuidadores sobre esta necessidade.

O método criado por Maria Montessori (1870-1952) no início do século XX para o público infantil, ganha amplitude na fase mais adiantada da vida nesta nova era (anos 2000). O método oferece opções de atividades, segundo interesses do indivíduo e adaptadas às capacidades de cada um, em ambiente pensado e preparado especialmente para a faixa etária (desde o mobiliário, os materiais pedagógicos, à postura do educador-mediador), com propósitos definidos e contextualizados, minimizando, assim, a probabilidade do erro e de frustração. Enfim, uma educação baseada no respeito, na dignidade e na igualdade (filosofia e valores revolucionários para a época). Seu objetivo era permitir que a criança pudesse ser

participativa na comunidade, contribuindo de maneira positiva e significativa para a sociedade. Assim como ela e seu filho, posteriormente seu neto Mario Montessori, mantém não apenas uma tradição familiar de compromisso com a educação, mas, e principalmente, em preservar a herança mais ampla: “a educação dos seres humanos” (MONTESSORI, 1977 apud RÖHRS, 2010, p.23).

O envelhecimento normal e o patológico (SILVA e colaboradores, 2013, p.4), envolve um gradual declínio das funções cognitivas. Funções estas que dependem de processos neurológicos e que podem se alterar com a idade. A investigação dessas alterações de forma precoce “possibilita intervenção terapêutica, diminui os níveis de estresse para os familiares, reduz riscos de acidentes, prolonga a autonomia e talvez, em alguns casos, evite ou retarde o início do processo demencial” (NITRINI e colaboradores, 2005, p.80).

No final dos anos 90, pesquisadores da área da saúde iniciaram estudos sobre o uso do método Montessori para o cuidado da pessoa com demência. Seguiram-se os anos, programas foram criados e cursos desenvolvidos nesta vertente. O que tornou-se objeto de estudo desta pesquisa, como fonte primária para análise do uso do método Montessori em propostas de intervenção cognitiva deste público alvo – o idoso com a trajetória estável e benigna ou em processo demencial.

Outro dado importante para o desenvolvimento deste estudo é o fato de não terem sido localizadas pesquisas científicas no Brasil relacionadas ao tema embora, referências internacionais com foco nas intervenções de pessoas com demência sejam destacadas em um trabalho de revisão literária e poucas iniciativas de atendimento a este público no Estado de São Paulo, bem como, informações em blogs.

METODOLOGIA

Esta é uma proposta de revisão bibliográfica para análise dos principais estudos empíricos sobre a aplicação do método Montessori no processo de intervenção (reabilitação/estimulação) cognitiva durante o envelhecimento.

Foi realizado um levantamento bibliográfico (artigos, teses, dissertações, indicações bibliográficas de referência) para delinear o conhecimento existente, considerando-se as seguintes palavras/expressões-chaves: “intervenção (ou estimulação ou reabilitação ou treino) cognitiva para idosos”, “método de Montessori para idoso”, “intervenção – idoso – método Montessori”. Para tal, foram utilizadas as seguintes plataformas de busca: SCIELO, PePSIC, Medline, PubMed, CAPES e Google Acadêmico. Ainda foram selecionados artigos publicados nos idiomas português (preferencialmente) e inglês, a partir do ano de 2010 e que apresentaram relevância de conteúdo para este trabalho.

Tendo em vista os critérios e o objetivo do presente estudo, foram identificados 81 estudos. Mas, ao incluir a abordagem do método Montessori na intervenção (nos últimos dez anos), este número reduziu para 13 (treze) artigos científicos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Um quadro (Quadro 1) foi elaborado sintetizando as características dos 13 estudos. A maioria dos artigos selecionados tiveram como objetivo principal investigar os efeitos do método Montessori na qualidade da interação da pessoa com demência em seu ambiente e nas atividades que desempenha, incluindo seus pares do dia a dia. Num dos artigos analisados, consta o histórico da criação de um programa específico para este fim, o MPD - Montessori Programming for Dementia (CAMP, 2010). Exceto o artigo referente à língua nacional que trata de uma revisão literária dessas pesquisas internacionais com uso do método de Montessori, os demais artigos relatam as experiências desenvolvidas pelos pesquisadores diretamente com os idosos demenciados e os resultados alcançados. Todos discorrem sobre o Montessori Programming for Dementia (CAMP, 2010) em suas quatro vertentes: (1) equipe de atendimento, (2) residentes com demência em papel de liderança de atividade, (3) voluntários e familiares assistidos e (4) ação inter/transgeracional, além de seu uso adicional como ferramenta de avaliação para pessoas com demência; destacando a atenção às intervenções não farmacológicas nos tratamentos da pessoa com demência.

Quadro 1: Características dos artigos científicos selecionados para esta análise, publicados a partir de 2010:

Ano/Autor(es)	Título e Objetivo(s):
2010 - CAMP	TÍTULO: Origins of Montessori Programming for dementia. OBJETIVO: relatar a evolução do uso dos métodos educacionais Montessori como base para a criação de intervenções para pessoas com demência.
2010 PLOEG e O’CONNOR	TÍTULO: Evaluation of personalised, one-to-one interection using Montessori-type activities as a treatment of challenging behaviours in people with dementia: the study protocol of a crossover trial. OBJETIVO: descrever um estudo controlado com cruzamento aleatório entre condições, utilizando atividades personalizadas de interação individual baseadas nos princípios de Montessori, para verificar a frequência de sintomas comportamentais da demência quando o paciente fica exposto a estas atividades mediadas e na condição de controle relevante.
2012 BRANDÃO e MARTÍN	TÍTULO: Método de Montessori aplicado à demência – revisão da literatura. OBJETIVO: fazer uma revisão sistemática da investigação sobre a eficácia do método Montessori aplicado a pessoas com demência.

2012 - CAMP e LEE	<p>TÍTULO: Montessori-based activities as a transgenerational interface for persons with dementia and preschool children.</p> <p>OBJETIVOS: revisar resultados de projetos com uso da programação inter-transgeracional entre idosos com demência e crianças na fase pré-escolar; apresentar observações e recomendações para implantação do programa no futuro.</p>
2013 - PLOEG e colaboradores	<p>TÍTULO: A randomized crossover trial to study the effect of personalized, one-to-one interaction using Montessori-based activities on agitation, affect, and engagement in nursing home residents with dementia.</p> <p>OBJETIVO: estudar o efeito de interação personalizada e individual usando os princípios Montessori nas atividades de enfermagem no que se refere a agitação, o afeto e o engajamento dos pacientes.</p>
2015 - SHEPPARD e colaboradores	<p>TÍTULO: A systematic review of Montessori-based activities for persons with dementia.</p> <p>OBJETIVO: avaliar sistematicamente a qualidade da pesquisa que examina os benefícios das atividades baseadas em Montessori para pessoas com demência.</p>
2016 - WITT-HOBLIT e colaboradores	<p>TÍTULO: Effects of sustained, coordinated activities programming in long-term care: the memory in RhythmRProgram.</p> <p>OBJETIVO: descrever a criação e teste piloto, bem como determinar os efeitos das atividades (ao longo do dia), de um programa coordenado e sustentado por meio do Memory in Rhythm (MIR), que incorporou o RAMP, em uma instalação de enfermagem especializada.</p>
2017 - HITZIG e SHEPPARD	<p>TÍTULO: Implementing Montessori methods for dementia: a scoping review.</p> <p>OBJETIVO: avançar o conhecimento dos autores deste programa sobre maneiras ideais para sua implementação em cada contexto.</p>
2017- CAMP e colaboradores	<p>TÍTULO: The Montessori method applied to dementia: an international perspective.</p> <p>OBJETIVO: avaliar o desempenho de uma equipe de profissionais da área de saúde que utiliza o método Montessori na interação com residentes (pessoas com demência), objetivando avaliar a qualidade de vida de pacientes com doenças crônicas não transmissíveis.</p>
2017 - ERKES e colaboradores	<p>TÍTULO: Assessment of capabilities in persons with advanced stage of dementia: validation of the Montessori Assessment System (MAS)</p> <p>OBJETIVO: avaliar a validade e a confiabilidade do Sistema de Avaliação Montessori (MAS).</p>
2018 - DUCAK e colaboradores	<p>TÍTULO: Implementing Montessori methods for dementia™ in Ontario long-term care homes: recreation staff and multidisciplinary consultants perceptions of policy and practice issues.</p> <p>OBJETIVO: investigar as percepções da equipe de recreação e dos consultores multidisciplinares sobre os fatores que afetaram a implementação dos Métodos Montessori para Demência™ em casas de repouso de longa duração em Ontário, Canadá.</p>
2019 - WILKS e colaboradores	<p>TÍTULO: Montessori-based activities among persons with late-stage dementia: evaluation of mental and behavioral health outcomes.</p> <p>OBJETIVOS: avaliar os efeitos de um programa de atividades baseado em Montessori, com pessoas que apresentam demência tardia, implementado em uma instituição de longa permanência.</p>

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados coletados.

Camp (2010) compara a dinâmica de interação da educadora com as técnicas de reabilitação,

incluindo: quebra de tarefas, repetição guiada e progressão de tarefas (de simples para o complexo, de concretas para abstratas); e os princípios de intervenções para demências, incluindo, entre outros, uso extensivo de pistas externas, confiança na memória processual / não declarativa / implícita, em vez de memória declarativa/explicita.

O método de Montessori enriquecido com conhecimentos da neurociência justifica o seu uso na intervenção de pessoas idosas, em especial quando se observa, por exemplo: alterações do cérebro humano ligadas à razão e manutenção do funcionamento das emoções, falhas na memória declarativa e funcionamento da memória processual. Neste contexto, Camp e Barotte (2010) propõem o redesenho do ambiente oferecendo aos residentes (idosos) oportunidades para agirem segundo suas habilidades preservadas e contornando seus déficits, bem como, para contribuir com o comportamento e a autonomia das pessoas. Como dizia Maria Montessori em seu lema: “Ajude-me a fazer sozinho”.

Cameron Camp (2017), criador do MPD (Montessori Programming for Dementia), define-o como um programa que:

(...) enfatiza o uso das capacidades remanescentes, a capacidade de melhorar com a prática e a necessidade de permitir que uma pessoa com demência seja o mais independente possível, se envolva em atividades intencionais e significativas, e ter papéis sociais em uma comunidade conectada ao mundo maior (CAMP et al., 2017, p.40).

Este programa de atividades tem como características: (1) o atendimento individual ou

em grupo (pequenos ou grandes), (2) atividades escolhidas para indivíduos com base em suas habilidades e interesses, (3) estímulo para criação / produção de itens como resultado de sua prática e (4) o uso de modelos e esboços de materiais para colocação de materiais reais (exemplos de conceitos-chave de Montessori). Para as dinâmicas serem bem incorporadas no dia a dia, Camp e Barotte declaram que esta abordagem pressupõe as ações de: adaptar as atividades ao estado atual do paciente/residente; e disponibilizar um conjunto diversificado de atividades (progressão de tarefas - simples para o complexo) que possam mobilizar diversas funções cognitivas, sensoriais e motoras, a serem realizadas de forma independente, valorizando o potencial de cada um, suscitando aprendizagens e dando sentido às práticas da vida (CAMP; BAROTTE, 2010) – o que descarta a infantilização das ações e desconsidera a tarefa “meramente” ocupacional (observações de queixas dos idosos).

Outros recursos do método Montessori podem ainda ser observados nas ações desenvolvidas no MPD: as (1) atividades de vida prática - pressupõem manter em funcionamento (por maior tempo possível), as habilidades necessárias à vida prática (dia-a-dia, àquelas relacionadas às AIVDs e ABVDs) para preservação da independência e da autonomia; a (2) educação dos sentidos, que no caso do idoso, se faz necessário manter a percepção de sentidos específicos, tais como, textura, cheiro, temperatura, sabor, som, peso, uma vez que tais percepções vão diminuindo de intensidade, até que contribuam para incidência de outras comorbidades relacionadas (ex.: disfagia) ou até mesmo pequenos acidentes (especialmente, os domésticos) pela percepção diminuída de temperatura (causando queimaduras), peso e/ou proporção/tamanho de objetos a transportar etc; a (3) aquisição de cultura, destaca-se a importância

das reminiscências e novas possibilidades de formar lembranças prazerosas para o idoso; e a (4)lição de três tempos, um recurso objetivo para manutenção da linguagem e exercício de nomeação (uma das dificuldades apresentadas no processo moderado e avançado da demência, por exemplo, de Alzheimer).

A implementação desse método pressupõe, também, o uso de materiais que são familiares para o participante, e disponibilizados em ambientes estruturados para que durante as atividades ele possa expressar suas competências (possibilidades e limitações). Essa dinâmica necessita renovar a oferta de materiais com novas possibilidades de ação do participante - dificuldades gradativas, interesses, mobilidade e acesso (HITZIG; SHEPPARD, 2017).

Uma mudança social desse tipo não pode advir das ideias ou energias de reformadores individuais, mas de um lento e constante surgimento de um novo mundo no meio do antigo... (MONTESSORI, apud WITT-HOBLIT; MILLER; CAMP, 2016, p.7).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estudos considerados nesta revisão evidenciam que o método da educadora Maria Montessori aplicado ao tratamento de pessoas idosas com diagnóstico de demência, representa uma intervenção não farmacológica benéfica.

Embora não tenham sido evidenciados estudos científicos no Brasil nesta vertente, outros países, em especial nos Estados Unidos (EUA), pesquisas e programas com base neste método têm identificado benefícios comportamentais, afetivos, cognitivos e de ordem física no idoso, em seu contexto de atendimento (institucionalizado ou não), melhorando o ambiente de trabalho da

equipe e a qualidade de vida dos pacientes.

Observa-se também que, para garantir tais resultados, são necessários alguns cuidados, tais como: treinamento e constante atualização das equipes quanto ao método, adequação dos ambientes e orientações aos familiares e cuidadores de acordo com os princípios de Montessori, monitoramento e avaliação desse processo para retroalimentá-lo.

Ao verificar a carência de estudos científicos nacionais sobre a temática (tanto na adaptação do método para educação de adultos, quanto de seu uso na área da saúde), bem como, a experiência positiva desenvolvida por equipes de pesquisadores internacionais utilizando a abordagem do método Montessori em suas práticas de intervenção com idosos, em especial com demência, a presente pesquisa legitima a percepção de que este método pode contribuir para o sucesso da intervenção neuropsicológica durante o envelhecimento, independentemente da condição de saúde do indivíduo – numa trajetória estável e benigna ou em processo demencial. Cabe, portanto, ampliar este campo de pesquisa no Brasil em função desta lacuna constatada e, em especial na área de atuação da Neuropsicologia. Investigação esta que me faz pensar: quais as possibilidades de implantação dessa dinâmica de intervenção no contexto do atendimento público e/ou privado no Brasil?

Elizabete Otero Mendes é professora, pós-graduada em Neuropsicologia pela UNIARA e em Psicopedagogia pela Universidade Veiga de Almeida

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

BOTINO, Cássio M.C. et al. **Reabilitação cognitiva em pacientes com doença de Alzheimer: relato de trabalho em equipe multidisciplinar.** Arquivos Neuro-Psiquiatria, vol.60, nº 1, 2002.

BRANDÃO, Daniela F.S; MARTÍN, José Ignacio. **Montessori aplicado à demência – revisão da literatura.** Rev Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre – RS, junho – 2012.

CAMP, Cameron J. **Origins of Montessori Programming for dementia.** NIH Public Access/ Author Manuscript: Nonpharmacol Ther Dement, 2010; 1(2): 163-174; 2013.

CAMP, Cameron; BAROTTE, Cindy. **O método Montessori adaptado a pessoas idosas.** In: Associação O Direito de Aprender. Lisboa, Portugal, 2010. Disponível em: <<http://www.direitodeaprender.com.pt>>. Acesso em: março 2020.

CAMP, Cameron J.; LEE, Michelle M. **Montessori-based activities as a transgenerational interface for persons with dementia and preschool children.** HHS Public Access/Author manuscript, 2012.

DUCAK, Kate; DENTON, Margareth; ELLIOT, Gail. **Implementing Montessori methods for dementia™** in Ontario long-term care homes: recreation staff and multidisciplinary consultants perceptions of policy and practice issues. Dementia, vol.17(1): 5-33, 2018.

HITZIG, Sander L.; SHEPPARD, Christine L. **Implementing Montessori methods for dementia: a scoping review.** The Gerontologist, vol.57, p. 94-114, 2017.

MONTESSORI, Maria. **A Descoberta da Criança – pedagogia científica.** Tradução de Pe. Aury Maria Azélio Brunetti. Campinas, SP: Editora Kíron, 2017.

NITRINI, Ricardo; et al. **Declínio da capacidade cognitiva durante o envelhecimento.** Rev. Bras. Psiquiatria, vol27(12): 79-82, São Paulo-SP, 2005.

PLOEG, Eva S.; O'CONNOR, Daniel W. **Evaluation of personalised, one-to-one interaction using Montessori-type activities as a treatment of challenging behaviours in people with dementia:**

the study protocol of a crossover trial. BMC Geriatrics, vol.10, nº3, 2010.

PLOEG et al. **A randomized crossover trial to study the effect of personalized, one-to-one interaction using Montessori-based activities on agitation, affect, and engagement in nursing home residents with dementia.** International Psychogeriatrics, Vol. 25:4, 565-575, 2013.

RÖHRS, Hermann. **Maria Montessori.** Organização e tradução Danilo Di Manno de Almeida, Maria Leila Alves. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010.

SHEPPARD, Christine L.; MCARTHUR, Caitlin; HITZIG, Sander L. **A systematic review of Montessori-based activities for persons with dementia.** JAMDA Journal Homepage, 2015. Disponível em: < <https://www.researchgate.net/publication/284138468> >. Acesso: maio/2020.

SILVA, T.B.L.; et al. **Envelhecimento demográfico e cognitivo e a funcionalidade da população brasileira.** In: Estimulação cognitiva para idosos – ênfase em memória. 1ª ed, p. 1-8, Editora Atheneu, Rio de Janeiro, 2013.

SILVA, T.B.L.; OLIVEIRA, E.M. **Estimulação cognitiva em idosos com comprometimento cognitivo leve e doença de Alzheimer: uma abordagem individualizada e em grupo.** In: Estimulação cognitiva para idosos – ênfase em memória. 1ª ed, p. 135-148, Editora Atheneu, Rio de Janeiro, 2013.

WILKS, Scott E. et al. **Montessori-based activities among persons with late-stage dementia: evaluation of mental and behavioral health outcomes.** Dementia, Vol. 18(4): 1373-1392, 2019. Disponível em: < <https://journals.sagepub.com> >. Acesso: maio/2020.

WITT-HOBLIT, Ivan de; MILLER, Mary Neal; CAMP, Cameron J. **Effects of sustained, coordinated activities programming in long-term care: the memory in RhythmRProgram.** Scientific Research Publishing/Advances in Aging Research, 2016. Disponível em:< <http://www.scrip.org/journal/aar> >. Acesso em: março 2020.

Resenha

UM CONVITE À LEITURA DE: *Da Pedra do Sal Até Coelho da Rocha - Ilé Ase Ópó Àfónjá Rio de Janeiro*

Por Álvaro de Almeida Rios Ramos

MACHADO, Ed. *Da Pedra do Sal Até Coelho da Rocha - Ilé Ase Ópó Àfónjá - Rio de Janeiro*. 2ª Edição / Editora Metanóia - 2017.

Na metade do século XIX, mais da metade da população brasileira era negra, esses números ainda são uma realidade. Não à toa, muitos estudiosos dizem ser o Brasil, um país com instituições europeias de cultura africana. Não precisavam os estudiosos afirmarem, ao olharmos pelas ruas do Brasil, vemos África em todos os cantos, na música, na culinária, na dança, na língua e principalmente, na cor da pele do nosso povo. Com a religiosidade, não seria diferente.

Através da história oral, de documentos e cartas trocadas por mãe Aninha e sua filha, mãe Agripina, Ed Machado remonta toda a trajetória da criação de um dos primeiros terreiros de candomblé do Brasil.

O livro traça a trajetória de Mãe Aninha, desde sua iniciação na Bahia, com Iá Marcelina, Oba Tossi,

filha de orixá de Francisca da Silva, Iá Nasso, uma das fundadoras do primeiro terreiro de candomblé que se tem registro no Brasil, o candomblé da Barroquinha de 1830, que posteriormente muda de local e passa a se chamar Casa Branca do Engenho Velho.

Além de contar a história e a trajetória de Mãe Aninha e a fundação do primeiro Ilê Axé Opo Fonja, no Rio de Janeiro, mais precisamente na Pedra do Sal em 1886, o livro aborda a violência policial contra as religiões de matriz africana, e por consequência a migração do terreiro para evitar tal perseguição, migrando de bairro em bairro até chegar a Coelho da Rocha, bairro de São João de Meriti onde se encontra até os dias de hoje.

Outro fato interessante trazido ao público pelo autor, é a relação próxima de Mãe Aninha com

figuras importantes que marcaram a história brasileira para sempre. O que poucos sabem é que Mãe Aninha era guia espiritual do então presidente Getúlio Vargas. O contato com o presidente se deu por meio de seu filho de orixá, o então chefe da casa civil, Osvaldo Aranha.

A relação do Ilê Axé Opo Afonjá com autoridades políticas da época e a proximidade de Mãe Aninha com Getúlio Vargas e Osvaldo Aranha, na década de 1930, resultaram mais tarde no decreto presidencial nº 1202, que colocaria um fim definitivo a perseguição policial exercida pelo estado aos cultos afro-brasileiros em 1934.

Está também presente no livro, diálogos de Mãe Aninha que mostram sua inteligência e perspicácia ao lidar com a intolerância religiosa da época por parte da igreja católica através de seus representantes.

Questionada por um padre sobre sua autoridade religiosa, onde este afirmava que somente o papa poderia dar tal título, Mãe Aninha retrucou e perguntou se Moisés havia sido ordenado também pelo Papa, mostrando domínio e conhecimento da religião católica da qual também era praticante. Ainda no mesmo

embate, afrontou a autoridade católica afirmando que Jesus na verdade seria homem de cor dada a região onde nascera. Mostrava com isso, que além de importante figura religiosa, dominava o debate político com significativo conhecimento histórico.

O livro é um verdadeiro documento de registro de todas as gerações de ialorixás que comandaram e comandam a casa de Xangô, desde o século XIX até os dias atuais. A obra não deixa de registrar também, todos os iniciados da casa desde a sua mudança para Coelho da Rocha com Mãe Agripina.

O Ilê Axé Opo Afonjá ajudou a difundir a cultura yorubá no meio intelectual e acadêmico por ter cativado figuras como Pierre Verger, Dorival Caymmi,

Carybé, Jorge Amado e muitos outros.

Hoje, as casas de força sustentadas por Xangô (Ilê Axé Opo Afonjá) na Bahia e no Rio de Janeiro, são parte do patrimônio histórico e artístico nacional tombados pelo IPHAN e INEPAC. Vale a visita.

Álvaro de Almeida Rios Ramos é graduando em História pelas Faculdades Integradas Simonsen.

